



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 55

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 9 de julho de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia, tendo sido substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Joaquim Machado.*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o [Debate de urgência sobre “Azores Airlines - Situação financeira, viabilidade da empresa e processo de privatização” \(CH\)](#). Após apresentação do debate pelo Deputado Francisco Lima (CH), pediram a palavra para participar no mesmo os Deputados António Lima (BE), Carlos Silva (PS), Nuno Barata (IL), Pedro Neves (PAN), Paulo Simões (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), João Mendonça (PPM), José Pacheco (CH), Andreia Cardoso (PS), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral), Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão) e o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas).

De seguida, passou-se à apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 39/XIII – “Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde” \(BE\)](#). A apresentação da iniciativa coube ao Deputado António Lima (BE), tendo intervindo posteriormente os Deputados: Pedro Pinto (CDS-PP), Olivéria Santos (CH), Pedro Neves (PAN), José Miguel Toste (PS), Salomé Matos (PSD), João Mendonça (PPM), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). No decorrer do debate, pediram a palavra para um protesto e contraprotesto a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi) e o Deputado António Lima (BE), respetivamente.

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Posteriormente, avançou-se para o [Projeto de Resolução n.º 16/XIII – “Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio” \(PAN\)](#), tendo o mesmo sido apresentado pelo Deputado Pedro Neves (PAN). Após a apresentação, pediram para usar da palavra os Deputados Hélia Cardoso (CH), João Mendonça (PPM),

Catarina Cabeceiras (CDS-PP), José Miguel Toste (PS), Salomé Matos (PSD), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Em votação final global, o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade

Os trabalhos prosseguiram com a Petição n.º 9/XIII – “Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”, apresentada por Mário Fernando Oliveira Moura na qualidade de primeiro subscritor; Feita a leitura do relatório pela Deputada Ana Jorge (PSD), participaram no debate os Deputados José Paulo Sousa (CH), João Mendonça (PPM), Carlos Silva (PS), Pedro Neves (PAN), Luís Raposo (PSD), António Lima (BE) e Pedro Pinto (CDS-PP).

Por último, foi apreciada e debatida a Petição n.º 13/XIII – “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”, apresentada por Mário Roberto Sousa Carvalho na qualidade de primeiro subscritor; Após leitura do relatório feita pela Deputada Ana Jorge (PSD), participaram no debate os Deputados José Paulo Sousa (CH), António Lima (BE), Luís Soares (PSD) e José Eduardo (PS).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 29 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início à nossa sessão com a chamada. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Cecília Maria Soares Estácio

Délia Maria Melo

Flávio da Silva Soares

Francisco Manuel Raposo Gaspar

João Luís Bruto Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Resendes Leal

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Cota Soares

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Cristina de Fátima Silva Calisto

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Marco Euclides Lemos Martins

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, nós vamos, conforme deliberação da Conferência de Líderes, reservar esta manhã para o debate, o ponto 2 da nossa agenda – **Debate de urgência sobre a Azores Airlines, situação financeira, viabilidade da empresa e processo de privatização.** É um debate promovido pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Os tempos são os seguintes: o Governo, o PSD, o PS e o CHEGA, têm 25 minutos; o CDS-PP, têm 12 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN, têm 10 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo SATA é a prova viva de que o Estado falha na gestão de empresas em ambiente concorrencial, ou melhor, não sabe gerir empresas.

A Azores Airlines é um exemplo flagrante de décadas de má gestão, incúria política e desrespeito pelos contribuintes. A situação financeira é absolutamente desastrosa, a

viabilidade económica é nula e o processo de privatização arrasta-se há meses — melhor, há anos — com fortes indícios de fracasso iminente.

Quando, em abril de 2024, foi apresentada nesta Assembleia uma proposta do Bloco de Esquerda para interromper o processo de privatização, o CHEGA votou contra, por entender que essa interrupção, assente em motivações ideológicas, enviaria um sinal profundamente negativo ao mercado.

Em maio de 2024, o Governo Regional decidiu cancelar o concurso de privatização, alegando que o valor da empresa teria subido de 6 para 20 milhões de euros. Desde o início, o CHEGA manifestou ceticismo quanto a essa justificação. Uma empresa que acumula prejuízos sucessivos dificilmente valoriza. Pelo contrário, tende a deteriorar-se ainda mais financeiramente.

Para nossa surpresa, e contra todas as expectativas, em março de 2025 o consórcio apresentou uma proposta melhorada no valor de 15,2 milhões de euros para a aquisição de 76 % da Azores Airlines. Embora o Presidente do Governo Regional tenha garantido “máxima transparência” no processo, sem interferência do Executivo — algo que respeitamos —, continua a faltar clareza e explicações convincentes aos Açorianos.

Sabemos que, apesar de o Grupo SATA ter transportado mais 14 % de passageiros em 2024 — um recorde — e ter aumentado as suas receitas, o prejuízo consolidado agravou-se para -82,8 milhões de euros, mais do dobro do prejuízo já muito elevado de 2023, que era de -36 milhões. A principal responsável foi a Azores Airlines, com um prejuízo líquido de -71,2 milhões (em 2023 já tinha sido 26,1 milhões), mesmo imputando 30 milhões desse valor a encargos judiciais com o malfadado Airbus A330 “o nosso conhecido Cachalote do tempo da governação socialista”.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Apesar de a administração da SATA, para justificar o péssimo desempenho da Azores Airlines em 2024, atribuir culpas a tudo e a todos: ao clima, à colisão com pássaros, à falta de peças para os motores, aos airlandings (ou seja, aterragens violentas ou bruscas), aos ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance, and Insurance*) para substituir

aviões em terra ou até culpar o fabricante dos aviões, como no caso do Airbus A320neo que nas palavras do presidente da SATA é um *flop*. Tudo serve de desculpas para este desastre económico.

Mas desde o aumento de gastos com manutenção, aos aumentos salariais — nalguns casos superiores a 30 % — às rotas deficitárias confidenciais, a verdade é que esta aparente falta de sorte não acontece por acaso, não por arte divina, não por magia, mas por falta de competência das sucessivas administrações da SATA, o que não acontece agora, mas há décadas, aliás vem do século anterior.

A realidade é que a SATA acumula, desde 2021, centenas de milhões de euros em prejuízos. As desculpas com as heranças do passado da governação socialista já não explicam estes resultados.

A verdade é que a frase “A SATA lamenta informar, mas o voo está atrasado” banalizou-se nos aeroportos. Aliás, não me lembro, nos últimos meses, de estar num aeroporto nos Açores e não ouvir esta frase. Pior ainda, os passageiros, mesmo após os cancelamentos, são tratados como mercadoria — com horas de espera em filas, confusões e até, muitas vezes, são maltratados. A triste realidade é que a SATA parece não ser amiga dos açorianos, pois, como disse o Sr. Vice-Presidente aqui presente, a TAP trata melhor os Açores do que a própria SATA — ou seja, até os governantes já se queixam da sua própria companhia aérea.

Risos de alguns Deputados da bancada do PS.

Enquanto isso, o setor da aviação global prospera. Senão, vejamos os resultados de 2024 a nível global:

- O grupo IAG (British Airways, Iberia, entre outras) teve lucros de 2,73 mil milhões de euros;
- As companhias aéreas americanas somaram 8 mil milhões de dólares em lucros líquidos;

- A Lufthansa lucrou 1,3 mil milhões de euros, após impostos;
- A Ryanair registou 1,917 mil milhões de euros de lucro, após impostos (o que é mais de metade da dívida dos Açores);
- Até a TAP alcançou um lucro líquido de 53,7 milhões de euros.

A SATA, por seu lado, continuou a afundar-se em dívidas e prejuízos em 2024.

O atual Presidente da SATA, qual D. Sebastião, apresentou um plano de reestruturação com metas ambiciosas: poupanças de 65 milhões de euros e rentabilidade já em 2025 — uma espécie de panaceia para todos os males da SATA. Contudo, até ao momento, os açorianos não viram qualquer evidência concreta de que o plano esteja a dar resultados. Nem sequer foram apresentados aos deputados, como obriga o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, os resultados financeiros do 1.º trimestre de 2025.

Durante anos, ouvimos promessas de reestruturação, mudanças de gestão e, agora, um processo de privatização que foi anunciado em março de 2023 e que está parado. Não há calendário, não há resultados, não há explicações. Só silêncios — apenas os apartes. Só mais tempo perdido. Só procrastinação.

Risos dos Deputados da bancada do CH.

Esta é uma empresa que consome dezenas de milhões de euros por ano, desviando recursos que deviam ser investidos em áreas essenciais como a saúde, a educação e o apoio à economia.

Esta é uma empresa que, devido a dificuldades financeiras, já não tem capacidade para pagar atempadamente o subsídio de férias aos seus trabalhadores.

Esta é uma empresa que, apesar de ter feito aumentos de salários em 2024 a certas classes profissionais muito acima da produtividade da empresa, muito acima do mercado e muito acima da inflação, não consegue ter paz social, criando desigualdades

salariais e abrindo portas a greves e à contestação dos trabalhadores que se sentem discriminados.

Para completar tudo isto, numa audição recente na Comissão de Economia, perante a subida de mais de 40 % nas taxas de transporte aéreo, a crescente burocracia imposta às empresas, as avarias técnicas recorrentes, a escassez de aeronaves e os aumentos salariais inexplicáveis, o Presidente da SATA responsabilizou os deputados e os empresários açorianos! E afirmou: “A SATA, durante muitos anos, serviu de barriga de aluguer para o tecido económico e empresarial dos Açores, e não pode ser.”

Os Açorianos ainda se recordam da célebre frase de um presidente da SATA da era da governação socialista: “Não percebo nada de aviação”.

Deputado Carlos Silva (PS): Como se o atual percebesse muito!

O Orador: Também se lembram ainda de António Luís Teixeira, em 2018/2019, ter admitido, o famigerado “Cachalote” ter sido “mal pensada”.

Agora, em 2025, ficou mais uma frase para a história: a de um presidente da SATA que afirmou que a SATA serviu de barriga de aluguer ao tecido económico açoriano. Resta saber se os empresários também são culpados pelo “Cachalote”, pelos aumentos salariais irresponsáveis, pelas rotas deficitárias e pela má gestão da SATA.

O que hoje nos traz aqui é claro e urgente. O CHEGA, os açorianos e este Parlamento querem saber:

- Melhoraram ou não os resultados operacionais da Azores Airlines e do Grupo SATA no 1.º trimestre de 2025, conforme previa o Plano de Sustentabilidade?
- Está ou não a ser cumprido o plano de reestruturação acordado com a União Europeia?
- Tem ou não o Grupo SATA viabilidade financeira para manter as ligações inter-ilhas, com o continente e com a diáspora?

Deputado Nuno Barata (IL): Não!

O Orador: Qual é o ponto de situação do processo de privatização da Azores Airlines?

Deputado Nuno Barata (IL): Não há!

O Orador: Caso o processo de privatização da Azores Airlines não se concretize até 31 de dezembro de 2025, qual será a decisão a tomar?

Deputado Nuno Barata (IL): *Empurrar com a barriga para a frente!*

O Orador: É tempo de exigir responsabilidade.

É tempo de dar explicações.

É tempo de respeitar os açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está aberto o debate. Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A situação económica e financeira da SATA internacional, mais concretamente a Azores Airlines, é complicada há muitos anos.

Aliás, isso está bem evidenciado no relatório do Tribunal de Contas sobre o período 2013-2019. Aliás, é a partir de 2013 que a Azores Airlines inicia um processo de degradação progressivo das suas contas, apresentando em 2018 o resultado operacional mais negativo de sempre, no valor de -61 milhões de euros, que compara com 55,2 milhões de euros, em 2024.

O próprio Tribunal de Contas refere que o Grupo SATA beneficiou de um contexto globalmente favorável para o desenvolvimento das suas atividades entre 2013 e 2019, mas mesmo nesse contexto apresentou, e cito: “Uma operação de rentabilidade sistematicamente negativa, de desequilíbrio orçamental, uma situação de falência

técnica e desequilíbrio financeiro que é suscetível de condicionar a continuidade das operações.” Estamos a falar de 2013-2019.

É neste contexto que o Grupo SATA teve de ser alvo de um plano de reestruturação autorizado pela Comissão Europeia em virtude da situação financeira a que chegou à Azores Airlines e que coloca todo o Grupo, incluindo a SATA Air Açores — que é indispensável à mobilidade interna —, perante um desafio de sobrevivência.

O plano de reestruturação, como todos sabem, foi iniciado e negociado em 2019 e assinado em 2022, estando em aplicação neste preciso momento. Porém, o plano de reestruturação é um documento estático, ao contrário do que acontece com a realidade económica e social de qualquer país e mesmo global. O mercado neste setor é muito dinâmico e volátil, tendo evoluído de forma muito diferente daquilo que a própria Comissão Europeia tinha previsto, como, por exemplo, a dinâmica do crescimento do setor do turismo, resultando em necessidades crescentes no financiamento da atividade da empresa.

Essa questão é facilmente comprovável pelo enorme crescimento das vendas da Azores Airlines e nos recordes de voos e passageiros transportados.

Deputado José Pacheco (CH): E ainda assim dá prejuízo?! Então fiquem quietos!

A Oradora: Desde 2020 até 2025, o contexto global é significativamente pior do que o verificado entre 2013 e 2019, incluindo acontecimentos como a pandemia do covid-19, a disrupção das cadeias de abastecimento, a crise inflacionista, a crise energética, os conflitos internacionais...

Deputado Nuno Barata (IL): Os conflitos internacionais foram favoráveis à Região Autónoma dos Açores.

A Oradora: ... e uma nova política dos Estados Unidos da América, que ainda hoje não sabemos exatamente como irá acondicionar a procura das viagens nesse mercado, que é o maior mercado emissor do estrangeiro para os Açores e tudo isto, obviamente, são constrangimentos de ordem internacional. Por outro lado, o crescimento muito acentuado da procura turística após a pandemia e a pressão exercida sobre o setor da

aviação colocou outros desafios operacionais à Azores Airlines, designadamente o crescimento generalizado dos custos de estrutura e da operação e uma crescente pressão para o incremento da oferta gerando, por outro lado, maior pressão sobre a frota e a sua manutenção.

Tudo isto tem impactado e condicionado muito a atividade da Azores Airlines, sobretudo ao nível das suas necessidades de financiamento de tesouraria.

As contas de 2024, embora ainda não tenham sido legalmente certificadas nem entregues ao governo, nem à Assembleia, mereceram divulgação pública por parte do Conselho de Administração em comunicado público. De acordo com os dados divulgados pela SATA, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi só um comunicado, Sra. Secretária.

A Oradora: ... a Azores Airlines registou, em 2024, um prejuízo de 71,2 milhões de euros que, face a 2023, foi altamente influenciado por um conjunto de fatores, alguns irrepetíveis. Designadamente: condições climáticas adversas e muito mais adversas do que no ano anterior; ...

Deputado José Pacheco (CH): Isso não é verdade!

A Oradora: ... incapacidade da estrutura aeroportuária de dar resposta ao aumento da atividade; acordos da empresa, que aqui já foram referidos, como todos sabem, penalizam muito os custos da empresa, algumas empresas designadamente na SATA Air Açores é o primeiro custo, o custo de maior volume na estrutura de custos da empresa; os custos de manutenção, — durante uma pressão de maior tráfego, são maiores os custos de manutenção; os aumentos das provisões, aqui também já referidos, pelo processo da Hifly, mais conhecido por Cachalote; depreciações e amortizações decorrentes de um aumento da frota e de frota renovada; imparidades, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Imparidades da má gestão!

A Oradora: ...que têm de ser registadas e tiveram que ser registadas em 2024. Tudo isto, com um impacto extraordinário, segundo o Conselho de Administração da SATA,

de 53,4 milhões de euros, o que tem um impacto enorme e que colocaria os resultados sem impacto extraordinário de 17,8 milhões de euros. Estou a falar de impactos extraordinários.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais?!

A Oradora: O Governo, na qualidade de acionista, está naturalmente atento a estes resultados, acompanha as justificações do Conselho de Administração (CA), mas não confunde as funções de cada um.

É ao CA que compete gerir a SATA, e manda a verdade que se diga que, perante a difícil situação financeira que encontraram, tomou medidas adequadas e pôs em marcha um plano de sustentabilidade. Pode-se concordar ou não concordar, mas têm 41 medidas para executar, relacionadas com aumento das receitas, com incremento da eficiência operacional e com a reestruturação dos serviços de suporte.

O CA considera que o ano de 2024 é um ano de inflação, está no seu comunicado. Um ano de viragem, um ano que pode marcar um novo desempenho económico do Grupo SATA.

Deputado Nuno Barata (IL): Desastroso!

A Oradora: Assume igualmente no referido comunicado — que é público —, que as previsões para os resultados do primeiro quadrimestre de 2025 já evidenciam uma evolução positiva, esperando-se um EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*) também positivo.

O Governo quer salvar a SATA; o CA quer viabilizar a empresa; os trabalhadores querem, certamente, preservar os seus postos de trabalho. Portanto, nós temos é que trabalhar em conjunto.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Sobre a viabilidade da Azores Airlines, é fundamental concluir o processo de privatização da empresa, pois, dado o atual enquadramento legislativo das regras de concorrência da União Europeia, a Região não pode injetar na Azores Airlines dinheiro, uma vez que opera em regime concorrencial.

A empresa precisa de liquidez, precisa de ser capitalizada, o que só poderá vir de privados, para viabilizar a componente financeira da empresa e permitir, posteriormente, o seu equilíbrio e viabilidade económica.

A Azores Airlines precisa de *cash* para fundo de maneiio, para gerir a sua tesouraria, perante todas as contingências, incluindo: vendas diferidas; cauções; retenções em *acquire*; despesas de manutenção; *leasings*; etc.

Recorde-se que a SATA Azores Airlines tem um volume de negócios superior a 330 milhões de euros e isso tem de ter um fundo de maneiio compatível com esse nível de negócios.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quem é que decidiu isso?

A Oradora: A viabilidade da Azores Airlines passará também por uma reestruturação estratégica do seu plano de exploração. Aliás, já foram descontinuadas seis rotas entre o Porto, Funchal, Estados Unidos e Canadá, realizadas com recurso a ACMI, e também a rota de Ponta Delgada, Londres e Ponta Delgada, Bermuda foi descontinuada, passando esta última a regime de ACMI, o que não traz risco à companhia.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é que era bom!

A Oradora: A devida remuneração das OSP (Obrigações de Serviço Público) territoriais também não podem passar em branco. As ligações ao Pico, Faial, Santa Maria e Lisboa foram feitas sem compensação financeira. Uma grande parte desta situação, deve-se ao facto de estarem em dívida à SATA mais de 112 milhões de euros, desde 2015.

A Azores Airlines tem uma grande importância para o turismo dos Açores. Mas além de ser determinante para a mobilidade dos açorianos, é também determinante para fazer chegar aos Açores 60 % do tráfego de passageiros que vêm às nossas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se compararmos tudo isto ao valor que traz ao turismo, passamos a ter melhor compreensão de tudo o que está a passar à nossa volta. A Azores Airlines detém ativos importantes, relevantes, extremamente competitivos no mercado da aviação internacional, como sejam os *slots* no aeroporto de Lisboa e os *slots* nos aeroportos norte-americanos, sobretudo JFK.

O Governo, mais uma vez, está a fazer tudo, mas tudo para salvar a SATA, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é suficiente. Ou então temos de mudar de Governo!

A Oradora: ... o Conselho de Administração também. A oposição diz que está disponível para ajudar. Toda a oposição. Então, o que é que falta? Trabalhar em conjunto e salvar a SATA.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): É isso que nós estamos a fazer senhora!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais um debate sobre a SATA e é mais do que tempo de perguntar: Como é que chegámos aqui e o que é que falhou? Olhar não apenas para o momento atual, mas fazer uma retrospectiva mais ampla.

A verdade é que a SATA, e principalmente a SATA Internacional, não foi preparada, de modo algum, para o cenário que se montou a partir de 2015 com o novo modelo de transporte aéreo.

Tanto o PSD, o CDS-PP e o PS celebraram esse modelo, mas a verdade é que não se preocuparam em preparar a SATA para ele. Ignoraram durante esse tempo todo o aumento gigantesco de custos que esse modelo trouxe para o erário público. E o erário público — é preciso lembrar — são os nossos impostos, que todos pagamos. É certo que a alteração do modelo de transporte aéreo trouxe um aumento brutal de passageiros, mas esse aumento brutal correspondeu a um brutal aumento de custos, que pagamos todos com os nossos impostos.

Só em 2024, os prejuízos da SATA Internacional, somados aos custos do subsídio social de mobilidade, atingem 130 milhões de euros — só em 2024. E é preciso termos em perspetiva estes números.

Sim, existiram erros de gestão, lembrados, apontados em inúmeros debates parlamentares sobre esta matéria — erros estratégicos —, mas é preciso termos consciência que o modelo atual de transporte aéreo não foi isento de custos e de problemas, pelo contrário.

Hoje, sabemos que não só custa muitas centenas de milhões de euros ao longo destes anos, e está prestes, também, a ser um fator determinante para nos custar a própria existência da SATA Internacional.

A SATA Internacional — é preciso lembrar — é mais do que uma mera empresa de transportes para os Açores. É uma empresa que tem um peso estrutural e fundamental no funcionamento da nossa economia. É uma empresa que é fundamental para a nossa capacidade de tomar decisões estratégicas sobre a mesma economia e, não é preciso dizer mais, do que relativamente à aposta no turismo, que não teria sido possível sem a SATA Internacional.

Há muito tempo que o Bloco de Esquerda percebeu, todavia, que neste cenário, com o modelo de liberalização das rotas para São Miguel e Terceira, neste mercado, com uma

companhia aérea deste tamanho, já não era possível, há muito tempo, manter a SATA Internacional tal qual como estava.

Por isso é que, em 2019, neste Parlamento, propusemos, em alternativa àquele caminho que já estava em cima da mesa nessa altura, que era a privatização da SATA Internacional e que é aquele que continua em cima da mesa, propusemos que se negociasse com o Governo da República um acordo estratégico entre governos para uma parceria estratégica entre a SATA Internacional e a TAP. Nessa altura, a maioria entendeu que não. O caminho era a privatização. E foram, com toda a força, neste caminho, e é este caminho que hoje está ainda em cima da mesa, desta vez prosseguido pelo Governo da coligação.

E esse cenário, e essa possibilidade de se procurar um acordo entre a SATA Internacional e a TAP, era — assumimos — o menos mal de dois cenários possíveis alternativos: a privatização, perdendo a Região qualquer capacidade de influência sob a SATA Internacional e sob os destinos do transporte aéreo nos Açores, que, como disse a Sra. Secretária na sua intervenção, a SATA Internacional representa 60 % do tráfego para os Açores; ou então, o encerramento da SATA Internacional. Hoje, são esses dois cenários que estão outra vez em cima da mesa. E a privatização tem custos graves para os Açores também.

Depois, veio a pandemia e surgiu uma possibilidade de, através de um plano de reestruturação, fazer mudanças profundas na empresa que traziam novas perspetivas. Por exemplo, termos uma empresa mais pequena dedicada ao serviço público no sentido lato. Ou seja, obrigações de serviço público, onde elas existam, e rotas para o continente, para a diáspora e nada mais. Uma empresa mais pequena, cujos prejuízos potenciais fossem muito menores do que aqueles que hoje têm.

Na verdade, o caminho que o Governo escolheu foi exatamente o mesmo, que vinha a ser seguido até aqui: fazer crescer a empresa para a tornar apetecível a uma possível privatização. E com isso o Governo torrou, queimou, desbaratou 453 milhões de euros em ajudas públicas na SATA.

Hoje, essas ajudas desapareceram, não existem. Desbaratou-se esse valor todo, esses recursos públicos todos, para quê? Para chegarmos aqui e estarmos no mesmo beco sem saída que estávamos em 2019.

Deputado Carlos Silva (PS): Está pior!

O Orador: E esse é um crime de lesa-pátria. É um crime de lesa-pátria ter desperdiçado essa oportunidade e estarmos hoje pior e isso é a verdade, infelizmente. Estamos pior do que estávamos em 2019.

E pior do que isso, o Governo Regional e as últimas administrações, enganaram os açorianos, vezes sem conta, ano após ano, emitindo comunicados a falar de passageiros, de receitas, e quantas vezes aqueles comunicados não tinham uma linha sobre os resultados líquidos, sobre os prejuízos. Fizeram truques para maquilhar as contas, esconderam 19 milhões de euros em impostos diferidos, que sabiam que nunca haviam de recuperar, que eram prejuízos que disfarçaram para que num ano os resultados fossem um pouco melhores. E, na verdade, está à vista o cenário de termos no ano mais de 80 milhões de euros de prejuízo, quase tanto como tivemos no pior ano da pandemia.

Contraíram o empréstimo à JPMorgan no valor de 60 milhões de euros, que em 9 meses apenas, custou 6 milhões de euros. Mais um crime de lesa-pátria. E agora estamos num cenário que é catastrófico.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os resultados do Bloco também são!

O Orador: O Grupo SATA está com prejuízos, como já disse, ao nível dos maiores de sempre. E até há notícias de que os novos donos da SATA Internacional querem fazer dela uma empresa para ligar os Estados Unidos e a África. E a pergunta que se faz é: Como ficam os Açores nesta equação?

Vamos pagar 400 milhões de euros, para além do que já pagámos? Para quê? Para ver uma empresa que sai dos Açores e deixará de ter qualquer relação com os Açores, exceto os trocos de capital que a Região lá manterá.

E a nossa economia, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional das Finanças, como é que fica a nossa economia? Que garantia é que tem que os transportes aéreos nos Açores continuarão a dar a resposta que dão hoje em dia, mesmo com todos os problemas? E como substituirá a empresa que de longe tem a maior quota de mercado?

E sobre a ideia que por aí surge de encerrar a empresa desordenadamente, como até o Governo já parece ponderar, isso não é nada mais do que um salto no escuro, com brutais consequências económicas e sociais que são inimagináveis para a Região. É, tão somente, uma enorme irresponsabilidade.

E hoje, perante esses cenários catastróficos, em cima da mesa, nós retomamos a ideia — e que o Governo pelo menos a pondere — a ideia de 2019.

Conversem com o vosso Governo da República, da vossa cor política. Procurem perceber que alternativas é que há para uma possível negociação com a TAP para viabilizar o transporte aéreo que o país, e que os Açores, principalmente, tenham alguma palavra a dizer. É que, com o cenário que está em cima da mesa nós teremos a dizer zero, sobre o transporte aéreo e sobre aquilo que será a futura SATA.

E termino com uma palavra sobre a SATA Air Açores: uma empresa sem a qual não há Açores como os conhecemos e uma empresa que só faz serviço público com obrigações de serviço público remuneradas, que, nos últimos 4 anos, somou 30 milhões de euros de prejuízo. Isso quer dizer que há algo muito grave, há algo profundamente errado com a SATA Air Açores, com as obrigações de serviço público em vigor, com as receitas e despesas da empresa e ignorar isso é condenar a SATA Air Açores ao mesmo caminho que a SATA Internacional está a seguir.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, devo registar a ausência, também neste debate, do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, numa matéria que é...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Outra vez!

Deputada Délia Melo (PSD): Paciência! Isso nem vos fica bem.

Deputado Nuno Barata (IL): Está em Lisboa a negociar o resgate! Sem resgate da República não há dinheiro!

O Orador: ... particularmente desafiante, extremamente preocupante para o futuro da SATA e da Região. E, portanto, a sua presença aqui também seria importante porque os últimos 5 anos são responsabilidade do Sr. Presidente, José Manuel Bolieiro, pela governação e pelos resultados da SATA. Portanto, é de registar a sua ausência e, mais uma vez, o facto de se esconder, perante um problema que é de enorme gravidade.

Ruído na sala.

Sr. Presidente, eu não consigo continuar. Espero, se for necessário...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também ainda não falou da SATA!

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado. Penso que estão reunidas as condições.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Creio que o assunto é demasiado sério para ser tratado de forma tão leviana, perante interrupções sucessivas. E, portanto, se a Sra. Secretária Regional está, de facto, de boa-fé e quer a colaboração deste Parlamento — que eu acredito que queira, porque o assunto é grave, é extremamente grave — ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então fale do assunto!

O Orador: ... é importante que estejamos todos na posse da informação disponível. E este é um facto que não pode ser ignorado. À data de hoje, as contas da SATA não estão publicadas. Nem de 2024, nem do primeiro trimestre de 2025. E vir aqui falar do quadrimestre e ignorar o trimestre, que é uma obrigação legal, Sra. Secretária, com o devido respeito, é uma forma leviana e pouco rigorosa de abordar um assunto que é demasiado problemático.

E também não deixa de ser relevante e tem o seu simbolismo, o facto de termos um debate centrado, em particular, na questão financeira, mas que o Sr. Secretário Regional das Finanças opte por não falar deste assunto e que a Sra. Secretária, pelo menos, tenha a coragem de vir aqui prestar os esclarecimentos que são necessários, porque a Sra. Secretária tem a tutela operacional e não tem a tutela financeira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se calhar queria que falassem os dois ao mesmo tempo!

O Orador: E a verdade, Sra. Secretária Regional, é que vir aqui falar do passado, referindo o relatório do Tribunal de Contas de 2013 a 2019 e até citar menções nele constantes sobre o contexto globalmente favorável que então se vivia — e no qual, mesmo assim, a SATA teve prejuízos —, ignorando o que está a acontecer agora, quando o contexto económico é globalmente muito favorável e temos os piores prejuízos de sempre, significa que não se aprendeu absolutamente nada com o passado nem com os erros cometidos.

E, como disse o Deputado António Lima, e é uma verdade que é inequívoca, a situação hoje é pior do que aquela que registava em 2019 e 2020. Sabe porquê, Sra. Secretária? Porque nós perdemos uma oportunidade histórica de reestruturar a empresa, injetando dinheiro autorizado pela Comissão Europeia que era uma oportunidade única, que se esgotava naquele momento, e nós perdemos essa oportunidade.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): E que se esgota a 31 de dezembro.

O Orador: Nós já colocámos 453 milhões de euros na empresa e com isso o que é que obtivemos?

Deputado Nuno Barata (IL): Mais 182 milhões de euros de prejuízo!

O Orador: Mais, Sr. Deputado, obtivemos 200 milhões de prejuízos em 4 anos.

Não só não conseguimos reestruturar a empresa, como cometemos os mesmos erros do passado e agravámos em muitos casos. A SATA não tinha condições para ter uma política expansionista, como aquela que foi implementada nos últimos anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: É uma empresa que estava desorganizada, com limitações nos recursos humanos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi assim que os senhores a deixaram!

O Orador: ... estava desorganizada.

Sr. Deputado, nós estamos a falar do assunto com a seriedade que ele merece. A empresa tinha problemas. Obviamente que se autoriza um plano de reestruturação é porque havia problemas no grupo. Estava desorganizada, não tinha recursos financeiros suficientes, a frota tinha graves limitações. É um facto. Hoje em dia a situação ainda é pior. E nós vamos rir de um problema que é demasiado sério e demasiado grave? Nós estamos disponíveis, este Parlamento está disponível para colaborar e tem estado disponível.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora!

O Orador: Sra. Secretária colaborar e trabalhar em conjunto não significa não fazer críticas. Trabalhar em conjunto significa estar na posse de toda a informação, coisa que não temos, a informação está a ser sonegada, sistematicamente. A crítica faz parte do processo. Perante a crítica não é aceitável que um Presidente da SATA diga que não, porque a SATA não pode ser a “barriga de aluguer do tecido empresarial”. A SATA tem este propósito, alavancar o tecido económico, desenvolver a Região, potenciar ...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... agora, vir dizer que a culpa da SATA é da carga aérea que custa 150 mil euros por ano e o prejuízo são 83 milhões de euros é de uma leviandade, de uma falta de rigor e de uma insensibilidade, que o Governo não pode aceitar. E o Sr. Presidente do Governo, infelizmente, tratou o assunto com leviandade quando se pronunciou sobre ele e isso não é aceitável.

Esse é o primeiro passo para se perceber que, continuar a utilizar os mesmos argumentos do passado, não assumir responsabilidades perante um problema que é grave é preocupante, estamos a falar de salários em atraso, Sra. Secretária, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... impostos por pagar, contribuições à Segurança Social que não são pagas a tempo e horas, problemas nas manutenções, porque não há dinheiro para pagar mais cedo e com isso fica mais caro a manutenção. São os problemas reais. O normal, como já foi aqui dito, é haver atrasos e cancelamentos.

Eu registo que, em 2022, a operação tinha sido normalizada e quem estava na Governação eram os senhores, mas o administrador de então conseguiu retomar alguma pontualidade, assiduidade na saída dos voos, alguma regularidade e normalidade da operação. Mas, já se perdeu tudo isso e é o caos operacional que se vive hoje em dia.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é um facto.

O Orador: É uma realidade, não há problema nenhum em assumir que em 2022 a situação parecia caminhar para uma situação de recuperação ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E os senhores diziam o contrário!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não dizíamos nada!

O Orador: ..., mas agora os resultados confirmam que é um desastre absoluto o que está a acontecer.

Sra. Secretária, quem é que autorizou os orçamentos de 2023, 2024 e 2025? Foi o acionista.

Então e as rotas para o Funchal, para o Porto, para os Estados Unidos para as Bermudas, para Bilbao, para Barcelona, para Paris, Sra. Secretária, quem é que autorizou essas rotas que agora vão ser descontinuadas? Ou Londres, por exemplo, quem é que autorizou?

A Sra. Secretária não tinha conhecimento do descontrolo que existia no grupo SATA? Das limitações nas aeronaves? Porque é que se decidiu fazer os ACMIS? Só em ACMIS, nos últimos anos, são mais de 50 milhões de euros. Quem é que assume essa responsabilidade agora? A culpa é do Partido Socialista?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
Também!

O Orador: Sra. Secretária, o Partido Socialista assume responsabilidades durante o tempo em que governou a Região e teve responsabilidades na administração da SATA. Já foi dito, já foi assumido, sem qualquer problema, Sra. Secretária. A verdade é que os senhores não só, não conseguiram aprender com os erros do passado, como agravaram a situação e nós perdemos uma oportunidade. A cada dia que passa a SATA perde valor.

O processo de privatização nasceu torto, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nasceu torto?! Mas foi negociado em 2019.

O Orador: ... foi mal conduzido, mal implementado, mal gerido e cada dia que passa com os prejuízos que nós temos, a SATA está a perder valor e quem comprar, mesmo com o perdão da dívida, vai exigir condições que são desastrosas, quer para o Grupo SATA, quer para o interesse da região. Perante isso, Sra. Secretária, quem é que assume responsabilidades também? Se nós queremos, efetivamente, colaborar, arranjar soluções, é preciso também assumir responsabilidades e não continuar a vir aqui com o argumento — como provavelmente a seguir virá — que a culpa é do cachalote. Antes fosse, Sra. Secretária. Se o único problema da SATA fosse o cachalote, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Antes fosse. Já estava resolvido!

O Orador: ...em 2020 estava resolvido. Mas, não está, infelizmente.

Continuar a vir com a história do EBITDA, agora, ao fim de 4 anos, é que vai ser. Temos ouvido, sistematicamente essa teoria e ignorar que isso não resolve o problema. A dimensão dos prejuízos é de tal ordem que vir aqui a invocar eventos extraordinários, como tempestades, como a salinidade, como foi dito em Comissão, como a carga aérea, que afinal custa 150 mil euros ou 200 e o prejuízo é de 83 milhões de euros é querer tapar o sol com a peneira. Assim não vamos lá, é inevitável.

Perante isso, Sra. Secretária, prometeram salvar a SATA, mas estão a destruir, não só a Internacional, como a Air Açores, com prejuízos na ordem dos 11 milhões de euros,

conforme foi o último ano. O que é de uma enormidade bastante significativa, sobretudo, Sra. Secretária, quando temos reequilíbrios financeiros anuais superiores a 30 milhões de euros e que são sistemáticos. A subsidiação da SATA Air Açores, hoje, atingiu o maior valor de sempre e isso é preocupante, Sra. Secretária.

Aquilo que era dito em 2020 e 2021 é que se iria reduzir a dependência da SATA do Governo Regional. O que acontece é precisamente o contrário, a SATA Air Açores está cada vez mais dependente do acionista que, através das obrigações de serviço público inter-ilhas, através dos reequilíbrios financeiros de 30 milhões de euros anualmente, estamos a falar de um valor anual muito significativo, Sra. Secretária.

Mais a questão da tarifa Açores que também envolve uma compensação que tem de ser paga. A dependência, não só não diminuiu, como aumentou. O risco para os açorianos e a fatura a pagar para os açorianos aumentou e é preciso dizer a verdade às pessoas.

Sra. Secretária, já aqui foram feitas perguntas sobre o que é que vai acontecer. As negociações com a TAP, nós temos recebido informações que estão a ser feitas negociações com a TAP para assegurar rotas que são neste momento realizadas pela SATA Air Açores. Confirma ou não confirma esta informação?

O Sr. Deputado António Lima também de certa forma já questionou se existe um acordo com a TAP para garantir que essas rotas, que vão ser descontinuadas pela SATA, são asseguradas pela TAP, para evitar o pagamento de indemnizações aos passageiros?

Outra questão importante, Sra. Secretária, mantém a confiança na atual administração, perante os resultados que foram obtidos e perante as afirmações e a forma como tem sido abordado o papel da SATA na economia regional?

Relativamente à renovação da frota, qual é o ponto de situação? É fundamental conhecermos.

As aeronaves do tipo Dash 200 têm sérias limitações e não estou a falar da segurança, mas são aeronaves com alguma antiguidade. Portanto, é importante perceber qual é que

é o plano efetivamente do Governo Regional, enquanto acionista, para a renovação desse tipo de aeronaves e, perante as dificuldades financeiras que são sentidas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas isso também não aumenta custos?

O Orador: ... como é que o Governo prevê financiar esta renovação de frota que é imperiosa, sobretudo quando a missão que o Governo quer que a SATA Air Açores tenha é uma política expansionista. Portanto, não é possível ter essa política expansionista sem dotar a empresa de recursos financeiros, humanos e também aeronaves que consigam desempenhar esta função.

Uma última nota e uma última questão, a Sra. Secretária falou das questões urgentes, ao nível de liquidez, não há dinheiro, a expressão é mesmo essa...

*Aparte impercetível da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
(Berta Cabral)*

Sim, Sra. Secretária, mas o que é que o Governo neste momento está a garantir para que os salários dos funcionários sejam pagos o mais rapidamente possível, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quais salários? O subsídio de férias!

O Orador: ... que os impostos e as contribuições sejam pagos o mais rapidamente possível?

No passado, Sra. Secretária, foram dadas instruções a alguns departamentos do Governo Regional e empresas públicas para pagarem urgentemente as faturas em atraso à SATA. Eu pergunto novamente se, perante a dimensão do problema que temos, se essas instruções também já foram dadas? Até se chegou a antecipar duodécimos em alguns departamentos do Governo para pagar rapidamente à SATA e para resolver problemas de tesouraria. Pergunto se esta é também uma das medidas que está a ser implementada, dar instruções para que se pague rapidamente todas as dívidas que as empresas públicas e departamentos do Governo, nomeadamente, na área da saúde, têm

para com a SATA e que desta forma consiga se injetar dinheiro de forma legal no grupo.

E, Sra. Secretária, empréstimos de curto prazo. Neste momento, o Governo Regional tem algum empréstimo de curto prazo feito à empresa que permita também ajudar a resolver os problemas de liquidez? Porque é uma operação que era feita anualmente de empréstimos que no final do ano eram reembolsados. Conforme referi, o problema é extremamente grave e não é apenas um problema da SATA Internacional, é um problema de todo o grupo SATA neste momento. Portanto, nós estamos aqui para colaborar Sra. Secretária.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh! Que grande colaboração! O currículo é excelente!

O Orador: Estivemos e estamos disponíveis, mas Sra. Secretária para que essa colaboração seja efetiva é preciso também que, da parte do Governo Regional e da Administração da SATA, também que seja prestada toda a informação e de forma rigorosa e não como tem sido feito.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça a favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tinha sinalizado logo a interpelação, a partir do momento em que existiu uma referência, por parte do Sr. Deputado que realizou a intervenção, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à ausência do Sr. Presidente do Governo. É, mais uma vez, uma referência com despropósito da coragem, com referência à coragem. Há

uma ideia agora de culto da virilidade — que me faz lembrar uma antiga marcha de Roma — um discurso nesse sentido, mas o que quero dizer, Sr. Presidente, em relação à interpelação e estou a explicar porque é que a faço, tendo em conta as referências que foram feitas em relação à ausência do Sr. Presidente do Governo, era só para dizer que o Sr. Presidente do Governo, como é público e até aqui foi referenciado, vai encontrar-se com o Sr. Primeiro-Ministro. E, portanto, deslocou-se, não pode estar presente nesta sessão.

Sr. Presidente, já agora o que eu registo é, em relação ao tema que estamos aqui a discutir, seria muito interessante, por exemplo, que aqui estivesse o Deputado Vasco Cordeiro.

Presidente: Sr. Secretário, isso já não faz parte da interpelação.

O Orador: Esse sim, não está presente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Devem estar a apanhar o mesmo avião.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Agora sim. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O assunto que nos traz hoje aqui já foi debatido nesta Casa *n* vezes e, de facto, é um daqueles assuntos que a Região tem de enfrentar — como a Iniciativa Liberal dizia em 2020 e 2021 — com coragem, determinação e arrojo, coisa que faltou aos últimos dois governos regionais: ao primeiro governo da coligação e ao segundo governo da coligação. Aliás, há um ditado romano que foi universalmente trazido por Eça de Queirós em *A Ilustre Casa de Ramires* que diz: *Procastinare lusitanum est.* — deixar para amanhã, é um costume dos portugueses. Eu diria: *procastinare Governo dos Açores est*, porque de facto a Sra. Secretária Regional pode vir aqui pedir o apoio do Parlamento e a ajuda dos partidos da oposição, mas foi precisamente o primeiro governo da coligação e o segundo governo da coligação que não olharam para todos

os alertas e para todas as saídas que os partidos da oposição, nomeadamente, a Iniciativa Liberal, apontaram na altura para resolver este problema.

E repare, que em 2022, quando de facto a operação estava a correr melhor, o EBITDA, os resultados operacionais eram bons e aí podia-se falar do grande problema financeiro que era a SATA, da mochila com a carga de juros que vinha de trás, com o peso da dívida que vinha de trás. Hoje, o problema não é financeiro; hoje, o problema da Azores Airlines é mais do que financeiro, é um problema económico com EBITDA negativos, por dois anos consecutivos e isto é grave apesar da retoma do aumento das rotas, do aumento da ocupação, do aumento do transporte de passageiros, de tudo isso. É muito grave! A empresa, nos últimos 2 anos — cujas contas são conhecidas — teve EBITDA negativo, ou seja, é um problema económico. Já não há um problema de pagar juros e de acartar a dívida às contas, como tínhamos em 2021, quando o Sr. Presidente do Conselho de Administração reuniu com os líderes parlamentares da altura e apresentou o Plano de Reestruturação. O problema é muitíssimo mais grave e não é da responsabilidade do passado, porque como já aqui foi dito — e bem —, em 2022 a empresa estava numa rota de crescimento e numa rota de consolidação da sua operação. O problema é que, entretanto, a empresa não tem uma gestão operacional decente. E mais, o acordo de empresa que a Sra. Secretária, dali daquela tribuna referiu, já foi renegociado por este Governo, com este Governo no poder. Não é um acordo de empresa que vem de trás. E é um acordo de empresa, Sra. Secretária Regional que devo dizer: desastroso, que tem levado agora os trabalhadores da SATA Air Açores, que foram os sacrificados, a fazer um pré-aviso de greve, porque deram tudo e mais alguma coisa aos tripulantes da Azores Airlines e deixaram de fora aqueles que andam todos os dias aqui aos trambolhões inter-ilhas. E isto é um facto!

Deputado José Paulo Sousa (CH): É verdade!

O Orador: E é um facto que comprova que tinha razão a Iniciativa Liberal quando em 2021 disse que, se não resolvesse o problema das Azores Airlines, levavam a SATA Air Açores a reboque. Já levaram, porque grande parte dos problemas, Sra. Secretária

Regional, ouça-me com atenção, porque não é o Sr. Presidente do Conselho de Administração que vai me mandar calar, mas também não é a senhora, hão de ser os açorianos no dia em que entenderem!

Vou-lhe dizer uma coisa, Sra. Secretária Regional, já levaram a SATA Air Açores a reboque. E sabe porquê?! Porque grande parte do esforço que é feito pela manutenção da SATA vai diretamente para as Azores Airlines e deixa a SATA Air Açores sempre, sempre em falha. E isto tem sido gravíssimo nos últimos anos! E é por isso que temos também os problemas que temos na operação inter-ilhas, que é aquela que é a nossa vocação. E é aquela em que nós mais vamos sofrer quando tivermos que acabar com ela. E a senhora sabe isso melhor do que eu, porque a senhora foi Presidente do Conselho de Administração da companhia.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Sei sim senhor. Já estive sim e com grandes resultados!

O Orador: A senhora já passou pelo Governo várias vezes e por vários Governos e sabe isso bem melhor do que eu. Mas também sabe que eu sei, aquilo que a senhora sabe que eu sei.

Sra. Secretária Regional, este problema não é um problema de hoje, mas é um grave problema que vamos ter de enfrentar amanhã e a senhora tem todo o direito de nos pedir apoio, tem é que ouvir e tem que fazer aquilo que nós dizemos. Porque não é só chegar aqui e *bla bla bla bla*. Nós estamos aqui para dar todo o apoio e mais algum e depois os senhores continuamos a fazer aquilo que querem e que vos apetece. E isto é que não pode ser!

Sra. Secretária Regional, o Sr. Presidente do Conselho de Administração foi a uma Comissão deste Parlamento dizer que os Srs. Deputados deviam estar calados, porque cada vez que abriam a boca prejudicavam a companhia. Sabe o que é que me aconteceu? Tive um assunto urgente para tratar fora da reunião da Comissão. Mas aqui, nesta Casa, não tem pejo nenhum de dizer que: se eu fosse Secretário Regional deste Governo, aquele senhor já não era Presidente do Conselho de Administração da SATA.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem algum problema pessoal com o Presidente da SATA?

Deputado Nuno Barata (IL): Nenhum! Não tenho problemas pessoais, Sr. Deputado Joaquim Machado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a essa questão da SATA, e depois da intervenção da Sra. Secretária, também é urgente clarificar algumas das questões que eu levantei ali da tribuna e que ainda não foram respondidas, nem sequer na intervenção da Sra. Secretária. Sra. Secretária, esclareça-me aqui uma questão: a Sra. Secretária já anunciou por várias vezes que o Governo da República deve mais de 100 milhões de euros das OSP. Vamos ser intelectualmente honestos, o Governo da República não deve nada.

Isso não existe? Existe. Claro que existia uma obrigação moral, mas se o Governo de Luís Montenegro nem sequer cumpre as obrigações quase legais, ou aquilo que ele promete e que se compromete, como foi o caso das ajudas aos agricultores, eu quero-lhe fazer uma pergunta: acha que algum dia, em algum planeta, o Governo da República vai pagar os 100 milhões de euros das OSP desde 2015? Isso não vai acontecer, isso no mundo real não vai acontecer. Sra. Secretária, é um bocado intelectualmente desonesto vir aqui a esta Casa afirmar que existe uma espécie de dívida. Essa dívida não existe. Se essa dívida existe, então o Governo da República que seja acionado, que se faça uma queixa.

Outra questão, Sra. Secretária: gostaria que me confirmasse ou desmentisse se, além da falta de pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores — que, pelos vistos, será pago até ao dia 15, creio eu — existem dívidas à Segurança Social e às Finanças.

Acredito que, se a empresa dá prejuízo, só possam existir dívidas de IVA, não sei, mas, uma vez que a dívida à Segurança Social configura até crime, e que é crime uma administração não pagar à Segurança Social, gostaria de saber se o Grupo SATA tem, ou não, dívidas dessa natureza.

E também relativamente aqui a esta questão da SATA, o que é a questão essencial aqui que nós andamos todos aqui a empurrar com *a barriga para a frente*, é a questão que o Governo dos Açores e do país não pode ter companhias aéreas e mesmo empresas privadas, não pode ter.

Deputado António Lima (BE): Não pode?

O Orador: Isso tem de ser tudo privatizado, incluindo a SATA Air Açores, provavelmente no futuro terá de ser privatizada, porque só através do processo de privatização, nem que seja com compensações, é que se pode gerir bem. Claro que isto incomoda ali o Deputado António Lima, claro que vai incomodar, porque tudo o que é privado, é mau para ele. Mas eu acho que, desde a questão da contratação pública, desde a questão do financiamento, desde a questão das competências técnicas, tudo isso faz com que os Governos não possam gerir empresas.

Repare bem, o que é que aconteceu com os estaleiros de Viana do Castelo? Era uma empresa altamente falida, subsídio-dependente, deu milhões de prejuízos. Foi privatizada, é um exemplo de investigação, de competências, de lucro. O que é que aconteceu aos estaleiros da Lisnave? A mesma coisa. Uma empresa capturada por sindicatos, ou seja, era um feudo do Partido Comunista. Foi privatizada, resolveu-se o problema. O que é que está a acontecer com a CP? A CP já recebeu de ajudas do Estado cinco vezes a dívida dos Açores. O que é que lá tem? Umas carruagens que Pedro Nuno Santos depois foi comprar a Espanha, pôs lá num armazém, umas carruagens usadas, não se vê a andar por aí. Gastou milhares de milhões de euros, o que é que tem?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E os 3400 milhões da TAP?!

O Orador: Está sempre em greve. Greves, greves! Os maquinistas da CP — não sei se têm consultado as notícias — recebem 15 subsídios, um deles é por se apresentarem

ao trabalho. A TAP agora tem uma certa paz social e até os pilotos aceitaram alguma redução, mas a TAP tinha 19 sindicatos. As empresas públicas, aquilo que era o sindicalismo do século XIX e início do século XX, que era a favor dos trabalhadores, isto agora é uma chantagem para os contribuintes. O que a gente tem é um sindicalismo agressivo de partidos que estão a desaparecer e que usam o sindicalismo como braço armado da política e isso tem de acabar. Até inclusivamente a lei do sindicalismo tem que ser revista, tem que se alterar a Constituição, tem que ser revista. Nós não podemos ter empresas e determinados serviços com greves, que foi o que aconteceu agora, parece que justamente, mas nós não podemos ter os presos a fugir das cadeias, porque os guardas fazem greve ou a GNR faz greve. Há que haver direitos, há que haver equilíbrio. Mas há situações nas empresas públicas, é mais que evidente, estão sempre em greves, nunca é suficiente. Aumentou-se 30 % aos pilotos, se a empresa começar a dar lucro, se calhar não é suficiente, daqui a 2 meses está-se outra vez...

Isto é um problema que é de raiz, o Governo, os Estados não podem gerir empresas privadas, não dá certo. Até se diz aquele conceito que é: quem faz a mesma coisa e espera resultados diferentes, isso é o cúmulo da estupidez. Fazendo a mesma coisa, os resultados vão ser iguais.

Portanto, empresas públicas vão ser sempre empresas de sindicatos, empresas deficitárias, empresas parasitárias, empresas ineficientes e o que a gente está a ver aqui é um *déjà-vu*, a Europa já fez essa limpeza, Espanha deixou cair companhias aéreas, a Alemanha deixou cair companhias aéreas, a Itália deixou cair companhias aéreas, aqui os nossos amigos ao lado da Madeira não têm companhias aéreas e com isso têm turismo. Quando se liberalizou as rotas para os Açores era o caos que vinha por aí abaixo, aumentou-se, não houve caos nenhum, não há caos nenhum, onde há caos é quando o Governo mete a mão e quando o Governo politiza, quando o Governo nomeia administrações incompetentes, isso é que é o caos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando ouvimos que iria existir um pacote — e não vou obviamente fazer a resenha histórica, porque acho que já foi feita várias vezes, eu passo logo para a ação e talvez também para perguntas, com sorte vamos receber algumas respostas, mesmo que não gostemos delas — mas havia um pacote de medidas para o Plano de Sustentabilidade 2024 com o novo Presidente da Administração em que, pensava eu, que iria gerar receita, no total global, 65 milhões de euros. Foi com surpresa que eu vi que aquilo não era receita, era prejuízo, porque temos o prejuízo de 71 milhões, muito parecido com aquilo que supostamente iria ser feito, relativamente à receita e também descobri que se calhar dentro desse Plano de Sustentabilidade também não era receita, era não querer pagar aos trabalhadores aquilo que lhes é devido, que é o subsídio de férias e isso quer dizer que chegámos mesmo ao fundo. Chegar ao fundo de quem trabalhou numa altura, e eu dou razão à Sra. Secretária relativamente ao tempo, e que os nossos trabalhadores da SATA desdobraram-se totalmente e fizeram centenas de horas para conseguir que a SATA estivesse à tona. E o que é que recebem como prémio? Não recebem do subsídio de férias. Foi isto que aconteceu. Mas a culpa tem de ser dos trabalhadores, não pode ser do Sr. Presidente da Administração da SATA, porque o Sr. Presidente da Administração da SATA, em fevereiro, dizia que os resultados eram muito positivos. Este senhor não sabe o que é que está a fazer ou o que está a dizer e depois vai dar a desculpa de que, se não correr bem, a desculpa é das dívidas acumuladas de 2013, exatamente como o Sr. Secretário das Finanças, que agora não está presente, mas sou obrigado a dizer, que a culpa era do Vasco Cordeiro e do Carlos César, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E é!

O Orador: ... mas continua a ser, 5 anos depois do Governo? Continuamos a arranjar desculpas e a dar desculpas entre governos: o governo anterior e o governo de agora, em vez de arranjarmos soluções? Eu sou virado às soluções, eu não sou virado a dar as culpas ao Governo, *ad eternum*. Eu pergunto: como é que está o processo de privatização? Isto é importante nós sabermos, é importante os açorianos saberem. Como é que está relativamente ao subsídio de férias? Vai ser mesmo pago no dia 15, ou no dia 15 vamos ter outro comunicado a dizer que não temos dinheiro? O que é que aconteceu relativamente, e isto também ao partido que gerou este debate de urgência e votou a favor do Orçamento, e com isto o que é que deu? Seis cartas de conforto do Grupo de SATA, no valor de 70 milhões de euros, 4 milhões à SATA Holding e 2 milhões à SATA Air Açores e também os avales, no valor de 80 milhões de euros, nos últimos 4 anos, por este Governo. O que é que aconteceu? O CHEGA votou a favor, agora está a chorar e está a tentar largar o Governo do qual andou a sustentar durante estes anos.

Deputado Francisco Lima (CH): O senhor está a ver-me chorar?!

O Orador: Votaram a favor dos avales, votaram a favor das cartas de conforto, é por isso que temos esta dívida, porque foi dada carta aberta a todos os Presidentes dos Conselhos de Administração, desde 2013 — não vamos ainda falar de mais para trás — que andámos a brincar aos aviões e continuamos. E não vamos agora às desculpas de que é só um problema operacional, não é só um problema operacional. E por isso eu fiz estas duas perguntas, para mim são muito importantes, não sei quem é que vai responder, se é a Sra. Secretária, se é o Sr. Secretário das Finanças sobre como é que está o processo de privatização e o que é que o Sr. Presidente do Conselho de Administração disse ao maior acionista, relativamente ao que é que serão as ações imediatas a curto prazo para que a gente saia desta dívida absoluta da SATA?

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Simões, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Procurando recentrar aqui o debate.

Não se pode falar da SATA hoje, sem falar do passado. Um passado que condiciona forte e negativamente o presente e dito o futuro da SATA Internacional. Um passado que tem a assinatura dos governos do Partido Socialista liderados por Vasco Cordeiro. Se não vejamos, um ano após a sua tomada de posse, a SATA Air Açores entrou em falência técnica. Estávamos em 2013. Três anos mais tarde, em 2016, a SATA Internacional também entrou em falência técnica. Ou seja, em apenas quatro anos, o Governo Socialista de Vasco Cordeiro destruiu a SATA.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas alguém acredita nisso?!

O Orador: E não foi por falta de aviso. Em 2013, o então CEO do Grupo SATA, António Gomes de Menezes, alertou a tutela para os graves problemas financeiros e risco de rutura de tesouraria, ao ponto de poder falhar o pagamento de salários.

O Governo fez ouvidos de mercador. António Gomes de Menezes avisou ainda o Governo de Vasco Cordeiro de que o caminho que estavam a trilhar iria conduzir a falência técnica, em menos de três anos.

Pasme-se. Três anos mais tarde, esse cenário, infelizmente para os Açores e para os açorianos, concretizou-se.

Entre 2013 e 2019, a SATA Internacional foi responsável por 90 % do prejuízo do Grupo SATA, como consta do relatório de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas. De resto, um relatório arrasador para os governos do Partido Socialista que nunca conseguiram emendar a mão e corrigir os erros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Pelo contrário, foram acumulando prejuízos e deteriorando inexoravelmente o capital da SATA, que neste espaço de tempo viu o seu passivo

aumentar 134 % para cerca de 500 milhões de euros e com um prejuízo acumulado de 260 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Nesse período, o capital próprio passou de 19,4 milhões de euros negativos para mais de 230 milhões de euros negativos, um aumento de 1.087 %. Repito, 1.087 %. Não foi com ligeireza que o Tribunal de Contas afirmou que o capital próprio da SATA foi sujeito a uma acentuada erosão.

Deputado Nuno Barata (IL): Ó Sra. Secretária, com esta ajuda a senhora não chega lá!

O Orador: Ao longo dos anos, sucederam os presidentes do Conselho de Administração e a maioria saiu em conflito com a tutela.

António Gomes de Menezes demitiu-se devido a constantes interferências do então secretário regional da tutela, Vítor Fraga. Luís Parreirão, o pai do Cachalote e que foi responsável por um buraco ainda por explicar de 50 milhões de euros, ou seja, uma verba que dava para comprar 4 hospitais modulares, saiu alegando razões profissionais. Airosamente evitou uma ida à CPI da SATA.

Paulo Menezes saiu com uma relação deteriorada com o Governo Regional. Eles que eram tão amigos.

António Luís Teixeira demitiu-se por atrasos na implementação das então anunciadas medidas de reestruturação da SATA, já nessa altura.

Luís Rodrigues saiu a pedido de António Costa, então Primeiro-Ministro de Portugal, que o convidou para CEO da TAP, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Secretária, meta mão nisto. Eu sei que a senhora não se revê nisto.

O Orador: ... sabendo que a SATA estava em pleno processo de privatização liderado justamente por Luís Rodrigues. O então Primeiro-Ministro ignorou, uma vez mais, o interesse dos açorianos, como de resto sempre fez em diferentes matérias de interesse dos Açores.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E se recuarmos um pouco mais no tempo, também António Cansado, talvez o mais carismático e emblemático CEO da SATA, saiu por divergências estratégicas com o Secretário Regional de Economia de então, Duarte Ponte.

Como se constata, nas mãos dos governos do PS, os presidentes do Conselho de Administração da SATA saíram quase sempre a mal. Um histórico de dificuldades de relacionamento entre vários CEO da SATA e o Executivo Regional, sintomático do que eram as governações do Partido Socialista de Vasco Cordeiro.

E chegámos ao presente.

Não tomando em consideração os anos de 2020 e 2021, anos condicionados pela pandemia da covid-19, os números demonstram a trajetória de recuperação da SATA com este governo de coligação liderado por Vasco Cordeiro.

Olhemos para os números. Resultado líquido da SATA Internacional em 2017: -37,6 milhões de euros. Resultado líquido da SATA Internacional em 2018: -61 milhões de euros. Resultado líquido da SATA de 2019: -56 milhões de euros. Em 2022: -34 milhões de euros, reduziu 30 %. Resultado líquido de 2023: -26 milhões de euros. Há aqui um trajeto de recuperação.

Deputado Carlos Silva (PS): E 2024?

O Orador: E chegámos ao 2024.

Tenha calma, Sr. Deputado. Vamos lá chegar. Já me conhece o suficiente para saber que eu não fujo à discussão.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E chegamos a 2024. 2024, um ano marcado por diversas dificuldades excepcionais e não repetíveis. A bem da seriedade do debate, importa não esquecer o contexto macro e o contexto internacional.

A guerra na Ucrânia que teve um impacto profundo, resultando no aumento dos custos das matérias-primas e contribuindo para uma crise inflacionista global. A isto acrescem as dificuldades naturais, relacionadas com imprevistos de mau tempo que obrigaram o cancelamento de voos, a manutenções mais demoradas do que o previsto, para além de manutenções não programadas, devido a avarias em aviões da SATA, o que aumentou os custos operacionais e afetou a eficiência do grupo, gastos com pessoal, devido aos compromissos assumidos no âmbito dos novos acordos de empresa e a despesa escondida do Cachalote que veio acrescentar mais 6 milhões e 400 mil euros, fora os custos e os juros. No total estamos a falar de encargos que, como aqui já foram referidos, ascendem a cerca de 53 milhões de euros.

O ano de 2024 não foi um bom ano para a SATA. É verdade, mas é um ano de exceção num trajeto de clara recuperação dos danos provocados por anos de má gestão dos governos socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se a SATA tem de ser privatizada e vai sê-lo a responsabilidade é de quem atirou a SATA para a falência e escancarou as portas para a Comissão Europeia vir impor a sua lei.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A responsabilidade do problema da SATA é dos governos socialistas.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Silva, vamos ser honestos, as razões que eu aqui elenquei, que justificam o mau ano de 2024, foram as mesmas razões que o vice-presidente da

bancada parlamentar do PS e o seu atual líder evocou em 2018 para evocar o ano *horribilis* que a SATA teve.

Estão aqui todas as justificações. Digo-lhe: aumento do preço de combustível, aumento de gastos com pessoal, serviços da ACMI, medidas com impacto...

Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso (PS).

Não, os senhores usam o argumento como lhes convém.

Mas digo mais, Sr. Deputado, não há atrasos de salários. Infelizmente ...

Protestos da Deputada Andreia Cardoso (PS).

Tenha calma, tenha calma, Sra. Deputada...

Infelizmente, não houve atempadamente o pagamento de subsídio de férias. Em 2019, infelizmente, em duas ocasiões, em julho de 2019 e em setembro de 2019, a SATA não pagou não foi subsídios de férias, não pagou salários.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então é bom, não pagou salários.

O Orador: Mais, Comissão de Trabalhadores da SATA, em 2018...

Ruído na sala.

Não sei se querem ouvir, se já sabem a lição toda.

Em 2018, dizia a Comissão de Trabalhadores: “Neste momento, a dívida é completamente impagável pela SATA. Não temos recursos financeiros para pagar os vencimentos sem recorrer à banca. Como é que podemos pagar a dívida?”.

Não podemos esperar mais por atitudes que deviam ter sido tomadas ontem, anteontem ou talvez um ano. A incapacidade dos governos do Partido Socialista para governar a SATA não vem de agora, vem de há muito. E essa fatura está a ser paga por todos nós.

Repito e basta, ...

Ruído na sala.

Olhe para os dados de 2022 e 2023. Um mau ano, não faz uma companhia, não faz uma empresa.

Deputado António Lima (BE): 1 ano mau?! O senhor caia na realidade!

O Orador: Marta Couto, 2014, eu vou ler: “Um ano mau de resultados não faz o historial de uma empresa.” Estou a citar uma camarada vossa.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Ai Paulo, Paulo, quem te viu e quem te vê!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a meio de 2025, a pouco menos de seis meses do final do ano, a pouco menos de seis meses do fim do prazo negociado entre a União Europeia e o Estado-membro de Portugal para ser concluído o processo de reestruturação e de venda de parte do capital social da Azores Airlines e da SATA Handling, com o objetivo de salvar a SATA Air Açores, que é a companhia aérea fundamental para a nossa mobilidade interna e que todos nós, acho que ninguém neste Parlamento, põe em causa a necessidade de termos essa companhia aérea e a utilidade que ela tem, não só para a nossa mobilidade interna, como para o nosso comércio, para a nossa economia.

E, portanto, já muito foi dito neste debate sobre a gestão do grupo SATA, nomeadamente da Azores Airlines, dos sucessivos prejuízos acumulados durante demasiados anos, e chegamos a este processo de reestruturação.

E eu chamo a atenção — não preciso chamar a atenção dos Srs. Deputados, porque eles sabem — mas chamo a atenção dos açorianos, que está publicado num jornal oficial da União Europeia, que é o Diário da República da União Europeia, em junho de 2023, uma decisão da União Europeia que é esse acordo entre a União Europeia e o Estado português para salvar a SATA. E, no seu artigo 4.º, diz o seguinte: “os três aumentos de capital da SATA Air Açores, subscritos desde 2017, num montante total de 72,6 milhões, constituem um auxílio estatal ao abrigo do Tratado de Funcionamento da União Europeia.” E o n.º 2 diz que esse auxílio foi executado ilegalmente por Portugal, em violação também desse Tratado de Funcionamento da União Europeia.

Portanto, é aqui que começa a história. Os auxílios estatais concedidos pelo Governo Regional à SATA, desde 2017.

Não tivesse havido esses auxílios estatais e a União Europeia não se tinha metido ao barulho e obrigado a vender a Azores Airlines. E, portanto, este é o início do filme.

Mas, como em qualquer filme, pode haver sempre uma história prévia. E a história prévia são os sucessivos prejuízos acumulados, pelo menos desde 2013, que levaram a que em 2017 a SATA estivesse falida e o Governo Regional tivesse lá injetado ilegalmente dinheiro. E, portanto, é este o ponto da situação. Foi assinado um compromisso entre o Estado Português e a União Europeia e esse compromisso obriga à venda do capital social da Azores Airlines. Portanto, querer reverter isto é enganar os açorianos. Nós não estamos aqui para enganar ninguém. Este é o ponto da situação.

E, chegados a julho de 2025, o que é que vamos fazer? Temos o resultado financeiro de 2024, que é um resultado financeiro que é manifestamente mau, mas também é assumido pelo Conselho de Administração, que é mau. Mas temos um histórico desde 2022, 2023, que nos dá uma perspetiva de que a companhia até estava recuperando, não tivesse acontecido em 2024, eventos irrepetíveis e inesperados que levaram a esse

prejuízo inesperado. E, portanto, há um processo de venda pública com interessados na aquisição de parte do capital da Azores Airlines e há um processo negocial em curso e, portanto, introduzir ruído neste processo é querer que a privatização corra mal, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... é querer que possamos correr o risco de chegar ao fim de 2025 e ter de fechar a Azores Airlines e despedir centenas ou milhares de trabalhadores, com o prejuízo não só pessoal para cada trabalhador, para as respetivas famílias e o prejuízo social que isso vai trazer para a Região.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, ou bem que temos aqui um debate responsável, ou bem que passamos o debate até à hora de almoço a atirar pedras uns aos outros a dizer que este é responsável e o outro também é.

Já que o Partido Socialista começou esta semana de trabalhos a lembrar que o Sr. Presidente do Governo não está sentado na sua cadeira, eu também pergunto agora ao Partido Socialista onde é que está o antigo Presidente do Governo, responsável por estes prejuízos todos, desde 2013, que também não está sentado na sua cadeira e que deveria estar neste debate e a responder pelos prejuízos acumulados da Companhia e que nos trouxeram a esta situação.

Portanto, se é para fazer esse debate, nós também estamos aqui para fazer esse debate, também gostamos de fazer esse debate. E, portanto, ou fazemos este tipo de debate, ou fazemos um debate sério. A companhia aérea, seja a Sata Air Açores, como a Azores Airlines, tem de servir os açorianos, tem de servir todas as nove ilhas, tem de servir, não só a mobilidade dos açorianos, como o transporte de carga, tem de também acudir às emergências médicas e isto é reconhecido pela União Europeia, que nos diz que para salvarmos a SATA Air Açores temos de alienar a Azores Airlines, porque a União Europeia reconhece esta importância estratégica da SATA Air Açores.

Sras. e Srs. Deputados, a Azores Airlines é uma companhia também igualmente importante para a mobilidade dos açorianos, sobretudo para o continente e para a diáspora e deve estrategicamente ter essas duas prioridades, o resto é acessório.

Obviamente que é necessária uma reestruturação, é necessário aumentar a eficiência da companhia aérea como um todo, nas suas diversas componentes e nas suas diversas empresas que constituem o grupo SATA e é isto que nós defendemos e defendemos, sobretudo, um debate sério, esclarecedor — que não foi o que aconteceu até ao momento — e um debate que não crie engulhos, nem problemas no processo negocial que está em curso e que nós queremos que chegue a bom porto para salvarmos a companhia aérea.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço de novo a palavra neste debate porque já, por duas ou três vezes, assisti a um apelo emocional sobre esta questão e é um facto, os açorianos falam da SATA como a nossa SATA, como a nossa companhia.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E o senhor também não teve há pouco um discurso emocional? Eu inspirei-me em si.

O Orador: Os açorianos — alguns — têm ainda memória do tempo em que eram dependentes apenas da TAP e dos horários maus da TAP e muitos açorianos não conseguem atingir a dimensão deste desastre precisamente por essa ligação emocional que têm à companhia.

Mas esse desastre financeiro e esse desastre económico, e volto a referir, isto já não é apenas um problema financeiro, não é apenas um problema do passado, é um problema que se tivesse sido posto a zeros em 2022, continuava a existir e a aumentar, porque o

EBITDA tem sido negativo — e é preciso que as pessoas percebam isso — não pode ser tratado de forma emocional. O que os açorianos têm de perceber é que aquilo que se enterra na Azores Airlines é aquilo que faz falta na atualização das carreiras, nos buracos das estradas, nas tintas das escolas, etc., etc., etc. Ou seja, está a sair do pelo dos açorianos todos os dias, os sacrifícios que fazem, quando parte um amortecedor, quando rebenta um pneu, quando chegam à escola e cai uma telha em cima de uma criança, etc., etc., etc. E, portanto, é preciso fazer este apelo também aos açorianos para que percebam que esta coisa de *ter os anéis leva-nos os dedos* e é grave.

Ruído na Sala.

Sr. Deputado Pedro Pinto, o senhor gosta muito de apartes, mas devo dizer que da sua intervenção o senhor tocou num ponto que para mim é importantíssimo, que é a questão do ruído. Não foi o ruído dos Srs. Deputados, não foram os alertas deste Parlamento que fizeram parar o processo de privatização da SATA há quase 2 anos.

O que fez parar o processo de privatização da SATA há quase 2 anos foi o medo do Governo que o senhor suporta, de enfrentar com coragem um problema que tinha pela frente. Foi o ruído das redes sociais, foi o ruído da tal emoção que andou nas redes sociais: “Vamos ficar sem a nossa *SATINHA*”. Não, nós vamos ficar sem a nossa *SATINHA*, mas é para sustentar a nossa SATA Internacional que vamos ficar sem a nossa *SATINHA* e, nesse, dia vão todos carpir. Nesse dia estarei aqui, ou no outro lado qualquer, para puxar dos galões da irresponsabilidade que este Governo teve em não privatizar a Azores Airlines quando era tempo de o fazer. Até porque eu não sei se vai ter tempo, até ao prazo de 31 de dezembro de 2025, para concretizar aquilo que se comprometeu com a União Europeia. O que vai fazer provavelmente é tentar-me puxar mais um *prazozito* para continuarmos a enterrar dinheiro numa coisa que, infelizmente, infelizmente, não tem possibilidade alguma de ser salva.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde meados da década de 2010, a Azores Airlines tem mostrado um evidente desequilíbrio orçamental, agravado por decisões políticas que prejudicaram de forma substancial a sua liquidez. Foram diversos os atrasos nos pagamentos por parte do Governo Regional, que chegaram a ascender a cerca de 60 milhões de euros, assim como do Governo da República, contribuindo decisivamente para a deterioração financeira da empresa.

A par destes atrasos, a exploração prolongada de rotas claramente deficitárias — sob a gestão socialista — acabou por sobrecarregar a tesouraria da companhia, algo que não conseguiu ser revertido ao longo dos anos.

Deputado José Pacheco (CH): Oh e atualmente?!

O Orador: Neste contexto de fragilização, surgiram apoios públicos concedidos pelo governo socialista à companhia sem o devido enquadramento legal, provocando uma intervenção da Comissão Europeia.

Em 2022, foram aprovados 453,25 milhões de euros em ajudas à reestruturação, mas sob a condição expressa de vender pelo menos 51 % da Azores Airlines e o handling, de modo a limitar o impacto competitivo e garantir a sustentabilidade futura. Esta conjuntura revelou, por um lado, a profunda dependência da empresa em relação ao setor público e, por outro, a urgência de uma gestão mais eficiente.

A decisão do atual executivo regional (PSD/CDS-PP/PPM) liderado por José Manuel Bolieiro reflete uma postura proactiva e determinada: em março de 2025, o Governo considerou reunidas as condições para avançar com a privatização da SATA Internacional (Azores Airlines), passando à fase final de negociação com o consórcio formado pela Newtour/MS Aviation, que viu reforçada a proposta para 15,2 milhões de euros, e ...

Deputado José Pacheco (CH): Eu quero ver!

O Orador: É só marcar uma passagem e ver se tem lista de espera. A minha mulher e o meu filho, por exemplo, para irem no sábado para o Corvo estão em lista de espera. O senhor marque uma passagem e veja!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

... que agora conta com a integração no projeto de gestores de elevado prestígio como Carlos Tavares (ex-CEO da Stellantis) e Paulo Pereira da Silva. A entrada destas figuras assegura a credibilidade do processo, ...

Aparte impercetível do Deputado José Pacheco (CH).

O Orador: Marque uma passagem!

Deputado José Pacheco (CH): Eu não vou marcar, porque não vou gastar o meu dinheiro. A SATA é que tem obrigação de informar os passageiros!

O Orador: fortalecendo a capacidade financeira, operacional e estratégica do comprador.

Este passo é crucial para pôr fim à situação atual, em que a dívida — estimada em cerca de 400 milhões de euros — permanece sob responsabilidade da Região, mas ao mesmo tempo permite internalizar esse passivo e eliminar os elevados custos operacionais recorrentes, representando uma clara salvaguarda das finanças públicas e do interesse coletivo da comunidade açoriana.

Em síntese, a privatização não só mitiga o risco de falência ou injeções públicas permanentes, mas também abre caminho a uma gestão privada robusta e transparente, orientada por critérios de eficiência económica.

Enquanto isso, a postura dos governos socialistas à frente da Azores Airlines fica claramente marcada por uma estratégia gerencial: o atraso no pagamento de responsabilidades financeiras, a decisão de manter rotas deficitárias ...

Deputado José Pacheco (CH): E atualmente? Não são deficitárias, são deficientes!

O Orador: ... por razões puramente políticas ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: ... e a concessão de apoios públicos não sustentáveis, que resultaram na intervenção da União Europeia.

O cenário atual é, de facto, consequência dessa má gestão, e só por meio de um diagnóstico objetivo se compreende a dimensão do esforço que está agora em curso.

Em síntese, o atual Governo Regional tem feito o que era imperioso: assumir responsabilidade, executar uma estratégia credível e cumprir as exigências da União Europeia para restaurar a viabilidade da companhia.

Ao insistir na privatização, o executivo promove maior segurança jurídica, transparência nos processos negociais e reequilíbrio financeiro, defendendo os interesses dos açorianos.

Importa, por fim, sublinhar que o processo está ainda em curso, mas com sinais claros de que poderá ser concluído com sucesso — algo reconhecido pelo consórcio interessado e pelas garantias dadas à Assembleia Regional.

Este compromisso de modernização e rigor na gestão representa uma resposta adequada à herança problemática deixada pelos governos socialistas, e uma demonstração inequívoca de que, através de vontade política e profissionalismo, é possível inverter uma trajetória de desequilíbrio para dar à Azores Airlines e à SATA um futuro sustentável, competitivo e ao serviço dos Açores.

Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 10 minutos.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Neste momento o Vice-Presidente Joaquim Machado substitui o Presidente Luís Garcia na Mesa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Sr. Deputado Carlos Silva, do Partido Socialista, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, Berta Cabral, foram feitas muitas questões sobre o presente e sobre o futuro e, portanto, creio que é do interesse de todos, incluindo do Governo, prestar os esclarecimentos que foram solicitados e acrescento uma questão adicional.

Sra. Secretária, há um pré-aviso de greve para os próximos dias na SATA Air Açores, pergunto que diligência está o Governo a tomar para evitar que essa greve se concretize e para que os problemas que foram sinalizados pelo sindicato possam efetivamente ser resolvidos? Porque, não creio que nem a SATA aguento com muito mais greves, nem os açorianos, nem todos os passageiros também precisam neste momento difícil e de grande mobilidade de mais uma greve. Portanto, é importante também perceber que

papel é que o Governo tem nessas negociações ou no tentar resolver os problemas que foram identificados.

Muito obrigado.

Deputadas Andreia Cardoso e Marta Matos (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Simões do Grupo Parlamentar do PSD.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Faço esta intervenção porque o Partido Socialista fica sempre muito incomodado quando se fala do passado, ...

Deputadas Andreia (PS): Ninguém disse isso.

O Orador: ... não apenas da SATA, mas sobretudo, neste caso, da SATA. O Partido Socialista fica incomodado e acha que não se deve falar do passado, esquecendo-se que quando começou a ser Governo, em 1996, também olhava para trás e obliterava o passado. Portanto, são situações diferentes, em períodos diferentes da fase de vida do Partido Socialista.

Mas porquê é que eu estou a fazer esta intervenção? Para tentar explicar porque é que o passado, de facto, impacta no presente e no futuro da SATA. Procuo não dizer as coisas por dizer e consubstanciadas em factos. E quando eu falo do impacto do passado no presente e no futuro da SATA, tem a ver, por exemplo, com isto. É que, de acordo com o Plano de Negócios de 2015 a 2020, o Grupo SATA iria necessitar de, pelo menos, 15 anos para resolver liquidar as suas obrigações financeiras. Portanto, nunca antes de 2030 essa situação ficaria resolvida. E se a isso não acrescentarmos os mais de 112 milhões de euros de OSP que não são pagos — que nunca foram pagos desde 2015 — e se adicionarmos os 50 milhões de euros do Cachalote, estamos a falar de um acréscimo de, pelo menos, 150 milhões de euros.

E, portanto, o vosso próprio Plano de Reestruturação 2015-2020 previa 15 anos para resolver os problemas financeiros da SATA. Se isto não é o passado a interferir no presente e acondicionar o futuro, não sei o que é que é.

Deputado Carlos Freitas (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Os 450 milhões não interessam.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado José Pacheco, do CHEGA, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, ou é da fome, ou num tema tão importante como este, está tudo dito. Eu vou pela segunda opção.

A SATA tem sido o *elefante no meio da sala* há uns anos acrescentados. E porquê é que não se resolve? Há bocadinho, aqui em conversa com o nosso vizinho de bancada, dizia porque é o Uber dos políticos, é o UBER para ir buscar votos. Isto é uma realidade e é isto que os açorianos dizem com toda a frontalidade.

Aliás, devíamos estar agora, hipoteticamente, Sr. Presidente, no aeroporto de Ponta Delgada, por exemplo, e ouvir os gritos das pessoas desesperadas a dizerem: “Fechem-me isto!”.

São os aviões que se atrasam, são os aviões que se cancelam, são as pessoas que não têm informações, são as pessoas que não sabem de nada. Isso não é uma companhia aérea, isso é um manicómio, uma casa de saúde. E nós continuamos a apostar nisso. Porquê? Porque há uns senhores que usam isto — como eu ouvi há bocadinho — usam a SATA para eleitoralismo, enquanto, eu, dono da SATA, eu, contribuinte, continuo a pagar isto.

Ouvimos aqui um discurso: “A SATA nunca esteve como está! Uma maravilha!”. A Internacional, 71 milhões de prejuízos. Assim não custa.

Eu faço um aquaparque aqui no lado de fora do Parlamento, com 70 milhões de euros, com escorrega, trampolins e aquilo vai ser um sucesso. O problema da política e dos políticos é trabalhar com o dinheiro dos outros. Porque se fosse privado, as pessoas faziam continhas.

Senhores da SATA, onde é que estão as rotas deficitárias? Onde é que estão as taxas de ocupação? Nós andamos há 4 anos a pedir isso. Onde é que estão? Eu quero saber. A rota de Milão, de Paris, as internas, eu quero perceber a ocupação. Quanto é que nos custou? Qual é o prejuízo que dá? Porque tem que dar prejuízo. 71 milhões de euros não caíram do céu! Há prejuízos e se os há é porque há má gestão. E se há má gestão, é porque alguém mandou. Mas isto são coisas que nem é preciso estudar para se saber. Depois, fala-se em guerras, mas também se diz que cresceu 14 %.

Senhora Secretária, qual das verdades é que a senhora quer que eu compre?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): As duas!

O Orador: Eu preferia comprar aquela que é: os Açores são procurados, a SATA até voa mais, mas o desperdício é maior. Esta é a verdade que eu assumo. Outra questão também, e dizia muito bem, o Sr. Deputado do PAN, nós aprovámos, sim, sim, nós aprovámos. Sim, nós apoiámos este governo. Sim, sim, e o que é que fizemos hoje? Trouxemos cá o tema. Viemos pedir contas. É assim que se trabalha. Nós não fazemos força de bloqueio, nós não temos linhas vermelhas, mas também, na hora de pedir contas, estamos cá.

Outra questão também, e que fique registado, é que nós não estamos disponíveis para colaborar. Nós não estamos disponíveis em *soluçõeszinhas*. Foram 4 anos nisto. Nós estamos disponíveis, sim: ou se vende, ou se fecha. Ponto, mais nada, clarinho como água. Ou se vende a Internacional, ou se fecha a Internacional, até ao final do ano. Ponto, parágrafo, não há mais argumento nenhum.

Soluções para *empurrar com a barriga*, não contem com o CHEGA. Mas não contam mesmo. Aí, sim, nós vamos fazer o nosso trabalho de oposição, porque isto é um cancro nos Açores.

Como dizia o meu colega e muito bem, estamos a tirar de educação, estamos a tirar da saúde, estamos a tirar da agricultura, estamos a tirar das pescas, nunca há dinheiro para nada. Mas a SATA, de forma direta e indireta, está a levar o dinheiro dos contribuintes e isto tem de acabar uma vez por todas.

E mais, eu já o disse aqui várias vezes, se nós não resolvermos o problema da internacional, o mais certo é nós termos um problema gravíssimo com a SATA inter-ilhas e isso é que nós não precisamos. Nós precisamos desta SATA. Não é para ter os voos para os políticos, é para ter os voos para os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado.

Dou a palavra agora ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema SATA é certamente aquele mais debatido nesta Casa e possivelmente entre os açorianos e os açorianos que atentam à causa pública. E se fosse um tema fácil, não teria tanta discussão e já estaria resolvido.

Deputado José Pacheco (CH): É fácil, é fechar!

O Orador: É um tema difícil. Já em 2017, na altura, o maior partido da oposição apresentou um documento ao Presidente do Governo com a preocupação institucional

e com propostas concretas e disponibilidade concreta em 2017 para estancar o problema que vinha a crescer desde 2012.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Essa disponibilidade concreta, formal, por parte do então maior partido da oposição, foi vilipendiada, gozada e nunca respondida pelo Governo de então.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Era assim que se fazia política na altura, com disponibilidade das oposições e com ultraje, por parte do poder.

Deputado Carlos Freitas (PS): Muito bem!

O Orador: E hoje, face ao que tivemos e ao passado, temos de ter a consciência e a capacidade de assumir e este Governo também assume que já acertou e já errou.

E com esta consciência, o que é que podemos dizer às açorianas e aos açorianos? É evidente, um problema gravíssimo da governação dos Açores, um problema gravíssimo para as açorianas e para os açorianos, naturalmente um problema gravíssimo também para as finanças dos Açores.

E é verdade, muitas vezes temos dificuldades para atualizar pagamentos em atraso, mas não podemos deixar de acudir à SATA para que ela não feche. É verdade, é preciso que as pessoas tenham a perceção disto e nós, no Governo, e eu como responsável das Finanças, assumo há momentos em que, em vez de atualizarmos mais pagamentos em atraso, temos de acudir às necessidades financeiras da SATA.

E é por isso que me custa muito, e nos custa muito, quando se colocam em cima da mesa situações, que naturalmente podem ser justas, de reivindicações de grupos de trabalhadores na SATA, mas que, neste momento, devem ser tidas em conta, na perspetiva que estamos a tentar fazer com que a SATA tenha condições para continuar a voar. É um momento muito relevante, muito importante.

Não vamos fazer tudo bem, como não fizemos até aqui, mas vamos fazer um esforço de, por um lado, cumprir a obrigação que temos como a Comissão Europeia, que

Portugal assumiu como Estado Membro perante a Comissão Europeia, de privatizarem mais de 50 % a Azores Airlines e privatizarem 100 % o negócio de handling da SATA. É também conhecido que, neste momento, estamos na fase final de um processo concursal, em que houve um consórcio que foi apurado para estas negociações finais que estão a decorrer lideradas pelo júri e entre o consórcio e o Conselho de Administração. Sabemos que foi reforçado recentemente as suas componentes, até porque a Região, atendendo à valorização do ativo que o consultor CaixaBI tinha feito e, na defesa do interesse público, obrigou, exigiu que houvesse um acompanhamento dessa valorização do ativo, algo que o consórcio aceitou e agora está em negociações. É público, fazem reuniões já com os sindicatos, estão a fazer aquilo que é a sua responsabilidade. Porque nós também não queremos que o comprador adquira inconscientemente, ou sem saber o que é que se vai passar no dia seguinte. É natural que tenha de falar com os sindicatos, mas estes não são processos assim tão simples, como às vezes queremos fazer parecer.

Por exemplo, depois, quando o processo for concluído de negociação com o consórcio, ainda é preciso passar pela autoridade de concorrência, é preciso passar pela ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil), tanto em relação à Azores Airlines, como em relação ao negócio do handling. São matérias complexas, delicadas e que levam o seu tempo. Mas, aquilo que eu posso assumir aqui é aquilo que o Governo já assumiu. Vamos finalizar o procedimento de alienação da Azores Airlines.

Deputado José Pacheco (CH): Que remédio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É a nossa obrigação. A nossa obrigação não é por A, B ou C dizer o que tem de ser. É porque é um compromisso do Estado português e da Região perante a Comissão Europeia e porque sabemos que, se não o fizermos, não criamos condições para preservar aquilo que queremos preservar, que é a SATA Air Açores OSP.

Portanto, se o processo for concluído negocialmente com este consórcio, sê-lo há em breves semanas. Se se chegar à conclusão que, por alguma razão, não se consegue

fechar este negócio, teremos que partir para uma negociação direta que, juridicamente, também já sabemos que podemos fazer.

Mas queremos cumprir até ao final do ano. É desafiante, mas queremos cumprir este desiderato.

É preciso também ter em atenção o seguinte: é que qual é a alternativa se não vendermos ao consórcio ou por negociação direta? A alternativa é a insolvência. E é preciso que as açorianas e os açorianos percebam também que a insolvência o que é que vai representar para os Açores. Representa, não só, ficarmos com o passivo que já lá está — esse ficamos sempre — mas poderá representar mais 300 milhões de euros de indemnizações, de pagamentos de indemnizações aos trabalhadores.

Deputado José Pacheco (CH): Não é bem assim!

O Orador: E, portanto, estas matérias temos que tê-las todas em consideração nesta análise. Se fosse uma entidade privada, se a SATA, se a Azores Airlines, fosse propriedade de uma entidade privada, na insolvência, naturalmente os credores iriam em cima da massa falida, mas também dos acionistas. Ora, neste caso o acionista é público. E, portanto, aquilo que nós temos que ter em consciência é que, também por essa razão, nós temos que concluir o procedimento de alienação, seja ao consórcio, ou seja, por venda direta. Ao não acontecer, naturalmente chegamos a uma situação em que a Região não pode meter mais dinheiro na SATA e teremos de ir para a insolvência. Isso é inevitável.

Portanto, é com isto que nos confrontamos com toda a frontalidade e honestidade. E gostaria também de dizer que o Governo está empenhado em cumprir a alienação da Azores Airlines e em cumprir a alienação do negócio do handling, tal como está acertado com a Comissão Europeia. E também posso dizer aqui, hoje, que temos tido reuniões com a Comissão Europeia e que tudo está alinhado com a Comissão Europeia. Aliás, não há muito tempo, os deputados europeus fizeram uma questão formal à Comissão Europeia, que foi respondida a dizer que o processo estava a seguir o seu caminho normal. Também posso dizer que as negociações que temos tido com a

Comissão Europeia denotam a continuidade de boa-fé e de boa vontade da Comissão Europeia para, em especial, a Azores Airlines, para cumprirmos aquilo com que nos comprometemos da SATA Internacional. Aliás, peço desculpa, a compreensão da Comissão Europeia em relação à SATA Air Açores. É isso que está em causa. Continuamos a verificar a compreensão da Comissão Europeia em relação à SATA Air Açores OSP. E também estamos alinhados com a Comissão Europeia naquilo que é preciso fazer da alienação das Azores Airlines, da S4 e do handling.

E também já está visto com a Comissão Europeia tudo o que tem que ser feito em termos de conversão de capital, em termos de garantias que temos de prestar à SATA. Está tudo alinhado e quero tranquilizar esta câmara e as açorianas e os açorianos. Não só a Comissão Europeia já formalmente disse que estava a correr conforme estava nos trâmites, como também, nas reuniões mais recentes que tivemos com a Comissão Europeia, de ponto de situação, isto ficou claro e não temos, nesse aspeto, qualquer preocupação no cumprimento daquilo que diga a respeito a capital, a garantias, a alienação. Está tudo transparentemente visto e analisado com a Comissão Europeia e, quanto a esse aspeto, acho que podemos estar tranquilos, relativamente a esta matéria. Sr. Deputado António Lima, eu penso que já me conhece suficientemente para saber que o que eu digo aqui é a mais pura da verdade.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há um ano atrás, o então Administrador Executivo da SATA caracterizava o momento que se vivia à altura, em termos operacionais e financeiros na SATA, como um momento ímpar.

E ímpar não pelas melhores razões, naturalmente, mas porque os desafios ou as dificuldades sentidas, já a meados do ano passado, eram francamente acentuadas, o que justificaram, na altura da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a convocação de um debate para que aqui pudéssemos fazer um ponto de situação daquilo que era o plano de reestruturação da SATA 2021-2025.

Nessa altura, as preocupações já se centravam na questão da privatização da SATA, ou nas dificuldades que o processo enfrentava — dificuldades essas que não estão até à data de hoje ultrapassadas. Esperemos que o processo melhore e decorra, conforme foi aqui agora neste momento transmitido pelo Senhor Secretário Regional. Na altura também foram colocadas outras questões e que tinham a ver com o desempenho quer operacional, quer financeiro da companhia e que denotava já incumprimentos graves daquilo que era o então estabelecido e aprovado pela Comissão Europeia, nomeadamente em termos de Plano de Reestruturação. Não só a questão da privatização, como aquilo que eram os objetivos em termos, por exemplo, de redução dos custos operacionais, não só, mas também, como sendo um dos grandes objetivos desse Plano de Reestruturação.

As dificuldades operacionais não foram ultrapassadas, antes que, pelo contrário, agudizaram-se. O clima social na empresa não é melhor, é pior. Temos em cima da mesa um pré-aviso de greve, temos atrasos de pagamentos de subsídios de férias e, portanto, naturalmente que a situação não é a melhor.

Mas, mais do que a situação do pré-aviso de greve, são as razões que os trabalhadores invocam para esse mesmo pré-aviso de greve: ambiente laboral completamente deteriorado; desrespeito da empresa para com os seus tripulantes; desinvestimento gritante nos Dash Q200; exposição a condições desumanas durante 8 a 9 horas, ou mais, sem condições de higiene apropriadas.

Esta situação de colapso operacional e rotura social é, disso prova, e também, disso é prova, o contínuo e persistente recurso a ACMIS, os atrasos e cancelamentos que confirmam manutenções mal pensadas e uma pressão insustentável sobre os equipamentos e tripulações.

Em termos financeiros, a SATA vive uma crise sem precedentes. A Administração da SATA e o Governo não tornaram ainda públicas as contas de 2024 e as do primeiro trimestre de 2025, o que nos impede, em boa verdade, de fazer o debate que merecia ser feito sobre a situação da SATA.

Estamos aqui, penso que todos, de boa-fé e com boa vontade, com o espírito de colaborar com o Governo. Foi o próprio Partido Socialista e o Presidente do Partido Socialista que já, há largos meses, mostrou essa disponibilidade pública e em reuniões mantidas com o Sr. Presidente do Governo, como este sendo um assunto central e que mereceria, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Partido Socialista, a melhor das considerações, a melhor das atenções e enorme sentido de responsabilidade.

Não nos podemos, por isso, rever em afirmações como a do Sr. Presidente do Conselho de Administração da SATA que diz: “Que quem não atrapalha, já dá uma grande ajuda”, em Comissão Parlamentar deste Parlamento Açoriano. Isto é uma leitura completamente errada daquilo que é o papel da Assembleia, dos partidos políticos e dos deputados que aqui têm assento.

Aliás, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista revê-se integralmente naquilo que foram as afirmações de Marcos Couto, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria, de Angra do Heroísmo, ...

Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

... porque a verdade é que há uma clara e reiterada tentativa de desvalorizar e silenciar as entidades, quer as câmaras de comércio, associações empresariais, quer o Parlamento no seu limite.

E eu queria ainda dizer que os resultados que são conhecidos de 2024 são maus, são muito maus, são muito piores do que aquilo que seriam as nossas melhores expectativas e até os nossos desejos, são muito piores do que aquilo que era o compromisso que a própria SATA e o Governo estabeleceram com a União Europeia e vou dar-vos um exemplo disso mesmo.

A SATA comprometeu-se com uma redução até 2025, de 101 milhões de euros em custos operacionais, ou seja, em fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal. O compromisso era de redução de 101 milhões de euros.

O que a SATA conseguiu ao fim destes 3 anos, na verdade, foi uma seríssima agudização destes custos, o que, apesar do aumento das receitas, contribui negativamente para os resultados da SATA.

Ou seja, em vez de uma redução dos custos operacionais com pessoal e fornecimentos e serviços externos, o que tivemos foi uma agudização de quase 150 milhões de euros, o que representa um desvio muito significativo entre aquilo que foram os compromissos assumidos pela SATA e aquilo que foi efetivamente conseguido pela SATA.

Também em termos de resultados operacionais, o desvio é agonizante. E nós podemos continuar toda a manhã e toda a tarde a falar deste assunto, o que é que nos conduziu até aqui, falar do passado com certeza, sobretudo se isso nos ajudar a corrigir o presente e a encontrar uma efetiva solução para a situação em que a SATA se encontra.

Recentemente, porque já pouco se fala do plano de reestruturação da SATA, tal é o desvio entre aquilo que foram os compromissos e aquilo que é a efetiva realidade, que foi apresentado no início deste ano publicamente, um plano de sustentabilidade financeira 2024/2025.

Até para ter acesso a este plano, os deputados tiveram que requerê-lo. Nós queremos contribuir, Sra. Secretária, mas para contribuir precisamos conhecer. E, portanto, pedimos acesso a este documento.

Esse documento de facto tem um conjunto bastante alargado de medidas. Medidas estas que nós continuamos hoje, 6 meses passados da apresentação desse plano, sem saber se estão ou não estão implementadas, em que medidas foram ou não alcançadas. Quando a última página deste documento dizia exatamente, um compromisso da administração da SATA: fazer um ponto de situação regular da implementação das medidas.

E o que é facto é que, até hoje, e nem mesmo hoje, o Sr. Secretário Regional das Finanças, ou a Sra. Secretária dos Transportes, Mobilidade e Infraestruturas nos deram conta do sucesso ou insucesso da implementação destas medidas. A verdade é que o Parlamento nada sabe. A nossa disponibilidade é total, mas o nosso desconhecimento sobre os resultados é ainda maior. E aquilo que se conhece, infelizmente, infelizmente digo eu, para todos nós, não é positivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, da nossa parte, por isso, disponibilidade total. Mas, aquilo que conhecemos não é bom, toda a disponibilidade para conhecer mais e melhor, se essa for a vontade do Governo, já demonstrada pelo Partido Socialista há largos, largos meses.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Andreia Cardoso acabou de referir o pré-aviso de greve dos sindicatos. A greve é um direito constitucional, todos nós respeitamos, mas não é a primeira vez que há greves na SATA e o histórico mostra isso.

E é interessante ouvir a preocupação da Sra. Deputada Andreia Cardoso, mas também é interessante ver o que é que diziam os sindicatos no passado — essa coisa do passado é uma chatice. Dizia o sindicato a dada altura, estou a citar um documento de 30 de janeiro de 2015: “Foi constituída uma Comissão de Inquérito Parlamentar ao grupo SATA, esperamos que, por uma vez, se encontrem culpados desta evidente gestão danosa, talvez seja ainda possível apurar culpas em vez de esconder.”

Num outro comunicado de 9 de novembro de 2016 e chamo a atenção para este documento que é muito importante: “Na SATA a dicotomia de direitos e deveres gera grandes conflitos, porque os deveres todos conhecem, mas os direitos necessitam de constante reavivamento. Os direitos significam que o trabalhador, não sendo obrigado a trabalhar 24 horas por dia sem receber, será conseqüentemente menos produtivo. No mundo ideal, nesse idealizado pela SATA — leia-se a tutela — não há lugar para os direitos, nem para o sindicato, nem para a reivindicação, nem para o diálogo, nem para a gestão democrática, justa e transparente das relações de trabalho.” É isto o que diziam os sindicatos sobre as gestões passadas da SATA.

Mas há mais, eu creio e esclareça-me, Sra. Deputada Andreia Cardoso, que quando citou o CEO da SATA, Rui Coutinho, que: “Quem não atrapalha já ajuda” se refere à declaração que ele fez de que os vários comunicados dos partidos, divulgados pela comunicação social, geravam algumas dificuldades na negociação depois com as várias entidades. Julgo que será essa afirmação.

Pois bem, vou citar: “A SATA tem sido objeto de várias propostas, requerimentos, perguntas orais, declarações políticas, audições da tutela e de administradores, votos de protesto. Estas iniciativas permitem acompanhar o funcionamento das empresas do grupo — e agora, o sublinhado é meu — mas também fragilizam a sua posição

comercial no mercado, marcado pela enorme concorrência.” Rui Coutinho disse algo que vos ofendeu. Quem disse isto, está ali sentado — José Ávila.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na impossibilidade de, com certeza, termos tecido qualquer comentário ou resposta às questões que nós, eu e o meu colega Carlos Silva, colocámos, eu queria brevemente pedir um ponto de situação, porque eram medidas que constavam, sobre a renovação da frota da Azores Airlines e SATA Air Azores, qual é o ponto de situação atual dessa renovação? Qual o investimento que está em causa? E, em que é que contam poupar, face a essa renovação da frota?

Depois, também estava previsto uma reestruturação da orgânica e também sobre essa matéria gostava de saber o que é que contam poupar com essa reestruturação? São tudo medidas que estavam previstas implementar entre fevereiro e junho deste ano, portanto à partida estarão implementadas, as conclusões estarão tiradas. Agradeço que me informem.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Pausa.

Presidente: A Mesa naturalmente não pode dar a palavra sem que ela seja pedida, e, portanto, na falta de inscrições...

Sra. Secretária Regional, faça o favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo desta discussão, penso que ficou bem claro que a SATA não nasceu ontem, não nasceu há 4 anos.

Deputado Nuno Barata (IL): 1947, Sra. Secretária!

A Oradora: Tem responsabilidades de 24 anos do Partido Socialista e tem 4 anos do Partido Social Democrata e da coligação que governa os Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): E da senhora também, porque foi administradora.

Esta é a primeira grande conclusão, porque as empresas não nascem na véspera, as empresas carregam consigo o seu histórico, assim como cada um de nós carrega o património, ou a falta dele, que nos foi legado, e isso é indiscutível.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

A Oradora: As empresas não têm uma borracha para apagar o que se passou. O que se passou continua e continua a ser um peso na mochila das empresas. E isto já foi bem clarificado aqui, não vale a pena continuarmos sempre a falar do mesmo.

Deputado Carlos Silva (PS): Diga isso ali ao Sr. Deputado do PSD.

A Oradora: Há responsabilidades, porque é preciso responder quando os senhores entram no detalhe.

Portanto, há 24 anos de responsabilidade do Partido Socialista, porque a verdade, e eu tenho aqui as contas, desde o início da atividade da empresa, e até 2007 nunca deu prejuízo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto prejuízo deu o fundo de pensões à SATA?

A Oradora: ... ano em que sai o Engenheiro Cansado — eu já disse isto aqui nesta Casa — e a partir de 2007, começa a dar intermitentemente e a partir de 2013 é o

descalabro total. E o descalabro total por administrações, atrás de administrações, coisa que este Governo não fez, nem faz.

Deputado Carlos Silva (PS): Já são três com esta.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Ficámos com a administração que o Partido Socialista deixou na empresa, porque considerámos que o processo que estava em curso carecia de continuidade, sustentabilidade e de coerência. E, para nós, mais importante do que mudar administrações é deixar que a que está trabalhe e leve o seu plano em frente, partindo do princípio que, todos nós — quer os que estavam antes, quer os que estão agora — querem o melhor passado. Foi isso que foi feito. Ficou a administração Luís Rodrigues. Saiu o Presidente, não por vontade nossa, nem por vontade da Região, saiu porque o Primeiro-Ministro, António Costa, sem perguntar nada ao Governo, apenas informou que o ia levar para a TAP.

E nós procurámos uma administração de continuidade, continuámos com a administração anterior. Uma administração de continuidade para, mais uma vez, dar estabilidade à empresa, dar continuidade ao projeto e conseguirmos chegar àquilo que é o ponto a que todos nós queremos chegar: viabilizar empresas.

Terminado, por vontade própria, o mandato da administração anterior, da Dra. Teresa, nós mudámos a administração, não por querer, mas porque as circunstâncias o ditaram.

Deputado Carlos Silva (PS): Vontade própria é relativo!

A Oradora: A nossa postura é de continuidade, é de consistência e de dar condições para que funcione. Nós não intervimos na empresa, nós não podemos, nem temos de estar a falar de questões de gestão, que são as perguntas, todas elas, de mecânica, de renovação de frota, de pormenores que são da gestão da empresa e os senhores

deputados têm — como já tiveram até aqui — a possibilidade de esclarecer isso, ou por requerimento, ou diretamente junto do Conselho de Administração.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A renovação da frota é um pormenor?

A Oradora: O Conselho de Administração está lá para gerir a empresa. Nós estamos cá para exercer a tutela da empresa.

Muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico estupefacta, a verdade é essa. Nós vimos aqui debater a SATA, a situação financeira da SATA, foi isso que requereu o CHEGA e, portanto, não são pormenores, Sra. Secretária, a renovação da frota da SATA Internacional ou da SATA Air Açores. Não é um pormenor, é um por maior, ...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É um ato de gestão.

A Oradora: ... até porque é invocado pela própria Administração da SATA e, naturalmente, pelo seu acionista, que isto é um fator determinante de sucesso da SATA e do futuro da SATA para os Açores. Desde quando é que a renovação da frota é um pormenor? Aliás, se há coisa que se fala aqui sucessivamente, são de erros na renovação da frota da SATA. Sucessivamente são invocados aqui como fatores de insucesso no passado.

Portanto, atalhemos esta questão, sejamos honestos e transparentes e digamos, pelo menos, em que ponto de situação é que estas medidas estão.

Nós estamos aqui, isto não é um assunto de *Lana Caprina*, isto é um assunto demasiado sério.

A senhora é das pessoas que melhor conhece a SATA. Vai-me dizer que não sabe qual é que é o ponto de situação de renovação da SATA, Sra. Secretária? Eu peço imensa desculpa, mas eu não acredito nisso.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Esse é o principal problema da SATA?

A Oradora: Não nos quer dizer, isso é outra conversa.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): O problema da SATA são os políticos, Sra. Secretária.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: A Mesa regista a circunstância de haver muita gente interessada em falar, mas sem pedir a palavra. Portanto, não sei se será caso dar a palavra a todos, ao mesmo tempo.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do CHEGA para fazer o encerramento do debate, querendo, obviamente.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que assistimos aqui foram, basicamente, três horas de autoflagelação. PS e PSD a arder numa fornalha, a passar as culpas uns para os outros. Respostas aos açorianos: zero. Respostas ao nosso debate de urgência às questões que foram levantadas: zero. Não há respostas. Portanto, não há respostas sobre os resultados operacionais da Azores Airlines, no primeiro trimestre de 2025. Nada foi dito aqui.

Se o plano de reestruturação acordado com a União Europeia está a ser cumprido, o Sr. Secretário disse alguma coisa, mas muito vago. Reuniu, mas não são respostas satisfatórias.

Aliás, levantou aqui uma questão que, se a SATA encerrasse, fosse para a insolvência, que seriam 300 milhões de prejuízo. Não acredito nisso, onde é que está um estudo que diga isso? Uma empresa insolvente é a massa falida. Eu vou dizer como o ex-presidente de Benfica, Vale e Azevedo, disse: “Olhe, falem com a massa falida.” Basicamente é isso que terá de acontecer. Só que a gente se ficar aqui, mais dois ou três anos com os prejuízos, sem tomar decisões, esse prejuízo vai acontecer: 300 milhões, 400, 500, sempre a subir.

Se tem, ou não, o grupo SATA viabilidade financeira para manter as ligações inter-ilhas? Nada foi dito aqui, até porque há pagamentos em atraso do subsídio de férias. Qual é o ponto da situação do processo de privatização da Azores Airlines? Não sabemos. Está a falar com os sindicatos. Se o consórcio continua interessado? Mantém o preço, depois das contas? Muito vago.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais objetivo não podia ser.

O Orador: Nós não ficamos descansados e, caso o processo de privatização da Azores Airlines não se concretize até 31 de dezembro de 2025, qual é a decisão a tomar?

A conclusão que tiramos disto tudo: é preciso ter coragem.

Se a SATA Internacional, continuar neste percurso desastroso de prejuízos, vai ter de encerrar, como encerraram centenas de companhias, como faliram bancos, como os privados vão à falência todos os dias, e isso é uma inevitabilidade. Aliás, as empresas nascem, crescem e morrem. E, portanto, a SATA Internacional pode ter de morrer. Nós fazemos aqui um funeral, uma cerimónia, é capaz até de homenagear algum Presidente da SATA, poderá ser esse o último. Até podemos atribuir o título honorífico de: “o Cangalheiro” ...

Risos dos Deputados da bancada do CH.

... e é isso que temos que fazer. Agora nós andámos aqui 3 horas com lamentações, com autoflagelação e os açorianos continuam na mesma: em listas de espera nos aeroportos, com desmarcações, com desorganização e com o caos.

Deputado José Pacheco (CH): Uma vergonha!!

O Orador: Portanto, nós não ficamos particularmente satisfeitos, mas tínhamos de levar este tema aqui, que é um tema pertinente, eu acho que é o *calcanhar de Aquiles* deste Governo. O estado da Região é o que é conhecido, mas o contributo da SATA para o mau estado que existe nas finanças públicas é demais evidente, representa praticamente metade do prejuízo. Neste sentido, fazemos um apelo ao Governo Regional que tem 6 meses para resolver este problema.

Deputada Andreia Cardoso (PS): 5 meses!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Considerando a hora, fazemos o intervalo para almoço. Até mais logo.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 8 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 39/XIII – “Transição dos Assistentes Operacionais para a Nova Carreira de Técnicos Auxiliares de Saúde”**, é uma iniciativa do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a sua apresentação.

Os tempos já estão expostos nos nossos ecrãs: o Governo, o PSD, o BE e o PS, têm 20 minutos; o CH 14 minutos; o CDS-PP, 12 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, da IL e do PAN, 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta hoje a esta Assembleia um projeto de resolução que visa garantir justiça e o devido reconhecimento a centenas de trabalhadores e trabalhadoras que asseguram, diariamente, o funcionamento dos nossos serviços de saúde, os assistentes operacionais, ainda assim designados, infelizmente em muitos serviços, que desempenham funções nos hospitais e nas unidades de saúde da Região. Em dezembro de 2023, o Governo da República reconheceu, finalmente, a especificidade das funções desempenhadas por estes profissionais e criou, através do Decreto-Lei n.º 120/2023, de 22 de dezembro, a carreira especial de Técnico Auxiliar de Saúde. Esta nova carreira entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024 e representa um passo fundamental no reconhecimento do papel insubstituível destes trabalhadores no serviço de saúde.

Estes profissionais são parte integrante das equipas de saúde, que prestam cuidados diretos a utentes, lidam com situações de risco, asseguram a higiene e segurança dos espaços clínicos. E, fazem-no com um profissionalismo e dedicação que merecem ser reconhecidos, tanto no plano legal como no plano remuneratório.

Entretanto, o Governo Regional dos Açores reconheceu que a definição das carreiras é da responsabilidade da República assumiu o compromisso de cumprir a lei.

Todavia, em resposta a requerimentos do Bloco de Esquerda, o Governo tem afirmado que aguardava orientações claras para operacionalizar a transição. Essas orientações chegaram através da Circular Informativa de maio de 2024, e, desde então, várias unidades de saúde de ilha já concluíram os processos de transição da carreira.

Apesar de o Governo Regional ter manifestado a intenção de concluir todos os processos de transição com a maior brevidade possível, a verdade é que, segundo o Sindicato Independente dos Técnicos Auxiliares de Saúde (SITAS), a transição para a nova carreira ainda não está concluída nos três hospitais da região. Este atraso tem consequências reais e graves, uma vez que os trabalhadores continuam assim a desempenhar funções exigentes e especializadas sem o devido reconhecimento legal e salarial, acumulando perdas remuneratórias que se tornam cada vez mais difíceis de justificar e suportar.

Os sindicatos têm reforçado a necessidade de máxima celeridade na resolução destes procedimentos, para que todos os profissionais vejam os seus direitos reconhecidos e valorizados, sem mais demoras. A expectativa era de que o processo estivesse concluído até junho — a expectativa mais recente —, já estamos em julho e, a verdade é que não há margem para mais adiamentos.

É por isso que o Bloco de Esquerda propõe que esta Assembleia recomende ao Governo Regional:

1. Que conclua, no prazo máximo de um mês, todos os processos de apreciação e autorização de transição para a nova carreira, em todas as unidades de saúde de ilha e nos três hospitais da Região;
2. E que proceda ao pagamento dos salários de acordo com a nova carreira, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024, logo após a conclusão dos processos.

Esta é uma questão de justiça laboral, e é, acima de tudo, uma questão de dignidade para quem, todos os dias, cuida da saúde dos açorianos e açorianas.

Aprovar esta resolução é dar um sinal claro de que os direitos dos trabalhadores da saúde não podem continuar na sala de espera.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há Governo que tem preocupação em valorizar os trabalhadores, é o Governo desta coligação. É um dos desígnios desta coligação desde 2020, a valorização profissional de todos os trabalhadores, independentemente da sua carreira, das suas especificidades e temo-lo vindo a fazer dentro daquilo que são as possibilidades e os condicionalismos que cada carreira acarreta. Neste caso específico aqui da transição para esta nova carreira dos Técnicos Auxiliares de Saúde, isto ficou muito bem patente nas audições que fizemos na Comissão, tendo mesmo um dos sindicatos dito, e passo a citar que: “Considera extemporânea e de inutilidade superveniente a aprovação desta resolução”, porque o processo está a decorrer, o processo, obviamente, demora o seu tempo, não estamos a falar de 2 ou de 10 ou de 20 ou de 30 funcionários, estamos a falar de um número significativo, não numa instituição, mas em várias instituições e percebemos nos trabalhos que a Comissão realizou, nas audições, que há instituições onde o trabalho se realizou com um pouco mais de celeridade, noutros com menos celeridade devido efetivamente ao elevado número de trabalhadores. Portanto, o Governo está cumprindo com o que se comprometeu. Sabendo que está quase a ser feito pelo Governo, vem o Bloco recomendar ao Governo que faça aquilo que já está a fazendo e que daqui a pouco vai estar concluído, que é para poder abanar a bandeira de que, se foi feito foi porque o Bloco de Esquerda abriu a boca e o Bloco de Esquerda lutou por isto.

Muito bem, Sr. Deputado, o senhor tem o mérito de ter feito a iniciativa, tem o mérito de ter posto a Comissão Parlamentar a debruçar-se sobre esta matéria, o que nos permitiu ficarmos perfeitamente esclarecidos sobre o processo, as dificuldades do processo, o andamento do processo e ficamos muito felizes por saber que já há instituições que têm as listagens concluídas e outras estão em fase de conclusão. Portanto, o Governo está cumprindo com a lei — que é a sua obrigação — e está tudo dentro daquilo que é a tramitação normal e que muito nos apraz saber.

Deputada Délia Melo (PSD): Exato.

O Orador: E, portanto, obviamente que apoiamos o Governo na sua ação de governação de valorizar mais uma classe de trabalhadores, como já temos vindo a fazer desde 2020.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra nesta fase inicial, porque o Governo Regional não teve oportunidade de ser ouvido em sede de Comissão sobre esta iniciativa e penso que se a minha audição se tivesse realizado, talvez até o próprio Bloco de Esquerda poderia ter retirado a mesma. Até porque os pareceres que foram recebidos pelos sindicatos também foram bem esclarecedores relativamente àquilo que tem sido a atuação do Governo.

Mas ainda antes de entrar neste debate, eu gostaria de dizer o seguinte: o Bloco de Esquerda pode ter o mérito da iniciativa, efetivamente o Governo Regional há de ficar com o mérito de execução...

Deputado António Lima (BE): O problema é que a execução não chega!

A Oradora: ... da mesma e, naturalmente, dar ou devolver aos trabalhadores do setor da saúde aquilo que lhes é devido. E este Governo Regional tem efetivamente valorizado de forma única os profissionais de saúde. Só em 2025, até ao final do mês de julho, há um investimento que ascende a 14 milhões de euros, só em 2025 e,

portanto, se há Governo Regional que tem estado do lado dos profissionais de saúde, são os Governos da coligação.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Tem sido assim até agora. Naturalmente, iremos continuar a valorizar conforme estes profissionais assim merecem.

É claro que há situações pendentes...

Deputado António Lima (BE): Então não está tudo resolvido!

A Oradora: ... porque efetivamente, se há matéria que a herança é bem pesada, ...

Protestos dos Deputados da bancada do PS e da Representação Parlamentar do BE.

A Oradora: ... é efetivamente esta questão da valorização das carreiras. Nós estamos a resolver situações de 2011...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Arrumados na gaveta.

A Oradora: ... que os Governos Socialistas arrumaram na gaveta e não valorizaram, em relação ao estágio, de forma muito clara, apanhámos carreiras que não foram realizadas as avaliações de desempenho e que impediram a transição desses Técnicos Auxiliares de Saúde para a nova carreira. E, portanto, houve efetivamente dificuldades no processo que levaram a que houvesse um atraso.

Mas voltemos então à iniciativa, o Decreto de Lei é de dezembro de 2023 e todos nós nesta Casa sabemos bem porque é que ele foi criado pelo último Governo da República, agora uma coisa também é certa, é que este Decreto de Lei foi criado à pressa e deixa várias lacunas nesta carreira que terão de ser corrigidas *a posteriori*, mas este Governo mais uma vez está cá para corrigi-las, posso-lhe dar essa garantia.

E como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda também bem sabe o processo nas unidades de saúde de ilha, felizmente, foi concluído com outra celeridade, estamos a falar de um número de trabalhadores inferior e, à data de hoje, cerca de 300 trabalhadores já estão posicionados na nova carreira.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já estão.

A Oradora: Em relação aos hospitais e estamos a falar também de um universo de 300 trabalhadores que poderão ter essa possibilidade de transitar, o processo está efetivamente a decorrer. Após terem sido feitas as devidas avaliações de desempenho das carreiras gerais, que só agora permitem a estes técnicos a transição para esta nova carreira.

No Hospital da Horta, a lista já foi rececionada na Direção Regional da Saúde, efetivamente teve de ser devolvida porque há situações que não estão esclarecidas...

Deputado Carlos Silva (PS): O apagão como a senhora disse.

A Oradora: ... e as indicações do Governo Regional foi de expurgar as situações que não são claras e dar continuidade ao processo para aquelas que são lineares para não prejudicar os trabalhadores que iriam eventualmente ficar à espera.

Em relação ao Hospital do Divino Espírito Santo, que já iniciou as audiências de interessados — que é um processo que demora pelo menos 10 dias e que tem que ser feito antes da elaboração da lista final —, também posso dar nota que essas audiências já estão a decorrer e os trabalhadores que não têm indicação para transitar para a nova carreira já foram efetivamente notificados.

Em relação ao Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, o processo da audiência de interessados também iniciar-se-á ao longo desta semana.

Portanto, há efetivamente um trabalho que está a ser feito, não é por esta resolução ser aprovada nesta Casa que o Governo vai deixar de cumprir com aquilo que são as suas obrigações e conforme tive a oportunidade de dar nota o processo está efetivamente a decorrer.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queria também dizer, nesta fase que efetivamente esta Lei de 2023 deixa lacunas, lacunas essas que o Governo Regional identificou, também já conversou com os sindicatos porque efetivamente poderemos ter aqui duas situações nas quais os próprios trabalhadores ao transitarem para a nova carreira sejam prejudicados, para evitar isto, é necessário rever a Convenção Coletiva de Trabalho.

Deputado António Lima (BE): 1 ano e meio.

A Oradora: E também quero dar nota a esta Câmara que no próximo mês de agosto, findo este processo de transição, iremos naturalmente chamar os sindicatos para que consigamos fazer esta revisão da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) e, que sobretudo os trabalhadores não fiquem prejudicados do ponto de vista da remuneração complementar e para aqueles que efetivamente necessitam de 35 horas de trabalho semanal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, a criação da carreira especial de Técnico Auxiliar de Saúde foi uma medida estratégica, justa, urgente e era necessária. Bem sabemos que bons serviços públicos só se conseguem com trabalhadores motivados, com trabalhadores valorizados, pois só assim é que podemos garantir saúde pública de qualidade para todos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Investir nos Técnicos Auxiliares de Saúde é investir no Serviço Regional de Saúde, é combater a precariedade, é repor justiça laboral a estes trabalhadores que, por sua vez, tornam os serviços desses técnicos mais eficientes.

Uma vez que o Governo da República já definiu esta carreira, cabe agora ao Governo Regional cumprir a lei, respeitando assim um compromisso que já assumiu publicamente em efetuar a respetiva transição dos assistentes operacionais para a carreira dos Técnicos Auxiliares de Saúde nos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: na Região, como acabámos de ouvir a Sra. Secretária, este trabalho já está em andamento, está o processo de apreciação e de autorização concluído em algumas unidades de saúde, mas Sra. Secretária, importa não baixar os braços, importa não esquecer esse processo, importa ir até ao fim e chegar a todos os trabalhadores de todas as unidades de saúde e dos três hospitais dos Açores.

Esta proposta que o Bloco de Esquerda nos traz aqui hoje, sendo ou não extemporânea, é um alerta, é um abre olhos, é uma chamada de atenção, vem repor justiça social, vem repor justiça funcional, vem repor justiça laboral, uma vez que vem tratar com dignidade quem sempre esteve ao lado da população, mesmo em momentos mais difíceis. Por este motivo o CHEGA irá acompanhar esta proposta.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvimos falar aqui, da parte do CDS-PP e da Sra. Secretária da Saúde sobre o mérito. Só têm que agradecer, apesar de não dizerem, que o mérito é do PAN.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo.

O Orador: Não nos vamos esquecer que foi o PAN que apresentou nesta iniciativa a anteproposta para criar esta carreira. Foi em 2022, já fez 3 anos, e parece que nós estamos a falar todos irritados porque é que ainda não foi feito. Saiu dos Açores, podemos estar todos agradecidos aqui que foi o Parlamento dos Açores que mandou para a República e é por isso que nós temos uma carreira nova, foi isto que aconteceu. E depois, sai dos Açores e os Açores são os últimos, neste caso, a fazer a transição destes profissionais.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está a ser feito.

O Orador: Sra. Secretária demorou 3 anos, desde que saiu daqui, demorou 1 ano e meio desde que seja Decreto de Lei na República — 2023, um ano e meio, para aí, 2 anos, pronto. O Decreto de Lei esperamos também um ano porque ficou uns *mezinhos...*

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os senhores não é que deitaram abaixo este parlamento e quiseram eleições?

O Orador: ... na gaveta. Agora, vejo a irritação, neste caso da coligação e da Sra. Secretária, relativamente a que está a fazer o seu trabalho, pelos vistos não é extemporâneo aquilo que o Bloco de Esquerda fez...

Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

O Orador: ..., fez e muito bem, porque ainda não está resolvido. Nós devíamos ser os primeiros porque foi o nosso exemplo, saiu deste Parlamento.

Por isso não entendo porque é que nós vamos ser os últimos a aprovar. Eu sei que o PSD não gostou da iniciativa, aliás, absteve-se, o CDS-PP também. Se calhar, o problema foi esse: vamos protelar até ao ponto que pode entrar no esquecimento. Se não fosse o Bloco, o PAN ia fazer o mesmo projeto de resolução em alguns meses.

Diálogos entre o Deputado João Bruto da Costa (PSD) e o Deputado Pedro Neves (PAN).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Miguel Toste, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que é aqui trazida pelo Bloco de Esquerda, visa alertar o Governo para o atraso verificado ao nível da implementação desta carreira.

Risos do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima).

Como já foi aqui referido, foi legislado por Decreto de Lei e, portanto, uma iniciativa do Governo e, na altura, o Governo liderado por António Costa, portanto, esta conquista foi uma conquista do Partido Socialista.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo.

É um Decreto de Lei, e portanto, se é um Decreto de Lei foi iniciativa do Governo da República e, portanto, isto tem que ver com o formalismo que está por detrás do documento que suporta esta carreira e estamos perante um Decreto de Lei, portanto, iniciativa do Governo sem qualquer dúvida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Foi do PAN.

O Orador: Não obstante esta iniciativa tinha uma norma que previa que entrava em vigor em janeiro de 2024 e num prazo de 10 dias eram aprovadas as listas para a transição de carreira. Isto não foi feito, a nível nacional também não foi feito, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Nem está concluído.

O Orador: ... foi um processo moroso. Não é fácil, nós sabemos que estes processos de transição entre carreiras não são processos fáceis, mas também achamos que um atraso que já vai num ano e meio já é excessivo.

Vozes da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi) e do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ano e meio é excessivo?!

O Orador: E é um atraso de um ano e meio relativamente àquele que era o compromisso da Sra. Secretária. O compromisso da Sra. Secretária aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2025 foi que o processo estaria concluído até ao final de 2024. Era este o compromisso da Sra. Secretária e não foi cumprido.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Os senhores não fizeram as avaliações de desempenho.

O Orador: Agora temos um novo compromisso de o processo estar concluído em julho de 2025. Porém, pelo que a Sra. Secretária já afirmou dessa tribuna o processo não vai estar concluído nesta data, apesar de já ter sido iniciado a conclusão do processo com a transição dos trabalhadores com o pagamento dos retroativos que lhe são devidos, não estará concluído em julho de 2025.

Portanto, a questão que lhe faço, Sra. Secretária é: para quando prevê ter todos os trabalhadores integrados na nova carreira e com o devido pagamento dos retroativos a 1 de janeiro de 2024, que são devidos a esses trabalhadores?

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto no fundo — eu peço imensa desculpa —, mas isto é caricato. É caricato porque eu já tive a oportunidade de dizer o que é que está a ser feito. Eu não fui ouvida em sede de Comissão, eu expliquei que este é um processo complexo e moroso e vem o Partido Socialista dizer que é excessivo um ano e meio de atraso na validação dos profissionais.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: O Sr. Deputado, no passado, teve responsabilidades políticas que congelou carreiras, ...

Deputado José Miguel Toste (PS): Descongelou carreiras. Nós descongelámos carreiras.

A Oradora: ... que não resolveu a situação dos enfermeiros desde 2011, que é este Governo que só em 2025 pagou mais de 5 milhões de euros aos enfermeiros, vem agora o Sr. Deputado dizer que um ano e meio é excessivo. Ó Sr. Deputado, por amor de Deus, seja honesto consigo, com esta Câmara e, sobretudo, com os profissionais de saúde.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ruído na sala.

Eu acho cómico que o CDS-PP e o Governo, por enquanto, venham dizer que isto está tudo a ser tratado, que o Governo está a trabalhar e, assim sendo, deixem-nos trabalhar, é tudo extemporâneo, deixem-nos trabalhar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Eu não disse nada disso. Eu disse é que o senhor se aproveita!

O Orador: E parece que esta questão está a ser levantada no dia seguinte a ter entrado em vigor o Decreto de Lei enquanto que o Decreto de Lei entrou em vigor em 2023...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Em que data? Ora diga lá!

O Orador: ... e a carreira aplicar-se-ia 1 de janeiro de 2024. Sr. Deputado Pedro Pinto, não sei se já deu por isso, nós estamos em julho de 2025, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O que é que aconteceu em 2024? Quando é que este Governo tomou posse?

O Orador: ... e não apresentámos este projeto de resolução no dia seguinte a ter entrado em vigor, nem questionamos sobre esta matéria no sentido de perceber em que ponto de situação é que essa aplicação da carreira e essa transição para a nova carreira Técnica Auxiliar de Saúde. Não questionamos só de agora, já questionamos ao longo dos últimos 2 anos, por diversas vezes. Seja em Comissão Parlamentar, fosse por requerimento escrito, no sentido de perceber quais eram as questões que estavam em cima da mesa, quais eram as dificuldades...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): São as mesmas.

O Orador: ... e só apresentamos um projeto de resolução quando consideramos que o tempo que passou não tem justificação possível. É efetivamente demasiado tempo porque os trabalhadores estão a ser prejudicados, porque o Governo está simplesmente a deixar os trabalhadores para trás e a colocar outras prioridades em cima da mesa, o Governo está a deixar estes trabalhadores para trás.

E em abril, o Governo já nos tinha dado uma resposta que dizia praticamente aquilo que a Sra. Secretária disse e a verdade é que de abril para agora as coisas estão praticamente na mesma.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é falso!

O Orador: Aliás, em maio um dos sindicatos que representa os trabalhadores, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já tem sindicato e tudo.

O Orador: ... o SITAS (Sindicato Independentes dos Técnicos Auxiliares de Saúde), reuniu com o Diretor Regional da Saúde e, em declarações à comunicação social, diz o seguinte e cito: “ A Secretária Regional da Saúde manifestou a intenção de concluir com a maior brevidade possível todos os processos em falta, de modo a garantir que os Técnicos Auxiliares de Saúde sejam devidamente enquadrados e possam transitar para a nova carreira, conforme previsto no Decreto de Lei 120/2023”, partilhando ainda o dirigente sindical de que a expectativa é de que este processo esteja totalmente concluído durante o mês de junho de 2025, isto foi em maio.

Entretanto, a 17 de junho, depois desta iniciativa ter dado entrada, outro sindicato disse o seguinte e eu vou só ler o título da notícia, “Sindicato prevê transição dos Técnicos Auxiliares de Saúde nos Açores até julho”, estamos a 9 de julho e afinal não está feito. Bem, é que já basta de promessas, de sucessivos adiamentos, de prazos que não são cumpridos, porque os trabalhadores querem soluções e querem ver a situação resolvida. Os trabalhadores do Hospital da Horta, aliás, segundo aquilo que a Sra. Secretária confirmou e já nos tinha transmitido em resposta ao requerimento, o Hospital de Horta já enviou os processos...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não estava correta.

O Orador: ... para a Direção Regional e, os trabalhadores do Hospital de Horta estão à espera de quê? Estão à espera de quê? E os trabalhadores do Hospital de Ponta Delgada estão à espera de quê? E do Hospital de Angra estão à espera de quê?

Sra. Secretária, é que já basta de desculpas esfarrapadas. Já basta de desculpa esfarrapadas, porque quando se trata de trabalhadores o Governo falha, promessas são muitas.

Os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica que os senhores diziam que iam resolver a situação, nós continuamos a receber queixas de trabalhadores a dizer que não recebem aquilo que o Governo deve, há quantos anos? Há quantos anos?!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é uma mentira! É mentira!

O Orador: É mentira? Eu vou-lhe dizer se é mentira, quando daqui a dias tiver um requerimento na sua secretária para responder sobre esta matéria, porque o Governo — promessas são muitas, fazer nada! E isso, Sra. Secretária provavelmente deve-se à situação calamitosa que se vive na Saúde. Os hospitais ainda não revelaram as contas de 2024, mas a conta da Região já nos diz e bem, o que é que ali está feito nos hospitais: o Hospital de Ponta Delgada tem resultados negativos de 15 milhões de euros em 2024; o Hospital da ilha Terceira de 2,6 milhões de euros; o Hospital da Horta de 3,5 milhões de euros. O problema é este! O problema não é a burocracia; o problema é que o Governo está a levar a Região para o fundo, esse é que é o problema real. Esse é que é o problema real e quem está a sofrer pela política desastrosa desse Governo são como sempre, aqueles que menos responsabilidade têm, que são os trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que falta de noção.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional pede a palavra para?

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Tinha pedido a palavra para um protesto às declarações do Sr. Deputado António Lima que diz que o Governo Regional está a deixar os trabalhadores para trás e à situação calamitosa do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é um protesto por discordância política, Sr. Presidente!

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Enquanto Secretária Regional da Saúde representante...

Protestos dos Deputados da bancada do PS e da Representação Parlamentar do BE.

Enquanto Secretária Regional da Saúde e atendendo àquilo que tem sido as declarações frequentes do Bloco de Esquerda, relativamente ao estado da Saúde e naturalmente do Serviço Regional da Saúde, não posso aceitar que o Sr. Deputado se levante para dizer que o Governo Regional está a deixar os trabalhadores do Serviço Regional da Saúde para trás.

Há factos que comprovam todas estas situações. O Sr. Deputado tem a obrigação de saber pelos anos que se senta nessa cadeira e de reconhecer que: se há Governo que tem dado valor aos profissionais de saúde, são os Governos da coligação.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: O Sr. Deputado tem essa obrigação para que, no mínimo, nós consigamos ter os dois um debate sério que é isto que está a faltar neste momento nesta Casa, um debate sério.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

A Oradora: Vou-lhe dizer, Sr. Deputado, aquilo que tem sido a evolução da despesa com o pessoal no Serviço Regional da Saúde, vou-lhe dizer: entre 2019 e 2024 as despesas com pessoal aumentaram 64 milhões de euros. Também tive oportunidade de lhe dizer que só no presente ano, em 2025, relativamente àquilo que são os compromissos do Governo Regional, quer no seu programa eleitoral, quer na altura da campanha eleitoral, ainda relativamente aos profissionais de saúde, só no presente ano nós pagámos até ao final do mês de julho, com a tranche que falta que será paga este mês aos TSDT, nós estamos a falar de um valor que ascende aos 15 milhões de euros, só em 2025, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

A Oradora: Portanto, se há Governo que valoriza os trabalhadores do setor da Saúde, mesmo reconhecendo que não é feito tudo na velocidade e ao tempo que nós queríamos, não tenho qualquer tipo de dúvida. E o Sr. Deputado devia levantar-se dessa cadeira e reconhecer isso mesmo, são os Governos de coligação, ...

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: ... algo que nunca foi feito até agora.

Em relação àquilo que também disse aqui o estado calamitoso do Serviço Regional de Saúde: ó Sr. Deputado, por amor de Deus, dou-lhe três ou quatro indicadores...

Deputado António Lima (BE): Eu dei-lhe três indicadores.

A Oradora: ... que comprovam exatamente o contrário daquilo que o senhor diz, exatamente o contrário: cobertura de Médicos de Medicina Geral e Familiar sabe quanto é que era em 2016? 71 %. Sabe quanto é que é em 2024? 91 %. Há um aumento de 15 % na taxa de cobertura de Médicos de Medicina Geral e Familiar. São mais consultas, mais exames, mais cirurgias. Claro que isso tudo está associado a um aumento de custos, mas se há Governo que de forma inequívoca tem trabalhado para melhorar o Serviço Regional de Saúde é e tem sido o Governo de coligação.

Portanto, todas as vezes que alguém nesta Assembleia se levantar para dizer que o Serviço Regional de Saúde está em estado calamitoso, pode ter a certeza que eu irei todas as vezes levantar-me para dizer exatamente o contrário e demonstrá-lo com factos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem a palavra para um contraprotesto. Faça favor,

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho curioso que para a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, a divergência política e o debate político seja motivo de protesto.

Ainda no mês passado, houve um Deputado dali da bancada do CHEGA que disse que o seu debate, as suas declarações eram e cito: “tretas”. Da Sra. Secretária da Saúde e Segurança Social não houve um esboço de protesto, “comeu e calou”.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

“Comeu e calou”. Foi exatamente isso que aconteceu, a divergência política gera protestos.

Sra. Secretária o estado calamitoso do Serviço Regional de Saúde está nos números, está nos prejuízos do ano passado, resultados negativos, um sufoco financeiro, o Hospital de Ponta Delgada este ano no primeiro trimestre tem 11 milhões negativos, quer pior do que isso!? No primeiro trimestre, no primeiro trimestre! Consequência disso é os doentes e os trabalhadores ficarem para trás, por isso, digo e repito, os trabalhadores ficam para trás.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): 15 milhões.

O Orador: E isso é um problema que este Governo tem que resolver. Tem que resolver a situação destes trabalhadores e o Governo tem que fazer uma coisa que é ouvir a crítica, aceitar a crítica e resolver os problemas que tem pela frente, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor acha que gastamos de mais na saúde? É bom saber isso!

O Orador: ... não é fazer protestos por tudo e por nada. Quando realmente deve fazer protestos, nem um pio.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Uma interpelação à condução dos trabalhos pela Mesa.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** É uma interpelação, exatamente, em relação à condução dos trabalhos.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconhecendo que, em relação àquilo que é aqui proferido é de responsabilidade de todos e que a condução dos trabalhos é da responsabilidade da Mesa e que, obviamente, a Mesa é a última responsável por aquilo que aqui é dito, eu só queria transmitir à Mesa e fazer-lhe uma solicitação nesse sentido de este tipo de expressões como “comeu e calou” não são aceitáveis...

Protestos dos Deputados da banda do PS e da Representação Parlamentar do BE.

Deputado António Lima (BE): Ah! Mas visionário pode ser!?

O Orador: ... dirigidas à Sra. Secretária. É algo que não dignifica esta Casa. É o tipo de vocabulário que nós podemos encontrar noutra contexto, mas não deve ser proferido na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, estando à espera o povo açoriano de dignidade no âmbito da discussão e esta expressão “comeu e calou” é absolutamente condenável, Sr. Presidente. E, eu solicito-lhe que em relação a este tipo de expressões, que as mesmas não possam ser toleradas nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, está registada a sua interpelação. Vamos continuar com o debate.

Sr. Deputado José Miguel Toste tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária ficou em choque, abismada, de queixo caído, por eu ter dito que 1 ano e meio era muito tempo para resolver esta situação. A Sra. Secretária ainda há menos de 1 mês, num comunicado da sua Secretaria, relativamente a este mesmo problema reconhecia e afirmava que reconhecemos que este tem sido um processo

moroso. E, portanto, se a Sra. Secretária achava isto há cerca de um mês, julgo que continua a achar que o processo tem sido moroso.

Protestos do Deputado João Bruto da Costa (PSD) e da Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP).

E nós também achamos isto: que o processo tem sido moroso. E tem sido moroso face àqueles que têm sido os compromissos assumidos pela Sra. Secretária ao longo deste processo moroso. Vejamos: em 30 de abril de 2024, a Sra. Secretária afirmava aquando questionada quando é que o Governo Regional intencionava proceder à efetiva aplicação deste diploma, afirmou que: “a partir do momento em que sejam ultrapassadas e metidas as orientações referidas anteriormente, será efetuada a transição para as carreiras Técnicos Auxiliares de Saúde”, as orientações foram emitidas em maio de 2024.

Um ano depois, a 16 de abril de 2025, perante a mesma questão, afirmava que estaria para breve. Anteriormente na discussão do Plano e Orçamento para 2025, comprometeu-se a ter concluído este processo até ao final de 2024.

Todos estes momentos que foi estabelecendo para efetivar esta transição foram incumpridos pelo Governo Regional. Ainda bem que os processos vão estar todos iniciados no final do mês de julho...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já se iniciaram.

O Orador: ... e eu coloquei-lhe uma questão muito direta, que é: quando vão estar concluídos os processos, ou seja, em que momento é que vão estar todos os Assistentes Operacionais transitados para a nova carreira? E em que momento esses trabalhadores receberão os retroativos referentes a janeiro de 2024?

Eu julgo que alguns dos trabalhadores já beneficiaram destes retroativos e, portanto, a minha questão é: quando é que o processo estará concluído para todos os trabalhadores

e quando é que tem intenção de fazer o pagamento desses retroativos a todos os trabalhadores?

A Sra. Secretária não respondeu a esta questão que já lhe havia sido colocada. Portanto, deixe-me lhe dizer que caricato é esta bancada colocar-lhe questões e a Sra. Secretária, de forma caricata, uma atrás de outra, não responder às questões que lhe são colocadas. Obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. A Mesa não tem inscrições neste momento.

Pausa.

Sra. Deputada Salomé Matos faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Importa talvez, porque o que este debate visa é um projeto de resolução, e eu não acredito que nenhuma das bancadas que aqui interveio, nomeadamente o proponente ou a bancada do Partido Socialista, que não saibam que obviamente a aprovação ou não desta resolução, porque não reveste forma de lei, que por si só não tem como acelerar um processo que, se está atrasado ou é moroso, resulta dos seus meandros e da sua tramitação. Essa era a primeira questão que eu gostava de deixar clara, porque quem nos ouve poderia interpretar que com esta aprovação ou que este documento tinha esse poder de aprovar, de transitar ou de resolver a questão a algum trabalhador. Depois, o Deputado António Lima também nos custa a crer que esteja mandatado por alguém para vir defender...

Deputado António Lima (BE): Não fui contratado por ninguém. Fui contratado pelo povo.

A Oradora: ... pois não está, ora nem mais. Não está porque os sindicatos, os sindicatos que tiveram oportunidade de se pronunciar foram claros. Um dos sindicatos, já aqui foi referido, disse que era extemporâneo e que era de uma perfeita inutilidade. O outro sindicato, pelo contrário, apontou falhas graves ao diploma que a Sra. Secretária aqui também já falou e que é exatamente pela letra da lei do Diploma nacional, que hoje em dia o Governo Regional e as instituições, conselhos de administração a quem compete, na dúvida, no fundo, tomarem determinadas decisões, têm-se confrontado com sérias dificuldades.

Portanto, desde 2023, e quando o Sr. Deputado fala em 2023, omite, intencionalmente, que a aprovação do diploma é do dia 22 de dezembro. Portanto, quando tenta fazer um horizonte de 2 anos, parece que isto foi aprovado. Portanto, a entrada em vigor a 1 de janeiro, devo-lhe dizer que em fevereiro de 2024, — e o senhor conhece bem as circunstâncias em que o Governo Regional se confrontou — sabe que nessa altura a Sra. Secretária teve o cuidado de fazer um esclarecimento a dizer que, necessariamente este processo sofreria algum atraso. Se acompanha, que imagino que tenha acompanhado esta matéria, sabe perfeitamente que desde o início, os sindicatos e a aprovação do Diploma nacional, os sindicatos foram mantendo contactos próximos com a Direção Regional de Saúde e com a Secretaria e disso foram dando notas.

Nós temos informação de contactos realizados em fevereiro de 2024; em março de 2024, através de vários sindicatos e foi esclarecido. O Sr. Deputado parece omitir toda a informação. Não houve nenhuma ocultação.

Deputado António Lima (BE): Houve!

A Oradora: Em abril de 2024 faz um requerimento, a Secretaria responde-lhe que há questões que têm de ser esclarecidas...

Deputado António Lima (BE): Em abril!

A Oradora: ... em abril 2024, que têm de ser esclarecidas no mês seguinte à emissão e divulgação dessas orientações para as unidades de saúde.

Ao longo dos meses seguintes vamos percebendo que os sindicatos foram mantendo vários contactos e reuniões, muitas delas encetadas e desencadeadas pela própria Secretaria.

Em abril de 2025, mesmo havendo a informação por parte dos sindicatos que o processo estava a avançar, o Deputado António Lima legitimamente faz o requerimento e é-lhe explicado com detalhe cada instituição qual é o ponto de situação.

Efetivamente, — e o senhor sabe, não lhe vou dar novidade nenhuma — o senhor sabe exatamente não são listas, não só números, não são folhas de Excel, ...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso.

A Oradora: ... são pessoas, cada uma delas com particularidades.

O Hospital da Horta é diferente do HDES, é diferente do HSEIT e cada unidade de saúde é diferente.

Também aqui é preciso dizer, que isto hoje está a acontecer e, resulta de anos em que os sindicatos que representam estes trabalhadores estão em luta porque uma reforma de 2008 transformou...

Deputado António Lima (BE): E nós fomos contra.

A Oradora: ... as carreiras dos Auxiliares de Ação Médica, encolheu aquilo que eram centenas de carreiras apenas num grupo restrito e, durante estes anos, os Assistentes Operacionais continuaram a desempenhar estas funções, nunca perderam o reconhecimento da população, dos utentes, dos seus pares. Tiveram e mantêm-se muitas vezes na linha da frente, são os primeiros a ocorrer ao chamamento de muitos doentes, sem eles não há Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...sem eles os Médicos, os Enfermeiros, os Técnicos Superiores de Diagnóstico, todos os outros profissionais não conseguem fazer a sua função.

Estas pessoas, com resiliência aguardaram, mesmo vendo outras carreiras a terem este avanço. No último ano tem-se trabalhado afincadamente naquilo que tem sido a transição destes Assistentes Operacionais para os Técnicos Auxiliares de Saúde, sabendo que o Diploma tem, inevitavelmente e, Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor sabe que à data, quando em 2022 discutimos o Diploma, o senhor sabe que os sindicatos apontaram também lacunas muito importantes ao Diploma que aqui foi aprovado, levou-nos a discutir este assunto, mas não foi o Diploma que hoje estamos a falar.

E, portanto, quer naquela altura, quer agora, mais do que nunca, temos de ouvir os sindicatos e o que os sindicatos nos dizem hoje, à data de hoje, à semana passada é que o processo está a evoluir positivamente, que têm um voto de confiança no Governo Regional e nos seus propósitos e os senhores sabem que cada trabalhador para transitar carece de uma audiência prévia e de uma aceitação. O Diploma deixa espaço para uma dúvida interpretação do que é a efetiva prestação de cuidados, talvez os senhores desconheçam, mas dentro de uma unidade de saúde e em todas elas, entre todas não há um padrão do que os Assistentes Operacionais fazem. Estes potenciais trabalhadores que passam a Técnicos Auxiliares de Saúde, o que um Técnico destes na lavandaria, numa esterilização no Hospital da Horta não é o mesmo que faz no HSEIT.

Cada caso está sendo apreciado e isso foi esclarecido, e era esse o motivo da circular que foi divulgada. O Governo tem explicado isso sucessivas vezes, os próprios sindicatos reconhecem isso. Portanto, há questões importantes como a elegibilidade dos trabalhadores. Infelizmente, tal como o Diploma foi aprovado, nem todos aqueles que são Assistentes Operacionais que trabalham na área da Saúde ou nas instituições de saúde são elegíveis para transitar; houve necessidade de densificar aquilo que era o conceito da participação na prestação de cuidados de saúde; houve necessidade de concluir processos de avaliação de desempenho que, em virtude das pessoas não terem até durante muitos anos tido um horizonte de transitar, muitos processos desses foram abandonados pelas instituições. Os senhores sabem exatamente o trabalho que dá e a morosidade que é voltar a atualizar e ter em dia todos os processos de avaliação de

desempenho e aqui também com responsabilidade dos trabalhadores que voluntariamente abandonaram a avaliação de desempenho e que hoje em dia querem-na fazer porque sabem que sem ela não têm condições para transitar e, portanto...

Aparte impercetível do Deputado António Lima (BE).

... descansada estou eu, descansada, estou eu.

Ó senhores, eu não posso deixar de citar o Deputado António Lima. Curiosamente ontem, a propósito de outra iniciativa dizia: “parece que garante qualquer coisa e na verdade não garante nada”. Infelizmente, o projeto de resolução que hoje aqui, ...o senhor sabe que ele não garante absolutamente nada, ...

Deputado António Lima (BE): Já lá vamos. É um papelinho.

A Oradora: ... não, o senhor sabe que não garante. O que garante é a prova que o Governo Regional tem dado de que leva este passo à frente dos compromissos que tem com as estruturas sindicais e, portanto, um debate que visava apreciar um projeto de resolução dos Assistentes Operacionais para transitarem para Técnicos Auxiliares de Saúde, já derivou para dívida da Saúde que leva a outro pensamento perfeitamente incongruente que é: o senhor com uma mão diz que a Saúde está a endividar-se a olhos vistos e que é uma sangria e com outra mão diz que o Governo Regional tem que se apressar a reposicionar.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Não é possível as duas coisas, a Sra. Secretária já explicou.

Sr. Deputado António Lima, o seu pensamento eu não consigo compreender, o que eu sei é que os sindicatos estão alinhados com o Governo, os Técnicos Auxiliares de Saúde, em várias instituições já têm condições de transitar, aqueles que não têm os

processos estão a decorrer. Cada dia é mais um dia de trabalho e, portanto, aquilo que eu faço votos ao Governo Regional e aos conselhos de administração que concluem, obviamente o processo, sabendo que a aprovação, ou não, desta resolução em nada contribui e que, na verdade, não pode deixar de ser visto como um oportunismo, porque o senhor só se apressou a fazer esta resolução quando percebeu que o trabalho estava feito.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Pediu para baixar à Comissão quando sabia que na Comissão dispensou-se com naturalidade, eu perguntei-lhe diretamente e o senhor respondeu que mantinha a urgência de vir a Plenário. Portanto, tenho que discordar até um pouco do Deputado Pedro Pinto, quando diz que nos deu a oportunidade de discutir, não nos deu a oportunidade de discutir. Hoje estamos na mesma condição do que discutiríamos em junho. Portanto, o senhor quando viu que o processo estava a fazer, viu nisto um oportunismo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há alguns aspetos que importa aqui clarificar: eu, em primeiro lugar, saliento a postura, pelo menos de debate razoável, por parte da bancada do PSD, postura essa que, infelizmente, não temos encontrado, da parte do Governo, quando se debate Saúde...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor deve ter algum problema comigo. É pessoal.

O Orador: ... independentemente das grandes diferenças e divergências que temos sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, Sra. Deputada, o meu mandato é exatamente igual ao seu, nem mais nem menos. É o mandato do povo, por isso, quem me mandou estar para aqui a defender aquilo que estou a defender — e outras coisas que defenderei ou que já defendi — foi o povo. Exatamente igual ao seu, vale exatamente o mesmo. Por isso, sobre o mandato está tudo dito.

Em segundo lugar, sobre a consequência do projeto de resolução: eu ainda sou do tempo que o PSD apresentava projetos de resolução, como oposição e já como partido que suporta o Governo. Devo concluir que o PSD agora chegou à excelente conclusão de que os projetos de resolução não servem para nada?

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Este, este!

O Orador: É que isto é curioso, ... ah este, diz ali a bancada do PSD. Este é que não serve para nada. Vejamos...

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, esses não são apartes!

Faça favor Sr. Deputado António Lima.

O Orador: Diz ali a bancada da coligação em aparte que este não serve para nada, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não somos nós, são os sindicatos!

O Orador: ... os projetos de resolução da oposição não servem para nada; os projetos de resolução da coligação e do CHEGA esses sim, são bons, são excelentes.

Bem, está tudo dito sobre esta coligação e o respeito que têm até pelas oposições e pela democracia, porque respeitar a oposição é respeitar a democracia. Não há democracia sem oposições.

E, sobre a consequência deste projeto de resolução é uma consequência idêntica a muitos outros projetos de resolução que já foram apresentados nesta Casa que recomendam aos governos, a este e a anteriores que façam o seu trabalho, que cumpram a lei e que paguem o que devem e que paguem o que devem e que aqui também se trata disso é pagar o que se deve.

O PSD apoiou no passado inúmeros projetos de resolução deste tipo, porque são importantes, é uma posição política do Parlamento a dizer ao Governo que acelere aquilo que está a fazer, que termine esses processos porque há quem esteja a receber todos os meses na base da carreira menos 48 euros por mês ao longo de um ano e meio são mais de 800 euros ao longo deste ano e isso faz muita falta a muita gente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor há bocado disse que gastávamos muito. Não sabe o que é que quer.

O Orador: As dificuldades burocráticas todos nós percebemos, mas um ano e meio é tempo demais.

Dizem ali, das dificuldades financeiras, que eu estou a dizer que se gasta mais, eu nunca disse que se gasta mais ou que se gasta de menos, aquilo que se tem que gastar é aquilo que é necessário na Saúde e para pagar aos trabalhadores que estão à espera da sua remuneração. Tem que se gastar aquilo que é necessário, mas se se gastasse aquilo que é necessário, ou se os hospitais tivessem o dinheiro que é necessário os hospitais não tinham 21 milhões de euros de prejuízo, como teve no ano passado o Hospital de Ponta Delgada; se eles tivessem o dinheiro que é necessário, não tinha o Hospital de Angra 9, 5 milhões de euros de prejuízo, não tinha outra vez, este ano os mesmos prejuízos. Por isso há um problema, não é infelizmente só na Saúde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É no Bloco de Esquerda.

O Orador: ... é no Governo não dar os recursos que são necessários, por exemplo, para pagar aos trabalhadores. E por isso é que os planos de pagamento daquilo que é devido duram e duram e naqueles como já referi novamente, como por exemplo, os TSDT continuam pelos vistos a não ser pagos. E aquilo que não pode acontecer com estes trabalhadores é continuarem a ter menos dezenas de euros todos os meses na sua conta porque o Governo não está a trabalhar o suficiente, não está a trabalhar rapidamente e não está a fazer o seu trabalho.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu fui o primeiro Deputado a criticar a sua iniciativa. Critiquei a iniciativa não critiquei o seu mandato, a legitimidade do seu mandato, ...

Deputado António Lima (BE): Ninguém disse isso.

O Orador: ... mas também há coisas que uma pessoa não pode ouvir e ficar calada. Quem falou, quem se pronunciou, quem escreveu numa folha de papel timbrada a referir-se à sua iniciativa como inútil, foi um sindicato representativo de trabalhadores. Eu limitei-me a ler esse parecer que está no relatório feito pela Comissão.

O Sr. Deputado não pode chegar aqui ao Plenário, à reunião plenária do Parlamento e acusar as outras bancadas ou os outros Deputados de estarem a dizer que a sua iniciativa é inútil, porque na realidade, quem criticou a inutilidade, quem classificou de inútil a sua iniciativa foi um sindicato representativo de trabalhadores. Porque o sindicato está a acompanhar o processo, sabe que está a ser feito, está a cumprir com os trâmites legais e, portanto, a tramitação legal demora tempo. Ainda agora a Sra. Secretária disse que os trabalhadores vão ser ouvidos em audiência prévia, ou seja, eles têm direito nos termos do Decreto de Lei a transitar para a nova carreira, mas as regras obrigam a que eles sejam ouvidos para dizer se concordam ou não para transitar para a nova carreira. Todos estes procedimentos legais consomem tempo e, portanto, há uns, tal como a Sra.

Secretária já disse, 300 que já transitaram, há outros que estão em processo de transição. O que eu disse em relação à sua iniciativa foi que V. Exa. tem sempre um aproveitamento político de submeter a este Parlamento recomendações ao Governo para fazer aquilo que o Governo já está a fazer e, portanto, é tão legítimo a si apresentar a iniciativa, como é tão legítimo a mim dizer que o senhor tem sempre um aproveitamento político da situação.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, o senhor fica ofendido por eu dizer que tem um aproveitamento político, pois bem, isso é um problema seu. Mude sua atuação política. Reconheço-lhe a legitimidade para o fazer, mas fazendo sujeita-se à crítica...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, Sr. Deputado, não pode depois queixar-se da crítica e quem disse que a sua iniciativa era inútil e está registado para a posteridade nos documentos oficiais deste Parlamento, no relatório da Comissão foi um sindicato que representa os trabalhadores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diálogo entre o Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Nuno Barata (IL).

Deputado Nuno Barata (IL): Quando o sindicato é do PCP não presta, mas quando é do PSD já presta.

Presidente: Sra. Deputada, faça favor.

A Oradora: Obrigada.

Eu peço a palavra para lembrar que, — quer das palavras do Sr. Deputado António Lima e também do Sr. Deputado José Miguel Toste — quem ouve este debate pode ficar com a ideia de que o Governo Regional ou a Sra. Secretária durante este ano não fizeram nada.

Eu aproveitava apenas para ler aquilo que são comunicados, nomeadamente o comunicado de dezembro do SINTAP, em que diz: “Secretária da Saúde empenhada na conclusão célere da integração dos trabalhadores covid e na implementação da carreira Técnica Auxiliar de Saúde”.

Portanto, durante este ano o Governo Regional não teve de braços cruzados, nem teve apenas este assunto para resolver. Portanto, dá nota de que comunica os seus associados aquilo que foi o ponto de situação dos processos que a Secretaria da Saúde estava a conduzir, deixando claro de que estavam em falta avaliações de desempenho, aguardando-se retificação de listas de pessoal.

Recentemente, a 17 de junho, quando o sindicato volta a fazer um comunicado, posteriormente a uma reunião, voluntariamente certamente expressa, de que houve alguns processos com mais burocracia, “sabemos que a maior parte não foi por culpa da própria Secretária”.

Deputado José Miguel Toste (PS): Foi culpa de quem?

A Oradora: E, por último lembrar que, diz o Sr. Deputado António Lima, “são muitos projetos de resolução e também não acrescentavam nada”, a diferença deste é que estamos perante um parecer do sindicato e a única oportunidade que tivemos em Comissão, um sindicato que diz que: “A aprovação da presente resolução é extemporânea e de inutilidade superveniente”.

Deputado António Lima (BE): Continue a ler.

A Oradora: “Sem outro assunto subscreve-se.”, acaba assim.

Ó Senhor, foi o senhor que pediu um parecer ao SINTAP!

Aparte impercetível do Deputado António Lima (BE).

Vou já concluir.

Sr. Deputado António Lima, isso que o senhor acabou de insinuar é muito grave, uma vez que em Comissão, realizada no dia 26 de junho, foi o Sr. Deputado António Lima, que enquanto proponente da iniciativa, apresentou exclusivamente duas diligências — parecer escrito ao SINTAP e ao Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas. Portanto, vir insinuar que alguém encomendou um parecer parece muito excessivo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que é importante, já agora que se está a dar muita relevância a um dos dois pareceres que a Comissão recebeu, já agora eu não faço parte da Comissão de Política Geral, ...

Deputada Salomé Matos (PSD): Eu também não!

O Orador: ...propus as diligências, que foram aceites pela Comissão, eu não tenho direito a voto, nem o PSD nem outro partido propôs, nem a audição do Governo nem a outras entidades sobre as quais eu não poderia ter direito a voto, como é óbvio, não tenho direito a voto na Comissão.

Eu gostaria de dizer que há um parecer assinado pelo Presidente do SINTAP, Francisco Pimentel, que é também Deputado do PSD à Assembleia da República sobre esta matéria e há o parecer do Sindicato de Trabalhadores em Funções Públicas, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga tudo. Assinado por quem? Coordenador do PCP.

O Orador: ... assinado pelo seu Coordenador João Decq Mota, que diz o seguinte no fim: “Pelo exposto nada temos...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É de uma falta de seriedade.

Ruído na Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sr. Deputado António Lima, temos dois caminhos: ou os senhores permitem que o debate continue ou eu suspendo os trabalhos. Não é possível continuar nestas circunstâncias, não é possível. Portanto, os senhores escolherão o caminho a seguir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Presidente, mas há bocado também não fez referência...

Presidente: Ó Sr. Deputado, se eu fiz ou não fiz referência, estou a fazer referência neste momento.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

O Orador: Bom, Sr. Presidente, eu exponho os meus argumentos, a Coligação não quer ouvir, porque constantemente interrompe e não interrompe apenas um Deputado da Coligação, interrompem todos ou praticamente todos, e como é evidente, não é possível ter um debate sério e talvez a Coligação porque percebeu que vai perder a votação queira ganhar na gritaria.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E como estava a dizer o parecer do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas refere o seguinte, e cito: “Pelo exposto, nada temos a opor ao projeto apresentado, salientando, no entanto, que, mais do que um projeto de resolução, o que deveria exigir ao Governo Regional seria o imediato cumprimento da lei.” e é, de certa forma, aquilo que se exige: é o cumprimento imediato da lei, não é nada mais do que isso.

Há quem não concorde e quem ache que seja extemporâneo. É legítimo e eu respeito. Agora claramente que uma parte, um dos sindicatos que representa esses trabalhadores acha que sim, que se deve cumprir a lei imediatamente e que concorda com o projeto. E certamente, se perguntarmos aos trabalhadores, um a um, eles não dirão que é extemporâneo porque querem a sua situação resolvida, mas isso sou eu a tentar extrapolar. Mas cada um fará a sua avaliação e certamente que os açorianos e açorianas farão a sua, de quem é que tem razão neste caso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Salomé Matos pede a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A interpelação à Mesa era só para o Sr. Presidente e a Mesa, poder confirmar se este projeto de resolução que deu entrada, julgo que no dia 3 de junho, se solicitava a deliberação de urgência em Comissão, de modo a que a iniciativa seja debatida e votada

no Plenário do mês de julho de 2025, sabendo que a CPG (Comissão de Política Geral) apenas reuniu no dia 26 de junho por motivos que assim tiveram de ser. E, portanto, a Sessão Plenária estava marcada para ter início esta semana, não haveria mais nenhuma reunião da CPG neste intervalo de tempo e gostaria que a Mesa confirmasse se teria havido possibilidade física para fazer alguma audição presencial, até porque, questionado, o Sr. Deputado António Lima respondeu que ainda assim mantinha a intenção desta iniciativa ser debatida em julho, mesmo sabendo do impedimento do Governo Regional ou outra entidade de ser ouvida.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, está registada a interpelação.

O que a Mesa pode confirmar é que o projeto de resolução deu entrada com pedido de urgência, com redução do prazo em Comissão. O resto dos pormenores a Mesa não pode confirmar porque não tem essa informação.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Mendonça. Faça favor.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Bloco de Esquerda nos traz hoje aqui, que recomenda a conclusão, no prazo de um mês, da transição dos Assistentes Operacionais do Serviço Regional da Saúde para a carreira de Técnicos Auxiliares de Saúde revela-se desnecessária à luz do quadro legal em vigor. A transição resulta da aplicação direta do Decreto-Lei n.º 120/2023, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024, não carecendo de nova deliberação parlamentar.

É de conhecimento público que as Unidades de Saúde deram início ao processo administrativo, que decorre segundo procedimentos normais e de acordo com os prazos estabelecidos.

Parte das transições encontra-se concluída ou em fase final, e o pagamento com efeitos retroativos a janeiro de 2024 será efetuado nos termos do diploma legal.

A iniciativa sofre de diversas fragilidades: interfere num processo já em curso, e ignora que a concretização da transição só pode ocorrer após o desenvolvimento e valorização na carreira de Assistente Operacional, igualmente previsto na lei.

Assim, não se justifica impor um novo prazo administrativo nem um novo impulso legislativo.

Estas debilidades são confirmadas pelo parecer e, agora eu vou dizer o nome do sindicato, do SINTAP, solicitado pela Comissão de Política Geral, que considera a proposta, e cito: “extemporânea e de inutilidade superveniente”, uma vez que a lei já garante todos os efeitos pretendidos. A iniciativa não acrescenta valor prático, podendo até mesmo gerar ruído num processo que decorre com normalidade e em conformidade com o regime legal em vigor.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Questiono se há mais intervenções ou pedidos de intervenção.

Pausa.

Sr. Deputado José Miguel Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que não houve qualquer resposta por parte da Sra. Secretária, vejo-me obrigado a colocar de novo as mesmíssimas questões que coloquei na minha anterior intervenção: quando é que o processo, que já está iniciado, vai estar plenamente concluído? E em que momento serão pagos os retroativos a estes trabalhadores?

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agora que este debate caminha para o fim e claramente aquilo que se passou aqui hoje não abona nada, sobretudo em detrimento dos próprios profissionais de saúde. Claramente que o Bloco de Esquerda quis fazer os últimos 100 metros de uma maratona, mas efetivamente, quem tem estado ao lado dos trabalhadores é o Governo Regional. Portanto, vou novamente dizer-lhe aquilo que já lhe disse: o senhor pode ter o mérito de iniciativa, o Governo terá o mérito de execução da mesma.

Já tive a oportunidade de dizer aqui, na minha intervenção inicial, disse que o processo estava concluído do ponto de vista das unidades de saúde de ilha e isso permitiu que transitassem 300 trabalhadores.

Há efetivamente, em alguns casos, processos que suscitaram dúvidas e, mesmo assim nós não parámos o processo para que os trabalhadores que tinham essa legitimidade em transitar não ficassem prejudicados.

E o Governo já o disse, já afirmou e o compromisso mantém-se. Os trabalhadores terão direito, além do reposicionamento aos devidos retroativos, isso já aconteceu, por exemplo, na maior unidade de saúde ilha que é a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, em que 140 trabalhadores não só transitaram como receberam os devidos retroativos.

Portanto, o Sr. Deputado sabe que este é um processo que está a decorrer, situação diferente foi efetivamente o que se passou com os hospitais e eu vou voltar a dizer para

que não fique no ar a ideia que o Governo nada fez ao longo deste ano e meio, porque não corresponde à verdade.

E, portanto, se nós efetivamente demos conta que em alguns hospitais havia avaliações de desempenho por fazer desde 2018 e que sem essas avaliações de desempenho não era possível fazer a transição para a carreira, naturalmente tivemos de corrigir toda essas situações e digo-lhe que esse não foi um processo fácil e se não me falha a memória, inclusive, gerou até um processo disciplinar a alguém que se recusou a fazer essas avaliações. E, portanto, como pode ver, não foi um processo linear, mas felizmente foi um processo que chegou a bom termo.

Outra questão que gostaria aqui de dizer é que até parece que é o Governo Regional que deu indicações às instituições para pararem, para deixarem de fazer tudo o que estava a ser feito, não! Este é um processo moroso, eu já tive a oportunidade de dizer: os mesmos trabalhadores das instituições que estão a trabalhar nestas carreiras do TAS (Técnicos Auxiliares de Saúde) são as mesmas que andaram a trabalhar nos enfermeiros, nas carreiras gerais, nas valorizações dos médicos, na dedicação plena dos médicos, ou seja, nós estamos a falar de recursos humanos e claramente todos esses processos são trabalhados na DRS (Direção Regional da Saúde), onde existe um diretor de serviços, um chefe de divisão e dois juristas.

Portanto, há efetivamente uma grande pressão sobre esta divisão e não se pode pedir tudo, a todos ao mesmo tempo. Por muito que lhe custe ouvir isso, Sr. Deputado, esta é a verdade. Da parte do Governo Regional não houve qualquer indicação para atrasar este processo, pelo contrário. Foram sempre solicitadas questões, foi sempre dada a indicação no sentido contrário, para acelerarem o processo o mais que se pode. Tanto é, como claramente, no último mês e meio, a prioridade após ter sido resolvida a questão dos enfermeiros, ou após o pagamento da primeira parte da tranche dos enfermeiros e situações do ponto de vista legal, geraram dúvidas, pese embora a aplicação do Decreto de Lei e também a valorização da carreira, a prioridade tem sido resolver os Técnicos de Auxiliares de Saúde.

E, portanto, os processos já foram iniciados, já estão praticamente concluídos, serão concluídos naturalmente ao longo do mês de julho, porque há um prazo que está estipulado e que tem que ser dado de 10 dias úteis para a realização de audiências de interessados, para que efetivamente depois as listas sejam rececionadas na Direção Regional da Saúde para posterior publicação.

Portanto, são estes os passos que têm que ser dados, contamos até ao final de julho que estas listas estejam totalmente concluídas para as situações que não suscitem dúvidas, porque efetivamente há situações que não são lineares, porque conforme já foi aqui dito, as realidades das instituições são muito diferentes.

E, portanto, nem todos os Assistentes Operacionais têm indicação para transitar para a carreira nova, mas isso é algo que não está a ser bem recebido, porque todos achavam que tinham o direito de transitar para a carreira nova e está explícito no Diploma, que não foi criado por este Governo, que é exigido que haja contacto direto com o doente e nem todos os Assistentes Operacionais têm contacto direto com o doente. Esta situação poderá levantar injustiças e por forma a não atrasar mais o processo, as indicações claras da Secretária Regional da Saúde foi: transitem todos os trabalhadores que não suscitam qualquer tipo de dúvidas, portanto, é isso que está a ser feito.

Queremos que o processo esteja concluído até ao final de julho...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou não.

A Oradora: ... deste ano, que naturalmente, ao final de julho deste ano e uma vez que os vencimentos já são processados na próxima semana, não serão reposicionados no mês de julho, mas também no mês de agosto, se tudo correr bem, queremos dar este processo como concluído.

Conforme já tive a oportunidade de dizer, há circunstâncias que não dependem da Secretaria Regional da Saúde. Da minha parte, o que posso garantir é que nunca foi dada qualquer orientação para atrasar este processo, pelo contrário, reconhecendo naturalmente que há limitação de recursos humanos para tratar todos os profissionais de Saúde da Região.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado José Miguel Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Registo aqui o compromisso da Sra. Secretária de até ao final deste mês, ter concluídos todos os processos de transição dos Assistentes Operacionais que estão em situação de transitar para a nova carreira e que no mês de agosto serão pagos os retroativos devidos a todos esses trabalhadores que transitarem, ou seja, esta proposta do Bloco de Esquerda não é inútil, porque ela visava exatamente isto, ou seja, visava que a conclusão do processo fosse feita até ao dia 9 de agosto. Portanto, eu penso que há o compromisso por parte da Sra. Secretária de concluir o processo até esta data, bem como, o pagamento seja devido naquele exato momento, em agosto de 2025. Portanto, inútil não é, o máximo que se pode dizer, é que o Governo Regional está alinhado com aquela que é a iniciativa do Bloco de Esquerda...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não sei se é Deputado do PS ou se é do Bloco de Esquerda.

O Orador: ...e, portanto, não existirá qualquer problema nenhum em aprovar nesta Assembleia Legislativa esta iniciativa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda porque não a consideramos inútil nem consideramos intempestiva.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Vamos proceder à votação deste Projeto de Resolução n.º 39/XIII — “Transição dos Assistentes Operacionais para a Nova Carreira de Técnicos Auxiliares de Saúde”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 39/XIII foi aprovado com 22 votos do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 9 da nossa agenda, **Projeto de Resolução n.º 16/XIII — “Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio”**, é uma iniciativa de Representação Parlamentar do PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aumento da taxa de suicídio preocupa especialistas; Combate ao suicídio precisa de mais médicos; Açores têm a taxa de suicídio mais alta do país. Estas são apenas algumas das manchetes que têm ecoado nas páginas de jornais. Fragmentos que refletem uma realidade inquietante que se teima em ignorar. São vidas perdidas, famílias dilaceradas e futuros interrompidos.

Com uma taxa de suicídio que supera a média nacional, a Região ostenta a alarmante taxa de 14,7 mortes por suicídio por 100 mil habitantes, significativamente superior à média nacional que se fixa nas 8,9 mortes por 100 mil habitantes.

Só na ilha de São Miguel, entre 2001 e 2021, cerca de 120 vidas foram perdidas para o suicídio, sendo que 70 % destas pessoas não tinham qualquer tipo de acompanhamento clínico, permanecendo a população jovem entre a mais afetada.

Cerca de 4 % da população açoriana padece de depressão — um número que poderá ser superior se considerarmos todos os casos não diagnosticados, associados ao sofrimento silenciado — e muitos vivem com ansiedade, perturbações de humor ou pensamentos suicidas, sem acesso a cuidados apropriados ou espaço social para expressar o que sentem - situação que cultiva um sentimento de incompreensão e agrava o isolamento, sobretudo se considerada a condição insular dos Açores, que, pela sua localização periférica e ultraperiférica, acarreta desafios próprios, como o afastamento geográfico e a escassez de recursos, dificultando o acesso adequado a cuidados de saúde e apoio especializado.

Esta é uma realidade que exige mais do que empatia — exige ação. A Saúde Mental não pode permanecer envolta em estigmas e silêncio, numa sociedade em que falar de depressão ou ideação suicida é, para muitos, sinónimo de fraqueza - é essa a perceção que urge desconstruir. Saúde Mental é saúde. Ponto. E exige uma resposta contundente. Permitir que mais vidas se percam por lacunas e ausência de apoios e recursos adequados é uma falha grave da nossa responsabilidade coletiva. É aceitar que o sofrimento continue invisível, que a dor silenciosa não encontre resposta e que a negligência se sobreponha à compaixão. É perpetuar um ciclo de abandono que já custou demasiadas vidas.

O suicídio não é uma inevitabilidade — é, na maioria dos casos, evitável. Com compromisso, investimento, coragem e uma resposta proactiva, é possível travar este flagelo que tanto nos envergonha e entristece, promovendo a literacia em Saúde Mental, quebrando tabus e rompendo o estigma que reprime a procura de ajuda e avoluma o silêncio, por intermédio de uma estratégia que deverá envolver o reforço urgente das equipas de Saúde Mental do Serviço Regional de Saúde, através da

contratação de mais médicos psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, reconhecendo o suicídio como uma questão de saúde pública.

Queremos capacitar escolas, serviços públicos e comunidades para reconhecer os sinais, agir precocemente e salvar vidas. Esta proposta surge enquanto resposta firme e determinada ao sofrimento invisível que nos cerca e sufoca, com medidas transversais, eficazes e humanas, objetivando uma intervenção musculada e abrangente, à altura da gravidade do que enfrentamos.

Que esta Assembleia se erga hoje como exemplo de coragem, compromisso e humanidade em prol de uma proposta que, acima de tudo, defende a vida. Cada passo que dermos rumo à prevenção é uma vitória sobre o silêncio.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN recomenda ao Governo Regional, através deste projeto de resolução, a criação e aprofundamento de uma estratégia regional de prevenção e combate ao suicídio como o reforço do número de profissionais de Saúde Mental para o Serviço Regional de Saúde.

Enquanto cidadãos, quando temos conhecimento de um suicídio, sentimo-nos impotentes, porque não conseguimos evitar a perda de uma vida, porque não conseguimos sanar o imenso sofrimento que conduz a um fim tão drástico.

É de conhecimento geral que o suicídio não é um problema em si, mas uma consequência da degradação da Saúde Mental não tratada, do consumo de droga, de *bullying* nas escolas, de famílias desestruturadas, da pressão em ambientes de trabalho com risco, como por exemplo, os polícias.

Consideramos que, mais premente do que produzir um documento e novos planos ou estratégias é aplicar os planos existentes, executar medidas já definidas, nomeadamente: formação dos médicos de família para que possam tratar as depressões na sua fase inicial, quando a depressão ainda é ligeira e esta formação já começou a ser feita é apenas continuar, porque o médico de família tem por obrigação pelo menos um contacto por ano com o utente da sua lista e é altura ideal para aferir se aquele utente apresenta sinais ou não de depressão e se ela for atacada logo no início evita-se que progrida para uma situação tão drástica como pode ser o suicídio, — tirar partido do pessoal da enfermagem já há pessoal da enfermagem com formação em Saúde Mental. Muitos destes enfermeiros não estão a ser aproveitados para esta área e põe-nos a fazer vacinação ou pensos o que é uma pena, vamos aproveitar os enfermeiros que já temos com formação e direcioná-los para equipas de Saúde Mental.

O HDES, o Hospital de Ponta Delgada, tem um projeto-piloto de equipa comunitária de Saúde Mental que se desloca ao domicílio dos utentes, isto é uma excelente medida, porque evita internamentos em casas de Saúde Mental, que é sempre muito mais agressivo para o utente.

Este projeto-piloto do HDES deveria ser replicado para todas as ilhas da Região.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já existe.

A Oradora: E temos de ter consciência de que o doente da área da Saúde Mental não procura ajuda, isola-se a ajuda é que tem que ir ao encontro dele.

O recurso à telemedicina, que também já está a ser feito na área da psiquiatria para as ilhas que não têm hospital, também é uma excelente solução.

Estender a medicina do trabalho, que nesta altura só é obrigatório para as empresas privadas, estendê-la aos serviços públicos, porque também lá trabalham pessoas, é igualmente importante.

Continuar a formação de docentes e auxiliares de educação para que eles saibam identificar nos alunos sinais de depressão que podem resultar do consumo de drogas ou mesmo problemas de *bullying*, esta formação, já existe serviços na administração

pública, que é o CEFAPA (Centro de Formação da Administração Pública dos Açores), existe na Direção Regional da Saúde um serviço só para a área para estruturar planos de formação, já existe verbas no Orçamento para a formação, é apenas ter a atenção de nos planos anuais de formação ter lá esta direcionada para os docentes e os auxiliares. Utilizar estes equipamentos, e, durante a audição na Comissão soube-se que há um equipamento no HDES que trata já depressões resistentes ou perturbações graves e que este equipamento até já foi dada a formação e que está lá sem ser utilizado.

Deputado José Pacheco (CH): Vergonha!

A Oradora: Estes tipos de situações não podem acontecer.

Tirar partido das parcerias com as casas de Saúde Mental porque eles têm muitas experiências, já tem as infraestruturas lá para criar estruturas de reintegração comunitária, quer para doentes de Saúde Mental que já estão estabilizados, mas que não têm um ambiente familiar para onde regressar e que os possa dar apoio ou então para pessoas que fizeram tratamento de cura da droga e, que também ao voltar à comunidade, são presas fáceis para aquelas redes que vendem droga e existindo estas estruturas e as casas de Saúde Mental, seria um parceiro ótimo para criar essas redes de segurança para este tipo de pessoas.

E acima de tudo falta liderança e a liderança, na minha opinião, pede outro toque aqui. Cabe à Direção Regional da Saúde articular todas estas medidas, todos estes planos que já existem e não só a Direção Regional de Saúde, temos aqui a Direção Regional da Educação, temos a Direção Regional de Prevenção e Combate às Toxicodependências, têm lá técnicos, tem chefias intermédias, têm que assumir a sua função, a sua função de liderança e de coordenar todos estes planos que já existem para termos aqui o sucesso de baixar a taxa de suicídio.

Volto a referir que planear é importante, mas mais importante é executar.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O silêncio que envolve o suicídio é tão perigoso quanto a ausência de respostas. O PPM entende que esta é uma matéria que exige sensibilidade institucional e coragem política.

Quando esta coligação assumiu funções, encontrou uma realidade grave: os Açores apresentavam taxas de suicídio muito superiores à média nacional — chegando a mais de 16 casos por 100 mil habitantes em São Miguel. Era, e continua a ser, um problema de saúde pública de enorme dimensão.

A proposta do PAN procura responder a essa realidade. O PPM compreende a intenção e é favorável à recomendação. Mas deve sublinhar que a proposta parte de dados anteriores a 2022, não refletindo as transformações entretanto iniciadas.

A Estrutura de Missão para a Saúde Mental dos Açores foi criada nesse ano e só pode ser avaliada com base em dados posteriores.

Sras. e Srs. Deputados, com este Governo, a Saúde Mental está, pela primeira vez, a ser tratada como prioridade. Estão no terreno equipas, profissionais e respostas concretas: 63 médicos de família foram formados em psiquiatria; foram contratados psicólogos e aumentadas as consultas; foi eliminada a lista de espera em psiquiatria no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada; foram criadas equipas comunitárias de Saúde Mental em oito ilhas; está ativo um sistema de sinalização precoce de risco suicidário, com apoio digital remoto e foi criada uma resposta especializada para apoio a famílias enlutadas por suicídio.

Estas medidas estão em execução e representam uma viragem clara face ao passado.

Durante os trabalhos da Comissão, várias entidades destacaram os riscos de sobreposição. A Unidade de Saúde da Ilha do Faial alertou: “já existe na Região um

Plano de Ação em vigor”. O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira considerou a proposta relevante, mas referiu ser essencial clarificar “a sua operacionalização”.

E a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria reforçou a importância de apoiar as famílias afetadas.

Há, portanto, preocupação partilhada. Mas também consenso: o caminho deve ser consolidar e reforçar o que já está a funcionar, e não criar estruturas paralelas que comprometam a eficácia.

Cuidar da Saúde Mental é um compromisso que deve unir partidos, instituições e cidadãos. E esse trabalho exige seriedade, continuidade e respostas reais.

O PPM apoia esta recomendação na sua generalidade e votará a favor da mesma.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN traz-nos aqui uma iniciativa que prevê a criação e aprofundamento de uma estratégia regional de prevenção do combate ao suicídio na Região Autónoma dos Açores. Sem dúvida que o suicídio, infelizmente, é algo que todos conhecemos situações nas nossas diversas ilhas é, sem dúvida, algo que assola algumas famílias na nossa Região. Por mais variados motivos este problema de saúde pública acontece, a pessoa no seu desespero comete o suicídio e todos, muitas vezes conhecemos situações muito complicadas e famílias que ficam completamente desestruturadas, quando esta situação ocorre com pessoas mais jovens, com pessoas menos jovens, com pessoas com filhos menores, com pessoas já com uma idade mais avançada e, infelizmente é algo que detém diversas características e diversos motivos que levam, infelizmente a este

desespero que é a pessoa cometer sem dúvida o suicídio e que muitas famílias, infelizmente, passam por esta circunstância.

Temos este problema e deparamo-nos com este problema de saúde pública, é certo. Este tem sido um problema que merece e sem dúvida que merecerá a melhor atenção de todas as bancadas e de preocupações de todos os partidos e que tem sido também uma preocupação por parte do Governo Regional, não só o suicídio, mas a Saúde Mental de uma forma generalizada, tem sido uma prioridade por parte do Governo Regional e assim é demonstrado até no próprio Plano Regional de Saúde, onde consta a Estrutura de Missão para a Saúde Mental nos Açores e que nesta estrutura de missão estão previstas diversas ações e na prevenção, inclusive do suicídio, com diversas ações multidisciplinares. Tem sido uma medida que tem tomado a preocupação por parte do Governo Regional e que existem diversas medidas que estão a ser implementadas e muito bem, por parte deste Governo, que passam desde o aumento de profissionais de saúde na área da Saúde Mental, desde a questão da telemedicina e do apoio por via da telemedicina, principalmente nas ilhas sem hospital, isso tem sido uma realidade, por exemplo, na Unidade de Saúde da Graciosa, de São Jorge e tem sido uma importante ferramenta nesse sentido ou ainda, a formação de Médicos de Medicina Geral e Familiar na área da psiquiatria. Têm sido passos importantes dados por este Governo Regional no sentido de também reconhecer as questões da Saúde Mental como uma prioridade.

A verdade é que reconhecemos os desafios que quer a questão e a estratégia no âmbito da Saúde Mental, quer agora esta iniciativa trazem, nomeadamente com a questão da falta que todos reconhecemos e todos sabemos que existe profissionais de saúde, nomeadamente psiquiatras. É verdade que todos reconhecemos, mas não é por isso que sabemos que o Governo Regional e, já assim é no âmbito do Plano Regional de Saúde, inclusive com esta estratégia para a Saúde Mental e assim acreditamos que continuará a ser naquilo que é o esforço de termos cada vez mais profissionais de saúde na área

da Saúde Mental, quer habilitar os nossos profissionais de saúde existentes no Sistema Regional de Saúde para esta matéria das questões da Saúde Mental.

A verdade é que temos aqui duas vertentes, temos uma vertente — e, deve ser feita esta abordagem e assim o tem sido —, por um lado, a questão da prevenção e a importância da prevenção até na questão das escolas, já mencionado também pela Deputada Hélia Cardoso nesse sentido, da importância efetivamente de existir esta prevenção junto da comunidade escolar, junto a comunidade em geral e, por outro lado, a necessidade de um acompanhamento eficaz a estes utentes, aos utentes que vão procurando ajuda por sentirem que sozinhos não estão a conseguir ultrapassar aquilo que sentem e as suas dificuldades, mesmo em termos de Saúde Mental.

O CDS-PP está empenhado, sem dúvida, em melhorar as respostas na área da Saúde Mental. Acompanhamos também esta iniciativa, entendemos que deve ser feita e deve ser implementada, caso seja aprovada, em estreita articulação com aquilo que já está previsto no próprio Plano Regional de Saúde e, mais concretamente, na Estrutura de Missão para a Saúde Mental, mas é mais uma ferramenta, é mais um contributo, neste que é um problema grave de Saúde Mental na nossa Região, no País e a verdade é que todos devemos estar focados, devemos estar unidos neste problema que, infelizmente, vai afetando algumas famílias na nossa Região.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Miguel Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que é trazida a esta Casa pelo PAN, é uma iniciativa, desde já, meritória e que já nos deu oportunidade, no âmbito da sua discussão em Comissão, de todos tomarmos contacto com aquela que tem sido a realidade no âmbito da problemática do suicídio, contacto com os estudos que, no fundo, enformam esta iniciativa e que nos dão conta de uma alta prevalência de suicídio na Região Autónoma dos Açores, algo que é profundamente dramático, no fundo, para as nossas populações, para todos aqueles que no seu seio familiar convivem com pessoas que têm esta propensão ou com situações em que foi consumado esta ideação suicida. E, portanto, esta é uma problemática que nos deve unir a todos nesta Câmara.

Também foi possível tomar contacto com aquela que tem sido a implementação do Programa Regional para a Saúde Mental dos Açores, que tem algumas iniciativas específicas no âmbito da ideação suicida, mas como foi também referido pelo seu coordenador, também tem um conjunto de medidas de natureza mais lata, que no fundo permitem de forma indireta ajudar à resolução deste problema.

E foi referido e, já foi referido aqui nesta Câmara, a questão das terapias por electroconvulsivo, é um equipamento que já está disponível no HDES e que inclusive foi referido pelo antigo coordenador da estrutura de missão, que já houve formação, mas que neste momento e considera o próprio como uma das questões que ficou por ultrapassar por este grupo de trabalho foi o arranque deste tipo de terapia no HDES.

Portanto, a questão que lhe faço, dando-lhe a oportunidade, Sra. Secretária, a esclarecer esta Câmara é para quando o início deste tipo de terapia, que, segundo os especialistas, é determinante no tratamento, por exemplo, das situações de depressão profunda.

Um outro aspeto também, que já se encontrava previsto no Programa Regional para a Saúde Mental dos Açores, em 2022, tinha que ver com a implementação de um sistema de SMS, a pergunta que lhe faço, Sra. Secretária, dando-lhe oportunidade também de esclarecer esta Casa, é se este programa já se encontra implementado ou se se encontra em implementação e para quando podemos, no fundo, prever que o mesmo esteja em funcionamento na Região Autónoma dos Açores.

Também manifestar aqui uma preocupação, há alguns meses foi noticiado que o Governo Regional se encontrava a avaliar a continuidade da estrutura para a Saúde Mental da Região Autónoma dos Açores, que era coordenada pelo Dr. Henrique Prata Ribeiro, no seguimento desta notícia, não houve mais nenhuma comunicação por parte da Sra. Secretária Regional e, portanto, questiono, dando-lhe oportunidade no fundo de esclarecer esta Casa, qual o ponto de situação dessa estrutura para a Saúde Mental da Região Autónoma dos Açores, se, se encontra em funcionamento, se foi extinta, se houve algum tipo de mudança do seu coordenador e se, uma vez que foi referido pelo próprio, que já não se encontrava a exercer as funções de coordenação, quem é o responsável neste momento pelas políticas públicas de Saúde Mental, naturalmente, em primeiro lugar a Sra. Secretária, mas se existe ao nível da DRS, alguém que tenha ficado com esta responsabilidade de coordenação.

A questão do suicídio, como também já foi analisado em Comissão, dos dados que foram recolhidos, pelo menos 70 % das situações de suicídio não tinham qualquer tipo de acompanhamento por profissionais de Saúde Mental, são dados que reportam a 2001 até 2020, é um período no fundo, que grande parte é da responsabilidade do Partido Socialista, estas questões penso, que a discussão já pode ser colocado no nível super partidário e, portanto, a questão que lhe faço, Sra. Secretária é se, ao longo da implementação deste Programa Regional para a Saúde Mental, tem notado um maior acompanhamento ao nível destas problemáticas.

E, por último, no fundo deixar aqui um desafio, que todos nós unamos atrás desta proposta, que é aqui apresentada pelo PAN, de forma que esta problemática possa ter uma resposta organizada, porque para executar é necessário, em primeiro lugar, planear...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é este o objetivo e o propósito desta iniciativa que merecerá o voto favorável do Partido Socialista.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu iniciaria a minha intervenção por obviamente, reconhecer o mérito da iniciativa que, contrariamente à anterior, por exemplo, em que por motivos vários, não nos deu oportunidade de a aprofundar, esta iniciativa teve longos meses na Comissão de Assuntos Sociais, teve um número avultado de audições, pessoas com responsabilidades importantes na Região na área da Saúde Mental, na área da saúde e, portanto, podemos reunir inúmeros contributos, foram mesmo audições bastante exaustivas.

Infelizmente o suicídio é uma realidade, é uma realidade secular, é classificá-lo como um flagelo não é de facto um exagero, percebemos que é de causa multifatorial, obriga a uma intervenção multidisciplinar e, não desmerecendo todas as outras missões que qualquer Governo Regional tenha, eu diria que este é um desafio gigantesco e com elevado risco de um sucesso sempre limitado, infelizmente.

O Governo Regional tem de facto trabalhado na área da intervenção, na área da Saúde Mental, isso foi concretizado e, inclusive, um dos pontos resolutivos recomenda o reforço de profissionais, não obstante, o reforço que tem vindo a acontecer e que também os nossos convidados foram unânimes a dizer, que hoje em dia o cenário e o número de recursos humanos nas escolas, nas unidades de saúde, eram bastante superiores comparativamente há uns anos atrás, mas que ainda assim, as necessidades do dia a dia impunham-se maior número de contratações.

E nós por aquilo que já fomos avaliando, as audições da Sra. Secretária e também os nossos convidados, percebemos que, de facto, nomeadamente psicólogos, que era um

grupo profissional que muitas vezes estava escasso comparativo a 2019 e comparando com o último ano de 2024, houve, com exceção, penso eu da Unidade de Saúde de Ilha das Flores, que não conseguiu aumentar os seus recursos na contratação de psicólogos, todas as outras instituições tiveram um aumento destes recursos.

A formação, aquilo também que nos foi transmitido foi que o investimento que o Governo Regional havia feito na formação dos Médicos de Medicina Geral e Familiar, que aqui também já falámos, a importância dos cuidados de saúde primários enquanto primeira linha de intervenção, esta formação para estejam mais alerta, foi importante e isso é um esforço que tem de ser reconhecido.

Naturalmente que pronto, o estudo que serve de base à iniciativa, que está no seu preâmbulo e também foi bastante discutido e aquilo que nós também depreendemos, a conclusão que tiramos das conclusões é que, infelizmente, com todo o mérito que o estudo tenha, percebemos que as realidades são muito únicas de ilha para ilha, de realidade para realidade e, que não é possível espelhar, transpor aqueles resultados mesmo em termos dos grupos etários, o perfil, no fundo demográfico, o que dificulta não é, aqui um pouco se tivéssemos um padrão, também poderíamos ter uma intervenção privilegiada a esse perfil, infelizmente não é o que acontece, as realidades das várias ilhas são distintas.

Ainda assim, de forma nenhuma, minimizando aquilo que é o problema e nós sabemos que o problema existe, ele faz parte dos relatórios, dos números divulgados pela OMS (Organização Mundial da Saúde) a nível mundial, europeu, pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Relativamente aos números em Portugal, a verdade é que também foi identificado e, penso que o facto de falarmos no assunto — a própria iniciativa tem esse mérito — o alerta e o facto deste assunto também preocupar na área da saúde, nomeadamente a área da Saúde Mental, a ordem dos psicólogos, o Colégio de Especialidade de Psiquiatria — a verdade é que também percebemos que não temos uma caracterização realista da situação, uma vez que foram identificadas algumas falhas nos registos e, que

isso, infelizmente, não nos dá uma leitura real da situação, uma vez que muitos suicídios poderiam estar registados de forma menos correta, porque algumas mortes poderiam ter sido registadas como lesões que não se identifica, que se desconhece se eram acidentais, intencionalmente infringidas, eu penso que aqui também é importante e os números também nos permitem ver que houve esta preocupação.

Há diferenças significativas nestes registos do qual podemos tirar uma leitura de que há um maior rigor hoje em dia nos registos, os números que conhecemos que são ainda de 2022.

O Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente também esta iniciativa, por entender que, independentemente do formato que ela possa se revestir, efetivamente a Sra. Secretária reconheceu também a importância de continuar a apostar fortemente no combate ao suicídio, independentemente desta estratégia, ser mais ou menos complementar do Plano Regional de Saúde Mental, do Plano Regional de Saúde, com articulação com outros planos regionais de intervenção, nomeadamente com questões sociais como a pobreza, com as dependências e adições das quais não é possível dissociar este problema.

E, portanto, estamos certos que este foi mais um contributo para que o Governo Regional continue o seu trabalho, que tem vindo a fazer com a intervenção comunitária como, e bem, foi elogiado por vários convidados nossos que ouvimos na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), que ainda não se conseguiam tirar grandes resultados das equipas de intervenção comunitária, mas que estavam no terreno a trabalhar, houve afetação de recursos para constituir estas equipas, o reforço destes profissionais, de psicólogos, nomeadamente nas escolas, formação a professores, onde é possível em contacto com as franjas mais jovens detetar sinais de alerta e, eventualmente, fazer o devido encaminhamento.

E o que importa aqui realçar também é que, de uma forma transversal, todos os convidados foram unânimes a dizer que a articulação entre instituições de saúde e institutos hospitalares, era fluida, que as unidades de saúde todas se pronunciaram,

obviamente acolheram ainda que, mais ou menos entendendo que estas medidas já estavam presentes no Plano Regional de Saúde Mental.

E, portanto, aquilo que nós entendemos, com a própria audição da Universidade, com o seu núcleo, digamos assim, de estudo, também nos deu nota daquele que é o trabalho que vai continuar a desenvolver nesta matéria.

Aquilo que estamos certos é que, com a aprovação deste projeto de resolução, é mais uma ferramenta para que o Governo Regional concretize uma estratégia que possa efetivamente combater aquilo que são os números do suicídio, ainda que, como eu disse, importava neste momento ter uma estratégia que nos permitisse aferir exatamente qual é a dimensão do problema e poder caracterizá-la da melhor forma para poder intervir de forma mais direta.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde Mental é parte integrante da saúde humana e apesar de ser uma matéria de elevada complexidade, ela requer um olhar da sociedade que ultrapasse os estigmas e preconceitos em que muitas vezes está envolta e, o poder político tem aqui um papel de também contribuir para desmistificar estes mesmos estigmas, preconceitos e principalmente, como não podia deixar de ser, tem o dever de providenciar os meios e ferramentas essenciais para que haja uma resposta efetiva por parte do Serviço Regional de Saúde.

A aposta na prevenção é essencial, diria até, mais do que isso, é primordial, mas requer uma sinergia multifatorial que suporte.

Vivemos numa Região onde infelizmente predomina ou prevalece um elevado número de pessoas em situação de pobreza e desigualdades enormes; em que os salários não os retiram da pobreza e condicionam a vida das pessoas; onde a habitação, infelizmente passou a ser um luxo e tantas vezes as pessoas têm vergonha de pedir ajuda porque há quem queira perseguir os mais pobres e desprotegidos.

Perante isso, é óbvio que a solução não é apenas a criação de planos e estratégias, mas também mais recursos humanos e também uma aposta consolidada, acima de tudo, em respostas sociais, económicas e na saúde que respondam no imediato aos problemas das pessoas.

Na nossa sociedade passamos a assistir a um discurso que condena tantas vezes quem passa por necessidade, quem está desempregado, quem está por passar por um momento de aflição e isso também afeta a nossa sociedade como um todo, a forma como transmitimos os exemplos e como se olha para os outros.

Não há como discordar desta proposta, estamos nos Açores no topo da prevalência de mortes por suicídio no País, o que tem de merecer da nossa parte ações concretas e urgentes.

Não é surpreendente que 90 % das vítimas de suicídio apresentem algum tipo de doença mental, o que é surpreendente e muito, muito, muito preocupante é que 70 % dessas vítimas não recebiam qualquer apoio psicológico ou psiquiátrico adequado, como foi revelado em Comissão.

Precisamos de mais profissionais de saúde, na área de Saúde Mental, mas também na área da adictologia, por exemplo. Temos tido as maiores prevalências de consumo de drogas sintéticas, de drogas duras, como a heroína, cocaína, tranquilizantes não prescritos e os nossos jovens estão no topo do consumo de drogas lícitas, como sedativos e álcool.

Não se pode dissociar estes dados da realidade que estamos a debater. São precisas respostas públicas para o flagelo das dependências, como é o caso dos programas de

consumo assistido, defendidos por profissionais de saúde experientes na área e precisamos de uma maior aposta na prevenção junto dos mais jovens.

Como se pode constatar, falar de Saúde Mental é complexo e as suas respostas exigem um trabalho complexo e a vários níveis.

Esta proposta aqui apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, é um pontapé de saída e, para além disso, é preciso apostar fortemente nas medidas socioeconómicas, mas também e acima de tudo, na saúde, neste caso, que elencamos para que se faça verdadeiramente o trabalho que se exige para combater o suicídio na Região.

E ainda bem que este projeto de resolução é, nas palavras do PSD, uma ferramenta para fazer este trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já quase tudo foi dito sobre esse projeto de resolução do PAN, no entanto, eu queria reforçar aqui um ponto que me parece fundamental, quer o Sr. Deputado João Mendonça, quer a Sra. Deputada Salomé Matos, referiram, e bem — se bem que não com o objetivo mais claro — a fragilidade dos dados que detemos sobre essa matéria. E de facto, os dados que nós temos, apesar de preocupantes estão ultrapassados, são dados que não são atuais e a tomada de posição política requer dados atuais, requer acompanhamento permanente dessa informação, aliás, a Sra. Deputada Salomé Matos até quase que tentou minimizar o dano, dizendo que isto já não era bem assim e que alguns dos suicídios referenciados até poderiam ser acidentes, é um facto, mas também há outros suicídios, por exemplo, por overdose que não são considerados suicídios, são considerados abusos de substâncias ilícitas, mas quem está no terreno sabe que grande parte dessas overdoses são tentativas de suicídio, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Como é que se avalia isso?

O Orador: ... que chegam mesmo a serem consumadas.

E, portanto, essa fragilidade dos dados, e isto eu reconheço, para uma tomada de posição política, é, de facto, uma fragilidade muito grande.

Eu devo dizer que a Iniciativa Liberal vai acompanhar este projeto de resolução do PAN, nós sabemos, aliás, isso já foi dito aqui pela Iniciativa Liberal várias vezes, e a Sra. Secretária Regional conhece isso melhor do que nós todos, não é fácil recrutar médicos especialistas para o Serviço Regional de Saúde, como não é para o Serviço Nacional de Saúde, há áreas, há especialidades, mais do que outras que têm mais dificuldade e que têm menos oferta no mercado dos médicos especialistas e, portanto, este não é um assunto fácil de resolver, se fosse fácil, certamente estaria resolvido, é um assunto que é transversal, que é transversal à sociedade, que requer um trabalho multidisciplinar, que requer também o acompanhamento das famílias, que requer, como disse a Sra. Deputada Hélia, e bem, o acompanhamento dos médicos de família, que muitas vezes também não são sensíveis a isso.

Eu estava até aqui a contar ao Sr. Deputado Pedro Neves um episódio que me foi relatado de um cidadão que chegou ao médico de família alterado e com indícios da síndrome de *burnout* e que o médico de família se recusou a passar-lhe uma baixa médica e esse cidadão teve que recorrer a um outro médico, eu vou dizer o termo, “adquirir” a baixa médica.

E, portanto, há todo um conjunto de situações que nós temos que ter em atenção, tal como disse ontem sobre as famílias de acolhimento, este não é um assunto que se possa resolver com a simples contratação de mais médicos ou com uma simples contratação de mais psicólogos, sejam eles médicos ou não.

O que é certo é que, é um tema preponderante na sociedade açoriana, são 14.7 mortos por cada cem mil habitantes, cerca de 30 pessoas por ano, toca a todas as famílias, toca a todos os estratos sociais, toca a toda a gente e a vida humana é aquilo que de mais

sagrado existe e é aquilo que não se resolve depois de acabar. Infelizmente, continua a ser um flagelo na sociedade açoriana, há de haver enormes motivos para isso, os cientistas saberão explicar melhor do que qualquer um de nós, no entanto, este instrumento que o PAN aqui nos trouxe é só mais um instrumento que vem ajudar a obviar este problema.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Efetivamente, esta é uma matéria que, em bom rigor, nos deve preocupar a todos, naturalmente que estamos a falar de uma consequência subjacente a um tipo de patologia em que algum dos momentos houve efetivamente uma falha, uma falha para que não fosse possível do ponto de vista daquilo que são os mecanismos existentes para auxiliar um cidadão, quer do ponto de vista terapêutico, quer do ponto de vista não terapêutico, quer do ponto de vista de acessibilidade, em algum motivo houve uma falha, e, efetivamente, que resultou daí foi a perda de uma vida humana e, neste caso, em concreto do suicídio de forma voluntária.

Começando por aquilo que são os números, conforme já foi aqui, e eu tive a oportunidade de dizer quando fui ouvida em Comissão há muitos meses atrás, nós temos uma fragilidade naquilo que é a colheita dos números.

Neste momento, os dados que nós temos, colhidos pelo INE são de 2022 e só ao longo do ano de 2025, e isto foi confirmado por mim já esta semana, e só ao longo do ano de 2025 é que nos serão disponibilizados os números de 2023 e, portanto, nós estamos sempre a correr atrás do prejuízo, naturalmente que aquilo que sabemos à data de hoje é que estas mortes na Região devido ao suicídio têm oscilado entre os 30 casos por ano, até ao máximo de 37.

E também poderei dizer, e talvez fruto daquilo que foi a minha experiência clínica é que este número até não deve ser real, porque poderão existir outras situações que são rotuladas ou cuja causa de morte não é plenamente identificada como suicídio, até porque a maior parte destas suspeitas, naturalmente requerem autópsias e só depois da conclusão dessa autópsia é que muitas vezes a causa de morte é anexada ao certificado de óbito e, portanto, não é imediato que nós saibamos a causa de morte e que se consiga identificar como um suicídio.

Temos efetivamente mais um segundo problema, que é o facto da Direção Geral da Saúde não nos dar acesso às causas de óbito dos mortos da Região e isso dificulta qualquer poder, do ponto de vista da estatística, já tive oportunidade de dizer isto noutra contexto e volto a dizê-lo aqui, o facto de nós não termos acesso e eu própria já diligenciei junto da Diretora-Geral da Saúde para que revertesse esta decisão, porque não faz qualquer tipo de sentido a Região não ter acesso às causas de óbito dos nossos cidadãos falecidos na Região Autónoma dos Açores ou que pelo menos o certificado de óbito tenha sido passado numa instituição do Serviço Regional de Saúde.

Seria naturalmente uma mais-valia para que conseguíssemos ter dados mais recentes e não estarmos, por exemplo, à espera do INE que a meio do ano de 2025, ainda nem temos os dados de 2023 e, portanto, esta situação é lamentável naturalmente e urge que continuemos a trabalhar para que se reverta.

Em relação a questões que me tenham sido colocadas, eu penso que tem havido um trajeto feito pelos Governos de Coligação, sem sombra de dúvida, claro que não quero que se pense que está tudo bem, não, cada vez que há notícia de um suicídio, naturalmente estamos a perder uma vida humana, naturalmente estamos todos a falhar. Em boa hora, em março de 2022, foi aprovado em Conselho de Governo, uma resolução que criou a Estrutura de Missão no âmbito dos cuidados da Saúde Mental que se propôs a elaboração de um Plano Regional de Saúde dedicado nesta área. Claro que essa resolução previa a vigência da própria estrutura, estrutura essa que cujo mandato terminou a 31 de dezembro de 2024.

Ao longo destes quase dois anos, foi elaborado o Plano Regional de Saúde com uma data de medidas que também naturalmente, em sede de Comissão, o responsável pelo mesmo teve a oportunidade de dizer, muitas delas foram implementadas, medidas com carácter muito importante para os nossos utentes, desde já, a criação de critérios de referenciação a serem utilizados pelos Médicos de Medicina Geral e Familiar.

Portanto, foi criada uma circular normativa em 2023 e, nessa circular, o que constava seriam indicações clínicas, possíveis fármacos, ou seja, terapêutica farmacológica e terapêutica não farmacológica, para que, os utentes ao serem avaliados no âmbito dos cuidados de saúde primários, ou seja, esses critérios servissem como uma ferramenta aos Médicos de Medicina Geral e Familiar, alguns deles menos aptos ou com menos vocação para cuidados de Saúde Mental e que, enquanto não houvesse uma resposta de um psiquiatra, o doente não se sentisse abandonado, portanto, estratégia do ponto de vista terapêutico e do ponto de vista não terapêutico, essa circular foi amplamente divulgada por todas as unidades de saúde de ilha, no âmbito dos cuidados de saúde primários, o que é que eu acho que faltou aqui? Faltou saber o impacto destas medidas, ou seja, não foi feita uma avaliação para nós termos a perceção se efetivamente os médicos no âmbito dos cuidados de saúde primários recorreram ou não a estas medidas e se elas tiveram o efeito que se pretendia no âmbito desta mesma referenciação, essa avaliação não foi concluída e eu penso que é uma falha, efetivamente, do Plano Regional de Saúde ou das medidas que constam no Plano Regional de Saúde.

Foi ainda prevista e executada a criação de um pátio no Serviço de Psiquiatria do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, para que ninguém, que possa ser internado de forma involuntária na Região não pudesse ter acesso a um espaço exterior e, portanto, esse pátio foi criado está naturalmente a funcionar, recebe os utentes que manifestem essa intenção de, ao longo do seu internamento, poderem ter um período do tempo num espaço externo.

Foi ainda, conforme já foi aqui dito, preparada no serviço do HDES, uma técnica que se chama Eletroconvulsoterapia, foi necessário calibrar uma máquina, se não me falha

a memória não foi feita uma aquisição, já existia uma máquina que não estava a ser utilizada com esta finalidade, o que é que sucede? É necessário para o funcionamento desta máquina, não só um psiquiatra como um anestesista, foi dada a formação, na altura do incêndio estava efetivamente combinado que seria intensificado, portanto, a utilização desta máquina até com recursos a anestesistas exteriores, porque naturalmente a Anestesiologia é uma especialidade que faz falta, nomeadamente no bloco operatório para a cirurgia, sendo essa uma atividade prioritária teria de ser necessário arranjar recursos humanos suficientes para que se pudesse dar início a esta técnica de forma mais regular, não foi possível até ao momento, contudo a alternativa encontrada foi o tratamento com Quetamina, que é um tratamento que também é utilizado nas depressões resistentes e que tem vindo a ser utilizada de forma regular no Hospital do Divino Espírito Santo. Quero com isto dizer que nos casos das depressões refratárias, não havendo a possibilidade da utilização da Eletroconvulsoterapia, há um tratamento com Quetamina que tem sido disponibilizado aos nossos utentes.

Além disso, aqui no Hospital da Horta foi criado um quarto de isolamento ou contenção, que é utilizado para doentes agitados que aguardam uma futura transferência para um serviço especializado que recebe este tipo de utentes ou no Hospital de Angra ou no Hospital de São Miguel, essa sala foi criada, está em funcionamento, foi devidamente equipada para o efeito e, portanto, foi mais uma medida no âmbito do Plano Regional de Saúde.

O que é que eu acho que foi também bastante relevante — a quantidade de horas de formação que efetivamente os profissionais de saúde tiveram, não só no âmbito dos cuidados de saúde primários dirigidos a médicos e a enfermeiros, mas também do ponto de vista dos cuidados hospitalares, houve essa preocupação sempre que se achou pertinente foram preteridos alguns temas em detrimento de outros, até porque os próprios profissionais de saúde manifestavam essa vontade e, portanto, do ponto de vista de horas de formação, efetivamente houve aqui um reforço muito significativo. Em relação à Saúde Mental Comunitária, o projeto-piloto existiu em São Miguel, neste

momento, posso-lhe dizer que é um projeto que não é piloto, que está consolidado e naturalmente com bons resultados, a equipa comunitária funciona, efetivamente muito bem na ilha de São Miguel, também já funciona em todas as outras ilhas, com exceção à ilha do Corvo. São equipas que já têm um regulamento próprio, têm recursos humanos alocados, enfermeiros, psicólogos, outros profissionais de saúde, quando é possível, na maior parte dos casos das ilhas sem hospital, há efetivamente uma consultoria com um psiquiatra que funciona à base das convenções do Serviço Regional de Saúde e, portanto, é possível estabelecer aqui esse vínculo próximo, contudo, há também no caso da ilha das Flores, por exemplo, em que é a psiquiatra do Hospital da Horta, que dá apoio à unidade de saúde de ilha, reconheço que, atendendo ao volume de trabalho, nem sempre é possível ter a resposta na altura pretendida, quero com isto dizer que a resposta existe, há situações que efetivamente levam mais tempo, mas as situações agudas e aquelas que são necessárias de resolver no momento têm uma resposta no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Do ponto de vista da contratação de profissionais, há naturalmente um incremento bastante satisfatório do ponto de vista do número de psicólogos que foi possível contratar para o Serviço Regional de Saúde desde 2022, estamos a falar de um incremento de 60 %, que é um número bastante considerável, sendo certo que aqui a maior dificuldade está associada aos psiquiatras e, portanto, essa não é infelizmente uma matéria que apenas diga respeito à Região Autónoma dos Açores, é transversal, há efetivamente um número de psiquiatras que está abaixo daquilo que nós desejaríamos e que isso sim, pode ter um impacto muito significativo na limitação do acesso a cuidados de saúde do foro mental para os nossos utentes.

Contudo, acho que é bastante revelador do compromisso do Governo Regional, na medida em que foram feitas várias diligências para conseguirmos recrutar mais psiquiatras e, desde a minha audição, posso dar nota que o HDES, além dos internos que entraram no presente ano, tem mais dois assistentes médicos hospitalares no âmbito da psiquiatria, tem naturalmente os seus internos, no Hospital de Santo Espírito

da ilha Terceira, houve aqui uma variação no quadro de psiquiatras, no presente mês já iniciou em funções, para já em prestação de serviços, uma médica psiquiatra, já especialista, mas que irá, a breve prazo, assinar contrato, assinar um vínculo estável ao Serviço Regional de Saúde e sabemos que já existem mais candidatos ou mais interessados em vir para a Região exercer as suas funções.

Do ponto de vista da atividade assistencial, também respondendo àquilo que me foi questionado relativamente ao acompanhamento destes doentes, há um incremento muito, muito satisfatório do ponto de vista das consultas realizadas no foro da psicologia, ou seja, em 2024 foram realizadas cerca de trinta mil consultas nas unidades de saúde ilha, quando comparamos com 2019 há efetivamente aqui um crescimento que é superior a 50 % ao número de consultas realizadas, sendo certo que o nosso objetivo é reduzir o tempo de espera destes utentes, que é nesse sentido também que reconhecemos o facto de reforçarmos os quadros neste âmbito estamos também a dar uma melhor resposta aos nossos utentes.

Também do ponto de vista hospitalar, o número de consultas de psicologia teve um crescimento muito significativo e é nesse sentido que nós queremos continuar a trabalhar.

A psiquiatria, a nível dos hospitais, dizer-lhe o seguinte: do ponto de vista da Pedopsiquiatria, esqueci-me de dar esta informação, nós partimos de uma situação em que tínhamos apenas um único pedopsiquiatra no Hospital do Divino Espírito Santo, neste momento temos um também no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, já tivemos inclusive dois, mas a médica acabou por rescindir o contrato e foi para o estrangeiro, porque foi uma opção da própria, portanto, tínhamos dois ficámos com um, mas partimos de nenhum, portanto, sempre estamos melhor do que aquilo que iniciamos.

Em relação ao número de consultas dos hospitais, eu penso que tenho estes dados aqui comigo, não estou a encontrar, mas certamente me irão fazer questões e eu depois conseguirei dar resposta aos Srs. Deputados.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. A Mesa não dispõe de inscrições.

Vamos votar este projeto de resolução.

Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só apenas para dar o número que em 2024 o número de consultas de psiquiatria realizadas se situaram nas 16 mil, a nível dos três hospitais da Região.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Vamos votar este Projeto de Resolução n.º 16/XIII — “Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Suicídio”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 16/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim este ponto da nossa agenda.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Eram 18 horas e 6 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, entrando no ponto 10 da nossa agenda e vamos

apreciar a **Petição n.º 9/XIII — “Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”**, é uma petição apresentada por Mário Fernando Oliveira Moura, na qualidade de primeiro subscritor. Os tempos estão definidos pela Conferência de Líderes: 8 minutos para cada Grupo e cada representação parlamentar.

A Petição foi analisada no âmbito da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Tem a palavra a sua relatora, a Sra. Deputada Ana Jorge, para a apresentação do relatório.

Deputada Ana Jorge (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

A 29 de setembro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente Petição, subscrita por 525 cidadãos, com correta identificação, cujo primeiro signatário é o senhor Mário Fernando Oliveira Moura.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta — Ambiente e Recursos Hídricos.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos regimentais, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Os peticionários vêm através deste instrumento de participação cívica, solicitar, «dada a importância económica, ambiental, social e turística da Praia do Monte Verde, da Ribeira Seca, da Ribeira Grande e da Levada da Condessa» que sejam «tomadas medidas com vista a:

- 1- Eliminar de forma definitiva os efluentes que são lançados nas ribeiras Grande e Seca e na Levada da Condessa;
- 2- Penalizar severamente todos os prevaricadores, de modo a impedir que reincidam nas suas CONDUTAS antissociais e anti ambientais, que muito prejudicam a notoriedade da praia, tanto a nível interno, como externo;
- 3- Classificar a Levada da Condessa como património municipal;
- 4- Proceder a uma fiscalização diária de toda a área, bem como fazer análises semanais e credíveis às águas e divulgá-las junto da comunidade ribeira-grandense;
- 5- Obrigar a instalação de um “corredor ripário” de plantas (indígenas, se possível, mas não forçosamente) nas áreas limítrofes das zonas sensíveis;
- 6- Em caso extremo, proceder à aquisição e à florestação de zonas sensíveis;
- 7- Criar uma comissão multidisciplinar composta por membros da autarquia, governo, associações ambientalistas, associações agrícolas, utilizadores da praia (surfistas), proprietários de restaurantes, guias de turismo para acompanhamento dos trabalhos de concretização das medidas a implementar pelas várias entidades.»

Na reunião da Comissão, ocorrida a 10 de outubro de 2024, esta deliberou ouvir, presencialmente e com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, a Associação Nadadores-salvadores Costa Norte, a Associação dos Açores de Surf e Bodyboard, (não se realizou na data agendada por motivos técnicos e, não obstante, todos os esforços posteriores realizados pelo Presidente da Comissão, Deputado Flávio Soares, a audição deliberada nas diligências não aconteceu), a Associação Amigos dos Açores — Associação Ecológica, a APPAA — Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, o Secretário Regional do Mar e das Pescas (posteriormente foi deliberado ouvir o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática).

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos à ACT-Açores e ao Núcleo Regional dos Açores da IRIS - Associação Nacional de Ambiente.

Foi realizada visita ao local com elementos da autarquia, da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e os três peticionários, no dia 19 de março de 2025.

Importa referenciar que a Comissão não rececionou os pareceres escritos solicitados.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 9/XIII/1.ª a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

— A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos regimentais, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

— As pretensões dos peticionários têm origem na importância económica, ambiental, social e turística da Praia do Monte Verde, da Ribeira Seca, da Ribeira Grande e da Levada da Condessa que importa proteger e potenciar:

O Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande manifestou concordância com os objetivos ambientais expressos na Petição, enfatizando a importância da proteção das praias do Monte Verde e de Santa Bárbara.

Esclareceu que a Unidade de Execução foi aprovada a 2 de outubro de 2023, ao fim de cerca de três anos, sem registo de participação dos peticionários na discussão pública. Destacou investimentos iniciados em 2013, como a alteração do projeto da ETAR no Monte Verde, substituído por um sistema de encaminhamento para a ETAR de Rabo de Peixe, a cerca de 5 km, com um custo de aproximadamente de 3 milhões de euros, parcialmente financiado por fundos comunitários.

Desde novembro passado, referiu também, que são realizadas análises quinzenais à qualidade da água balnear, tendo em 2024, 4 das 39 análises efetuadas na Praia de Monte Verde, registado valores acima dos parâmetros, levando à interdição temporária da zona nascente por cerca de 30 dias, mantendo-se a zona poente sem não conformidades. Os resultados são publicados e publicitados.

Foi também aprovada uma candidatura ao PRR, no valor de 2 milhões de euros, para a aquisição de equipamento de deteção de descargas ilegais estando atualmente em fiscalização 16 explorações agrícolas junto a linhas de água.

Sublinhou a necessidade de um esforço contínuo da autarquia na requalificação e valorização daquela frente marítima.

A Associação de Nadadores-Salvadores destacou o protocolo existente com o Município da Ribeira Grande para a proteção da Praia do Monte Verde, atualmente vigiada numa faixa de 100 metros.

Reconheceu o significativo reforço da vigilância por parte do município, abrangendo praticamente todas as praias da Costa Norte, incluindo as não homologadas que são vigiadas aos fins de semana e aos feriados.

Referiu ainda que os dados estatísticos indicam uma diminuição das situações de pré-socorro, resultado da melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido, do reforço contínuo do seu número e da disponibilização de meios motores, fatores que aumentam a segurança nas praias da Costa Norte.

Na audição realizada, o Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas, esclareceu que as competências da Secretaria, através da Direção Regional de Políticas Marítimas, limitam-se à faixa costeira até cerca de 50 metros da linha média de baixa-mar.

Confirmou que as águas da Praia do Monte Verde nunca foram classificadas como águas balneares costeiras. Disse, no âmbito das suas atribuições, que a Direção Regional realiza monitorização da qualidade da água balnear com base em amostragens periódicas, classificando a água como “com qualidade” ou “sem qualidade”.

Em 2023, a Praia do Monte Verde foi alvo de interdição devido a resultados analíticos não conformes com os parâmetros exigidos.

Quanto à questão dos efluentes, de origem agrícola, doméstica e industrial, afirmou que a responsabilidade pela fiscalização recai sobretudo sobre a autarquia e os serviços competentes da área do ambiente.

A Amigos dos Açores - Associação Ecológica, referiu que a problemática da Praia do Monte Verde tem sido acompanhada há décadas, salientando a necessidade de uma intervenção integrada de valorização ambiental, social e económica de toda a zona, não apenas do areal, mas também das linhas de água adjacentes, cuja gestão envolve competências partilhadas entre a Região e o município.

Destacou a importância de um plano de intervenção que integre aspetos ambientais, culturais e patrimoniais.

Considerou ainda relevante o trabalho junto da população no sentido da sensibilização do contributo individual para o bem comum nomeadamente a saúde pública.

A Associação para a Promoção Ambiental dos Açores, esclareceu que não subscreveu a Petição embora, partilhe muitas das suas preocupações, considerando que a temática envolve competências de diferentes níveis institucionais. Defendeu a preservação da configuração natural da Praia do Monte Verde, opondo-se a intervenções de enrocamento ou artificialização da orla costeira, e subscreveu a necessidade de eliminar efluentes das linhas de água, reforçando a fiscalização e monitorização.

Relativamente à criação de comissões multidisciplinares, considerou que estas devem ter carácter consultivo, cabendo aos órgãos eleitos as decisões executivas.

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, esclareceu que a Praia do Monte Verde tem sido afetada por descargas de efluentes não tratados oriundos das bacias hidrográficas da Ribeira Grande, Ribeira Seca e Levada da Condessa, razão pela qual nunca foi classificada como água balnear costeira.

Enquadrou juridicamente a situação, destacando as obrigações de licenciamento, as sanções aplicáveis a descargas ilegais.

Referiu o investimento da Câmara Municipal da Ribeira Grande, destacando a cobertura de cerca de 68 % da população, embora subsista um défice de ligações por parte dos proprietários.

No âmbito da fiscalização efetuada pela Inspeção Regional do Ambiente (IRA), disse que se registaram oito denúncias e sete autos de notícia na bacia da Praia do Monte

Verde, resultando em seis processos de contraordenação — dois dos quais remetidos ao Ministério Público por indícios de crime de poluição.

Sublinhou que foram também promovidas ações de formação para inspetores e vigilantes da natureza, bem como sessões de sensibilização ambiental, dirigidas ao setor agropecuário, em articulação com a Federação Agrícola dos Açores.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Muito obrigada.

O Presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 9/XIII/1.ª

CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA SALVAR A PRAIA DO MONTE VERDE E A LEVADA DA CONDESSA NA RIBEIRA GRANDE

INTRODUÇÃO

A 29 de setembro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente Petição, à qual foi atribuído o n.º 9/XIII, intitulada “Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”, subscrita por 525 cidadãos, cujo primeiro signatário é o senhor Mário Fernando Oliveira Moura.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 28 de janeiro de 2025, presencialmente e com recurso a meios telemáticos, para

audição do primeiro subscritor, apreciação e relato da Petição n.º 9/XIII - Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre ambiente e recursos hídricos, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de Petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 10 de outubro de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da Petição apresentar 525 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 518 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar, «dada a importância económica, ambiental, social e turística da Praia do Monte Verde, da Ribeira Seca, da Ribeira Grande e da Levada da Condessa» que sejam «tomadas medidas com vista a:

- 1- Eliminar de forma definitiva os efluentes que são lançados nas ribeiras Grande e Seca e na Levada da Condessa;
- 2- Penalizar severamente todos os prevaricadores, de modo a impedir que reincidam nas suas CONDUTAS antissociais e anti ambientais, que muito prejudicam a notoriedade da praia, tanto a nível interno, como externo;
- 3- Classificar a Levada da Condessa como património municipal;
- 4- Proceder a uma fiscalização diária de toda a área, bem como fazer análises semanais e credíveis às águas e divulgá-las junto da comunidade ribeira-grandense;
- 5- Obrigar a instalação de um '*corredor ripário*' de plantas (indígenas, se possível, mas não forçosamente) nas áreas limítrofes das zonas sensíveis;
- 6- Em caso extremo, proceder à aquisição e à florestação de zonas sensíveis;
- 7- Criar uma comissão multidisciplinar composta por membros da autarquia, governo, associações ambientalistas, associações agrícolas, utilizadores da praia (surfistas), proprietários de restaurantes, guias de turismo para acompanhamento dos trabalhos de concretização das medidas a implementar pelas várias entidades.»

Os Peticionários, no documento entregue, justificam que «Apesar de ser imensamente frequentada por banhistas (da Primavera ao Outono, sobretudo pelos que preferem uma praia mais calma) e por surfistas (durante todo o ano: por escolas, clubes e free surfers oriundos de muitas partes da Europa e de todo o mundo), a praia do Monte Verde não fez parte da 'Lista das águas balneares costeiras para o ano 2024, na Região Autónoma dos Açores.' Porquê? 'Porque as análises acusam – frequentemente -, agentes infecciosos (bactérias, fungos). A praia do Monte Verde, juntamente com a sua praia "irmã" de Santa

Bárbara, representa uma extraordinária mais-valia ambiental, económica e social para a cidade e o concelho da Ribeira Grande, bem como para o conjunto da Região Autónoma dos Açores, merecendo, como tal, o devido reconhecimento e atenção por parte das autoridades públicas, providenciando e zelando para que a mesma tenha as melhores condições de salubridade e de vigilância ao longo do ano potenciando-se assim todo o capital desta zona balnear tanto no âmbito do lazer, como desportivo, como até paisagístico para o concelho da Ribeira Grande, a sua população e turistas que o visitem, como, aliás é bem exemplo o areal de Santa Bárbara desde a sua recuperação e reconversão tornando-se num dos mais importantes pontos turísticos de toda a ilha de São Miguel.

Sabe-se que o Monte Verde (enquanto isso) aguarda a implementação de uma unidade de execução específica, da qual se espera que lhe mude a face para melhor, antes que se torne definitivamente irrecuperável, inviabilizando o desenvolvimento turístico do local, que representa também oportunidade de negócio e de emprego para muitos micaelenses. Para isso, a ribeira Seca, a ribeira Grande e a levada da condessa (que nele desaguam) terão de se ver livres da praga dos efluentes provenientes de fontes diversas (domésticos, de vacarias, etc.).»

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 10 de outubro de 2024, esta deliberou ouvir, presencialmente e com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, a Associação Nadadores-salvadores Costa Norte, a Associação dos Açores de Surf e Bodyboard, (não se realizou na data agendada por motivos técnicos e, não obstante, todos os esforços posteriores realizados pelo Presidente da Comissão, deputado Flávio Soares, a audição deliberada nas diligências não aconteceu), a Associação Amigos dos Açores - Associação Ecológica, a APPAA - Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, o Secretário Regional do Mar e das Pescas (posteriormente foi deliberado ouvir o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática).

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos à ACT-Açores e ao Núcleo Regional dos Açores da IRIS - Associação Nacional de Ambiente.

Foi realizada visita ao local com elementos da autarquia, da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e os três peticionários, no dia 19 de março de 2025.

Importa referenciar que a Comissão não rececionou os pareceres escritos solicitados.

Da Audição do 1.º peticionário o Sr. Mário Fernando Moura, ocorrida a 28 de janeiro de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição do 1.º Peticionário, Senhor Mário Fernando Moura - Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

Para a sua intervenção inicial o primeiro peticionário, Senhor Mário Fernando Moura, que se fez acompanhar pelos segundo e terceiro peticionários, Senhores Ricardo Cabral e Pedro Arruda, informou que iria dividir a sua intervenção inicial em três partes: identificação do problema, vantagens económicas e, finalmente, algumas sugestões.

Sr. Mário Moura passou à leitura do seguinte documento: “A Petição, apesar de ter o nome da SOS Praia do Monte Verde e da Levada da Condessa, diz também respeito ao bem-estar e ao aproveitamento económico e de lazer da sua população residente — de quase 13 mil habitantes — e aos milhares de visitantes alojados em unidades hoteleiras ou alojamentos locais, já existentes ou anunciados. Não é, pois, um problema exclusivo de banhistas e de praticantes de desportos náuticos.

Em segundo lugar, a inundação controlada é um fator vital e enriquecedor da Praia do Monte Verde e da sua ‘irmã gémea’, Santa Bárbara. Juntas, ou em separado, são as maiores praias da ilha e, talvez, dos Açores — a dúvida recai sobre a Praia da Vitória. Essa inundação traz mais areia, riqueza e pedra-pomes; o problema é que, misturados, pode trazer elementos fotogénicos indesejáveis.

Terceiro ponto: para corrigir o que se exige, excetuando casos extremos, quase não são necessárias despesas adicionais, públicas ou privadas. Além disso, já existem instrumentos legais adequados à resolução da situação, bem como precedentes na própria ilha de São Miguel — veja-se os casos das bacias das Sete Cidades e das Furnas. Basta a coordenação e o diálogo empenhado entre as partes responsáveis: Câmara Municipal e Governo Regional.

Onde se situam as praias de Santa Bárbara e Monte Verde? Na cidade da Ribeira Grande. Em termos geológicos, trata-se de um “abatimento” e, no caso de mais de 500 metros,

recebe essa designação. Estende-se desde o Morro de Santana — limite da Praia de Santa Bárbara — até Santa Iria ou à Coroa da Mata. Esta área do graben é superior a toda a área da ilha Graciosa.

Em termos demográficos, sem considerar o concelho na sua totalidade, a cidade da Ribeira Grande, se não for a segunda maior dos Açores depois de Ponta Delgada, estará muito próxima disso. Conta com quase 12 mil eleitores inscritos. Considerando o seu peso comercial, industrial e fiscal no concelho, talvez só fique atrás de Ponta Delgada.

Dentro do espaço do graben, na zona nascente e central, situa-se a bacia hidrográfica da Ribeira Grande, que abrange as cinco freguesias citadinas. Na zona poente do graben, encontra-se a esquecida sub-bacia hidrográfica da Ribeira Seca.

Mas, quando chove, surgem problemas. E, no entanto, a Ribeira Seca não faz parte do plano de mitigação das inundações — mas deveria. Apesar de não ter caudal permanente, por ocasião de chuvadas chega à foz do Monte Verde. A Ribeira Grande, na Ribeira Grande, e a Ribeira Seca desaguam ambas na praia do Monte Verde. A Ribeira Grande alimenta outra, quase quinhentista, outrora responsável pela riqueza da cidade: a Levada. Foi a Levada que deu origem à Ribeira Grande. Excetuando o norte do Pico, não há outro agregado populacional que tenha atingido tamanha importância nos séculos XVI, XVII e XVIII como a Ribeira Grande. Isso deveu-se à ribeira, à Levada, aos moleiros e aos moinhos.

A Ribeira Grande, no atual plano de inundações, não está incluída na prevenção além dos 500 metros a contar do litoral — o que é um contrassenso, pois um dos maiores problemas ocorre acima dessa cota. Todos os cursos de água atravessam explorações agroindustriais, no máximo seis, todas identificadas, que, em circunstâncias excecionais — devido a alterações climáticas, falta de civismo ou desleixo humano — são frequentemente problemáticas.

E os afluentes domésticos? Alguns domicílios, ao longo da Levada, Ribeira Seca e Ribeira Grande, não estão ligados à rede pública, tendo fossas sépticas — não se sabendo ao certo quantas existem — e alguns, atualmente poucos, ainda usam a Levada como via de despejo.

A Petição que apresentamos pretende ser, sobretudo, a contribuição de um grupo de cidadãos que se disponibiliza a ajudar os seus representantes políticos legítimos na resolução urgente deste grave problema ambiental, transversal à ilha. Reconhecemos o que já foi feito e, em parte, o que se pretende fazer — embora algumas das propostas

sejam discutíveis e até perigosas, podendo pôr em risco a praia. Uma dessas propostas é desviar o curso da Levada, ou seja, impedir que desague onde o faz há mais de 500 anos. Já dialogámos com o Presidente da Câmara e com o Presidente da Assembleia Municipal, e pretendemos continuar esse diálogo com a Associação Agrícola, as Juntas de Freguesia abrangidas, moradores, proprietários de hotéis e alojamentos locais, bem como com a Direção Regional responsável pelo ordenamento do território e pelos recursos hídricos. Trata-se de uma questão de saúde pública — todos ganham. Os instrumentos estão praticamente todos definidos; falta apenas articulá-los. De que servirão as obras previstas, se antes não for resolvido o problema sanitário a montante? Como se poderá levar a sério o slogan “Ribeira Grande, Capital de Surf”? E que sucesso poderá ter uma candidatura a Reserva Mundial de Surf? Como conciliar tudo isto com os atuais e futuros hóspedes dos hotéis a construir na Praia de Santa Bárbara e com os próprios residentes?” O Senhor Pedro Arruda destacou a evolução da Praia dos Areais de Santa Bárbara, que passou de um estaleiro de construção e foco de exclusão social nos anos 80 e 90 para um dos principais pontos turísticos e desportivos de São Miguel. Sublinhou a importância dos desportos de ondas no desenvolvimento económico local e atribuiu essa transformação à conjugação de esforços entre surfistas, ambientalistas, legislação europeia e outros agentes.

Defendeu que as praias de Santa Bárbara e Monte Verde devem ser tratadas como um único ecossistema e criticou o estado atual da praia do Monte Verde. Alertou ainda para a gravidade dos problemas de saneamento, que, embora muitas vezes invisíveis, são reais e urgentes.

O Senhor Pedro Arruda destacou que as praias de Santa Bárbara e Monte Verde devem ser tratadas como um único ecossistema, não sendo aceitável que a praia do Monte Verde continue por muito mais anos da maneira que está. Alertou que as piores obras que se podem fazer numa autarquia são aquelas que estão no subsolo o que originam problemas invisíveis de saneamento básico, lembrando que, apesar de não serem sempre detetáveis, são reais e graves e que apesar da água nem sempre apresentar valores de contaminação, não invalida que o problema não exista.

Embora a Petição se foque principalmente nas questões ambientais e nos interesses dos residentes da Ilha de São Miguel, o Senhor Pedro Arruda sublinhou a importância de considerar o turismo. Defendeu a valorização equilibrada das praias de Santa Bárbara e

Monte Verde, para evitar sobrecarga numa só área, promovendo o usufruto sustentável de ambas e impulsionando o desenvolvimento económico local.

O segundo peticionário, Senhor Ricardo Cabral, apresentou propostas para melhorar a qualidade da água dos afluentes que desaguam na Praia de Monte Verde — a Levada da Condessa, a Ribeira Grande e a Ribeira Seca. Entre as medidas sugeridas, destacou a inclusão da rede hidrográfica da Ribeira Grande no Parque Natural da Ilha de São Miguel e a classificação da Levada da Condessa como património mundial, visando proteger o seu valor ambiental e cultural.

Propõe implementar de forma definitiva a rede de saneamento básico na Ribeira Grande, garantindo que todos os lares próximos às Ribeiras Seca, Grande e Levada estejam conectados à rede pública de saneamento. Além disso, além de instalar a rede, é preciso assegurar que as casas realmente estejam ligadas a ela. Também criar zonas-tampão ao longo das margens da Ribeira, onde atividades que possam poluir, como a agricultura intensiva, sejam restritas. Isso incluiria, por exemplo, proibir o uso de pesticidas nocivos e a adubação superficial em áreas de declive acentuado, especialmente durante as épocas de maior chuva, como outono e inverno, quando há maior risco de contaminação das lagoas por causa do aumento do fluxo de água superficial.

Propõem também impor a proibição de novas instalações agrícolas nas proximidades das ribeiras, nestas zonas-tampões, e estabelecer um corredor ripário de vegetação, preferencialmente autóctone, que funcione como um filtro natural, impedindo que os nutrientes e sedimentos alcancem a água das ribeiras. Ou seja, ao longo das ribeiras, estabelecer uma área em que tem de haver vegetação, para dificultar a escorrência dos resíduos até às ribeiras. Em situações extremas, se for necessário proceder à aquisição e florestação de zonas sensíveis, garantindo a recuperação e proteção dos ecossistemas terrestres e aquáticos.

De forma a tornar estas propostas mais atrativas para os agricultores, proponham a criação de subsídios, majorações ou outros incentivos fiscais para os agricultores que pratiquem práticas agrícolas sustentáveis, tal como uma estrumação responsável, de modo a minimizar a escorrência superficial e preservar a conservação do solo e da qualidade da água. Estes agricultores também poderiam ser beneficiados por um sistema de premiação em que, se cumprirem as boas práticas ambientais, poderiam ser certificados como explorações amigas do ambiente, ou sustentáveis, ou amigas da

qualidade da água. Todos os processos têm de ser fiscalizados, de forma a ter controle do que se passa na água.

Para isso, deve-se continuar a realizar o que a Câmara Municipal da Ribeira Grande já tem feito, análises periódicas e confiáveis à qualidade da água e os resultados serem divulgados à população da Ribeira Grande, para promover a transparência e a consciencialização pública deste problema. Propõem também a instalação de estações de monitorização em pontos estratégicos das ribeiras, com sensores para medir parâmetros poluentes como químicos, níveis de oxigênio, pH ou bactérias. Estas estações deveriam contar com sistemas de alarme para alertar as autoridades competentes sobre possíveis descargas. Para este controle, dado que o terreno tem declives e nem sempre é acessível, propõem a aquisição de drones aéreos para fazer a monitorização visual das ribeiras aquando destes alarmes.

Em termos de financiamento, sugerem que estas propostas possam ser envolvidas em programas e políticas internacionais. Como, por exemplo, o programa LIFE, que pode ser usado para financiar projetos locais de conservação da natureza e melhoria das águas. Com o objetivo de garantir os padrões de qualidade que são estabelecidos pela União Europeia, nomeadamente com a Diretiva do Quadro da Água. E de forma a assegurar que estamos dentro dos padrões de qualidade definidos pela Europa.

Em termos de educação e sensibilização ambiental, propõem o desenvolvimento de programas educativos destinados às comunidades locais, agricultores e indústrias, com o objetivo de promover práticas sustentáveis e alertar para os impactos da poluição das águas e os seus impactos na sociedade e na biodiversidade.

Propõem também o envolvimento da Faculdade de Ciências da Universidade dos Açores, através, por exemplo, de teses de mestrado ou doutoramentos relacionados com a qualidade das águas fluviais. E nas escolas, criar programas pedagógicos com foco na sensibilização das crianças para estas questões.

Consideram que devem existir penalizações severas para todas as pessoas ou empresas que forem apanhadas em flagrante a fazer descargas ilegais para a ribeira, de modo a dissuadir os próximos de o repetirem.

E por último, para o acompanhamento de todos estes trabalhos e uma ação multidisciplinar, propõem a criação de uma comissão composta por representantes do governo, da autarquia, de associações ambientalistas, de associações agrícolas, dos utilizadores da praia como banhistas e surfistas, proprietários privados ligados ao turismo,

com a missão de garantir a implementação destas medidas, promovendo a colaboração entre todas as partes interessadas. Estas medidas, sendo todas implementadas ou parcialmente, visam não apenas a proteção ambiental e a melhoria da qualidade das águas, mas também um desenvolvimento sustentável que envolva benefício de toda a comunidade local.”

No âmbito da primeira ronda pediu a palavra o Deputado Luís Raposo (PSD) onde propôs em nome do Grupo Parlamentar do PSD-Açores, uma visita à Praia do Monte Verde e da Levada da Condessa, para que se possa ter conhecimento da realidade no próprio local. O que foi posto a votação e deliberado por unanimidade.

Questionou os peticionários se estes tiveram conhecimento ou não, do Plano de Pormenor desenvolvido pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, com um período aberto à discussão pública dos cidadãos Ribeiragrandenses.

Atendendo que grande parte das descargas que são feitas tanto na Ribeira Grande como na Ribeira Seca, são feitas em período noturno, principalmente às 1h e 2h da manhã, tornando-se naturalmente de difícil fiscalização. A periodicidade das análises às águas, principalmente nas piscinas municipais da Ribeira Grande, na Praia do Monte Verde e no Areal de Santa Bárbara, de 15 em 15 dias, sabendo que quando é preciso interditar o acesso a banhos na Praia do Monte Verde, este comunicado é público.

Reforçou que a marca de Capital do Surf tem assumido um papel preponderante a nível regional e a nível nacional, não só para Monte Verde, estendendo-se ao Areal de Santa Bárbara, na Ribeira Seca mas, também, à Praia da Viola, na Lomba da Maia, que se revelam *ex-libris*.

Relativamente à questão da rede de saneamento básico, considera o deputado que têm sido feitos investimentos avultados em todas as freguesias do Concelho nessa matéria.

Para responder às questões colocadas o Sr. Mário Moura referiu que, em relação a controlar as descargas noturnas, deu o exemplo de um projeto promovido pela Câmara Municipal de Oeiras e a Universidade Católica, de cultivo de plantas no caudal das ribeiras que detetam a periodicidade de descargas poluentes.

A questão da periodicidade de análises à qualidade da água no verão é de 15 em 15 dias, não inverno não fazem análises à água. Não faziam a publicação dos resultados, mas, na reunião que os peticionários tiveram com a Câmara, essa situação ficou corrigida

Segundo o 1º peticionário a Praia de Monte Verde não tem vigilância e a areia não é limpa, apesar se ser um local muito frequentado por surfistas e de grande potencial económico.

Em relação a terem conhecimento do Plano Pormenor da Câmara Municipal da Ribeira Grande em relação ao Monte Verde, não tiveram conhecimento e considera que houve falhas na divulgação. Para complementar a informação o Sr. Pedro Arruda relativamente ao Plano de Pormenor considerou que é uma questão extremamente interessante porque tem dois aspetos fundamentais relativamente ao que estão a propor nesta Petição. Ou seja, a questão da intervenção na zona de desague da levada em que chamaram a atenção que todas as intervenções que forem feitas têm de ser muito cautelosas e muito cuidadosas, porque em qualquer sistema de praia em que se mexa nas águas que desaguam nessas áreas, os impactos podem ser extremos, quer no areal, quer nos fundos que permitem as ondas.

O problema é que o Plano de Pormenor prevê as zonas de construção, as zonas verdes, áreas de requalificação urbana, mas não prevê o problema todo que está a montante que têm a ver com a bacia hidrográfica. Outra sugestão que fizeram ao Presidente da Câmara, prende-se com a questão das análises das águas, sugeriram que as análises fossem feitas todo o ano, de 15 em 15 dias, e que fossem devidamente publicitadas na página do município.

Relativamente à questão da capital do surf, referiu que as ondas não são todas iguais. Haverá alguns surfistas em todo o mundo, com competências e qualificações para surfarem as ondas da Praia da Viola, mas para surfar as ondas da Praia do Monte Verde e da Praia dos Areais, existem muitos mais, entre eles muitos vêm à procura da sua primeira experiência de surf, tendo condições ideais para este tipo de atividade durante o ano inteiro, mas para isso é preciso garantir que essas venham a ter condições e bandeira azul. Atendendo que este ano já não seria possível contratar um nadador-salvador para o ano inteiro, ficou assente na reunião com o Presidente da Câmara este ano a passagem de um nadador-salvador de moto 4 várias vezes ao dia.

No seu direito de réplica o deputado Luís Raposo referiu que conhece o esforço que foi feito pela autarquia e pela Associação de Nadadores-salvadores da Costa Norte para a extensão dos areais da Ribeira Grande. Sabendo que a recolha de água para análises era feita pelos nadadores-salvadores. Em relação à obra da construção da Foz da Ribeira e do que foi feito caudal, até à ETAR em Rabo de Peixe que servirá para o tratamento das águas residuais o deputado solicitou a opinião acerca desse assunto.

Senhor Mário Moura para responder à questão colocada referiu que não conhece em pormenor o que foi feito. Mas voltou a referir que o objetivo principal da Petição é tratar as águas antes da chegada ao caudal.

No âmbito da primeira ronda pediu a palavra o deputado Carlos Silva (PS) onde considerou uma mais-valia a Petição apresentada de forma a fazerem um levantamento do diagnóstico e apresentação de soluções muito concretas. Pelo que é possível comprovar e também pelo levantamento que foi feito pelos peticionários, existem diferentes tipos de contaminação, os resultantes de algumas indústrias de extração de inertes e algumas entidades que aproveitam as águas para gerar eletricidade, os resultantes da contaminação por explorações agrícolas e também os resultantes da falta de saneamento básico da contaminação proveniente de habitações. São, no essencial, três tipos de contaminação obviamente que geram o problema.

Na Lagoa das Furnas chegou-se à conclusão que era necessário expropriar terrenos, para garantir que não haveria explorações agrícolas à volta, porque haveria, inevitavelmente, contaminação da água das lagoas. A primeira questão colocada pela deputado aos peticionários é se estes consideram exequível avançar para a expropriação de alguns terrenos, onde estão explorações agrícolas, e que se impedisse essa prática na zona envolvente das ribeiras, da Levada.

O deputado Carlos Silva (PS), lembrou que há cerca de um ano e meio, em reunião de Câmara, a Vereadora do Partido Socialista apresentou a proposta, de um mecanismo de incentivo para que as casas que confrontam com a Ribeira e com a Levada, possam ligar-se à rede pública de saneamento e, essa solução passaria por um incentivo financeiro de apoio, mesmo ao nível de concretização de obras, que pudesse acelerar o processo de ligação à rede pública, e acelerar o saneamento básico. Apesar do deputado reconhecer que a autarquia tem feito investimentos a esse respeito, são investimentos avultados, mas que não têm sido suficientes. Atendendo ao apresentado, o deputado questionou os peticionários, se esse tipo de incentivo financeiro, poderia ser interessante de forma complementar com as outras medidas apresentadas.

A outra questão, que também é problemática e que tem uma dimensão económica maior, relaciona-se com as indústrias que, de certa forma, fazem limpeza de tanques ou descargas nas Ribeiras, e que se exigiria uma atuação das autoridades. Apesar da fiscalização e das denúncias, a contaminação continua e não coaduna com a imagem que se pretende vender de capital de surf.

E a última questão colocada pelo deputado tem a ver com uma solução integrada. Propõe a criação de uma comissão para coordenar todo o trabalho que é necessário realizar, questionando o deputado a participação e intervenção do Governo Regional na resolução deste programa atendendo que apenas a autarquia da Ribeira Grande, não conseguirá, a nível de custos e tempo, resolver por si a resolução do problema.

Para responder às questões colocadas Sr. Ricardo Cabral referiu que em termos de expropriação dos terrenos, seria uma medida muito eficaz, mas extrema e não aceite pela população. O que propõem era mais uma ação mais responsável, de consciência e mudança de comportamento.

Sr. Pedro Arruda completou referindo que o mais importante é perceber este território de forma integrada reunindo com todos os interessados para resolver todos os interesses com uma solução.

No uso de direito de réplica o deputado Carlos Silva (PS) questionou se a frequência de análises de 15 em 15 dias é suficiente ou se não seria pertinente o intervalo entre as análises fosse mais curto, principalmente no verão.

O Sr. Pedro Arruda referiu que mais do que a frequência, será importante as diferentes localizações das recolhas das amostras das análises. O Sr. Mário Moura completou a informação mencionando que a Direção dos Recursos Hídricos, o Governo Regional e a Câmara Municipal também fazem análises de 15 em 15 dias, mas todos fazem no mesmo laboratório, considerando ser importante fazerem em laboratórios diferentes. Sr. Ricardo Cabral, referiu que seria muito importante analisar as águas das ribeiras, reafirmando que as plantas, mencionadas no início da intervenção, seriam uma opção de baixo custo e eficaz.

Da Audição da Associação Nadadores-salvadores Costa Norte, ocorrida a 28 de janeiro de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da Associação de Nadadores-Salvadores da Costa Norte - Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

O Sr. Marco Medeiros, apresentou-se como subchefe de profissão da Associação dos Bombeiros da Ribeira Grande, sendo o coordenador da Associação dos Nadadores-salvadores da Costa Norte, exercendo essa função nas praias da Costa Norte deste Concelho já há alguns anos.

Aberta a primeira ronda inscreveu-se o deputado Carlos Silva (PS), que questionou o Sr. Marco Medeiros, apelando à sua função no âmbito da Associação, mas também como bombeiro e surfista para a apreciação da Petição nomeadamente, o problema da contaminação, sobre quais as soluções que no curto e médio prazo considera poderem ser implementadas para resolução do problema

O Sr. Marco Medeiros responde que no âmbito da sua competência como coordenador, se apresenta na Comissão para defender a parte da Praia que lhe compete no âmbito do protocolo que é do Município, ou seja, salvaguardar a zona da Praia do Monte Verde, que é vigiada correspondente a 100m, mas que poderá ser entendida de forma flexível para criar as melhores condições para os banhistas nas zonas que possam ser utilizadas.

No exercício da réplica o deputado Carlos Silva questionou se considera benéfico, do ponto de vista da segurança, alargar a vigilância todo o ano e a todo o perímetro da Praia de Monte Verde, sabendo de antemão que isso implica incrementar os meios humanos e financeiros despendidos pela autarquia.

Como resposta o Sr. Marco Medeiros disse “Felizmente, quero agradecer a parte do município que tem feito um reforço muito grande, todas as praias do Concelho da Costa Norte praticamente são vigiadas. Tudo o aquilo que é considerado praias são vigiadas e, efetivamente, praias homologadas pela Autoridade Marítima.”

Continuou dizendo que mesmo as praias que não são homologadas, são vigiadas aos fins de semana e aos feriados. “Refiro-me à zona da Praia da Maia, que é um Porto, não é uma praia, mas há uma frequência de banhistas locais e a Câmara tem feito um esforço muito grande para lá ter um nadador-salvador. Refiro-me também à zona da praia da Viola, cujas condições infelizmente não permitem a vigilância, porque não há rede de telemóvel, o que põe em causa o trabalho do próprio nadador-salvador, como tal em termos de coordenação colocamos o nadador-salvador em reforço na Praia de Monte Verde.

Desta forma podemos afirmar que praticamente todas as praias da Costa Norte são vigiadas.”

Considera ainda que como nadador-salvador e como coordenador a maior preocupação é são os hotéis que levam a um aumento do turismo nas zonas das praias e isso requer também um aumento de vigilância, referindo-se neste caso à Praia do Monte Verde, Fora da época balnear, existe um período sem vigilância, no qual infelizmente acontecem algumas ocorrências. Assim na sua opinião devia passar a existir vigilância todo o ano, já que existem piscinas e a praia de Santa Bárbara, graças aos meios de intervenção motora

que, em situação de alerta para os banhistas ou surfistas, é ativado o piquete que está em prevenção, sendo os salvadores ativados pela Autoridade Marítima.

Continuando a primeira ronda foi dada a palavra ao deputado Luís Raposo (PSD) que começou por elogiar o trabalho da Associação de Nadadores-salvadores da Costa Norte, bem como alguma da Costa Sul. Questionou diretamente sobre balanço que o Sr. Marco Medeiros faz sobre a vigilância ao longo de todo o ano das piscinas municipais e naturalmente do areal de Santa Bárbara, tendo em consideração naturalmente o resort aí existente e de forma geral da aposta da Câmara Municipal no caso, em concreto, da praia de Monte Verde, que passou a ter vigilância durante o verão e, de modo global, nas restantes praias do concelho.

O Sr. Marco Medeiros respondeu existir um balanço positivo no aumento na praia Santa Bárbara, que é uma praia que tem uma extensão vigiada de aproximadamente 1,3 km e que é vigiada durante o dia 1 de junho até 30 de setembro, com quatro postos de praia, reforçados na época alta, estando ao serviço cerca de oito nadadores-salvadores permanentes durante este período de vigilância. Os dados estatísticos têm mostrado uma diminuição do pré-socorro. Os resultados também têm a ver com a crescente qualidade do trabalho dos nadadores-salvadores que integram a equipa, com o reforço do número de nadadores-salvadores que o município tem feito, associado aos meios motores existentes, fazendo com que a comunidade se possa sentir mais segura nas praias da Costa Norte, concluiu.

Da Audição da Amigos dos Açores - Associação Ecológica, ocorrida a 19 de fevereiro de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição dos Amigos dos Açores – Associação Ecológica - Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

O presidente, Dr. Diogo Caetano, introduziu a sua intervenção referindo “o assunto desta Petição tem merecido o envolvimento da Associação já há várias décadas e em particular da minha parte, enquanto Presidente desde 2008, É um assunto que sempre foi transversal e sempre esteve mais ou menos na ordem do dia com várias questões e algumas interposições que nós chegamos a colocar relativamente a algumas questões que entendíamos que comprometiam a saúde pública e Praia chegou a estar interdita em algumas épocas. E, sinceramente, nós de certa forma fomos entendendo que a informação estava entregue e que não seríamos nós necessariamente a resolvê-la, fomos

ao longo do tempo, entendendo que o tema deveria ser debatido de outra forma, uma vez que já estava devidamente sinalizado.

Penso que é consensual o tema de que a Praia do Monte Verde é uma praia subaproveitada. Qual é a cidade que pode ter o orgulho de ter uma praia ali a dois passos, e estar a desperdiçá-la sistematicamente pelas questões de salubridade e as questões também da rentabilização, mas acima de tudo numa primeira análise das questões do ponto de vista ambiental, pois necessariamente ela teria que estar ambientalmente adequada para depois ter um desenvolvimento económico e social que a valorizasse de facto.

Como penso que os seus deputados são conhecedores do chamado *master plan* que existe para a Ribeira Grande já há duas décadas, que é o passeio atlântico, que vai, da zona da Ribeira Grande até à Praia de Santa Bárbara. No fundo, nos mandatos autárquicos, pelo menos posso falar concretamente dos últimos 20 anos que acompanho, nunca houve uma prioridade definida para intervir na zona do Monte Verde.

Obviamente que tem alguma complexidade, é onerosa a intervenção, mas de algum modo, olharmos para o Passeio Atlântico, tem sido desenvolvido ora numa parte, ora noutra, mas nunca propriamente naquela zona dentro daquele troço, concretamente da Praia do Monte Verde e a zona onde desagua a Ribeira Seca.

Portanto, toda aquela zona necessita de uma valorização e de uma valorização que é perfeitamente compaginável, quer com a atividade turística hoteleira, que surgiu ali nos últimos anos, quer do ponto de vista da fruição daquele espaço como um espaço natural, porque há contacto com as linhas de água, no nosso entender, mais do que a própria areal da praia, que naturalmente aqui coloca a questão da Bandeira Azul, mas o assunto é mais vasto do que apenas o areal em si.

Portanto, é toda uma zona que poderia ser perfeitamente valorizada necessariamente e primeiramente ambientalmente, porque ela necessita dessa valorização de base e, depois ser uma zona que pudesse ser valorizada do ponto de vista social, mesmo em termos de equipamentos eventualmente públicos, a nível de jardins, o espaço do próprio Festival teria todo interesse em ser valorizado de uma outra forma, compatível com todas as atividades que existem.

Portanto, parece-me que é mais ou menos consensual que aquela zona precisa de uma melhoria, não necessariamente só no local do areal, mas também e talvez de forma mais difícil e menos objetiva, os problemas transportados para aquela zona pelas linhas de

água que aí existem.

Os senhores deputados já têm conhecimento, temos a Ribeira Grande, que passa no centro da cidade da Ribeira Grande, temos a Ribeira Seca, que vai desaguar, sensivelmente, na zona onde se realiza o Festival, e entre essas duas ribeiras naturais, temos a Vala da Condessa, que é uma vala que vem da Mãe d'Água, acima do Largo das Freiras, que era um desvio, uma adoção criada artificialmente para alimentar os moinhos que existiam.

Grande parte deles ainda existe, um deles inclusive está musealizado, (...) relativamente aos moinhos, que é um património da Ribeira Grande, no nosso entender, deve também ser valorizado.

O que acabamos por ter é toda a questão da gestão desta rede, das duas linhas de água e da vala da Condessa (...), como é uma vala que tem períodos em que está seca e períodos de escorrência, e com o depósito de lixo que existe, e de alguns que depois vêm nas próprias treinagens, acaba por ser muito crítico e sempre foi, todo o trajeto que ela faz até desaguar no Monte Verde.

Obviamente que há aqui um problema mais difuso que é a gestão da linha de água que vem do nível que primeiro compete à região, que é anterior à zona urbana, e depois no âmbito da gestão da zona urbana já compete diretamente ao município, ou seja, é uma gestão partilhada das linhas de água que muitas das vezes traz algumas dificuldades.

Da nossa parte, consideramos que de facto era importante definir um plano de intervenção e também de valorização, quer da componente ambiental, histórica e cultural, relacionado com os próprios moinhos e desta proposta, presente na Petição - ponto 3, de classificar a Vala Condessa como património municipal.

(...) é importante haver uma fiscalização com um modelo devidamente estabelecido e que de alguma forma garantisse que não houvesse todos estes efluentes que são recolhidos e de algum modo também estas descargas que existem nas linhas de água que depois vão desaguar na Praia.

É importante haver planeamento relacionado com as explorações que existem, nas proximidades de linhas de água de modo que não drenem para a linha de água. (...)

Outro ponto importante é valorização em termos de florestação de algumas zonas sensíveis ou haver um corredor de plantas que façam a proteção do leito é uma questão que é muito transversal à maior parte das ribeiras.

(...) É comum termos em várias freguesias, ribeiras que circulam entre casas. (...) sendo

importante um planeamento que permita salvaguardar, a conservação e também a ecologia que as ribeiras deveriam ter na sua versão mais original.

Por isso na nossa opinião, temos que zelar o melhor possível pelo que existe e tentar fazer o que possa ser melhor em diante, (..) temos é que compatibilizar os nossos usos, neste caso, de cima para baixo, eventualmente, acho que é pertinente analisar aqui as questões dos efluentes a nível da atividade agrícola, que está normalmente antes da zona urbana. Perceber na Zona Urbana como é que se podem mitigar as pressões que existem, podendo a Jusante resultar numa zona que fosse ecologicamente mais saudável e com isso pudéssemos já valorizar, ponto de vista social, ambiental e económico, até porque necessariamente com o surgimento de mais atividades junto desta zona, é normal que a sensação de anomalia territorial acaba por ir ficando maior, vamos tendo mais interlocutores, mais visitantes, mais turistas, que nos visitam e possam estar num hotel até aprazível, com boa cotação e depois estar perante zonas onde há descargas ou há maus cheiros ou situações dessas, penso que é uma imagem que nenhum de nós pretende deixar da Região e temos que trabalhar também a esse nível as soluções.

Propor comissões multidisciplinares poderá ser útil desde que seja para efetivar resultados e trabalhos, se for só para reunirem e não haver propriamente desenvolvimentos e melhorias, também não sei até que ponto possam ser necessárias.

Aberta a 1.ª ronda interveio o deputado Luís Raposo (PSD) referindo que este é um problema de com um longo passado. Lembrou algumas intervenções, que poderão não ter resolvido totalmente o problema, caso contrário não se estaria agora a discuti-lo. Sublinhou passos importantes mais recentes para a resolução desse mesmo problema. Diretamente pediu a opinião do Dr. Diogo sobre a possibilidade de serem os particulares donos de habitações a promoverem essas mesmas intervenções. Porque são intervenções que obrigam a intervenções nas moradias, logo na perspetiva da AAA pretende saber como se poderia gerir articuladamente a disponibilidade financeira da Câmara para o saneamento básico público e também a dos privados.

O Dr. Diogo Caetano respondeu ser importante a questão do saneamento, ao nível das habitações, mas considerou dever existir uma intervenção ao longo da Vala da Condessa até ao largo das freiras. Considerou que poderá haver alguma resistência das pessoas, primeiro pela questão económica e depois por uma questão de não quererem o incómodo da intervenção, daí ser importante sensibilizar para o bem público. Fazer compreender que não será apenas por uma questão turística, mas porque as condições de salubridade

também são benéficas para eles a longo prazo.

Será importante um trabalho que a Câmara poderá desenvolver junto das pessoas, fazendo-lhes mostrar que há um espaço de sacrifício, mas depois há uma melhoria, e que é uma melhoria permanente. Os primeiros beneficiários são quem lá vive, portanto não considero que sejam apenas de considerar os custos financeiros, mas também esta outra dimensão,

Ilustrou com o exemplo da Praia de Santa Bárbara que foi altamente valorizada, quando terminou a extração de areias sendo hoje um ex-libris reconhecido, será importante mostrar exemplos concretos para algumas pessoas acreditarem que uma mudança pode valorizar

É preciso mostrar que existe um bem comum e que às vezes é preciso fazer esforços temporários para conseguir o bem comum.

Da Audição da APPAA - Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores, ocorrida a 19 de fevereiro de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição da Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores - Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

Iniciando a sua intervenção, o Professor Luís de Noronha esclareceu que a Associação Para a Promoção Ambiental dos Açores não subscreveu esta Petição, não porque esteja em desacordo com ela, mas porque esta centra-se em vários pontos e visa vários destinatários, uns de âmbito regional, outros de âmbito municipal e outros até de âmbito nacional, como seja o caso da fiscalização a cargo da Guarda Nacional Republicana. Relativamente ao conteúdo do preâmbulo, diz-se que o Monte Verde aguarda a implementação de uma unidade de execução específica. Ora, essa Unidade de Execução já foi aprovada, esteve em discussão pública. Não obteve objeções, aliás, de acordo com as informações do Presidente da Câmara, na discussão pública não houve intervenções que a contrariassem. Enquanto a nós, vai ao encontro daquilo que temos defendido.

Isso tem a ver com o ordenamento do território, tem a ver com a orla marítima, tem a ver com o plano de ordenamento da orla costeira. Portanto, nós opomo-nos a que haja qualquer intervenção no sentido de destruir a Praia, porque se o que se pretende é fazer a defesa da praia, como zona baldear e para a prática de desportos náuticos, nomeadamente do surf, não é por acaso que deram o título de Capital do Surf à Ribeira Grande.

Qualquer intervenção que houvesse sobre a praia iria destruí-la. Qualquer enrocamento do género daquilo que tem sido feito em quase todos os centros urbanos principais, foi uma tendência do século XX, que nós pretendemos que seja ultrapassada, acabou por destruir tudo aquilo que eram as zonas balneares. Aconteceu na cidade da Horta, com a marginal que foi feita, que não resolve inclusive o galgamento do mar, temos por exemplo, as obras que foram feitas aqui entre Ponta Delgada e São Roque, que não evita que o mar continue a galgar a terra, portanto, o melhor método de salvar a orla marítima não é com os enrocamentos com a artificialização da costa.

É este o princípio, que nos leva, logo de início, a pensar que o próprio Plano de Ordenamento da Orla Costeira que impede que sejam feitas obras a determinada distância, que até é mínima, da zona da Maré Alta, a maré Alta coincide com a atual duna A Duna de Monte Verde, como já disse, é a melhor maneira de defender não só a praia como a própria orla costeira, impedindo o seu galgamento que nunca existiu, a não ser há muitos anos com ondas de 10 metros que chegou a galgar por cima das casas do bairro de Monte Verde, que agora está destruído para se fazer a via litoral.

Via litoral essa, que não irá, como se diz também no preâmbulo da Petição, mudar a face do Monte Verde. Nós, pelo contrário, queremos conservar a face da praia e defendê-la. O tal plano que aqui é invocado, A denominada Unidade de Execução específica, contempla o ordenamento urbanístico da zona a montante, e muito bem. A jusante mantém a atual configuração que vem dos meados do século XX, com o aterro que foi feito entre o bairro do Bandejo e a Vila Nova. Lembrou que a construção da via litoral na Ribeira Grande, que se pensava que iria defender a zona litoral da Ribeira Grande, não se revelou eficaz como se veio a constatar, resultando que dois terços da praia ficasse inviabilizada - sítio onde se faz agora o Festival de Monte Verde, que nos meados do século XX, era praia, e que foi cortada por aquela via.

No âmbito do debate público sobre o novo Plano de Ordenamento da Orla Costeira de São Miguel, a Associação emitiu parecer, por escrito, referindo que a construção de vias litorais, assentes sobre enrocamentos construídos em cima da zona atingida pelo mar não só deturpam a paisagem natural, como oferecem novos perigos. Os enrocamentos com a direção perpendicular à rebentação poderão dar uma falsa perceção de segurança, mas, pelo contrário, aumentam o risco de galgamento.

Este plano da Ribeira Grande é de fazer um passeio pedonal naquela zona e não mudar a face, como é dito na Petição.

Sobre a poluição das águas, quando a Petição refere que a Ribeira Seca e a Ribeira Grande, que desaguam na praia, e a Levada da Condessa, que também aí desagua, terão de se ver livres da praga dos efluentes provenientes de fontes diversas, domésticas e vacarias, propondo várias sugestões, eliminar de forma definitiva os efluentes que são lançados nas ribeiras, penalizar todos os prevaricadores, proceder à fiscalização, obrigar à instalação de um corredor com plantas indígenas. Nós estamos de acordo com isso tudo. O plano de ordenamento da orla costeira também impede que sejam despejados influentes domésticos ou de explorações agrícolas nas linhas de água. A fiscalização está a cargo da Guarda Nacional da Republicana, uma competência de nível nacional. Vejam-se que os efetivos são escassos, existe apenas uma viatura com 20 anos para a ilha toda. Como é que podem fazer a fiscalização? De qualquer forma, isso não impede, como tem acontecido, que haja processos de contraordenação contra proprietários de explorações pecuárias que ascendem a milhares de euros que poderiam ser dissuasoras, mas não têm sido. Consideramos que tem que haver um esforço ao nível fiscalização e monitorização não apenas na praia, mas também nas linhas de água que lá vão desaguar, em qualquer uma das Ribeiras e até na Levada da Condessa, na qual também se verificam as descargas de efluentes domésticos que importa avaliar.

Por outro lado, a proposta que a Associação faz em termos de obra é que o IROA que tem procedido à impermeabilização de muitos caminhos. É importante que haja o escoamento das águas, sendo necessário os sumidouros para essas águas.

Na própria estrada também existem problemas de poluição, associados e aos transportes. Toda a escorrência das pastagens e dos estábulos, corre com muito mais facilidade, graças à maior impermeabilização, até às linhas de água. Consideramos que as intervenções em caminhos agrícolas, terão de considerar processos de escoamento dessas águas, ou para sumidouros ou até para superfícies de retenção.

Face às alterações climáticas, assistimos a períodos de seca bastante mais prolongados, com tendência crescente e há a necessidade de fazer tanques, lagoas artificiais, superfícies de retenção que possam reter essas águas. Sabemos que esse problema de poluição, em termos de qualidade da água, verifica-se sobretudo no verão. E é no verão que é mais necessário reter essas águas para a rega dessas propriedades. Portanto, isso é uma proposta concreta que acrescenta àquilo que está na Petição.

A terceira questão da Petição é classificar a Levada da Condessa como património municipal. Realmente, esta obra permitiu que houvesse cerca de três dezenas de moinhos

com um caudal de água superior àquela Levada, que é a levada da Ribeira Grande. Esses moinhos, muitos deles estão em ruínas, estão abandonados. Portanto, a recuperação dessa Levada e dos moinhos que já foram recuperados, inclusive pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, alguns deles são até visitáveis, deviam ser realmente, juntamente com um dos monumentos, talvez o mais antigo da Ribeira Grande, que é o Aqueduto das Freiras, talvez a única construção que resistiu à crise sísmica de 1563, que reporta ao século XVI, deveriam ser classificados. Uma iniciativa que pode competir à própria Assembleia, poderá existir classificação municipal, mas se for âmbito regional, terão importância acrescida não só histórica, mas também turística. Sublinhou ainda que graben da Ribeira Grande, era considerado o celeiro da ilha, permitindo a exportação de trigo para o Norte de África. Há aqui uma importância que transcende a Levada, nível económico, patrimonial e até turístico.

A última questão é de criar uma comissão multidisciplinar tem aqui até proposta da sua composição, só que, por um lado, existe um Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, o Concelho da Ribeira Grande também tem o seu Conselho Municipal do Ambiente, que já foi formado quase há 10 anos, mas que ainda não foi instalado, sendo que recentemente o Presidente da Câmara afirmou que iria convocar esse Conselho Municipal.

Estes Conselhos existem exatamente para aconselhar, quando constituído por elementos com conhecimento deverão funcionar, não para votar, não para deliberar e substituir os atores que são, de facto, os órgãos eleitos.

Na 1.ª ronda foi dada a palavra ao deputado Luís Raposo (PSD), que começou por evidenciar o conhecimento exposto pelo Professor Luís de Noronha na sua intervenção, apreciando o conteúdo da Petição de forma coesa e também evidenciando os desafios ambientais da Ribeira Grande. Colocou duas questões:

-Qual é a avaliação que faz a Associação Para a Promoção Ambiental dos Açores dos investimentos públicos na implementação de soluções para o problema em debate,

- Questionou qual a opinião sobre o impacto do problema da contaminação face a imagem de marca Ribeira Grande - Capital do Surf, nomeadamente no que se refere aos investimentos para o concelho.

Em resposta o Professor Luís de Noronha disse que a Ribeira Grande é privilegiada porque tem dois areais extensos, sendo o de Santa Bárbara o mais extenso, inclusive é o maior da ilha de São Miguel. Quanto à qualidade da água, os relatórios de análises que mostram

contaminação durante o verão, evidentemente que afetam a imagem da Ribeira Grande. Considerando que na sua opinião a solução não passará pela construção de ETAR's dado a Ribeira Grande já ter uma ETAR em Rabo de Peixe para onde foi canalizado o saneamento básico.

Referindo-se aos investimentos necessários fazer, salientou aquele que permitirá repor o Lavadouro centenário que existia e que foi recentemente destruído

Disse ainda que seria importante criar uma solução para o desvio que a Levada da Condessa sofreu, na proximidade do agora denominado Moinho da Areia que se trata um alojamento turístico, o que será um investimento mínimo.

Outros investimentos necessários, referir-se-ão à reorganização dos caminhos rurais, fazendo o devido encaminhamento das águas pluviais e das descargas das explorações para superfícies de retenção, podendo até potenciar a constituição de reservas para a estação do verão.

Seguidamente usou da palavra o deputado Russell Sousa (PS) que questionou sobre as intervenções realizadas nos caminhos agrícolas, levando a uma maior fluidez das águas até à Praia, pediu uma explicação sobre como se processava no passado. "Explica-se pelos novos caminhos agrícolas ou, tem a ver com a forma como é feita a manutenção dos caminhos agrícolas"?

Em resposta o Professor Luís de Noronha disse que antigamente os caminhos eram de terra, atualmente com as chuvadas torrenciais, cada vez mais frequentes, os caminhos promovem uma maior escorrência. Anteriormente havia uma retenção natural através de valas existentes nesses caminhos de terra e que muitas vezes eram desviadas para outras terras. Com a maior impermeabilização há mais escorrência e onde os declives são mais acentuados, as águas desaguam nos centros urbanos saindo fora do seu próprio curso normal. Logo as obras nos caminhos rurais deveriam permitir o desvio das águas, bem como a sua retenção.

Na 2.ª ronda usou da palavra o deputado Pedro Neves (PAN), ilustrando a partir de conhecimento próprio da situação de contaminação, que afeta todos os utilizadores da Praia, sendo um problema de saúde pública. Questionou da pertinência da construção de uma outra ETAR, a montante das infraestruturas de retenção para que a água retida não implique problemas de salubridade nas águas estagnadas.

Respondeu o Professor Luís de Noronha que no passado, em contexto de Assembleia Municipal da Ribeira Grande colocou a questão de ser construída uma ETAR na foz da

Levada da Condessa. Entretanto essa possibilidade foi abandonada e optou-se por fazer a ligação dos esgotos do saneamento da Ribeira Grande para a ETAR de Rabo de Peixe. Continuamos a considerar que é necessário fazer a monitorização de todo o percurso da Levada da Condessa, de modo a identificar todos os efluentes domésticos de modo a ligá-los ao saneamento público ou optar por sumidouros individuais, essa seria a solução e não a construção de mais uma ETAR.

Da Audição do Secretário Regional do Mar e das Pescas, ocorrida a 24 de fevereiro de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição do Secretario Regional do Mar e das Pescas - Petição n.º 9/XIII – “Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

Na sua intervenção o Sr. Secretário Regional, Dr. Mário Rui Pinho, acompanhado do Diretor de Serviços de Gestão Costeira e Marítima, Engenheiro Fernando Cardoso, elucidou a Comissão através de imagem disponibilizada (anexo), a qual permite o enquadramento geográfico da Praia do Monte Verde (Ribeira Seca - Oeste, Ribeira Grande – Leste), clarificando que as competências por parte da Secretaria Regional do Mar e Pescas e da Direção Regional de Políticas Marítimas, no âmbito da Petição em apreciação, são modestas pelo facto da competência desta Direção estar afeta a aproximadamente 50 m da linha média da água do mar.

A Direção Regional procede à monitorização da qualidade das águas através da recolha de amostras, cuja análise e resultados permite a classificação das águas balneares como “água com qualidade” ou “água sem qualidade”. Em 2023 a Praia do Monte Verde foi interdita por não cumprir os devidos critérios.

Refere não ter conhecimento aprofundado no que se refere aos efluentes nomeadamente no que à Levada da Condessa diz respeito, sendo um problema de ordenamento da Orla Costeira, no âmbito do POOC. Dado os efluentes serem de origem agrícola, doméstica e industrial, a competência estará alocada à autarquia e ao departamento ambiental, no que se refere às ações de fiscalização.

Iniciando a 1.ª Ronda interveio a deputada Joana Pombo Tavares (PS), referindo o conteúdo da Petição, salientou a dimensão da problemática ambiental da Praia resultantes dos efluentes que recebe, referiu ainda que em 2024 a Praia do Monte Verde não fez parte da Lista de Água Balneares.

Concretamente questionou:

- Sobre o que tem feito a Secretaria Regional do Mar e Pescas, para que 2025 se sane a interdição do uso das águas balneares, pedindo esclarecimentos sobre o que tem feito a Secretaria Regional do Mar e Pescas, em colaboração com outros Departamentos Governamentais e com a Autarquia face à necessidade de resolver o problema, garantindo a salubridade da Praia para banhistas e outros usos de lazer como o desporto náutico,
- De igual modo solicitou esclarecimentos sobre o que tem sido feito pela Secretaria Regional do Mar e Pescas, no âmbito das suas competências, na monitorização da orla costeira, dos ecossistemas marinhos e com destaque para as comunidades intertidais,
- Questionou sobre a periodicidade das análises realizadas, divulgação dos resultados, bem como a monitorização feita nesta área costeira para se conseguir solução o mais rapidamente possível.

Em resposta, o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas disse que se está a elaborar o plano anual de amostragem para 87 áreas Classificadas como Águas Balneares e 46 áreas que, sendo monitorizadas não são classificadas.

Acrescentou que sobre os ecossistemas marinhos se identifica que os problemas se focam no sistema terrestre com consequências no litoral e no mar. Destacou o Plano de Ação para Lixo Marinho dos Açores, com um conjunto de medidas e ações, com destaque em primeiro lugar para a sensibilização e posterior monitorização. Anualmente, no âmbito da Estratégia Marinha, a Direção Regional de Políticas Marítimas procede a monitorizações parcelares de contaminantes outras análises.

Passou a palavra ao Engenheiro Fernando Cardoso que iniciou, clarificando que as águas da Praia do Monte Verde nunca foram classificadas, isto a propósito do que foi dito sobre a interdição em 2023/2024. Acrescentou que na Região são identificados anualmente 133 pontos de amostragem, distribuídos pelas 9 ilhas, procedendo-se a 900 análises em cada época balnear, que na generalidade revelam que a qualidade da água balnear é excelente. Informou que o resultado da análise, realizada em 2024 às águas desta zona revelaram “água própria para banhos”. A zona balnear esteve interdita na sequência dos resultados de análises realizadas pela autarquia da Ribeira Grande, que tem programa paralelo de controlo.

As recolhas de amostras são realizadas em situações em que não ocorra elevada pluviosidade, bem como em situações de aviso de precipitação “amarelo” ou “vermelho”. Quando o resultado é “mau” é dada a indicação para contra-análise em 48 h, sendo

repetida daí a sete dias, para perceber a dimensão da situação. Os dados são publicados no site da Direção Regional de Políticas Marítimas.

No uso da réplica, a deputada Joana Pombo Tavares pediu os seguintes esclarecimentos:

- É possível concluir que perante a inexistência de dados, para 2025, a água balnear, estará considerada como apta?

- Poder-se-á extrapolar que perante a elevada precipitação deste ano os efluentes a chegarem à Praia são em maior quantidade, associando que nada foi feito a montante, face aos problemas identificados, pelas entidades governamentais?

- Tendo em conta que Plano de Ação para o Lixo Marinho ainda não está implementado, pode-se afirmar que também que a Secretaria Regional do Mar e Pescas não conhece as consequências dessas descargas para os sistemas costeiros?

- As análises que a Câmara e o Governo Regional realizam são efetuadas nos mesmos Laboratórios?

- A publicação de resultados é apenas a que se refere aos dados do Governo Regional ou também são publicados os dados da Câmara Municipal?

Para resposta o Sr. Secretário passou a palavra ao Engenheiro Fernando Cardoso, que esclareceu que o que irá acontecer em 2025 ainda não se sabe ao momento, dado o processo estar em curso. Clarificou também que o facto de o ano ser chuvoso poderá não ser forçosamente negativo, podendo ter contribuído para a limpeza das linhas de água, tanto mais se se associar uma época balnear que não registe muita precipitação, conjuntamente poderão permitir uma boa qualidade da água balnear. O Governo Regional alterna entre dois laboratórios. Os resultados publicados são os obtidos pela Governo Regional. Quando se recebe um resultado negativo é partilhado com a Câmara Municipal e a Autoridade de Saúde para os devidos efeitos.

Tomando a palavra esclareceu o Sr. Secretário Regional que a monitorização do oceano não permite informação estatística suficiente para aferir das consequências das descargas nos ecossistemas costeiros, contudo a amostragem resultante, ao momento, não permite detetar consequências negativas relevantes. Importa neste contexto perceber a importância deste programa de monitorização de águas balneares, sendo possível a sua ampliação como solicitam os peticionários.

Todos estes problemas estão a montante do domínio marítimo, mas a Secretaria Regional está disponível para trabalhar em cooperação com todas as entidades, tal como temos feito através da partilha dos resultados obtidos no âmbito do programa de análises de

água em vigor. O Plano de Ação é transversal logo as entidades têm conhecimento do mesmo, programando ações que se lhe associam.

Da Audição da Câmara Municipal da Ribeira Grande, ocorrida a 19 de março de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande - Petição n.º 9/XIII – “Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Dr. Alexandre Gaudêncio introduziu a sua participação referindo que

“Em relação à Petição que nos traz cá, que a autarquia comunga dos objetivos da Petição reconhecemos os objetivos, ou seja, todos nós comandamos termos cada vez mais as nossas zonas embelezadas, sem quaisquer problemas ambientais, principalmente numa zona nobre que é a entrada da cidade da Ribeira Grande, em particular na sua frente do mar, onde temos, para além da Praia do Monte Verde, a Praia de Santa Bárbara, que são *ex-libres* do Concelho e até da Ilha.

A Petição é meritória porque envolve um conjunto de cidadãos da sociedade civil numa preocupação que é legítima, da qual também comungamos.

A nível técnico, e isso foi transmitido aquando dos autores da Petição reuniram com a autarquia, consideramos que a Petição peca porque refere que se aguarda a implementação de uma Unidade de Execução quando a mesma foi aprovada a 2 de outubro de 2023, conforme publicação em Jornal Oficial, um processo que demorou cerca de três anos. À data, em sede de discussão pública, os autores da Petição, não tiveram qualquer ação.

Uma terceira nota ainda sobre a Petição, dizer que, apesar enquadramento da zona em si (conforme a Comissão poderá constar em visita ao local no dia de hoje) dizer por isso que a autarquia este de “braços cruzados” estes anos todos, pelo contrário, também tenho que fazer justiça aos anteriores executivos camarários que ao longo dos vários anos têm feito investimentos consideráveis na zona litoral da cidade.

Quando assumimos o poder autárquico em 2013, havia um projeto que, do nosso ponto de vista, iria “matar” os investimentos privados que, entretanto, aconteceram ao longo daquela costa. Digo isto porque havia definido um projeto para uma Estação de Tratamento de Águas Residuais, precisamente na zona do Monte Verde, o que do nosso

ponto de vista iria “matar” os investimentos privados que, entretanto, aconteceram naquela zona.

Daí termos planeado uma alternativa à construção dessa estação de tratamento de águas e concluímos um projeto, que conduzirá as águas residuais da cidade até a ETAR, que fica na zona de Santana, em Rabo de Peixe, a cerca de 5 quilómetros da cidade, com condutas que ficaram concluídas no ano passado e que estão neste momento a funcionar. Um investimento que teve um valor de cerca de 3 milhões de euros, assumido também em parte por fundos comunitários, está concluído e está a funcionar.

Isto também fez com que fosse possível desenvolver-se a tal unidade de execução, e é preciso perceberem que estamos a falar de uma área considerável, são cerca de 180 mil metros quadrados, são mais de 50 proprietários de terrenos que tivemos que contactar pessoalmente e que neste momento está definido uma zona de expansão urbana com critérios muito definidos sobre aquilo que nós queremos e, sobretudo sobre aquilo que nós não queremos de grandes investimentos que possam, de certa forma, “desmanchar” ali a nossa costa e a nossa paisagem.

Podemos dizer, que a Câmara Municipal, desde 2013, tem feito um trabalho, se calhar, como nunca ninguém fez, na zona da Praia do Monte Verde. Para além dessa unidade de execução, gostaria de reforçar também que temos o projeto da Frente Mar que está fechado, aliás, consta precisamente da unidade de execução, e se consultarem os documentos que estão disponíveis online, já percebem o que é que está previsto de construção, não só de privados, mas também do investimento público.

Esta Câmara já adquiriu mais de 50 imóveis, que já foram demolidos, no âmbito da Frente Mar, unicamente resultante de investimento camarário, sem qualquer participação do Governo Regional nem de fundos comunitários, portanto, estamos a falar de investimentos bastante avultados e, como devem calcular, isso não se faz de um dia para o outro nem num mandato, aliás,

Ao longo de três mandatos na Câmara e o Passeio Atlântico, a Frente de Mar, não fica concluída, não por falta de projetos ou falta de iniciativa, mas sim devido aos trâmites legais, posso também adiantar aqui na Comissão que a 2ª fase da Frente de Mar, que iria precisamente para a Praia de Santa Bárbara, foi lançada o concurso, houve um concorrente que venceu, mas quem ficou em segundo lugar reclamou e foi dado provimento e por isso tivemos que anular o concurso público e será lançado um até a final deste mês, precisamente para a continuação da tal frente-mar.

Para além disso, permitam-me destacar alguns pressupostos da Petição que têm a ver com eliminar os efluentes que são lançados na Ribeira de forma ilegal e na levada da Condessa, penalizar os prevaricadores, fiscalizar diariamente toda a área e realizar análises semanais. Portanto, estes são alguns dos pressupostos que saíram dessa Petição. Posso adiantar que neste momento, e desde novembro do ano passado, nós estamos a fazer análises de 15 em 15 dias, não só na zona poente, como na zona nascente da Praia de Santa Bárbara. Estes resultados são publicados online com regularidade, portanto estão disponíveis no site da autarquia. Acho que foi positivo também percebermos que havia esta preocupação pública e disponibilizamos rapidamente essa informação.

Reforçamos que os pressupostos da Petição são positivos, comungamos deles, não concordamos da forma como foi apresentada, porque é falso dizer-se que se aguarda uma Unidade de Execução quando já existe. Reitero o trabalho contínuo ao longo dos últimos anos para dignificar aquela zona da cidade, que é nobre, e por isso gostaria de deixar essa mensagem de que é certo que nem tudo está feito e que é preciso fazer-se muito mais.

Informar ainda que foi aprovado muito recentemente, através do PRR, uma candidatura, no valor de cerca de 2M€, por parte da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que prevê um equipamento que permitirá monitorização e identificação automática de descargas ilegais no percurso da Ribeira Grande, procedendo à sua notificação.

Ao longo da Ribeira Grande e da Levada da Condessa, a autarquia identificou 16 explorações agrícolas que, estando perto de linhas de água, poderão contaminá-la.

Os serviços de fiscalização municipal estão neste momento no terreno a identificar essas explorações agrícolas, para já, se estão legais e, não estando permitindo o a sua regularização.

Também importa clarificar que relativamente à Praia de Monte Verde na época balnear de 2024, entre junho e setembro, das 39 análises que realizamos, 4 deram resultados positivas. Portanto, tivemos um período de interdição da praia na zona nascente de cerca de 30 dias, como resultado dessas análises. A zona poente da praia nunca teve qualquer resultado de análise irregular.”

Abertas as inscrições no âmbito da 1.ª ronda usou da palavra a deputada Sabrina Furtado (PSD) que introduzindo a sua questão referiu ser do conhecimento público o âmbito da Petição e das preocupações que a mesma apresenta relativamente à poluição da Praia de Monte Verde e da Levada da Condessa. Sendo que ao longo dos anos a comunicação social

também tem dado conta do esforço da autarquia, facilmente entendível por ser a Câmara Municipal a principal interessada em ter a orla costeira da zona urbana de forma cuidada, libertando-a dos problemas que a têm afetado. Concretamente pediu esclarecimento sobre a Unidade de Execução.

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que Unidade de Execução não é mais do que um Plano de Pormenor de uma determinada área a nível do ordenamento do território. Ou seja, existem os Planos Diretores Municipais ao que acrescem Planos mais específicos para atuação em determinadas zonas do território, essa unidade de execução não é mais do que um Plano de Pormenor. No caso em concreto diz respeito a uma área de 180 000 m². Este Plano é demonstrativo da preocupação municipal no planeamento urbano de toda a zona que vai desde a Praia do Monte Verde até ao loteamento urbano (McDonald's) onde se insere o hotel Verde Mar, quer o próprio McDonald's.

Esclareceu que esse Plano de Pormenor não resolve o problema dos efluentes, situação que está localizada a montante, onde está a origem do problema levantado pela Petição. Apenas tem ação sobre Planeamento de toda a área urbana o que nunca havia sido definida no passado e atualmente está a ser acautelada por este Executivo Camarário, resultando por isso, investimentos privados como sejam três novos hotéis aprovados para aquela zona, de forma planeada, definindo as zonas de intervenção pública, com destaque para os arruamentos a requalificar, bem como novas vias a implantar.

Sublinhou que esta figura de gestão territorial não resolve os problemas dos efluentes, considerando que a resolução desde problema passará por uma maior fiscalização junto das explorações agrícolas. Referiu o exemplo de comunicação às entidades competentes por parte da autarquia, permitindo concluir pela existência de descargas ilegais para a Ribeira, facto que, segundo o mesmo, ocorre com alguma regularidade. A Câmara Municipal, é um dos principais interessados para que este problema se resolva, por isso será importante maior sensibilização junto não só da população, mas principalmente junto dos produtores que possuem explorações agrícolas junto de linhas água.

Acrescentou que das 39 análises efetuadas só 4 é que acusaram resultados positivos para contaminação. Contudo isto não é compatível com a ambição de ver atribuída uma Bandeira Azul, por isso o objetivo é terminar com essas descargas.

No uso da réplica a deputada Sabrina Furtado focou-se num dos pontos da Petição, já que os peticionários manifestam o interesse em que o município certifique a Levada da

Condessa como património municipal, solicitou a clarificação da visão do município sobre essa possibilidade, nomeadamente vantagens decorrentes dessa classificação.

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, disse considerar não fazer “muito sentido” essa classificação. Explicou que a Levada da Condessa existia para alimentar os moinhos de água da Ribeira Grande, o que atualmente já não se verifica. Acrescentou que a autarquia recuperou dois desses moinhos para fins museológicos, permitindo manter viva a história do concelho que passa pelos moinhos de água. Tendo a Levada da Condessa perdido atualmente essa funcionalidade, está a ser um ponto de poluição onde se mostra pouco possível controlar o que aí é colocado, servindo muitas vezes para descargas ilegais, como mostram factos ocorridos ainda no verão passado. Daí resulta que no Plano de Pormenor anteriormente referido, associado também ao saneamento básico da cidade, esteja prevista a derivação da Levada para que seja menos um foco de poluição a desaguar na Praia de Monte Verde. Esta ação não significa “desistir” da Levada da Condessa, mas sim que esta desague para a Ribeira Grande.

Em resposta concreta à questão colocada pela deputada Sabrina Furtado disse “do meu ponto de vista, não faz sentido a classificação da Levada porque já não tem o uso que tinha antigamente”. Acrescentou que alguns dos proprietários desses moinhos os converteram em unidades de alojamento local, sendo que alguns proprietários não manifestam qualquer interesse na continuidade da passagem da água, invocando por exemplo razões de Saúde Pública, facto que já também tinha transmitido aos petionários.

Ainda na 1.ª ronda foi dada a palavra ao deputado Carlos Silva (PS) que, considerou que este é um problema significante para os Ribeiragrândenses, de há muitos anos e que como tal não se poderá imputar responsabilidade unicamente ao executivo atual, sendo que o importante é a solução. Destacou o trabalho dos petionários porque não obstante o trabalho desenvolvido pela autarquia ainda não há uma solução

A sua primeira questão focou as explorações agrícolas, cuja atividade constitui um dos principais contributos para o problema da poluição, como tal solicitou a opinião, fazendo um paralelismo com o que se passou na Lagoa das Furnas – expropriação de alguns terrenos em redor da Ribeira (terrenos de explorações agrícolas), para garantir, efetivamente, que não exista risco de haver descargas para a Ribeira.

Na segunda questão colocada lembrou uma proposta apresentada há meses pela vereadora do Partido Socialista, a Lúcia Alfinete, tendente à criação de um mecanismo de incentivo para que as habitações que se confrontam com a Ribeira e com a Levada, se possam ligar à rede pública e assim evitar que seja feita a descarga indevida. Considerou ainda que essa proposta seria um mecanismo de incentivo, que dados os custos de investimento poderiam merecer mecanismos de incentivo da autarquia, ou outro que se possa eventualmente criar, até da responsabilidade do Governo Regional. Clarificou que esta questão poderá ser importante porque a contaminação não advirá apenas das explorações agrícolas, mas também será de origem doméstica.

Em resposta o Presidente da autarquia relembrou a situação no passado, antes de haver esta ligação à ETAR em Santana, havia um poço de absorção, uma chamada fossa séptica (local a visitar pela Comissão no período da tarde) que quando enchia, que era bastantes vezes, saía diretamente para o mar, constituindo um problema de saúde pública grave. Este Executivo com este projeto de saneamento básico resolveu esse problema, porque o que funcionava na cidade da Ribeira Grande era uma fossa séptica enorme, que recebia o total das águas residuais da cidade e as canalizava para a entrada da Praia do Monte Verde.

O anterior executivo tinha uma visão distinta àquela que este executivo adotou, previa construir uma ETAR na Praia do Monte Verde. “E aí questiono se alguém conhece algum investimento turístico ao lado do ETAR? - Eu não conheço!”. Portanto isto iria inviabilizar uma série de novos investimentos que estão a aparecer na cidade da Ribeira Grande. Cremos que resolvemos um problema que era gravíssimo do nosso ponto de vista.

Em resposta à questão da expropriação, considerou poder ser uma boa alternativa, por significar, potencialmente, menos descargas. Seria “ouro sobre azul”, sabendo de antemão que em termos práticos poderá não ser tão exequível quanto isso.

Quanto à segunda questão foi proposta em sede de discussão de Plano e Orçamento, porque na verdade esse mecanismo já existe nomeadamente no âmbito da Habitação Degradada no município que prevê essas situações. Inclusive, já apoiámos várias famílias e isso foi explicado à proponente. Reforçamos que em 2013, a taxa de saneamento da cidade rondava os 40%, vamos terminar o mandato com uma taxa de saneamento de 90%.

No uso da réplica o deputado Carlos Silva (PS) especificou que quando levantou a questão sobre expropriações, e no caso de não haver acordo com os proprietários (o caminho

sempre mais fácil), se referia à capacidade da Câmara Municipal, com os recursos próprios, entrar nessa negociação, mesmo que com a participação do Governo Regional – esse foi também um dos pontos levantado pelos peticionários. Numa visão de cooperação, até quase uma estrutura de missão. que envolvesse autarquia, governo regional, algumas entidades, organizações do ponto de vista ambiental até os próprios peticionários que também pudessem contribuir para identificar soluções e resolver o problema.

Na sua intervenção abordou ainda a importância da reputação da imagem da Ribeira Grande, que se afirmou nos últimos anos como um destino turístico, um destino de uma Capital do Surf, sendo que estes problemas de poluição condicionam obviamente essa pretensão.

Colocou ainda a questão sobre o aumento da periodicidade das análises realizadas e o incremento da publicação de resultados, no sentido de reforçar a confiança dos utilizadores das praias da Ribeira Grande.

Terminou reconhecendo que todo o investimento que é feito no saneamento básico é muito importante, sobretudo do ponto de vista de saúde pública, um investimento invisível para a maior parte das pessoas, salientando a grande satisfação incremento que foi feito no investimento no saneamento básico. Referiu ainda que, podendo terem existido distintas opções sobre o saneamento básico entre executivos camarários do passado e o atua, o importante é que efetivamente os investimentos sejam feitos para acautelar o interesse público. “Nem sempre o interesse público se coaduna com o interesse privado”, disse terminando.

Na sua resposta o Presidente da Câmara da Ribeira Grande referiu que a autarquia não tem capacidade financeira para avançar com expropriações. Dando conta que uma expropriação não é apenas uma expropriação, é também, no caso das explorações agrícolas, o rendimento das famílias.

Quanto à periodicidade das análises, respondeu que são realizadas quinzenalmente, muito para além daquilo que é exigido, dado não ser uma zona balnear. Portanto, a autarquia vai mais além do previsto na legislação, de forma a consciencializar e reforçar a tranquilidade dos utilizadores. Explicou ainda que sempre que é detetado algum valor anormal, o próprio laboratório de análise comunica diretamente ao Delegado de Saúde que diligencia as medidas necessárias como sejam a interdição, até haver uma contra-análise. Mas o que é facto é que o próprio Laboratório precisa de algum tempo para testar

se realmente os valores estão ou não anormais. Acresce que os próprios nadadores-salvadores são alertados, pelo Delegado de Saúde, ao momento, informando os banhistas e hasteando a bandeira vermelha.

Referiu ainda que muitas vezes são os próprios surfistas que não cumprem com as regras. Mesmo perante o hastear da bandeira vermelha os surfistas, e as escolas de surf, não agem em conformidade indo contra aquilo que é a deliberação da Delegação de Saúde.

Logo segundo o nosso ponto de vista, aumentar a periodicidade não resolve a situação, A Autarquia publica e publicita os resultados, também em estreita colaboração com as unidades hoteleiras, naquela zona em particular, havendo total transparência quando acontecem situações de interdição.

Na segunda ronda usou da palavra o deputado Luís Raposo (PSD) que começou por congratular os executivos dos últimos anos pelo trabalho desenvolvido com base no dado reportado pelo edil, face aos dados sobre o saneamento básico no Concelho da Ribeira Grande em que se passa de 40% para de 90% de cobertura.

Concretiza a sua questão com um dos pontos colocado pelos peticionários referindo-se ao facto das descargas serem feitas maioritariamente no período da noite, bem como a possibilidade de construírem corredores ripícolas (caso que não é inédito), questionando a importância desta solução ser avaliada pela Câmara Municipal de modo a prever a viabilidade dessa solução.

Colocou ainda este deputado a questão das análises, em concreto se os seus resultados são ou não tornadas públicas, não obstante ter verificado logo na audição ao primeiro peticionário no site da autarquia que estas estavam divulgadas.

A sua terceira questão direcionou-se para a classificação de Ribeira Grande como Capital do Surf, nomeadamente com duas praias, sendo que pretende que o Presidente Alexandre Gaudêncio se pronuncie sobre as estratégias que têm vindo a ser desenvolvidas, e se as ocorrências verificadas poderão prejudicar a imagem de marca criada nos últimos anos.

A quarta questão colocada referiu-se às descargas feitas durante a madrugada, de que maneira é que se poderá fiscalizar de forma mais eficaz os eventuais infratores

No uso da palavra o deputado Carlos Silva (PS) questionou se tem existido articulação entre a Câmara Municipal e o Governo Regional, em particular com a Direção Regional do Ambiente, porque o problema é sobretudo ambiental. Perguntou sobre o número de denúncias que têm sido feitas e, se as mesmas são analisadas no sentido de aferir se há

uma maior sensibilização por parte da população. Pretendeu ainda clarificar a ação da inspetiva no sentido de atenuar ou mitigar, eventualmente, com a aplicação de contraordenações aos infratores os efeitos práticos perante as denúncias que são feitas, Em resposta ao deputado Luís Raposo o presidente da Autarquia da Ribeira Grande referiu considerar importante avaliar todas as soluções, e tal como já tinha mencionado junto dos peticionários, que lhe apresentaram essa possibilidade de solução – construção de corredores ripícolas em algumas zonas ribeirinhas do continente considerou ser importante proceder a essas experiências, que ainda não foram implementadas nos Açores segundo o seu conhecimento.

Em relação às análises, confirmou a disponibilização dos resultados online desde novembro de 2023, a pedido dos próprios peticionários, atualizados quinzenalmente. Informou que o Laboratório que faz as análises é completamente independente da autarquia, que apenas trabalha nesta área, nos Açores não havendo qualquer motivo para a sua descredibilização.

No que se refere à designação “Capital do Surf” foi uma aposta da sua autarquia, tendo registado essa marca em 2020. Há atualmente vários estabelecimentos hoteleiros, alojamentos locais, que já estão a adotar a marca Capital de Surf, sendo neste momento um dos principais pontos de referência da cidade da Ribeira Grande, importante por todos os efeitos multiplicadores que gera. Assumiu que todos os “ruídos” em torno da marca como sejam, a falta de qualidade das águas, a interdição da Praia, não são positivos, daí a importância dos avanços no que diz respeito ao saneamento básico e saúde pública no Concelho da Ribeira Grande.

Respondendo ao deputado ao Carlos Silva (PS referiu haver forte articulação com a GNR-ambiente, sempre que há visualmente alguma anomalia na Ribeira ou na Levada há atuação muitas vezes conjunta, atuando-se efetivamente ao nível das contraordenações. “Por isso a sua sugestão das expropriações não é descabida, devermos atuar juntos das dezasseis exploração junto das linhas de água, é um trabalho que se deverá fazer para construirmos soluções” - afirmou.

Voltou a sublinhar que considera que o verdadeiro problema da Praia do Mundo Verde já não será ao nível do saneamento básico, mas sim ao nível dos efluentes, descargas ilegais. Lembrou o projeto que permitirá a instalação de sensores ao longo da ribeira, permitindo o alerta, monitorização e atuação mais rápida e eficaz, mesmo em caso de cheia.

Da Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, ocorrida a 30 de maio de 2025 disponível em [Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática e do Inspetor Regional do Ambiente - Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”](#)

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Doutor Alonso Miguel esclareceu na sua intervenção inicial:

“A Praia de Monte Verde é, de facto, muito procurada para banhos, conhecida pela sua beleza natural e por apresentar condições ideais para desportos aquáticos.

Contudo, na realidade, ao longo dos anos têm sido verificados, com frequência, episódios relacionados com a qualidade da água balnear desta praia, que derivam essencialmente de escorrências de efluentes não tratados ao longo das linhas de água que desaguam nesta praia, em concreto, a Ribeira Grande e a Ribeira Seca, às quais acresce a Levada da Condessa.

Ainda assim, importa, desde logo esclarecer que, ao contrário do que é referido no texto da Petição, onde se afirma que “...a praia do Monte Verde não fez parte da Lista das águas balneares costeiras para o ano 2024...”, aquela água nunca foi identificada como água balnear costeira.

E a principal, ou talvez a única, razão pela qual a água não é identificada, tem a ver, precisamente, com os frequentes episódios de contaminação microbiológica, que obrigam, muitas vezes, à interdição daquela zona balnear, pelo Delegado de Saúde da Ribeira Grande.

De facto, sobre esta zona incidem 2 bacias hidrográficas, a da Ribeira Grande e a da Ribeira Seca, para além de uma bacia agregada, que, no seu conjunto, abrangem uma área muito considerável, de cerca de 34 km², que interceta várias freguesias (Santa Bárbara, Ribeira Seca, Conceição, Matriz, Ribeirinha, Porto Formoso, bem como Água de Pau, na Lagoa, e São Miguel, em Vila Franca do Campo) e que desaguam na Praia do Monte Verde, através de 3 cursos de água: Ribeira Seca, Ribeira Grande e Levada da Condessa.

No caso da Ribeira Grande, que alimenta também a Levada da Condessa, trata-se uma linha de água que apresenta um caudal permanente ao longo de todo o ano, ao contrário da maioria das linhas de água do arquipélago, caracterizadas por regimes pluviométricos torrenciais.

Ora, a origem do problema está bem identificada, e prende-se com focos de poluição, difusa ou localizada, resultantes de descargas de águas residuais, quer urbanas, quer pecuárias, para as linhas de água, e que acabam por ser transportadas e impactar o meio marinho costeiro e, em concreto, a qualidade da água da Praia de Monte Verde.

Do ponto de vista do enquadramento jurídico, esta matéria rege-se pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro, que fixa o regime jurídico da recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas na Região Autónoma dos Açores, e que tem como objetivo proteger o ambiente dos efeitos das descargas de águas residuais e da deposição de lamas de depuração.

No caso das águas residuais urbanas, este diploma obriga à instalação, em todos os prédios a construir, remodelar ou ampliar, de sistemas prediais de drenagem de águas residuais, terminando no extremo do ramal de ligação no ponto em que este se liga à rede pública de coletores ou, quando não tenha ligação à rede pública, no ponto de rejeição final do efluente.

A instalação desses sistemas é da responsabilidade dos proprietários ou usufrutuários, não sendo permitida a celebração de um contrato de abastecimento de água para consumo humano sem que esteja licenciado o correspondente sistema predial de drenagem de águas residuais e de rejeição de efluentes, sendo que o licenciamento dos sistemas prediais é feito pelas câmaras municipais.

Por outro lado, há que atender, também, à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, a qual transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água, e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas.

Deste modo, as atividades que tenham um impacte significativo no estado das águas só podem, ao abrigo do princípio da precaução e da prevenção, ser desenvolvidas com a atribuição de título de utilização.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o Regime de utilização dos recursos hídricos, carecem de licença prévia as utilizações privativas dos recursos hídricos referidas na Lei da Água.

Neste diploma são definidas as contraordenações ambientais relativas às infrações em matéria de recursos hídricos. São, entre outras, contraordenações ambientais muito graves, punidas com coimas que vão desde € 10 000 a € 100 000, em caso de negligência,

e de € 20 000 a € 200 000, em caso de dolo, para as pessoas singulares, as seguintes situações:

- A utilização dos recursos hídricos sem o respetivo título;
- O incumprimento das obrigações impostas pelo respetivo título;
- Lançar, depositar ou, por qualquer outra forma direta ou indireta, introduzir nas águas superficiais, subterrâneas ou nos terrenos englobados nos recursos hídricos qualquer substância ou produto sólido, líquido ou gasoso potencialmente poluente;
- Rejeição de águas degradadas diretamente para o sistema de disposição de águas residuais, para a água ou para o solo, sem qualquer tipo de mecanismos que assegurem a depuração destas.

No que se refere às águas residuais urbanas, no município da Ribeira Grande, os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais em baixa e em alta são suportados e geridos diretamente pela autarquia.

De facto, nos últimos anos a Câmara da Ribeira Grande tem feito um investimento muito significativo na implementação de uma infraestrutura de saneamento para dar resposta às necessidades dos aglomerados urbanos que constituem o centro da cidade, que levou a que se tenha tornado num dos municípios com maior cobertura em termos de acesso às redes de drenagem e tratamento, cerca de 68%, conforme apurado no PGRH2022-2027.

Neste momento a Ribeira Grande dispõe de duas ETAR com tratamento secundário, a da Maia e a da Lomba da Maia, que servem cerca de 3 400 habitantes, outra com tratamento terciário, a ETAR Rabo de Peixe, que serve 7 135 habitantes, para além de 38 Fossas Sépticas Coletivas, com tratamento primário, que servem cerca de 11.800 habitantes (41 pontos de rejeição de AR).

Tendo em conta estes investimentos, seria expetável que o problema das descargas de águas residuais urbanas na cidade da Ribeira Grande e freguesias limítrofes estivesse resolvido.

No entanto, persiste um problema que é difícil de solucionar, pois, se por um lado a criação das infraestruturas é um passo importante para a melhoria das condições de saneamento do município, e conseqüentemente da praia do Monte Verde, a verdade é que ainda há um caminho a percorrer no que à taxa de ligação diz respeito, pelo que será preciso que a Autarquia se continue a empenhar em estratégias que levem à redução

do edificado não ligado às redes disponibilizadas, sendo certo que, como referi, essa responsabilidade cabe, em primeira instância, aos proprietários.

Também não se poderá desconsiderar que, ao longo de décadas, a ocupação do território foi efetuada tendo por base a disponibilidade de recursos, nomeadamente o acesso à água, pelo que muitos dos aglomerados, se dispõem ao longo dos traçados das linhas de água.

Esta ocupação impacta seriamente a dinâmica dos cursos de água, a qualidade da água e a biodiversidade, tendo levado quase a uma total ausência de galerias ripícolas nas zonas ribeirinhas junto dos aglomerados.

E, como é lógico, com esta disposição, se as habitações não estiverem ligadas às redes, há uma grande probabilidade de haver descargas para as linhas de água.

Ainda assim, é importante dizer que existem casos em que as habitações já possuem unidades de tratamento primário, nomeadamente fossa séptica e sumidouro, pelo que, apesar de não ligadas à rede de saneamento básico, encontram-se em cumprimento.

Apesar de a competência de gestão e manutenção dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas caber às Câmaras Municipais, importa referir que a Inspeção Regional do Ambiente não registou qualquer denúncia relativamente a descargas de água residuais urbanas nesta zona.

Mas, no que se refere a descargas de efluentes pecuários, o cenário é completamente diferente, atendendo a que uma parte significativa das bacias hidrográficas que desaguam na praia do monte verde é ocupada por pastagem e atividade pecuária.

Ao longo dos anos verificou-se um conjunto de denúncias, autos de notícia e contraordenações, referentes a descargas ilegais de efluentes pecuários não tratados.

E, por isso, é importante que haja uma atuação rigorosa por parte do departamento do governo regional com competência em matéria de agricultura, para o cumprimento no estipulado no Regime Jurídico do Licenciamento das Explorações Agrícolas, no que concerne às condições a que devem obedecer as infraestruturas de contenção e cura dos efluentes pecuários, bem como ao seu correto dimensionamento, para que estes tipos de situações sejam minimizados ou eliminados.

E, portanto, enquanto, estes problemas não forem solucionados, eliminando ou reduzindo as fontes de poluição, dificilmente se conseguirá melhorar a qualidade da água da Praia de Monte Verde, sendo que a estes aspetos se soma outro, de origem natural, que se prende com o desaguar das 2 linhas de água na zona balnear, uma delas, como

referi, de caudal permanente, o que gera um efeito de diluição da água salgada, que reduz a salinidade, favorecendo, assim, a proliferação de microrganismos.

Em relação à atividade da Inspeção Regional do Ambiente, permitam-me destacar alguns aspetos importantes.

Desde o momento em que este Governo tomou posse, uma das primeiras diligências da Inspeção Regional do Ambiente, foi a realização de um levantamento estatístico exaustivo sobre as principais fontes de poluição ambiental nos Açores, desagregado por ilha, por ano, por tipologia de fonte de poluição, e por ato resultante, ou seja, denúncias, autos de notícia levantados ou processos de contraordenação, de modo a obter um quadro geral sobre esta matéria no passado.

A partir desse momento, a IRA tem tido uma atividade bastante intensa e rigorosa, quer do ponto de vista da fiscalização preventiva, quer em resposta a denúncias.

Só no ano de 2024, foram realizadas 146 inspeções ambientais nos Açores, 18% das quais na ilha de São Miguel, tendo sido recebidas 138 denúncias ambientais, das quais cerca de 6% relativas a descargas de águas residuais.

No total, em 2024, foram levantados 240 autos de notícia, com cerca de 35% de incidência na ilha de São Miguel, sendo a maioria dos casos relacionados com resíduos, mas com 8% das situações correspondendo a situação relacionadas com águas residuais.

Nesse mesmo ano, foram decididos pela IRA 178 processos de contraordenação, alguns dos quais referentes a ocorrência de anos anteriores, dos quais 40% em São Miguel, sendo que desses 178 processos de contraordenação, 73% culminaram em decisões de aplicação de coima e sanções acessórias.

No que se refere a ocorrências dentro das bacias hidrográficas que desaguam na Praia do Monte Verde, dos registos disponíveis desde a criação da IRA, verificaram-se 8 denúncias e 7 Autos de Notícia, relacionados com abandono de resíduos e, sobretudo, com descargas de efluentes pecuários nas linhas de água, dos quais resultaram 6 processos de contraordenação.

Desses 6 processos de contraordenação:

- foram instaurados 2 processos por descargas de efluentes pecuários, com decisão de coima suspensa e sanção acessória de implementação de medidas adequadas à prevenção dos danos, como o esvaziamento das nitreiras com maior frequência;
- 2 processos por descargas de efluentes pecuários foram remetidos ao Ministério Público, por configurarem crime de poluição;

- E os restantes 2 processos foram arquivados, atendendo a que os autos não incluíram factos ou elementos de prova relativamente à origem da descarga das águas, que permitissem contraordenação.

Como referi anteriormente, poderão existir também situações de descargas de águas residuais urbanas nesta zona, provenientes de sistemas prediais, cuja competência recai sobre a Câmara Municipal, sendo que a IRA não teve participação em nenhum processo desta natureza.

E, portanto, são estes os dados, que tinha para partilhar, em relação à atividade fiscalizadora da IRA, nesta zona.

No entanto, a atividade da IRA tem sido muito mais abrangente e proativa, desde logo no que se refere à formação.

Por exemplo, em 2024, a SRAAC, através da IRA, promoveu uma ação de formação direcionada especificamente aos Inspectores do Ambiente e aos Vigilantes da Natureza, que teve como objetivos melhorar as técnicas de abordagem, diálogo e objetividade nos atos inspetivos e promover a uniformização de procedimentos.

Permitam-me, também, referir que tem sido feito um esforço para reforçar os meios à disposição da IRA e dos Vigilantes da Natureza, quer do ponto de vista dos equipamentos, quer do ponto de vista dos recursos humanos. Dou nota de que no ano passado, foram contratados 12 novos Vigilantes da Natureza.

Por outro lado, numa ótica pedagógica e preventiva, ao longo do ano de 2023, a SRAAC, através da Inspeção Regional do Ambiente, em colaboração com a Federação Agrícola dos Açores e com a participação da GNR, promoveu, de modo inédito, um ciclo de sessões de informação, esclarecimento e sensibilização ambiental direcionadas ao setor agropecuário.

As sessões decorreram em todos os concelhos dos Açores, com exceção de Angra e Praia, na Terceira, onde seria feito o encerramento, que acabou por não acontecer, devido à dissolução do Parlamento.

Os principais objetivos destas sessões eram melhorar o desempenho ambiental das explorações pecuárias, minimizar a poluição dos solos e dos recursos hídricos e contribuir para o bem-estar das populações, abordando questões relevantes, como os maus cheiros com origem nas explorações ou na valorização orgânica de efluentes pecuários, as descargas ou escorrências de efluentes pecuários para as linhas de água e vias públicas, assim como, o abandono de resíduos agrícolas e a aplicação inadequada de produtos

fitofarmacêuticos. E, portanto, esta Secretaria e a IRA, continuarão empenhadas nesta missão, apostando numa ação preventiva e pedagógica, mas também numa atuação fiscalizadora rigorosa.”

No âmbito da 1.ª ronda foi dada a palavra ao deputado Russell Sousa (PS) que colocou a seguinte questão: “tendo o Sr. Secretário referido processos de contraordenação, na área geográfica da Praia de Monte Verde pergunto se há reincidentes?”

O Secretário Regional respondeu não se verificarem reincidências nas seis contraordenações existentes.

Continuando no uso da palavra o deputado Russell Sousa (PS), colocou uma segunda questão, referente à criação de zonas tampão, para proteção das linhas de água das descargas de efluentes abordadas na Petição, medida que poderá passar pelas expropriações de terrenos. Na audição do Presidente da Câmara da Ribeira Grande, foram referidas as expropriações como possibilidade para colmatar a poluição, este revelou-se favorável. Contudo, afirmou que nunca poderia ser uma medida apenas suportada pela autarquia, teria de ter o envolvimento do Governo Regional. Assim questionou: “o Governo está disponível para a criação destas zonas tampão?”

O Secretário Regional respondeu que essa deverá ser a última opção, porque há ainda um longo caminho a fazer. Há que cumprir, e fazer cumprir, a legislação referente ao licenciamento das explorações agrícolas, a Lei da Água, a Legislação de Águas Residuais, a conexão de águas residuais urbanas às redes de drenagem (um trabalho que passa pela ação dos privados, mas também de abordagem da própria autarquia), associado ao reforço da fiscalização, por parte das entidades competentes. Concluiu, referindo que o caso em análise deverá ser considerado num contexto mais abrangente – o de uma Região onde existem 700 bacias hidrográficas e 7000 Km de linhas de água. Logo, numa perspetiva de investimentos quer da(s) autarquia (s) e / ou do Governo esta seria uma solução de investimentos consideráveis, como tal não deverá ser colocada como solução primeira, sem que antes muito caminho não se tenha percorrido, como aliás, se tem vindo a fazer.

Ainda nesta ronda foi dada a palavra ao deputado Jaime Vieira (PSD) que, na introdução das duas questões colocadas, sublinhou a importância da Praia do Monte Verde para o concelho da Ribeira Grande, o concelho mais jovem do país, ao que se associa a importância do Surf, merecendo por isso todos os esforços para se encontrar uma solução de qualidade, dirigiu-se ao Sr. Secretário perguntando:

- Sente que tem havido melhorias resultantes da ação da Câmara Municipal da Ribeira Grande, nomeadamente ao nível do saneamento básico?

- Qual é a causa da poluição/ contaminação verificada de mais difícil resolução?

Respondendo, o Secretário Regional disse que tem sido feito um percurso importante na consciencialização e sensibilização ambiental junto da população quer pela autarquia, pelo Governo e no caso pela Secretaria regional do Ambiente e Ação climática. Exemplificou com as atividades escolares que têm abrangido um número crescente de alunos, bem com a sensibilização de outras faixas etárias, como o ciclo de ações destinadas ao setor agropecuário, em parceria com a Federação Agrícola dos Açores, um trabalho realizado pela primeira vez, que demonstrou uma grande adesão, tendo permitido o esclarecimento dos participantes sobre várias matérias. Alertou para que este é um tipo de trabalho contínuo.

Relativamente ao tratamento das águas residuais urbanas, referiu que tem envolvido um investimento avultado, com resultados evidentes, como demonstrado pela cobertura de 68% das Águas Residuais Urbanas. Mencionou a importância da ETAR de Rabo de Peixe como significativa para estes resultados.

Quanto à segunda questão afirmou que o planeamento, ou a falta dele, nomeadamente no que diz respeito a construções na proximidade das linhas de água, criando muitas vezes situação de risco. Apesar de se estar a criar um sistema de drenagem é importante a conexão das habitações, embora não haja muitas denúncias a esse nível, já que estas se referem maioritariamente a explorações agrícolas. Para que essas resultem em melhorias é importante a qualidade da instrução do auto, para correta identificação do infrator, evidenciou a ação da GNR e da IRA. Acrescentou que o facto de existirem duas linhas de água a desaguardem na Paria de Monte Verde (Ribeira Grande e Levada da Condessa) fomenta uma maior suscetibilidade á contaminação. É por isso fundamental resolver os focos de poluição difusa numa atitude de equilíbrio entre atividades económicas (atividades agropecuárias) e saúde humana, sendo esse o verdadeiro desígnio.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 9/XIII/1.ª a Comissão de Assuntos Parlamentares,

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

2. As pretensões dos peticionários têm origem na importância económica, ambiental, social e turística da Praia do Monte Verde, da Ribeira Seca, da Ribeira Grande e da Levada da Condessa, a presente Petição pretende:

2.1. Eliminar de forma definitiva os efluentes que são lançados nas ribeiras Grande e Seca e na Levada da Condessa;

2.2. Penalizar severamente todos os prevaricadores, de modo a impedir que reincidam nas suas CONDUCTAS antissociais e anti ambientais, que muito prejudicam a notoriedade da praia, tanto a nível interno, como externo;

2.3. Classificar a Levada da Condessa como património municipal;

2.4. Proceder a uma fiscalização diária de toda a área, bem como fazer análises semanais e credíveis às águas e divulgá-las junto da comunidade ribeira-grandense;

2.5. Obrigar a instalação de um 'corredor ripário' de plantas (indígenas, se possível, mas não forçosamente) nas áreas limítrofes das zonas sensíveis;

2.6. Em caso extremo, proceder à aquisição e à florestação de zonas sensíveis

2.7. Criar uma comissão multidisciplinar composta por membros da autarquia, governo, associações ambientalistas, associações agrícolas, utilizadores da praia (surfistas), proprietários de restaurantes, guias de turismo para acompanhamento dos trabalhos de concretização das medidas a implementar pelas várias entidades.

3. No âmbito da audição realizada, o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande manifestou concordância com os objetivos ambientais expressos na Petição em apreciação, sublinhando a importância da valorização e proteção da zona costeira da cidade, nomeadamente das praias do Monte Verde e de Santa Bárbara. Esclareceu que a Unidade de Execução referida na Petição se encontra aprovada desde 2 de outubro de 2023, após um processo de cerca de três anos, não tendo sido registada, à data, participação dos peticionantes em sede de discussão pública. Destacou o conjunto de investimentos realizados desde 2013 na requalificação daquela zona, salientando a alteração do projeto inicialmente previsto para uma estação de tratamento de águas

residuais (ETAR) no Monte Verde, em benefício de uma solução alternativa com encaminhamento dos efluentes para a ETAR de Rabo de Peixe, a cerca de 5 km, obra concluída e em funcionamento, com um investimento aproximado de 3 milhões de euros, parcialmente financiado por fundos comunitários. Informou ainda sobre a execução da Frente Mar, inserida na mesma Unidade de Execução, referindo a aquisição e demolição de mais de 50 imóveis por via de investimento exclusivamente municipal. Acrescentou que, relativamente à segunda fase do projeto, um concurso público foi anulado por decisão judicial, estando previsto o seu relançamento ainda durante o presente mês. Relativamente à monitorização da qualidade da água balnear, informou que, desde novembro do ano transato, são realizadas análises quinzenais com divulgação pública dos resultados. No decurso da época balnear de 2024, das 39 análises efetuadas na Praia de Monte Verde, quatro registaram valores acima dos parâmetros, determinando a interdição temporária da zona nascente por aproximadamente 30 dias, mantendo-se a zona poente sem registo de não conformidades. Referiu, ainda, a aprovação de uma candidatura ao PRR, no montante de 2 milhões de euros, destinada à aquisição de equipamento para deteção e notificação automática de descargas ilegais na Ribeira Grande. Identificou 16 explorações agrícolas situadas junto a linhas de água, atualmente em fase de fiscalização e eventual regularização.

O Presidente da Câmara concluiu destacando o esforço contínuo da autarquia na requalificação e valorização daquela frente marítima.

4. A Associação de Nadadores-Salvadores evidenciou o protocolo do Município para salvaguardar a zona da Praia do Monte Verde, que é vigiada numa faixa correspondente a 100m. Reconhece que município da Ribeira Grande tem um reforço muito grande em que todas as praias do Concelho da Costa Norte, sendo praticamente todas vigiadas. Mesmo as praias que não são homologadas, são vigiadas aos fins de semana e aos feriados. Desta forma podemos afirmar que praticamente todas as praias da Costa Norte são vigiadas. Fora da época balnear, existe um período sem vigilância, no qual infelizmente acontecem algumas ocorrências. Assim na sua opinião devia passar a existir vigilância todo o ano. Os dados estatísticos têm mostrado uma diminuição do pré-socorro. Os resultados também têm a ver com a crescente qualidade do trabalho dos nadadores-salvadores que integram a equipa, com o reforço do número de nadadores-

salvadores que o município tem feito, associado aos meios motores existentes, fazendo com que a comunidade se possa sentir mais segura nas praias da Costa Norte.

5. Na audição realizada, o Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas, esclareceu que as competências da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, através da Direção Regional de Políticas Marítimas, são limitadas à faixa costeira até cerca de 50 metros da linha média de baixa-mar, não abrangendo, por isso, áreas interiores onde decorrem alguns dos problemas identificados na Petição em apreciação. Clarificou que as águas da Praia do Monte Verde nunca foram classificadas como águas balneares costeiras. No âmbito das suas atribuições, a Direção Regional de Políticas Marítimas procede à monitorização da qualidade da água balnear através de recolha periódica de amostras, que permitem classificar a água como “com qualidade” ou “sem qualidade”. Informou que, no ano de 2023, a Praia do Monte Verde foi objeto de interdição devido à não conformidade dos resultados analíticos com os parâmetros exigidos. Relativamente à problemática dos efluentes, que, sendo de origem agrícola, doméstica e industrial a responsabilidade em matéria de fiscalização recai maioritariamente sobre a autarquia e os serviços governamentais competentes da área do ambiente.

6. A Amigos dos Açores - Associação Ecológica, referiu que a problemática da Praia do Monte Verde tem sido acompanhada há décadas, salientando a necessidade de uma intervenção integrada de valorização ambiental, social e económica de toda a zona, não apenas do areal, mas também das linhas de água adjacentes — Ribeira Grande, Ribeira Seca e Vala da Condessa — cuja gestão envolve competências partilhadas entre a região e o município. Destacou a importância de um plano de intervenção que integre aspetos ambientais, culturais e patrimoniais, nomeadamente a preservação dos antigos moinhos, e defendeu o reforço da fiscalização das descargas e a adoção de medidas preventivas a montante, designadamente no setor agrícola, para mitigar as pressões sobre a qualidade da água. Considerou ainda relevante o trabalho junto da população no sentido da sensibilização do contributo individual para o bem comum nomeadamente a saúde pública.

7. A Associação para a Promoção Ambiental dos Açores, esclareceu que a Associação não subscreveu a Petição embora, partilhe muitas das suas preocupações, considerando que a temática envolve competências de diferentes níveis institucionais. Defendeu a preservação da configuração natural da Praia do Monte Verde, opondo-se a intervenções de enrocamento ou artificialização da orla costeira, e subscreveu a necessidade de

eliminar efluentes das linhas de água, reforçando a fiscalização e monitorização, apesar das limitações operacionais existentes, nomeadamente ao nível dos recursos da GNR. Apresentou propostas adicionais de intervenção ao nível da drenagem de caminhos agrícolas e da criação de superfícies de retenção de água, em resposta às alterações climáticas. Defendeu ainda a valorização patrimonial da Levada da Condessa, dos moinhos históricos e do Aqueduto das Freiras, propondo a sua classificação como património municipal ou regional. Relativamente à criação de comissões multidisciplinares, considerou que estas devem ter carácter consultivo, cabendo aos órgãos eleitos as decisões executivas.

8. O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Doutor Alonso Miguel, esclareceu que a qualidade da água na Praia do Monte Verde tem sido afetada por descargas de efluentes não tratados provenientes das bacias hidrográficas da Ribeira Grande, Ribeira Seca e Levada da Condessa. Referiu que esta zona nunca foi classificada como água balnear costeira devido à frequência de episódios de contaminação. Sobre o enquadrando juridicamente da matéria, invocou o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro (recolha e tratamento de águas residuais urbanas nos Açores), a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), e o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio (Regime de utilização dos recursos hídricos), sublinhando as obrigações de licenciamento e as sanções previstas para situações de descarga ilegal de efluentes. Referiu o investimento significativo da Câmara Municipal da Ribeira Grande na rede de saneamento urbano, com cobertura de cerca de 68% da população, reconhecendo, contudo, que subsiste um défice de ligações às redes disponíveis, da responsabilidade dos proprietários. Destacou igualmente a pressão exercida pela ocupação urbana junto das linhas de água e a sua influência na poluição difusa. No domínio da fiscalização, reportou que, desde a criação da Inspeção Regional do Ambiente (IRA), foram registadas oito denúncias e sete autos de notícia na bacia da Praia do Monte Verde, essencialmente por descargas de efluentes pecuários, resultando em seis processos de contraordenação — dois dos quais remetidos ao Ministério Público por indícios de crime de poluição. Destacou ainda a atividade proativa da IRA, com 146 inspeções em 2024 (18% em São Miguel) e 178 processos de contraordenação decididos, bem como a realização de ações de formação dirigidas a inspetores e vigilantes da natureza e sessões de sensibilização ambiental ao setor agropecuário, em articulação com a Federação Agrícola e a GNR, no quadro de uma estratégia preventiva e pedagógica.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Ponta Delgada, 27 de junho de 2025

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Paulo Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Paulo Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de endereçar um agradecimento a todos os peticionários, subscritores deste documento, representados pelo Sr. Mário Fernando Moura e também a todos os que participaram neste debate e que, através deste exercício de participação cívica, nos trouxeram esta questão que afeta a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande e nos apresentaram algumas das possíveis causas, inclusivamente, diversas ideias de soluções.

Trata-se de uma questão de elevada relevância, não apenas pela importância económica e turística dessas zonas balneares, mas também pela necessidade premente da preservação ambiental e até também da saúde pública, dada a recorrente contaminação das águas por agentes infecciosos. Tal situação representa um obstáculo significativo ao seu desenvolvimento e aproveitamento pleno, com consequências negativas para a economia Ribeiragrandense.

Portanto, esperamos que sinceramente esta matéria mereça a devida atenção por parte do Governo Regional e também das entidades competentes, — as entidades locais — e que num futuro próximo se torne possível mitigar os problemas identificados.

É fundamental que essas praias possam não só ser seguras para os seus utilizadores, mas também verdadeiros motores económicos e de desenvolvimento social do Concelho da Ribeira Grande e dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM saúda esta petição e os seus primeiros subscritores — Mário Moura, Ricardo Cabral e Pedro Arruda — pelo contributo sério e responsável que trouxeram a este Parlamento. Não se limitaram a denunciar: apresentaram propostas.

A Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa enfrentam um problema ambiental grave. A origem está identificada: descargas pecuárias, ligações ilegais e ausência de ligação ao saneamento básico.

O Governo reconheceu a gravidade da situação, com 68 % da rede construída, o desafio está em ligar as habitações, proteger a linha de água e aplicar a lei.

Em 2024, a Inspeção Regional do Ambiente realizou 146 fiscalizações, com seis contraordenações nesta bacia. Dois casos foram enviados ao Ministério Público.

Não se parte do zero: há trabalho feito e em curso, mas a resposta tem de continuar com rigor e compromisso.

O PPM tem na sua identidade a defesa do ambiente, valoriza, por isso, esta petição como expressão de cidadania ativa e respeito pelo território. Como disse o primeiro subscritor, Mário Moura: “Não queremos apenas preservar a paisagem — queremos devolver-lhe vida.”

Cabe-nos corresponder a esse apelo.

Disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta petição surge em boa hora, é, de facto, um importante contributo que é dado pelos peticionários, em particular pelo Sr. Mário Moura, Pedro Arruda e Ricardo Cabral, que conforme já aqui foi referido, mais do que denunciar ou diagnosticar um problema que se arrasta há muitos anos, infelizmente, também apresentaram soluções concretas e por isso, saúdo, obviamente os contributos que foram apresentados e o facto de também terem permitido novamente a discussão de uma matéria que é bastante importante para a Ribeira Grande. É um problema que persiste ao longo dos anos e que não tem sido possível resolver, apesar de alguns investimentos que têm sido feitos.

E este problema da contaminação da Praia do Monte Verde tem origem em pelo menos três fontes de contaminação: a industrial, local de uso domésticos, mas também de explorações agrícolas, conforme foi amplamente debatido na Comissão e conforme também é de conhecimento público.

E a verdade é que não é admissível que persista hoje em dia esse tipo de contaminação, pelos danos que provoca na reputação da Ribeira Grande, na utilização de uma praia que é muito frequentada pelos surfistas e também pelas questões de saúde pública e, portanto, não é admissível que o problema persista ao longo de tantos anos. É fundamental que todos possam contribuir, dentro daquelas que são as suas competências, para a resolução deste problema.

E a verdade é que o Partido Socialista também, quer na vereação, tem apresentado propostas concretas que permitem resolver o problema identificado, em particular no que diz respeito à ligação entre algumas moradias e o saneamento básico, e, é bom lembrar que a candidata do Partido Socialista, Lurdes Alfinete, em 2023 e em proposta apresentada na Câmara Municipal, na vereação, apresentou uma proposta, um

mecanismo de incentivo financeiro exatamente porque permite acelerar o processo de ligação à rede e evitar a contaminação para a Ribeira.

Esta é uma proposta relevante e que nós entendemos que se a candidatura do Partido Socialista sair vencedora, terá um impulso mais rápido na resolução de um problema que se arrasta há décadas e que é uma proposta, tal como é apresentada pelos peticionários, relevante na resolução do problema, que é de todos e nós acreditamos, sim, que Lurdes Alfinete vai conseguir de facto resolver este problema.

E sabemos que mais do que falar do problema, foram apresentadas soluções concretas e este é mais um bom exemplo, coisa que alguns provavelmente não conseguem fazer, alguns candidatos não conseguem apresentar a sua visão para a resolução do problema, e, conforme referi...

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor é candidato a alguma coisa?

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... o Partido Socialista já apresentou propostas concretas para a resolução do problema e nós contamos que consiga em curto espaço de tempo executar as propostas que apresentou em benefício claramente dos açorianos, mas também especialmente da Ribeira Grande, porque não basta dizer que a Ribeira Grande é a “Capital do Surf”, é preciso ser coerente e fazer os investimentos que garantam exatamente a dignidade e a segurança pública e a saúde pública deste tipo de locais.

Em outubro de 2022, o Presidente da Autarquia da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, dizia, no âmbito da apresentação de uma iniciativa para a construção do intercetor que permitia canalizar as águas da ETAR para a ETAR de Rabo do Peixe, num investimento superior a dois milhões de euros, dizia que este investimento iria resolver o problema da contaminação nas zonas costeiras.

Nesta cerimónia, onde estava também o atual Deputado Jaime Vieira, foi prometido que este investimento iria e cito: “resolver o problema das águas residuais e da contaminação ao longo da orla costeira”. A verdade é que, apesar de terem sido gastos mais de dois milhões de euros, o problema persiste e não foi resolvido.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E é por essa razão que nós estamos aqui hoje a debater um problema que se arrasta há muitos anos e passou por vários executivos, incluindo um executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal e, portanto, isso não é ignorado e é reconhecido, mas falar do passado não resolve o problema, como é óbvio.

E, conforme é apresentado pelos peticionários entre algumas das medidas que foram debatidas em Comissão, uma delas tem a ver com o reforço das ações de fiscalização e também é proposto que as análises sejam feitas com maior frequência, é também apresentado como contributo o reforço das sanções de forma a garantir que quem prevarica e quem reincide nestas prevaricações seja punido por este facto e não contribui para o agudizar do problema.

É também proposto e parece-nos que é uma proposta bastante válida que, em casos extremos e não sendo possível haver acordo com os proprietários dos terrenos onde funcionam as explorações agrícolas, que fazem a descarga dos efluentes para as ribeiras, que possa haver uma concertação e, é aqui que o papel do Governo Regional também é importante, na aquisição desses terrenos ou na expropriação não havendo acordo, para que permita de uma vez por todas evitar que essa contaminação continue. Já no passado foram feitos investimentos deste tipo — na aquisição de terrenos para evitar, por exemplo, que lagoas fossem contaminadas — no caso das Furnas — e, portanto, parece-nos que, se há efetivamente um empenho de todos na resolução do problema e assumindo que a autarquia da Ribeira Grande não consegue sozinha resolver, porque também implica um investimento elevado, era importante que o Governo Regional, por essa via, também fizesse parte dessa solução, conforme é proposto pelos peticionários, seja numa comissão multidisciplinar, seja numa estrutura

de missão, o importante é que se seja mais rápido e mais eficaz na resolução do problema.

E é também referido no relatório e foi reconhecido pelo Sr. Secretário Regional das Alterações Climáticas, que um dos principais problemas da contaminação resulta exatamente da questão das explorações agrícolas que fazem a descarga dos efluentes para as ribeiras, e, isso deveria de merecer da parte do Governo Regional e do titular da pasta da Agricultura um maior empenho, exatamente porque o licenciamento destas explorações é feito pelo Governo, direta ou indiretamente e, portanto, que era importante que esse licenciamento fosse mais rigoroso ou pelo menos que a fiscalização sobre essas explorações fosse mais efetiva, porque é dito e consta no relatório e passo a citar que: “é importante que haja uma atuação rigorosa por parte do departamento do Governo Regional com competência em matéria da agricultura, para o cumprimento no estipulado no regime jurídico do licenciamento das explorações agrícolas no que concerne às condições que devem obedecer às infraestruturas de contenção e cura dos efluentes pecuários, bem como o seu correto dimensionamento para que estes tipos de situações sejam minimizadas ou eliminados”.

É verdade que o Sr. Secretário da Agricultura não foi ouvido em Comissão, não foi proposto por nenhum dos partidos, mas há claramente aqui uma recomendação de um colega seu de Governo a dizer que — o Departamento da Agricultura também tem que fazer algo mais para a resolução deste problema, eu não sei se isso é um passa culpas, mas a verdade é que o Governo Regional é um só e também deve ser parte ativa da solução.

Conforme também é referido, o Partido Socialista também apresentou em tempos, em 2023, uma proposta, um mecanismo de apoio financeiro e de incentivo à participação das obras de ligação das moradias à rede pública, de saneamento, isso foi proposto pela candidata Lurdes Alfinete...

Deputada Délia Melo (PSD): Isto é que é forte campanha!

Deputado Paulo Chaves (PSD): Já resvalou!

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ...e isso também é referido...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar se faz favor.

O Orador: ...é referido pelo Sr. Secretário das Alterações Climáticas, como um importante contributo para a resolução.

E para terminar, Sr. Presidente, referir que o diagnóstico está feito falta efetivamente maior rapidez, maior celeridade na resolução do problema e isso implica o envolvimento...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Quero agradecer a todos os peticionários por darem a oportunidade e dar a voz a este problema que tem bastantes anos e com muitas ideias e soluções, mas que a vontade política tem sido muito pouca, seja do passado com o Governo do PS e Câmara do PS, seja no presente, com o Governo do PSD e Câmara do PSD. E isto é um problema, isto não é um *problemazinho*; isto é um crime ambiental e um atentado à saúde pública de todas as pessoas, de quem nos visita e quem vive na Ribeira Grande.

Há bastantes anos que isto acontece e nada mudou na Ribeira Grande. O problema, não é só na praia do Monte Verde, mas é de toda a ribeira a montante até jusante que tem este problema grave, dois, alias.

E, fico surpreendido ao ouvir na Comissão alguém do Governo dizer que tem que coexistir um equilíbrio entre a agricultura e a saúde pública. Isto é grave, é bastante grave e tem que ser tratado rapidamente. Eu não vou dar a culpa aos agricultores, eu vou dar a culpa a quem fiscaliza os agricultores e, neste caso também não quero expropriar, isso, para mim, é radical demais, também não vou aqui mostrar se sou ou não candidato pela Ribeira Grande também não serve o propósito de todos os Ribeiragrandense.

Este é um problema que se calhar temos que dar uma educação aos agricultores que estão no aflente para que não haja este tipo de contaminação e há oportunidades, há ferramentas para serem feitas e daí peço ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, que não teve, obviamente, em Comissão, mas que ouça e tenha o cuidado, juntamente também com a Câmara Municipal, que se há soluções e se nós podemos travar que se faça o mais rapidamente possível, porque já é bastante drástico. E há muitas denúncias que são feitas e nomeadamente até pessoas da Ribeira Grande, que estão na zona do centro, porque isto passa pela Câmara Municipal, às vezes o odor é tão pujante que faz confusão, há crianças que têm alergia cutâneas porque vão à praia do Monte Verde e alguns ATL, aliás, o meu próprio filho teve uma alergia relativamente a isso, porque as análises são feitas de forma periódica, mas não são feitas, provavelmente na rapidez ou com a celeridade que nós necessitávamos que seja, aliás, foi interdito a 28 de junho, novamente, está a ser bastante grave para a Ribeira Grande e nada está a ser feito.

Por isso eu peço ao Governo e peço também à Câmara Municipal e ao próximo Presidente de Câmara da Ribeira Grande que se faça isto com uma prioridade máxima, porque, eu tenho Ribeiragrandenses que vêm ter comigo para eu fazer denúncia, eu faço denúncia depois, as autoridades é o passa culpas para a Câmara Municipal, a Câmara Municipal diz que é que é da Secretaria, seja da Agricultura ou do Ambiente e

andamos aqui, quem é o responsável? Mas depois ninguém faz absolutamente nada. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, a análise desta petição por lamentar a atitude do Partido Socialista na pessoa do Sr. Deputado Carlos Silva, por aproveitar esta petição, que é de um ato nobre, de um serviço público de participação cívica nesta Casa, para fazer campanha eleitoral.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Um verdadeiro desrespeito pelos peticionários, pela Ribeira Grande, o que prova que o PS não serve a Ribeira Grande, muito menos conhece a realidade do concelho.

Queria também começar esta minha análise por esclarecer o Deputado do PAN, que numa daquelas que foi a proposta do PSD em sede de Comissão de visitar o local, o próprio peticionário esclareceu que tem sido feito um caminho junto dos produtores de formação no que toca à consciencialização para este problema e que e que as análises têm sido feitas de 15 em 15 dias e os resultados são públicos, estão publicados no *site* da Câmara.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, discutimos uma causa que naturalmente transcende todo o quadrante político, todas as

bandeiras partidárias, o que nos convoca a todos a um desafio pela justiça e pela dimensão ambiental que urge junto desta petição.

Por isso, o PSD e todo o Grupo Parlamentar reconhece os objetivos desta petição, o documento é claro e estamos perante um problema que se arrasta há demasiado tempo, com impactos diretos no que toca ao ambiente, mas também no potencial turístico que aquela zona, a zona do Monte Verde, tem na Costa Norte da ilha de São Miguel.

A praia do Monte Verde, apesar de ser uma praia que é amplamente frequentada por banhistas, surfistas, durante todo o ano continua a ser excluída da lista de águas balneares devido à contaminação proveniente daquelas ribeiras que desaguam na praia do Monte Verde. Isto obviamente que não é um dado estatístico, é uma realidade do Concelho da Ribeira Grande, no que diz respeito às freguesias da Conceição e da Ribeira Seca.

Devemos fazer tudo juntos, um caminho para que no futuro, habitações que ainda, infelizmente, não estão ligadas à rede de saneamento básico possam passar a estar, as descargas das explorações agrícolas possam diminuir essas mesmas descargas, principalmente em período noturno, quando são realizadas, perante, obviamente aquilo que nós continuamos a assistir ainda, que é transcendente também ao nosso País, que é a ausência de fiscalização.

É por isso que esta petição e o parecer que a acompanha assumam particular importância porque não se limita à denúncia do problema, apontam caminhos, propõem soluções, alerta para o que está ao nosso alcance de fazer e de forma concreta e responsável: desde a eliminação definitiva dos efluentes nas ribeiras elevadas, à criação de corredores ripícolas, que funcionam como barreiras naturais contra a poluição, desde a necessidade de fiscalização mais ativa ao envolvimento das universidades, das escolas, das comunidades locais na promoção de uma literacia ambiental.

Mas acima de tudo, esta petição traz à discussão um elemento fundamental — a necessidade de uma articulação verdadeira entre as entidades, nenhuma autarquia por mais bem intencionada que seja, poderá resolver isoladamente este desafio que envolve

ordenamento do território, que envolve políticas ambientais, de turismo, de agricultura e desenvolvimento urbano, o que se pede acaba por ser uma resposta articulada e, aqui concordo naturalmente com a postura do Deputado do PAN, entre o Governo, os municípios, os cidadãos, as associações ambientais, com os agentes económicos e sociais, uma verdadeira resposta conjunta.

Dar nota ainda que é igualmente importante sublinhar o valor patrimonial e simbólico da Levada da Condessa, estrutura histórica no centro da Ribeira Grande, que merece ser protegida e valorizada, não como uma ruína esquecida, mas como parte integrante de uma entidade cultural, como é no Concelho da Ribeira Grande.

A defesa da praia do Monte Verde e da Levada não é apenas uma questão local, é uma questão regional, é também uma oportunidade de recuperar um espaço natural com enorme potencial turístico, para captação de investimento, de reforçar a nossa imagem externa como Região e garantir que o futuro na Ribeira Grande se constrói com qualidade de vida, com sustentabilidade e, acima de tudo, com justiça intergeracional. Devemos, unidos, melhorar as condições do Monte Verde e, no fundo, sendo um ato de responsabilidade política, de visão coletiva e de respeito por quem na Ribeira Grande vive, trabalha, investe ou decide construir todo o seu caminho de vida, que acredita que ainda é possível fazer mais e melhor.

Não poderia, de todo, terminar a minha intervenção sem recordar o trabalho desenvolvido pela autarquia nos últimos 12 anos, é o que muitos querem fazer, apagar da história...

Deputado José Ávila (PS): Agora não é campanha!

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: ... eu percebo que as minhas declarações incomodam o Deputado Carlos Silva, principalmente com responsabilidades no partido no Concelho da Ribeira Grande, mas é verdade que o Partido Socialista teve a oportunidade de fazer com

Ricardo Silva obras nesta matéria para resolver o problema mais cedo e a verdade é que não o fez, optou por fazer obras na zona nascente à praia de Monte Verde, onde não havia qualquer problema nenhum, evitando assim encarar o problema de frente...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e neste sentido, quer a partir desta Câmara e desta sala, elogiar o papel do Presidente Alexandre Gaudêncio, que com visão deixou obra feita com a unidade de execução para o tratamento das águas, com o projeto da frente mar, com a realização das análises periódicas, como eu já referi, com a identificação das explorações agrícolas, tudo isto foi feito com Alexandre Gaudêncio, que o PS podia ter feito, mas não o quis fazer...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: ... e Lurdes Alfinete tinha responsabilidades no executivo da altura.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata (IL).

Eu percebo, Sr. Deputado Nuno Barata, que hoje em dia seja mais fácil fazer a crítica depois de tanto feito, mas não nos podemos fazer valer de tudo por estarmos próximos de atos eleitorais.

Os Ribeiragrandenses não têm de todo memória curta e eu sei que não reservam um lugar na história para aqueles que criticam só por criticar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários, na pessoa do primeiro peticionário, o Sr. Mário Fernando Oliveira Moura, que fizeram este exercício de participação cívica, trazendo a petição “Salvar a Praia de Monte Verde e a Levada da Condessa da Ribeira Grande.”. Ora, nunca é demais salientar a importância do exercício do direito de petição e também salientar a temática ambiental, trazida mais uma vez a este Parlamento por cidadãos empenhados, preocupados e, acima de tudo, com ideias, com contributos para a resolução de problemas concretos na Região ao nível ambiental.

A praia de Monte Verde tem um valor natural muito importante, tem características que não são comuns na Região, juntamente com a praia de Santa Bárbara e constitui um dos maiores areais da Região — numa Região que sabemos não abundam. É uma zona que tem esse valor natural, que tem tido uma utilização crescente ao nível balnear e, principalmente, para a prática do *surf*, mas a sua importância não se resume à utilização humana. É também uma área importante de passagem e invernada de aves migratórias, por exemplo, e as suas características do mar também são características raras na Região e que importa preservar.

As recorrentes situações de contaminação das águas do mar da praia do Monte Verde devido aos efluentes das ribeiras que ali desaguam, têm sido notícia, infelizmente ao longo de muitos anos e tardam as soluções e de facto, há aqui responsabilidades distribuídas ao longo do tempo, porque não é de modo algum aceitável hoje, como não era há 10 ou 15 anos ou 20 anos atrás, termos situações como aquelas que temos na praia do Monte Verde.

A contaminação por via dos efluentes sejam domésticos, mas principalmente, como decorre da análise da petição em Comissão dos efluentes agrícolas, é uma situação que não pode de modo algum continuar. Seja através da fiscalização, seja através daquilo que também já se propôs — da aquisição de terrenos, expropriação de terrenos de melhoria das condições das explorações agrícolas, para que aqueles afluentes não cheguem efetivamente às ribeiras, seja na ligação das residências à rede de saneamento básico, tudo isto tem que evidentemente ser feito com urgência.

E, para além disso, também é preciso, como já foi aqui referido, dizer que esta é uma matéria não só ambiental — e, essa já seria extremamente importante — mas também de saúde pública. Porque, como é referido na petição e todos sabemos, a praia tem utilização balnear, embora a utilização balnear naquela praia tenha que ter cuidados acrescidos relativamente a outras praias. O mar ali é extremamente perigoso, mas há utilização balnear, principalmente para a prática do *surf* e a verdade é que dia sim, dia não, estou aqui a exagerar, mas recorrentemente há interdição da utilização daquela praia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exagera. Dá exemplos que não correspondem à realidade!

O Orador: Incomodei-o, Sr. Deputado?

Recorrentemente aquela praia é interdita devido à contaminação e a verdade é que, não sendo as análises feitas diariamente, nem de hora a hora, há períodos em que não se sabe se a água está contaminada ou não. Há períodos em que não se tem a certeza e isso é um risco de saúde pública.

Para além disso, não é só a água que está contaminada; a própria areia está contaminada. Há famílias, crianças que estão naquela praia recorrentemente com a areia contaminada e não é preciso fazer análise, basta cheirar. E para além disso, não há nenhuma sinalética ali a dizer dos perigos relativos à contaminação da água, podemos ter receio que isso assuste os turistas, mas é melhor assustar os turistas do que pôr em causa a saúde pública. E já vi, por diversas vezes, e já tive que alertar as próprias

peessoas que tomar banho naquelas represas de água que ficam ali presas na areia, que muitas vezes têm um cheiro nauseabundo é perigoso e não há nenhuma placa, zero, nada a avisar as pessoas que não devem tomar banho ali, que as crianças não devem tomar banho ali e é fundamental que as autoridades coloquem acima de tudo, em primeiro lugar a saúde pública e coloquem a saúde pública em primeiro lugar, é também alertá-las para os perigos que elas correm enquanto o problema não está resolvido e, de facto, o problema tarda em ser resolvido.

O último alerta que na Comissão também foi deixado e que julgo que é muito importante, sabemos que há este alerta dessa petição e os projetos que estão ali previstos para aquela para aquela zona, é fundamental que não se cometam erros, como foi alertado por uma das entidades ouvidas em Comissão, é fundamental que não se cometam erros, destruindo com o intuito de proteger a orla costeira, fazer ali um enrocamento naquela zona porque isso vai a prazo, como aconteceu em tantos sítios nos Açores, destruir aquele areal, destruir aquela praia e é fundamental a preservação natural daquilo que ainda resta, e isso sim, protege a orla costeira, protege a praia, protege o litoral da Ribeira Grande e protege os valores naturais que todos supostamente devíamos querer preservar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra de saudação aos peticionários desta iniciativa, na pessoa do seu primeiro subscritor, o Sr. Mário Fernando Moura, que nos trouxe e nos alertou para os problemas que a praia do Monte Verde e a Levada da Condessa, no Concelho da Ribeira Grande, estão sujeitos do ponto de vista ambiental.

Já muito foi dito na análise desta petição, sobretudo sobre as causas da poluição e não vou acrescentar nada de novo, nem vou repetir. Obviamente que é uma matéria que nos

preocupa imenso, consideramos que a utilização balnear daquele espaço da praia do Monte Verde tem que ser preservada e, portanto, isso implica que hajam cuidados a montante nos terrenos que são subjacentes e fronteiros com a Levada e as ribeiras que vão desaguar naquela praia. Portanto, os trabalhos da Comissão foram exaustivos, ouvimos imensas entidades e ficámos a perceber as verdadeiras causas, como também ficámos conscientes daquilo que é feito pelas diversas autoridades, sejam as autoridades municipais ou as regionais. Quanto às autoridades regionais, ficámos conscientes de que a Inspeção do Ambiente está atuante. Só nesta questão em particular à praia do Monte Verde, houve já seis processos nos últimos 2 anos, segundo as minhas notas, seis processos de contraordenação: dois por descargas de efluentes pecuários, desses, outros dois, foram remetidos já para o Ministério Público, por configurarem um crime de poluição e há mais dois processos que foram arquivados por falta de elementos de prova. Logo, isto é a prova de que a Inspeção do Ambiente está atuante e as autoridades com competência nesta matéria estão atuantes. Obviamente que não chega só apontar o dedo e dizer que: hoje cheira mal ou que há um cheiro nauseabundo ou que a água estará contaminada, é preciso, obviamente, para que haja a atuação das autoridades elementos de prova e, portanto, tem que haver essa recolha dos elementos de prova no momento certo, para que se possa atuar.

Também ficámos a saber que da parte do Governo tem havido ações de sensibilização junto dos produtores agrícolas para que melhorem as suas práticas, de forma a reduzir as fontes de poluição.

É um problema que envolve várias entidades, envolve não só a parte da produção agrícola, como envolve a sociedade naquilo que é a fruição, o usufruto de uma zona balnear.

E, portanto, obviamente há interesses que conflituam e cabe às entidades e às autoridades fazer o equilíbrio desses interesses, atuar e fazer cumprir a legislação que se aplica a estas questões e que a Comissão também fez um levantamento exaustivo

das diversas leis que incidem sobre esta matéria, sobre as quais se pode atuar para prevenir e reprimir descargas poluentes.

E, portanto, nessa matéria, deixar aqui uma palavra aos habitantes da Ribeira Grande e às pessoas que frequentam e usufruem da praia do Monte Verde, uma palavra de reconforto no sentido de que estamos obviamente atentos e, por outro lado, reconforta-nos saber que as autoridades estão atuantes.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio que está apreciada esta petição.

Vamos avançar para o ponto 11 da nossa agenda, que é a **Petição n.º 13/XIII — “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”** apresentada por Mário Roberto Sousa Carvalho, na qualidade de primeiro subscritor.

Também o relatório desta Petição foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Para o efeito tem a palavra a Sra. Relatora, a Deputada Ana Jorge para a sua apresentação.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

A 23 de dezembro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, subscrita por 1079 peticionários, com correta identificação, cujo primeiro signatário é o senhor Mário Roberto Sousa Carvalho.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer, por se tratar de Ambiente

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, procedeu à sua apreciação, à apreciação da sua admissibilidade nos termos regimentais e deliberou admiti-la por unanimidade em reunião ocorrida a 10 de janeiro de 2025, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Os peticionários vêm através deste instrumento de participação cívica, solicitar a intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que reavalie, através de uma Comissão Especializada Permanente o conteúdo do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2024, aprovado na Sessão Plenária de 11 de dezembro — Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII — Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A de 17 de fevereiro.

Na reunião da Comissão, ocorrida a 10 de janeiro de 2025, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, o primeiro peticionário, solicitar pareceres escritos à Zero — Associação Sistema Terrestre Sustentável e à Quercus — Núcleo de São Miguel, bem como avocar todas as diligências efetuadas no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII, revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 13/XIII — “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou por maioria as seguintes conclusões:

A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos regimentais;

A Petição solicita a intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que reavalie, através de uma Comissão Especializada Permanente o conteúdo do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2024, aprovado na Sessão Plenária de 11 de dezembro.

O primeiro peticionário entende que o recurso ao glifosato é prejudicial por estar associado a várias doenças, conforme indicam estudos científicos nos últimos 20 anos, e também por prejudicar a imagem dos Açores como um destino sustentável, no âmbito da promoção turística. Ainda que também refira que, tendo a sua utilização sido proibida na Região em 2020, a União Europeia renovou a sua autorização até 2033.

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, a Associação Amigos dos Açores e a Azorica fundamentam os pareceres remetidos no âmbito da discussão desta petição com críticas à ausência de critérios claros e evidentes para as situações de exceção que justificariam o uso extraordinário do glifosato em espaços públicos, mencionando os vários riscos potenciais da aplicação de herbicida, mormente o perigo de cancro e os efeitos negativos sobre organismos não visados.

A AMRAA empreende uma abordagem cautelosa no que se refere à utilização daquele herbicida em locais próximos a estabelecimentos comerciais e centros urbanos, tendo destacado o aumento de despesas em recursos humanos e materiais após a proibição do uso de glifosato em espaços públicos.

A ANAFRE entende ser necessário cumprir com as boas práticas na utilização cuidadosa e eficaz para o controlo de infestantes, sem que se contamine o solo, e abordando questões de eficácia de produtos alternativos, com semelhante relação de custo/benefício.

Os Conselhos de ilha do Corvo, da ilha Graciosa e da ilha de Santa Maria emitiram pareceres desfavoráveis à utilização de glifosato, sendo que o último considera não existir necessidade de alteração da lei vigente.

O Conselho de ilha das Flores não emitiu parecer por não ter base científica que fundamentasse uma pronúncia sobre a matéria.

A Ordem dos Médicos – Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores considera possível a utilização de glifosato em espaços públicos, mediante o respeito pelas normas de proteção individual e com limitação a locais públicos sensíveis, como sejam unidades escolares e hospitais.

A Doutora Patrícia Ventura Garcia, Doutorada em Biologia pela Universidade dos Açores, na especialidade de Entomologia e Professora Auxiliar do Departamento de Biologia, onde é responsável por várias disciplinas nesta área, elencou um conjunto de estudos que indicam que o uso de glifosato em espaços públicos poderia ser um preditor carcinogénico e de patologias inflamatórias, neurológicas e endócrinas, particularmente em crianças. Do mesmo modo, elencou as medidas e as políticas, existentes na União Europeia, que promovem o uso seguro do herbicida em espaços públicos com proteção individual.

O Centro de Biotecnologia dos Açores considerou que o glifosato é um herbicida sistémico e não-seletivo, eficaz no combate a infestantes e com baixa toxicidade para a saúde humana, sendo amplamente utilizado pela sua eficiência, face à presença das infestantes, que se tem agravado desde a proibição do seu uso em espaços públicos na Região. Frisa ainda que as medidas alternativas de controlo térmico e mecânico se têm revelado menos eficazes e mais dispendiosas. Também esclarece que, mesmo sendo o herbicida persistente no solo e aquíferos, há estudos que demonstram que os níveis presentes em água subterrânea não ultrapassam os limites para consumo humano. Aquele Centro elucida que os vários estudos sobre a utilização de glifosato em espaço público apresentam resultados conflitantes sobre riscos carcinogénicos, tendo a International Agency for Research on Cancer (IARC) classificado aquele herbicida como “provavelmente carcinogénico”, enquanto outras entidades concluíram que o seu uso, quando comedido e criterioso, não apresenta riscos genotóxicos e carcinogénicos, motivo pelo qual consideram possível a sua aplicação em concentrações

recomendadas, com normas de proteção individual e com restrições em locais públicos sensíveis.

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática alertou para os princípios da prevenção e da precaução, tendo clarificado as restrições ao uso do glifosato especialmente quando estão previstas exceções justificadas por riscos ambientais, agrícolas ou florestais. Alertou, no entanto, que a proposta de revogação integral do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020 e do respetivo Decreto Regulamentar, constituiriam um retrocesso, permitindo potencialmente o uso indiscriminado de glifosato em espaços públicos. Sublinhou, ainda, que a revogação da legislação regional não eliminaria restrições à substância, uma vez que na ausência de normativo regional aplicar-se-ia a legislação nacional.

Deste modo, o presente relatório decorre de uma motivação cívica meritória, que resultou num conjunto de audições e pareceres de entidades públicas, especialistas universitários e associações de âmbito ambiental, que relevaram um elevado sentido de preocupação e compromisso coletivo face a uma eventual aplicação de glifosato em espaços públicos, que, a acontecer, deve acontecer de modo excecional e cumprindo um conjunto de requisitos que garantam a proteção individual do aplicador, a limitação a determinados locais sensíveis e o estrito uso de concentrações recomendadas.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

O presente relatório foi aprovado por maioria.

Muito obrigada.

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 13/XIII/1.ª

NÃO AO USO DO GLIFOSATO EM ZONAS PÚBLICAS NOS AÇORES

INTRODUÇÃO

A 23 de dezembro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 13/XIII/1.ª, intitulada “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”, subscrita por 1079 cidadãos, cujo primeiro signatário é o senhor Mário Roberto Sousa Carvalho.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 10 de janeiro de 2025, presencialmente e com recurso a meios telemáticos, para admissibilidade e deliberação de diligências.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente petição incide sobre *Ambiente*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 10 de janeiro de 2025, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da Petição apresentar 1079 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 1069 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários referem, através deste instrumento de participação cívica, que «Em 2020 foi proibida, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aplicação de quaisquer produtos fitofarmacêuticos contendo glifosato, sob qualquer forma, nos espaços públicos regionais, nomeadamente zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação da Região Autónoma dos Açores.

O glifosato apresenta efeitos nocivos nos ecossistemas aquáticos e na saúde humana, sendo classificado pela Organização Mundial da Saúde como um potencial carcinógeno.

A proibição decretada pela ALRA teve por base princípios de precaução relativamente aos riscos e incertezas associadas, assumindo os Açores, à data, um posicionamento enquanto região comprometida com a sustentabilidade e proteção da saúde pública.

Refira-se que a interdição decretada incidu apenas sobre a aplicação do glifosato no espaço público, não se aplicando à atividade de produção agroflorestal.

Volvidos 4 anos, e depois do governo regional e autarquias locais se terem adaptado e terem surgido até empresas com outros meios de controlo vegetal, foi aprovada uma proposta na qual não são apresentados quaisquer argumentos técnicos ou políticos, muito menos especificidades regionais que a fundamentem.

Notícias da semana passada veiculam que estudo recente da Universidade do Estado do Arizona e do Translational Genomics Research Institute, publicados na revista científica *Neuroinflammation*, demonstra que, mesmo em contacto breve, o glifosato pode causar danos duradouros no cérebro, nomeadamente inflamação cerebral significativa associada a doenças neurodegenerativas.” (excerto de texto emitido pela Associação Amigos dos Açores que subscrevemos na íntegra)

Tendo em conta estas circunstâncias os peticionários pedem que o conteúdo dessa resolução seja reavaliado por uma comissão especializada da ALRA.»

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 10 de janeiro de 2025, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, o primeiro peticionário, solicitar pareceres escritos à Zero — Associação Sistema Terrestre Sustentável e à Quercus — Núcleo de São Miguel, bem como avocar todas as diligências efetuadas no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII, revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro.

O parecer da Zero, acima referido foi rececionado por esta Comissão, [Parecer.pdf- 0,405 MB](#).

Foram igualmente avocados os seguintes pareceres:

AZORICA – Associação de Defesa do Ambiente - [Parecer.pdf](#), conselho de ilha Graciosa - [Parecer.pdf](#), conselho de ilha das Flores - [Parecer.pdf](#), Conselho de Ilha do Corvo - [Parecer.pdf](#), Paulo Monjardino - [Parecer.pdf](#), Conselho de Ilha de Santa Maria - [Parecer.pdf](#), Ordem dos Médicos - Conselho Médico da RAA - [Parecer.pdf](#), Patrícia Ventura Garcia - [Parecer.pdf](#).

Da Audição do primeiro peticionário, o cidadão Mário Roberto Sousa Carvalho, ocorrida a 24 de fevereiro de 2025, disponível em:

[Parlamento online - Audição do 1º Peticionário, Senhor Mário Roberto Sousa Carvalho - Petição n.º 13/XIII – “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”](#)

O Senhor Mário Carvalho iniciou a sua intervenção fazendo a leitura do seguinte documento:

“O glifosato tem sido usado massivamente, sendo possível encontrar os seus resíduos quase em qualquer parte do mundo. Está presente no ar, na água, nos alimentos e nos próprios seres humanos, no sangue, na urina, no leite materno, não só daquela população exposta de forma profissional ou composto, mas também em toda a população em geral. Perante esta situação, nos últimos 20 anos foram realizados numerosos estudos para investigar os possíveis efeitos que esse composto tem sobre a saúde das pessoas. Estes estudos, de forma crescente, têm vindo a encontrar provas que associam o glifosato com diferentes doenças.

O glifosato tem sido aplicado nos Açores para combater as ervas daninhas, a crescer nas zonas urbanas e bremas de caminhos ou estradas. Mas, felizmente, a legislação aprovada em 2020 proibiu, até agora, o uso nestas zonas em concordância com o Regulamento Europeu, que, entretanto, decidiu voltar a renovar a autorização de utilização do glifosato na União Europeia até 15 de dezembro de 2033. Aliás, se a União Europeia considerasse inofensivo o glifosato, nem colocaria barreiras cronológicas à sua utilização.

Portanto, essa postura só me parece estar a beneficiar as indústrias em detrimento da saúde das pessoas. Caso se pretenda utilizar a indústria herbicida dentro ou fora das zonas sensíveis, é preciso assegurar sempre o cumprimento de todas as normas legais exigidas. No entanto, dadas as características físicas e naturais do Açores, parece duvidoso poder

cumprir as regras referentes, por exemplo, às condições da sua aplicação à poluição das águas ou possíveis efeitos sobre a biodiversidade.

Como há interesse, e muito bem, da Região, no desenvolvimento sustentável e da preservação do nosso legado natural, parece-me contraditório esse decreto que, ainda que excecionalmente, vem permitir o uso de produtos nos quais está presente o glifosato. E aqui estamos a falar apenas da utilização do produto em zonas públicas. O maior problema é a sua utilização no contexto agrícola, o que devia ser absolutamente proibido.

Temos uma mortalidade por cancro com as taxas mais elevadas do país. Quem nos diz que parte dessas doenças não é motivada por pesticidas? Os Estados Unidos da América, um estudo publicado na revista científica *Frontiers in Cancer Control and Society*, analisa as associações entre a utilização de 69 pesticidas e o risco de cancro numa escala nacional. A minha opinião é de que, havendo uma série de dúvidas devido a vários fatores que passam também pela impossibilidade de se usar um ser humano como cobaia e por isso não se conseguirem resultados definitivos, se aplique na Região o princípio da precaução, como aliás se fez em 2020.

Infelizmente, o Governo entendeu dar ouvidos a uma recomendação de Partido Chega e chegámos à situação atual, o que me leva a crer que o Governo se preocupa mais com a saúde económica de alguns açorianos e muito menos com a saúde clínica de todos os açorianos. De qualquer maneira, a petição da qual sou o primeiro subscritor e que foi assinada por 1.366 pessoas pedia que o conteúdo do agora Decreto Legislativo Regional fosse reavaliado por uma comissão especializada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores onde deviam ser chamados especialistas para dar o seu parecer nesta matéria, já que os Senhores Deputados não o são, que eu saiba, e eu muito menos. Infelizmente, pelos votos contra do PSD, do CDS e do Chega, este último voto por um deputado que possui uma empresa que comercializa produtos fitossanitários na Região, configurando um óbvio caso de conflito de interesses, impossibilitaram a auscultação de especialistas proposto pelo PS.

Depois, mais tarde, percebi que a Associação de Zero emitiu um parecer em que é favorável a essa petição, ou seja, ao não uso do glifosato em zonas públicas dos Açores.”

Aberta a primeira ronda de perguntas pediu a palavra o Deputado Pedro Pinto (CDS) onde questionou o peticionário em que sede é que o CDS votou contra.

Para responder à questão colocada o Senhor Mário Carvalho, 1º Peticionário, esclareceu que o CDS votou contra a presença de especialistas.

Pediu a palavra o Deputado José Sousa (CH) onde esclareceu, que o Deputado Francisco Lima, empresário, não pode vender glifosato, nem qualquer outro produto, a nenhuma entidade pública nem governamental, enquanto estiver nas funções de deputado.

Em relação aos estudos mencionados pelo peticionário o Deputado solicitou o envio dos documentos que comprovam a presença de glifosato no ar.

Para responder ao Deputado José Sousa (CH) o Senhor Mário Carvalho respondeu que apesar do empresário supramencionado não poder comercializar com o Governo, pode a particulares.

No âmbito da primeira ronda pediu a palavra o Deputado António Lima (BE) onde fez uma pequena resenha histórica sobre a matéria. O Deputado saudou o facto da sociedade se mobilizar para pedir uma reavaliação desta decisão.

A petição é, efetivamente, um bom sinal de que as pessoas estão preocupadas. O Deputado frisou que irá encontrar o melhor momento para reavaliar esta decisão para que volte a vigorar a sua proibição.

O Deputado questionou o peticionário sobre quais são as principais preocupações que sentem relativamente ao regresso da utilização do glifosato no espaço público e se têm conhecimento de alguma Câmara Municipal ou Junta de Freguesia ter retomado a sua utilização.

Para responder às questões colocadas o Senhor Mário Carvalho mencionou que a utilização de glifosato deveria ser complementarmente proibida. Sendo uma solução equilibrada a utilização da monda térmica.

O Deputado José Eduardo (PS) interveio referindo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, solicitou a audição de vários especialistas para aprofundar o conhecimento

sobre a aplicação do glifosato nas zonas públicas na Região, mas na altura não foram aprovadas as suas audições pelos restantes partidos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista continua imbuído do espírito de ouvir, de debater e de perceber os impactos da aplicação do glifosato nas zonas públicas e as causas que pode ter ou não para a saúde pública. Nesse sentido, solicitou ao peticionário a cedência de informações sobre estudos que confirmem os malefícios do uso de glifosato.

Em resposta o Senhor Mário Carvalho disponibilizou-se enviar documentação para os membros da Comissão.

Para uma interpelação à mesa o Deputado Pedro Pinto (CDS) esclareceu que o Grupo Parlamentar do CDS não tendo direito a voto também não votou as diligências e, portanto, o CDS não se opôs à vinda de especialistas a esta Comissão para serem ouvidos sobre esta matéria.

Seguidamente, o Deputado Berto Messias (PS) salientou que o Decreto Legislativo Regional do Chega é um retrocesso significativo para a Região, do ponto de vista da utilização de glifosato e de herbicidas nas zonas públicas. Questionando o peticionário se este considera que, além da questão dos impactos na saúde pública, há também aqui outra questão que é o facto dos Açores terem uma imagem externa associada à natureza, ao ambiente, à sustentabilidade e a forma como isso está interligado de forma profunda com o turismo, com a imagem externa e o facto da proposta de DLR do CHEGA significar um contributo muito negativo para essa imagem externa.

Em resposta o Senhor Mário Carvalho considerou inegável essa associação e que este DLR manchará a imagem dos Açores, como uma Região intocada.

Seguidamente inscreveu-se o Deputado Luís Soares (PSD) onde referiu existir outros países que retomaram a uso de glifosato. Considerando o Deputado, que de forma preventiva, se deve sempre optar pela proibição, exceto quando a proibição é pior do que o remédio. A legislação não obriga ao uso do glifosato, existindo autarquias que assinaram um acordo de não utilização do glifosato. A sua aplicação é monitorizada, sendo avaliada por um técnico e comunicada com antecedência a sua aplicação e áreas a aplicar.

O Deputado questionou o peticionário se este considera preferível existirem infestantes de forma abundante nas bermas das estradas regionais, e se isso contribuirá de uma forma mais negativa para o turismo do que a utilização do glifosato em situações pontuais.

Para responder à questão, Senhor Mário Carvalho referiu que existindo alternativas mais saudáveis se deverá, sempre, optar por essas alternativas saudáveis.

No uso da réplica Deputado Luís Soares (PSD) questionou quais são as alternativas saudáveis.

Senhor Mário Carvalho menciona a monda térmica, o sal ou outra, que apesar de não serem tão eficazes salvaguardam a saúde pública.

O Deputado José Sousa (CH) referiu que a imagem dos Açores, ligada ao ambiente e sustentabilidade já existia antes de 2020 e nessa altura usava-se o glifosato na agricultura e zonas públicas. O Deputado pediu esclarecimento sobre as alternativas ao glifosato propostas pelo peticionário se seria monda térmica de jato de água quente ou roçadora.

Em resposta o peticionário esclareceu que a proposta é a utilização de monda térmica de jato de água quente.

No uso do direito de réplica o Deputado José Sousa (CH) esclareceu o uso de monda térmica tem sido testada no concelho de Santa Cruz das Flores e não têm sido obtidos resultados.

Em resposta o Senhor Mário Carvalho informou que em Ponta Delgada o uso de monda térmica tem tido resultados positivos.

Audições avocada:

Audição da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias - Delegação Regional, ocorrida a 30 de outubro de 2024 disponível:

[Parlamento online - Audição da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias no âmbito](#)

do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII (CH) – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”

O Senhor Sérgio Costa, para a sua intervenção inicial, passou a ler o seguinte documento:

“No que concerne a posição da Associação de Freguesia da ANAFRE sobre a revogação da legislação em vigor relativa à aplicação do glifosato nas vias de comunicação da Região Autónoma dos Açores, há a referir os seguintes considerados:

Ponto 1. A utilização de qualquer fármaco, onde se incluem medicamentos e produtos fitofarmacêuticos, pressupõe-se, o cumprimento de todas as regras de utilização, no que toca, por exemplo, às doses a utilizar e que constam ou das bulas dos medicamentos e dos rótulos dos pesticidas. Assim, qualquer utilização que não cumpra as boas práticas, nomeadamente as doses e os momentos de utilização ou aplicação, tem consequências ao nível da sua eficácia, bem como ao nível de outros efeitos que desses possam advir;

Ponto 2. A utilização do herbicida glifosato em Portugal apenas está proibida na Região Autónoma dos Açores;

Ponto 3. No que toca ao modo de ação do glifosato, este herbicida é dos mais seguros, pois se a sua aplicação respeitar as boas práticas, no que toca à inexistência de chuva, à presença de uma leve brisa e for utilizado na dose a concentração correta quando aplicado, ou atinge a planta e mata, ou atinge o solo e inativa-se, não sendo, portanto, residual e, por conseguinte, não contaminando as águas. Pelo contrário, outros herbicidas autorizados para as vias de comunicação, não se degradam em contato com o solo, sendo, portanto, residuais e com todas as consequências que daí possam advir;

Ponto 4. O glifosato, sendo um herbicida não seletivo e sistémico, faz um excelente controle de um grande número de infestantes, anuais, vivazes, perenes e lenhosas, onde se incluem algumas invasoras, pelo que a proibição da sua utilização fez com que tenhamos assistido ao surgimento, nesses últimos anos, de uma crescente infestação das nossas vias de comunicação, designadamente, de algumas espécies de difícil controle com os herbicidas autorizados para as estradas, onde se destacam as canas, as tabaqueiras e a trepadeira bom dia, da espécie *Ipomoea indica*, sendo esta última a trepadeira de flor

roxa, que todos nós conhecemos, considerada atualmente a infestante mais problemática e de difícil controle nas vias de comunicação;

Ponto 5. Os herbicidas que são aplicados atualmente nas vias de comunicação para além do seu preço elevado, são seletivos, pelo que dificilmente eliminam, com uma só aplicação, os infestantes, sendo necessário recorrer à utilização de outros produtos, com diferente substância ativa e durante vários dias, para que se obter o melhor controle das ervas daninhas, o que aumenta a pressão com herbicidas no mesmo local. Igualmente, não é recomendada a mistura de substâncias ativas de produtos de diferentes empresas, devido à incompatibilidade que possam surgir entre eles;

Ponto 6. Ao abrigo do nº 3 do artigo 26º da Lei nº 26/2013, de 11 de abril, as entidades públicas estão autorizadas a aplicar produtos fitofarmacêuticos desde que cumpram os requisitos dos artigos 27º e 28º do mesmo diploma, onde se destaca a obrigatoriedade de ter pelo menos um técnico responsável e aplicadores habilitados, enquanto os agricultores autorizados a usar o glifosato para poderem aplicar os produtos fitofarmacêuticos apenas têm que ter a habilitação de aplicador. Portanto, o nível de controle é superior nas entidades públicas que aplicam estes produtos, pois estas têm a supervisão de um técnico responsável, que é o garante efetivo do cumprimento de todas as boas práticas na aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

Deste modo, a ANAFRE concorda com a revogação do diploma, proíbe a utilização do glifosato, sendo que, para adicionais esclarecimentos, deverá ser consultada a entidade que, em Portugal, é responsável pela homologação dos produtos fitofarmacêuticos e que homologou o glifosato para ser utilizado nas vias de comunicação.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado José Sousa (CHEGA), para questionar o representante da ANAFRE, se realmente existe dificuldade de controle das infestantes, em estradas agrícolas e de localidades, questionou, igualmente, se consideram que existe uma degradação do asfalto junto aos passeios e muros devido às raízes das plantas, porque as aplicações de outros herbicidas, menos eficazes, não eliminam a raiz da planta.

Para responder às questões colocadas, o representante da ANAFRE, concordou com a explanação do deputado José Sousa, reafirmando que os trabalhos manuais de

roçadoras e outros equipamentos apenas eliminam as ervas daninhas na parte superficial, não eliminando as raízes. Que os novos produtos, aqueles que estão efetivamente homologados, são produtos muito mais prejudiciais do que o glifosato. Considerando que o glifosato seja o mais seguro e que elimina de uma vez só as ervas daninhas, frisou que foi um erro a lei que proibiu a aplicação do glifosato, porque obrigou a ter mais mão de obra, coisa que não existe e, ao mesmo tempo, aplicar-se, os produtos homologados, que dizem que são amigos do ambiente, mas que não o são. Estes herbicidas têm periodicidade de aplicação muito curta, o que obriga a um maior custo de mão de obra e, cada tipo de erva daninha tem um herbicida específico o que também encarece a compra dos produtos. Esclareceu, também, que enquanto o glifosato mata a planta por completo e fica inativo no solo, ou seja, fica retido, mas não é absorvido, os outros herbicidas não ficam inativos após tocar na planta sendo arrastados pelos sistemas de águas fluviais e escoados até ao mar.

Para acrescentar ao que foi dito pelo senhor Sérgio Costa, o senhor Marco Furtado, a nível de custos, referiu que um produto normal de glifosato custa entre os treze e quatorze euros + IVA, os produtos que ficaram no mercado como sendo mais amigos do ambiente estão à volta dos trinta e dois e trinta três euros o litro. Além do custo ser mais do dobro terão de ser utilizados mais do que uma vez, sendo uma despesa que ultrapassa os 300% do valor normal, não esquecendo a questão da mão de obra, que tendo de ter mais aplicações encarece ainda mais o serviço da limpeza de ruas.

Para uso do seu direito de réplica, o deputado José Sousa (CHEGA) questionou se as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais forneciam equipamento de proteção individual aos seus trabalhadores, visto ser obrigatório por parte dos trabalhadores o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e formação necessária para aplicar os produtos fitofarmacêuticos,

Para responder à questão colocada o Senhor Sérgio Costa, confirmou que as Juntas e as Câmaras têm de comprar as EPIs. Além do Governo Regional, as Câmaras são as entidades que estão licenciadas. Isso obriga a ter um técnico responsável e obriga a ter aplicadores devidamente licenciados. As Juntas também têm aplicadores, porque na altura que foram feitas as formações, as Juntas também inscreveram trabalhadores das Juntas de forma a poderem aplicar esses produtos. Atendendo que a questão do técnico responsável já é

um custo muito grande para as Juntas de Freguesia estas recorreram às Câmaras Municipais, para, através desta, poderem aplicar os produtos nas estradas.

As juntas de freguesia fazem um acordo com a Câmara Municipal, sendo a Câmara a adquirir o produto, através do seu técnico responsável, visto a junta não poder adquirir os produtos, a não ser que fossem aplicadores em quintais e terrenos particulares. Nos dias em que se aplica os herbicidas, os aplicadores vão devidamente trajado, são usadas placas indicadoras da zona onde está o tratamento e é obrigatório cumprir os intervalos de secagem do produto. Estão sujeitos à fiscalização por parte da GNR e as multas são pesadas no caso do incumprimento das regras.

A aplicação do glifosato tem uma durabilidade entre 2 a 3 meses, ou seja, não tem uma aplicação intensiva, além disso, voltou a reafirmar, o reduzido custo em relação aos outros herbicidas e a sua composição não ser agressiva para o solo como os herbicidas aplicadas atualmente.

Pediu a palavra o senhor Marco Furtado, para acrescentar que os herbicidas utilizados atualmente, quando não são diluídos com água, ou seja, no seu estado puro, é que efetivamente tem um verdadeiro resultado, mas que a sua ação contamina as zonas circundantes. Voltou a referir o custo destes herbicidas que por vezes têm um cabimento orçamental que ronda os 3000 euros.

Abertas as inscrições na segunda ronda, pediu a palavra o deputado José Sousa (CHEGA) onde pediu esclarecimento sobre a aplicação do glifosato, se a sua aplicação era fundamentalmente para o uso nas estradas e lancis ou se, era para uso indiscriminado em jardins ou relva.

O deputado José Eduardo (PS) iniciou a sua intervenção afirmando que o assunto em questão certamente divide muitas opiniões. Questionando os representantes da ANAFRE se têm suporte científico, que defende que o glifosato não é tão prejudicial quanto os restantes herbicidas e se a questão financeira prevalece ou se ela tem sido devidamente dirimida por quem de direito para compensar a não utilização do glifosato.

O deputado lembrou que a proibição do glifosato é apenas nos espaços públicos, jardins, parques urbanos, escolas e hospitais. Não sendo proibida a sua utilização, nem venda, nem comercialização, na agricultura e noutros sítios. Referiu que nos Açores

existem Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, que aderiram à campanha “autarquias sem glifosato / herbicidas” questionando a representação na ANAFRE no sentido lato, sabendo-se que este assunto também divide a opinião entre Juntas e Câmaras.

Para responder às questões levantadas pelo deputado José Eduardo, o representante da ANAFRE, senhor Sérgio Costa, esclareceu que desde a proibição do glifosato não existiu nada melhor. Os produtos que foram aparecendo, além de serem extremamente caros, são produtos que não são mais seguros que o glifosato. Os espaços públicos, jardins, parques urbanos, escolas e hospitais, eram zonas onde não se aplicavam os glifosatos, mesmo quando estes se podiam aplicar. Os outros produtos ditos seguros para o ambiente, não são em nada seguros. O glifosato é seguro, tanto que está homologado.

O representante da ANAFRE, Marco Furtado, pediu igualmente a palavra onde referiu que a questão financeira é sempre uma questão importante, mas também alegando que questão do ambiente é uma questão que não tem preço. Mas o que está em causa é se a relação custo-qualidade e funcionalidade do produto, é concreto ou não. A utilização do glifosato, garantidamente, é um produto mais barato, que requer menos aplicações e será usado apenas quando necessário. A questão da monda térmica é dispendiosa e tem de ser feita com muita frequência.

Abertas as inscrições para terceira ronda, pediu a palavra o deputado José Sousa (CHEGA) onde voltou a referir que efetivamente o uso do glifosato em vias públicas é proibido por um Regulamento do Conselho Europeu, que proíbe a sua aplicação em parques, jardins públicos, campos desportivos e recreativos, recintos escolares, parques infantis e vizinhança imediata a instalações de prestações de cuidados de saúde. Em relação às bases científicas, a Agência Europeia dos Produtos Químicos, revisitando os estudos, confirmou que não há dados que prove que existem efeitos endócrinos, ou genotóxicos pelo glifosato, quando utilizado sobre as normas e concentrações recomendadas. Questionando os representantes da ANAFRE qual a posição global, das Juntas de Freguesia em relação ao projeto apresentado.

Para concluir, os representantes da ANAFRE, estando abertos a propostas que sejam melhores para o ambiente e mais eficazes, mas enquanto estas não aparecerem estão a favor do uso do glifosato. Referiram, que neste momento não existe equidade, visto os agricultores puderem aplicar nos seus terrenos, por vezes confrontantes com as vias de

comunicação públicas, sem qualquer tipo de fiscalização nos seus terrenos ao contrário das entidades públicas que são rigidamente fiscalizadas.

Audição da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, ocorrida a 30 de outubro de 2024 disponível em:

[Parlamento online - Audição da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII \(CH\) – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”](#)

Na primeira intervenção o Presidente Alexandre Gaudêncio, referiu que não se opõem à reintrodução do glifosato para o tratamento das infestantes, até porque as normas europeias, nomeadamente a Portaria da União Europeia, invocada na proposta do Chega, propõe que o glifosato seja utilizado até pelo menos 2033, e que até ao momento não há constatação científica de que o glifosato é um produto cancerígeno.

No entanto, caso se dê a revogação da proibição do glifosato, o Presidente da AMRAA manifestou a intenção e a preocupação de não se usar este tipo de herbicida junto a estabelecimentos comerciais, junto a escolas, nomeadamente junto a centros urbanos, sendo uma preocupação que foi comungada pelos autarcas de freguesia e de município. Deixou bem patente a sua posição que caso esta proposta venha a ser aprovada, a revogação da proibição da utilização do glifosato, que haja a preocupação de não se utilizar estes produtos junto a estes estabelecimentos principalmente junto aos aglomerados populacionais.

Por outro lado, referiu que existe um manifesto, que algumas autarquias e juntas de freguesia subscreveram, sendo um manifesto da Associação Quercos, para as autarquias sem glifosato, e que no caso concreto dos Açores a autarquia que subscreveu este documento foi a de Angra do Heroísmo e as freguesias de Santa Bárbara em Santa Maria, a Matriz na Ribeira Grande, a Praia do Norte no Faial e a Santa Cruz da Graciosa freguesia. Ou seja, independentemente deste parecer, nada impede que na autonomia que cada autarquia tem e as suas assembleias de freguesia, cada uma por si só possa ter algum

mecanismo de não utilizar o glifosato e que a proposta do Chega não pode ir contra a autonomia que cada autarquia tem.

Para a primeira ronda pediu a palavra o deputado José Sousa (CHEGA) onde esclareceu que haja revogação da proibição de glifosato o regulamento do Conselho Europeu no 1107/2009, que proíbe a sua utilização em parques e jardins públicos, campos desportivos e recreativos, recintos escolares e parques infantis e na vizinhança imediata de instalações de prestação de cuidados de saúde. Sendo intenção do Partido CHEGA acrescentar mais esta ferramenta para combate de infestantes, reconhece e compreende que as juntas de freguesia e as câmaras têm a sua autonomia em decidir que produtos é que vão usar.

O deputado questionou o Presidente da AMRAA se houve um aumento de custos e uma necessidade maior de mão de obra no combate às infestantes, atendendo à limpeza de estradas, passeios e calçadas com o uso de roçadoras, que não queimam as raízes, não mata a planta.

Para responder à questão o Presidente da AMRAA, referiu que as câmaras municipais, quando fazem os seus planos e orçamentos delegam o trabalho de limpeza urbana às juntas de freguesia.

A informação que tem chegado dos presidentes de junta é que, efetivamente, tem havido um acréscimo nos custos dessa manutenção, porque, desde que houve a proibição do uso do glifosato, as matérias ou os produtos alternativos são mais caros e, por outro lado, as outras técnicas que apareceram, como as mondas térmicas, que carecem de um custo adicional não têm a eficácia que tinha com a aplicação de produtos com glifosato. Acrescentar, também a falta de mão de obra para fazer face a este trabalho de controle de infestantes, agravada com o desaparecimento dos programas de emprego.

No âmbito da primeira ronda o deputado José Eduardo (PS), aludindo à intervenção do Presidente da AMRAA e das suas declarações sobre o cuidado a ter com a utilização de produtos com glifosato em determinados locais, nomeadamente aqueles inseridos em aglomerados urbanos, solicitou esclarecimento sobre a intenção da revogação total do Decreto Legislativo Regional n.º 28 ou se não poderia ser apenas no âmbito da sua aplicação, continuando a serem reservados espaços públicos, zonas urbanas e zonas de

lazer e retirando as vias de comunicação, considerando que o que estará em causa é apenas a revogação da alínea b) do artigo 3º.

Para responder à questão do deputado o Presidente da AMRAA reafirmou que não se deve proibir a utilização deste tipo de produto, uma vez que a própria norma europeia é bem clara de que é possível retomar, ou pelo menos usar o glifosato até 2033, visto que não há evidências cancerígenas sobre o produto. No entanto, deixou algumas ressalvas que junto a aglomerados populacionais, estabelecimentos de ensino, zonas públicas, com maior frequência de pessoas, são de opinião que deve haver algum uso restrito deste produto nessas circunstâncias.

Voltou a reforçar que cada autarquia é livre de fazer aquilo que bem entende, não se devendo impor regras às autarquias, até porque as autarquias estão sob a alçada da Assembleia da República e não sobre a Assembleia Regional.

Aberta a segunda ronda de questões, pediu a palavra o deputado José Sousa (CHEGA) onde afirmou que a questão de não ser possível usar em locais públicos com aglomerados pessoas é, precisamente, para salvaguardar as divergências de opiniões e conforme indicação do produto quem está a aplicar o produtor deve utilizar EPI (equipamento de proteção individual), portanto, não pode ser aplicado com pessoas que à volta não estejam equipados.

No seguimento da afirmação do Presidente da AMRAA que as câmaras municipais delegam o trabalho e limpeza para as juntas de freguesia, questionou se houve um acréscimo das despesas das câmaras relativamente às atribuições de fundos às juntas de freguesia para combate a infestantes ou, são as juntas de freguesia que têm visto os seus orçamentos mais direcionados para esses serviços devido à da utilização de outros produtos mais caros.

Para responder à questão colocado, o Presidente Alexandre Gaudêncio, esclareceu que todos os anos, as autarquias locais fazem os seus planos e orçamentos que são aprovados em sede da Assembleia Municipal. Por norma, existem os contratos de programas plurianuais, onde já existe essa delegação de competências em matérias que podem ir desde a limpeza urbana, parte cultural, iniciativas do âmbito social, não existindo uma matriz igual para todas as autarquias, dependendo muito da sensibilidade, quer do

autarca de freguesia, quer do autarca municipal, no que diz respeito a essas delegações de competências. Nos últimos anos tem havido um aumento das delegações de competências de forma generalizada, mas não só na matéria ambiental, diria numa matéria mais transversal, onde depois cada freguesia é autónoma na apresentação dessas despesas. Em concreto, não consegue responder, se houve um aumento direcionado para a questão das infestantes. Mas a noção que existe é que efetivamente tem havido um acréscimo de custos e que depois é refletido na canalização de verbas para essa finalidade.

Audição do Presidente da Associação Amigos dos Açores, ocorrida a 11 de novembro de 2024 disponível em:

[Parlamento online - Audição do Presidente da Associação Amigos dos Açores, Dr. Diogo Caetano - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII \(CH\) – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”](#)

Para uma primeira intervenção, Dr. Diogo Caetano referiu que a opção por interdição do glifosato, resultou de estudos científicos da existência de uma grande potencialidade cancerígena e das malformações na gestação e face a esses conhecimentos que se progrediu no sentido do princípio da precaução e da interdição do glifosato.

No enquadramento europeu e dos Estados Membros à possibilidade de utilização do glifosato, mas, a recomendação tendencial, sobre a questão do princípio da precaução e pelo potencial de elevada possibilidade de estar relacionada com aspetos cancerígenos, é que venha, potencialmente, a ser interdito no futuro.

Foi entendimento, no passado, pela Associação Ecológica Amigos dos Açores e, por outras Associações da Área do Ambiente, mas também Associações ligadas a atividades agrícolas, nomeada a Agricultura Biológica, apoiar a interdição do glifosato nos espaços públicos, quando esta proposta foi apresentada no passado à Assembleia Legislativa Regional.

Ao nível dos considerandos não identificaram uma matéria política que leve ao fundamento desta opção. Esperariam que o requerimento trouxesse mais factos políticos, científicos ou técnicos.

Considerou, o Presidente da Associação que têm sido discutidos poucos assuntos de base, mas sim questões de remediação ou de opção por remediação, achando que deveriam ser mais estruturais, progressistas e ligados ao fundamento de determinadas questões, revisão de regimes jurídicos, estratégias regionais que seriam importantes, que estivessem afinadas que evitariam a sucessiva auscultação.

Entendem que algumas das propostas que têm surgido têm sido muito na base da “deslegislação” e que está é uma dessas. Consideram que, se existem alguns problemas, estes deviam ser apresentados, deviam ser debatidos e, eventualmente, trabalhados a um nível antes da remediação, a um nível mais preventivo e de planeamento. Como, por exemplo, se optar por algumas espécies em detrimento de outras, como a utilização das plantas melíferas em determinados espaços públicos, que, para além de terem um especto estético, também têm um especto funcional e não necessitam da manutenção. Ou, por exemplo, em alguns locais onde são utilizados determinado tipo de arrelvamento, usar trevos, que também não têm as mesmas necessidades de corte ou de erradicação periódico, que é um problema.

Esta posição não pretende assumir que a gestão do espaço público urbano, não seja complexa e que, atualmente, com a falta de mão de obra, não tenha implicações e, que as opções mecânicas, por exemplo, de combate às espécies daninhas, ou ao crescimento de determinado tipo de espécies no espaço público, não tenham, dificuldades e desafios relacionados com limitações.

Reconhecendo essas problemáticas, referiu que estas não estão patentes neste projeto de Decreto Legislativo Regional, uma vez que não identificaram, de um modo formal, nem que fosse informativo, mas de forma descritiva, qual é que é o fundamento político desta opção.

A Associação tem entendimento que o progresso é no sentido do glifosato não ser utilizado no espaço público e que este projeto é um retrocesso, prioritariamente, no espaço público urbano, porque é onde pode ter mais impacto direto e menos efeito

difuso. A questão do glifosato utilizado no âmbito agrícola ou florestal será um outro assunto que tem de ser também debatido num outro contexto, sendo ou não um espaço público.

Aberta a primeira ronda de questões, o deputado Francisco Lima (CHEGA) referiu que o regulamento em vigor, nomeadamente o 2023-2660, faz as devidas cautelas em relação à proximidade de escolas e contexto urbano. Que o objetivo não será aplicar no centro das cidades, mas em caminhos e estradas em contexto não urbano.

Apesar das cautelas levantadas pela Associação, o deputado esclareceu que a União Europeia fez essa análise e não iria aprovar um produto com elevado grau cancerígeno. O produto está autorizado na União Europeia, e está autorizado em todo o mundo. O CHEGA pediu parecer escrito a alguns professores da Universidade dos Açores, que se irão pronunciar, porque em termos académicos também há interpretações muito diferentes e dispares em relação à perversidade do glifosato.

Colocando a questão propriamente dita, o deputado questionou o Presidente da Associação, se na alimentação, por exemplo, de soja, milho, cereais, leite, produtos que têm na sua cadeia aplicação de glifosatos, se tem essa preocupação especial no consumo desses produtos e outros que sejam aplicados glifosatos.

Para responder à questão colocada pelo deputado Francisco Lima, o Presidente da Associação esclareceu que o posicionamento da Associação neste tipo de debate é meramente político. Ou seja, fundamentam-se na lei ou em pareceres científicos. Não promovendo estudos nem leis. Ou seja, é um posicionamento político, baseado no conhecimento, interpretação e prestação das pessoas que, de modo ou outro, contribuem para o conhecimento, sejam elas associadas ou não.

Em relação à questão colocada, o Presidente da Associação considera que em relação à sua dieta alimentícia não é matéria de Comissão. Obviamente tem noção da aplicação de glifosatos na cadeia dos alimentos, mas também tem noção que em termos de rotulagem da alimentação, há um longo caminho para percorrer, para se chegar ao ponto de existir um nível de informação ao consumidor pela rotulagem que seja realmente perceptível para a generalidade dos cidadãos.

O Decreto Legislativo Regional que levou à proibição dos transgénicos na Região de Autónoma das Açores foi uma petição desenvolvida por esta associação, na qual o primeiro subscritor foi o Dr. Diogo Caetano e, que posição se mantêm.

Segundo o Presidente da Associação, os pareceres do meio académico, são muitas vezes, pareceres altamente condicionados pela indústria. Mesmo quando se está a lidar com situações no qual deveria haver uma independência e não ser a indústria a pedir um parecer. Esses pareceres nem sempre têm a validade que deveriam ter, infelizmente. Não querendo, com isto, desabilitar os pareceres académicos, que têm naturalmente o seu valor, mas é importante, enquanto legisladores, terem muita atenção à qualidade dos pareceres e à independência dos pareceres que são solicitados.

Relativamente à questão do glifosato, o caminho que é percorrido entre uma utilização na agricultura ou floresta é distinto daquele que é percorrido no meio urbano. Desse modo, o zonamento e o assumir que existem algumas zonas nas quais não deve haver alguma proximidade, é, precisamente, assumir que o grau de risco do glifosato é significativo e importante.

Para usar o seu direito de réplica, o deputado Francisco Lima (CHEGA) esclareceu que não se basearam apenas em pareceres académicos. A EFSA, Agência Europeia da Segurança Alimentar Europeia, entidade isenta, em 2023 concluiu que não há evidências científicas que o glifosato seja cancerígeno. No site da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, também diz a mesma coisa, questionando o Presidente da Associação se conhece essas entidades e se reconhece a sua validade.

Para responder à questão colocada pelo deputado Francisco Lima (CHEGA), Dr. Diogo Caetano, referiu que não pretendendo entrar em contraditórios, apenas referiu que existem estudos que são condicionados, mas não deixam de ter validade. Não deixando de ter o posicionamento de saber que alguns estudos podem ser condicionados, à partida, para terem determinado tipo de conclusões, porque os pressupostos que estão prescritos, à partida, através do meio científico, são determinados pressupostos para obter determinadas conclusões.

Para concluir, o deputado Francisco Lima (CHEGA) pediu autorização para distribuir pelos membros da Comissão os pareceres da EFSA e da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, num estudo de 2023 que diz claramente que o glifosato não é cancerígeno.

Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, ocorrida a 11 de novembro de 2024 disponível em:

[Parlamento online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Doutor Alonso Miguel - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII \(CH\) – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro”](#)

Para uma intervenção inicial teve a palavra o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática fazendo um pequeno enquadramento onde referiu que o Decreto Legislativo Regional nº 28/2020/A de 19 de outubro veio estabelecer a interdição do uso no espaço público na Região Autónoma dos Açores, concretamente em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato.

O Decreto Regulamentar Regional 5/2021/A de 26 de abril vem regulamentar o Decreto Legislativo Regional número nº 28/2020/A, definindo no seu artigo 3º a autorização excepcional para aplicação de produtos contendo glifosato em espaços públicos a fim de prevenir ou de corrigir situações de risco, designadamente para o ambiente, agricultura ou floresta e desde que não existam técnicas e meios de controle alternativos e sempre através do despacho dos membros do Governo Regional com competência em matéria de ambiente e em razão de matéria. A legislação referida, segundo o Secretário Regional ia de encontro do que está determinado pela Diretiva 2009/128CE restringindo e proibindo a utilização do glifosato em zonas específicas.

No entanto, o Decreto Legislativo Regional nº 4/2022/A de 17 de fevereiro, veio revogar o nº 3 do DRR nº 5/2021/A de 26 de abril, eliminando assim todas as exceções que se havia criado para a utilização em determinadas condições de produtos contendo glifosato. Apesar de discordar dessa revogação, a 28 de novembro de 2023, foi aprovado o Regulamento de Execução 2023/2660 da Comissão que renova a aprovação da substância ativa do glifosato na União Europeia até 15 de dezembro de 2033, sob reserva

do cumprimento de determinadas condições e restrições, nomeadamente estabelecendo que os Estados Membros devem garantir que a utilização dos produtos fitofarmacêuticos que contêm glifosato é minimizada ou proibida nas zonas específicas referidas na Diretiva 2009/128/CE.

Resumindo e tendo por base os princípios da prevenção e da precaução, entende-se pertinente as existências de restrições à utilização do glifosato, no entanto, já estão previstas exceções para a sua utilização quando estiver em causa a prevenção ou correção de situações de risco, designadamente para o uso na agricultura ou para a floresta.

Referiu que, coisa diferente, é o que é proposto neste Projeto de Decreto Legislativo-Regional, de revogar o Decreto Legislativo Regional nº 28/2020/A de 19 de outubro, que vai estabelecer a interdição do uso no espaço público do glifosato, e bem como o DRR que o vem a regulamentar.

Há dois aspetos, referiu o Secretário Regional, que são importantes destacar. Em primeiro lugar, a interdição da eliminação desta proibição de usar produtos contendo glifosato indiscriminadamente em espaços públicos aparentemente seria um retrocesso. Para além disso, a revogação da legislação regional, nos temos propostos, não produziria seguramente o resultado pretendido pelos proponentes desta iniciativa, uma vez que na ausência da legislação específica regional, a Região ficaria abrangida pela legislação nacional.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado Francisco Lima (CHEGA) onde esclareceu que a proposta apresentada é precisamente revogar e ficando abrangidos pela jurisdição da lei nacional que é menos restritiva. Questionando o Secretário se discorda dessa posição, atendendo que decisão da União Europeia vai no sentido de prolongar o uso do glifosato e que a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, afirma que não está aprovado que o produto seja cancerígeno.

Para responder à questão levantada pelo deputado, o Senhor Secretário Regional esclareceu que considera que não se deve abolir de uma vez por todas a utilização do glifosato, até porque em determinados casos, nomeadamente na utilização agrícola, não existem atualmente grandes alternativas mas, recorrendo ao princípio da precaução e da prevenção, não se deve utilizar em espaços públicos, existindo exceções quando se

entender que estão em causa e em risco situações para o ambiente, para a agricultura e para a floresta.

O Secretário Regional questionou o proponente da proposta, se revogando toda a legislação regional produzida sobre esta matéria e ficando abrangido pela legislação nacional, se isso corresponde às pretensões do proponente, atendendo, que existem muitas restrições a nível nacional.

Usando o seu direito de réplica, o deputado Francisco Lima, esclareceu que a intenção do projeto é não ficarmos mais restritos do que a nível nacional de forma a ser possível utilizar o glifosato. Que, ao contrário de outros, que são utilizados e legalizados, o glifosato, segundo reconhecimento pelo EFSA, não é cancerígeno.

Sabendo-se que a substância não é inócua, porque os fitofármacos não são inócuos e exigem normas que estão na lei que vão desde o aplicador, formação, precaução, clima, doseamento, entre outros, porque são produtos bastante exigentes, o deputado Francisco Lima, considerou que se criou um dogma, um mito à volta deste que, à luz do conhecimento científico isento, não responde à verdade.

Sendo o propósito do CHEGA, na apresentação deste projeto, libertar o glifosato, de forma a ser possível a sua utilização, o deputado Francisco Lima referiu, caso exista outro caminho, a nível da Lei Regional, de fazer alterações mais favoráveis, conjugando e adaptando com a Lei Nacional e não violando as regras europeias, que sejam apresentadas pelo Governo Regional ou por outros partidos que o suportam e que vão de encontro às pretensões do CHEGA, estes estarão disponíveis para apoiar.

Para responder à questão colocada pelo deputado Francisco Lima, o Secretário Regional, não coloca em causa o decreto de execução da União Europeia, que renova a licença de utilização do glifosato por mais 10 anos. Reafirmando a importância do glifosato, na agricultura. O que o Secretário Regional questiona e alerta é que a legislação nacional não é assim tão permissiva e que seria importante ponderar os prós e contras de revogar toda a legislação regional, ficando, apenas, abrangidos pela legislação nacional.

Por fim, importa referenciar que o parecer escrito da Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável, encontra-se anexo ao presente relatório.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 13/XIII/1.ª, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por maioria, as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
2. As pretensões dos peticionários têm origem na aprovação pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, que estabelece a interdição do uso em zonas públicas, na Região Autónoma dos Açores, da substância ativa glifosato e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro, que procede à regulamentação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro.
3. Em conclusão, a diversidade de posições transmitidas em audição e pareceres indica tratar-se de um assunto de difícil consenso, gerando discussão e dividindo opiniões entre a autorização da utilização de forma moderada, controlada, localizada e excepcional, e a proibição total da utilização de qualquer herbicida contendo a substância glifosato.

Com efeito, o primeiro peticionário entende que o recurso ao glifosato é prejudicial por estar associado a várias doenças, conforme indicam estudos científicos nos últimos 20 anos, e também por prejudicar a imagem dos Açores como um destino sustentável, no âmbito da promoção turística. Ainda que também refira que, tendo a sua utilização sido proibida na Região em 2020, a União Europeia renovou sua autorização até 2033. Assim, deu como sugestão alternativa e equilibrada o recurso à monda térmica, com resultados interessantes, obtidos no concelho de Ponta Delgada.

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, a Associação Amigos dos Açores e a Azorica fundamentam os pareceres remetidos no âmbito da discussão desta petição com

críticas à ausência de critérios claros e evidentes para as situações de exceção que justificariam o uso extraordinário do glifosato em espaços públicos, mencionando os vários riscos potenciais da aplicação de herbicida, mormente o perigo de cancro e os efeitos negativos sobre organismos não visados.

A AMRAA empreende uma abordagem cautelosa no que se refere à utilização daquele herbicida em locais próximos a estabelecimentos comerciais e centros urbanos, tendo destacado o aumento de despesas em recursos humanos e materiais após a proibição do uso de glifosato em espaços públicos. Por sua vez, a ANAFRE entende ser necessário cumprir com as boas práticas na utilização cuidadosa e eficaz para o controlo de infestantes, sem que se contamine o solo, e abordando questões de eficácia de produtos alternativos, com semelhante relação de custo/benefício.

Ouvido em audição, o XIII Governo Regional dos Açores considera um retrocesso a revogação da proibição do uso do glifosato em espaços públicos, considerando que a legislação nacional impõe restrições significativas, e que a legislação regional já contém exceções para a utilização do herbicida, nomeadamente quando estiver em causa a prevenção ou a correção de situações de risco.

Os Conselhos de ilha do Corvo, da ilha Graciosa e da ilha de Santa Maria emitiram pareceres desfavoráveis à utilização de glifosato, com o último a considerar não existir necessidade de alteração da lei vigente. O Conselho de ilha das Flores não emitiu parecer por não ter base científica que fundamentasse uma pronúncia sobre a matéria.

A Ordem dos Médicos – Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores considera possível a utilização de glifosato em espaços públicos, mediante o respeito pelas normas de proteção individual e com limitação a locais públicos sensíveis, como sejam unidades escolares e hospitais.

A Doutora Patrícia Ventura Garcia, Doutorada em Biologia pela Universidade dos Açores, na especialidade de Entomologia e Professora Auxiliar do Departamento de Biologia, onde é responsável por várias disciplinas na área da Entomologia, elencou um conjunto de estudos que indicam que o uso de glifosato em espaços públicos poderia ser um preditor carcinogénico e de patologias inflamatórias, neurológicas e endócrinas, particularmente em crianças. Do mesmo modo, elencou as medidas e as políticas, existentes na União

Europeia, que promovem o uso seguro de herbicida em espaços públicos com proteção individual, referindo que a manutenção pela restrição de uso de glifosato contende com redução de riscos para a saúde humana.

O Centro de Biotecnologia dos Açores considerou que o glifosato é um herbicida sistémico e não-seletivo, eficaz no combate a infestantes e com baixa toxicidade para a saúde humana, sendo amplamente utilizado pela sua eficiência, face à presença das infestantes, que se tem agravado desde a proibição do seu uso em espaços públicos na Região. Frisa ainda aquele organismo tutelado pela Universidade dos Açores que as medidas alternativas de controlo térmico e mecânico se têm revelado menos eficazes e mais dispendiosas. Também esclarece que, mesmo sendo o herbicida persistente no solo e aquíferos, há estudos que demonstram que os níveis presentes em água subterrânea não ultrapassam os limites para consumo humano. Aquele Centro elucida que os vários estudos sobre a utilização de glifosato em espaço público apresentam resultados conflitantes sobre riscos carcinogénicos, tendo a International Agency for Research on Cancer (IARC) classificado aquele herbicida como “provavelmente carcinogénico”, enquanto outras entidades concluíram que o seu uso, quando comedido e criterioso, não apresenta riscos genotóxicos e carcinogénicos, motivo pelo qual consideram possível a sua aplicação deste em concentrações recomendadas, com normas de proteção individual e com restrições em locais públicos sensíveis.

Deste modo, o presente relatório decorre de uma motivação cívica meritória, que resultou num conjunto de audições e pareceres de entidades públicas, especialistas universitários e associações de âmbito ambiental, que relevaram um elevado sentido de preocupação e compromisso coletivo face a uma eventual aplicação de glifosato em espaços públicos, que, a acontecer, deve acontecer de modo excecional e cumprindo um conjunto de requisitos que garantam a proteção individual do aplicador, a limitação a determinados locais sensíveis e o estrito uso de concentrações recomendadas.

4. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Angra do Heroísmo, 22 de abril de 2025

O presente relatório foi aprovado por maioria.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa.

(*) **Deputado José Paulo Sousa (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, felicito todos os peticionários representados pelo primeiro peticionário, Sr. Mário Roberto Carvalho, a quem endereço o meu agradecimento pela sua colaboração em vir à Comissão apresentar as suas convicções acerca deste tema que foi amplamente debatido e até mediático e, que este direito cívico que manifestaram é a prova de que a democracia está viva, que a diversidade de pontos de vista e soluções para o mesmo problema reforçam-na diariamente.

Contudo, também não posso deixar de olhar ao redor e ver que muitos locais emblemáticos das nossas ilhas estão completamente invadidos por espécies infestantes e estão a destruir a nossa flora endémica e alterar a nossa paisagem natural.

Portanto, são necessárias soluções práticas para lidar com essa realidade sem cair na ilusão de que podemos resolver todos os problemas de uma forma idealizada.

Como defendia Confúcio: *Se tens uma laranja e trocas com outra pessoa que também tem uma laranja, cada um fica com uma laranja. Mas se tens uma ideia e trocas com outra pessoa que também tem uma ideia, cada um fica com duas.* E, aí se revela a importância do debate, da auscultação e da compreensão para encontrar as melhores soluções para os nossos problemas do quotidiano.

E, obviamente que algumas dessas soluções serão naturalmente contestadas, mas se cada um de nós fizer a sua parte, se cada um de nós, se calhar limpar os seus terrenos, ajudar também a preservar aquilo que é nosso e que é público, talvez vivamos num mundo melhor, mas certamente num mundo que nunca será perfeito.

Muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, Sr. Mário Roberto, da Petição — “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”, uma petição que teve muitas assinaturas e que demonstra a preocupação de muita gente com as questões ambientais e com a utilização de herbicidas, em particular, no espaço público.

Esta petição, como é sabido, surge no seguimento da aprovação neste Parlamento de uma proposta que revogou uma parte da legislação existente na Região, que durante vários anos esteve em vigor sem problemas, que proibia a utilização do glifosato no espaço público.

Ora, como é óbvio, a revogação dessa legislação pela maioria de direita foi um retrocesso totalmente desnecessário e que só demonstra, infelizmente, o cenário de recuo em questões ambientais e não só, que nós assistimos atualmente na Região.

E, esse recuo vê-se na prática legislativa, naquilo que é aprovado, no debate político e vê-se na prática também governativa e na atuação dos Governos.

Sobre a questão do glifosato, eu julgo que a posição do Bloco de Esquerda é por demais conhecida e, saudamos e concordamos plenamente com os peticionários e, como disse

no debate dessa tal iniciativa que revogou a proibição, no dia em que houver uma maioria para voltar a dar passos em frente nas questões ambientais na Região, cá estará o Bloco de Esquerda para dar o seu contributo.

Mas eu gostaria de aproveitar também o debate desta petição para demonstrar como aquilo que foi aprovado é, não só um retrocesso, mas é a porta aberta a outros retrocessos na prática do Governo e dos serviços por ele tutelados.

Recentemente, em março deste ano, o Bloco de Esquerda teve conhecimento da utilização de substâncias claramente tóxicas no espaço público, em estradas regionais, na ilha de São Miguel e na ilha do Pico e, provavelmente noutras, mas tivemos conhecimento desses dois casos. Fizemos requerimentos com fotos em anexo destas mesmas utilizações, trabalhadores totalmente equipados a pulverizarem zonas, estradas regionais da Região e em zonas, — até porque moro numa delas, sei muito bem — e vi o que estavam a fazer e onde estavam a fazer, zonas densamente povoadas, onde há escolas, comércio, farmácias e por aí fora. E, esses produtos estavam a ser aplicados ali na via pública. Questionámos o Governo sobre quais seriam os produtos que estavam a ser aplicados, o Governo respondeu-nos e deu dois produtos: um de nome comercial “Zagaia” — é um fitofármaco classificado como produto muito tóxico para os organismos aquáticos com efeitos duradores e na sua ficha técnica, diz-se o seguinte: “É crucial impedir o acesso de trabalhadores e pessoas estranhas ao tratamento das zonas até à secagem do pulverizado.”.

Ora, no mesmo momento em que estavam a pulverizar, estavam a passar pessoas naquele local. Ninguém me disse, eu vi! No mesmo momento, porque a rua não estava fechada, ninguém me disse, eu vi! E já vi esta semana outra vez, já agora.

Outro produto que foi aplicado, que o Governo referiu que foi aplicado, chama-se “Galigan” — nome comercial e na ficha técnica desse herbicida, diz-se o seguinte: “O impedimento e acesso de trabalhadores e pessoas estranhas ao tratamento às zonas tratadas durante nove dias após a aplicação do produto.”, — nove dias após a aplicação do produto, de onde foi aplicado este produto estavam pessoas a passar, a rua não estava

fechada, muito menos fechou durante nove dias. Mas essa é a precaução e, aliás, o Governo não cumpre a lei porque o Decreto de Lei sobre esta matéria que o Governo agora diz que é aquele que vai regular a aplicação do glifosato diz o seguinte no n.º 4 do artigo 32.º: “Deve ser assegurado que são previamente afixados, de forma bem visível, junto à área a tratar, avisos que indiquem com clareza a identificação da entidade responsável para o tratamento, a data previsível do mesmo e, se necessária, a data a partir do qual...”, escutem com atenção, por favor, ...” a data a partir do qual pode ser restabelecido o acesso e a circulação de pessoas e animais ao local, de acordo com o intervalo de reentrada, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos até à secagem do pulverizado.”. Ora, daqui se demonstra que o Governo não fechando ruas, não cumpriu a lei! Violou a legislação sobre esta matéria, colocando em causa a saúde de pessoas, de animais, de crianças que circulam nessas vias junto das escolas e comércio.

Perguntámos então ao Governo, como é que explicava tudo isto, resposta do Governo e a pergunta foi: “Como garante o Governo Regional o respeito pelos intervalos de reentrada, considerando que as vias não foram encerradas à circulação?” Resposta do Governo diz o seguinte, julgo que a Secretaria responsável por isso é da Sra. Secretária das Infraestruturas e fica o alerta aos colegas, mas também a ela do que andam a fazer nas nossas vias. Diz o Governo: “Como é facilmente perceptível, é difícil encerrar vias regionais ao trânsito, razão pela qual são tidas em consideração as boas práticas para a aplicação dos produtos fitofármacos.”.

Então, é difícil encerrar vias regionais ao trânsito! Isto é uma grande descoberta, uma verdade de “la Palice”. Então porque é que usam estes produtos que têm, por exemplo, um tempo de reentrada, ou seja, interdição ao acesso de pessoas de nove dias? Nove dias! E eu gostava de ter uma explicação, qual é a emergência que obriga a aplicar glifosato junto a escolas, a comércio e que não se feche as ruas para proteger a saúde das pessoas? como é que isto é possível? Ora, é isto que nós estamos confrontados e agora, mês sim, mês não, vemos estes trabalhadores, o que está a aplicar todo equipado

e o que está a conduzir o trator sem nenhum equipamento, é isto que nós temos deste Governo.

Srs. Secretários, eu lamento terem que ser V. Exas. a ouvir isto, mas por favor façam chegar o recado a quem de direito, porque o Governo o que está a fazer é efetivamente pôr em causa a saúde das pessoas e isso é demasiado grave. Pôr em causa a saúde para limpar ervas é demasiado grave, não há nada que justifique. Um problema ambiental ou de saúde que existe não são as ervas que crescem nas bermas, neste momento, o problema é o Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, para uma interpelação. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): A interpelação, Sr. Presidente, é para questionar V. Exa. no sentido de perguntar se o Governo pode usar da palavra durante a discussão de petições, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Não, o Governo não pode usar da palavra nesta figura regimental.

Podemos avançar.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar cumprimentar, endereçar aqui um cumprimento aos subscritores dessa petição, desde logo na figura do seu primeiro peticionário, o Sr. Mário Carvalho. Enaltecer aqui o facto de utilizarem este instrumento de participação cívica para que vejam ser debatido nesta Assembleia um assunto que os preocupa.

Nós, quando foi na discussão do Decreto Legislativo Regional, nas alterações introduzidas pelo CHEGA ou propostas pelo CHEGA, dissemos isso mesmo que é uma

situação que divide as pessoas, no entanto, nós ficámos com a perceção que esta petição nos traria um novo conhecimento, que alguma coisa de novo iria acrescentar àquilo que foi a discussão recente sobre o Diploma que permite, com determinadas regras, a utilização deste produto nos espaços públicos.

Bem, a verdade é que, após a audição do primeiro peticionário, ficámos a saber que, afinal, não havia nada mais, havia sim, pessoas preocupadas. Sim, sempre houve pessoas preocupadas com a utilização desses produtos e queriam efetivamente e passo aqui a citar aquilo que foi referido pelo primeiro peticionário durante a sua audição: “Pedia que o conteúdo do Decreto Legislativo Regional fosse reavaliado por uma Comissão Especializada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, onde deveriam ser chamados especialistas para dar o seu parecer nesta matéria, já que os Srs. Deputados não o são, que eu saiba e eu muito menos.”.

Portanto, foi exatamente isso que nós fizemos...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado.

O Orador: ... nas alterações do diploma propostos pelo CHEGA: chamar especialistas, ouvir os especialistas e tomar uma decisão relativamente àquilo que foi o produzido pela Comissão.

Nós nesta Assembleia, os Deputados eleitos dessa Assembleia também representamos povo açoriano, este da petição e tantos outros. Portanto, se nesta Assembleia nós votamos esta petição e por maioria, mesmo que escassa, as alterações tenham sido admitidas, esta petição parece-me que, não trazendo nada de novo e respeitando o direito que as pessoas têm de se dirigir a esta Casa, não nos parece que nos possa levar a fazer aqui uma reavaliação ou a visitar esse diploma.

Portanto, como na petição anterior que se discutiu, na falta de soluções, de se apresentar soluções acho que nós devemos deixar ficar como está, com as alterações que foram introduzidas, e bem, pelo CHEGA, em boa hora foram introduzidas pelo CHEGA, porque sim, diz o Sr. Deputado António Lima, que o glifosato não veio resolver nada, que durante o tempo que o glifosato não foi usado não houve problema nenhum.

Provavelmente para o Sr. Deputado António Lima, que não tem responsabilidades autarcas.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar a iniciativa dos peticionários que em dezembro de 2024 usaram do seu direito cívico para apresentar a petição que agora analisamos.

Esta petição no seu preâmbulo, relembra que desde 2020 foi aprovada nesta Assembleia a proibição da aplicação de quaisquer produtos fitofarmacêuticos contendo glifosato, sob qualquer forma, nos espaços públicos regionais, nomeadamente, zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação da Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Fale em como é que estão as estradas e os caminhos agrícolas.

O Orador: E que volvidos 4 anos depois do Governo Regional e as autarquias locais já se terem adaptado e terem surgido empresas com outros meios de controlo vegetal, foi aprovada uma proposta para a qual não foram apresentados quaisquer argumentos técnicos, muito menos especificidades regionais que a fundamente.

Assim, e por isso, o primeiro objetivo desta petição pretende bom senso e responsabilidade e exige a manutenção da proibição do uso glifosato em zonas públicas nos Açores, por suspeitas relacionadas com saúde pública e impacto ambiental, mantendo os Açores como Região ambientalmente responsável.

Do relatório da petição e das diversas audições realizadas, podemos concluir que todos, mesmo os que defenderam a revogação da proibição e o uso da substância em causa, centralizaram a sua argumentação no princípio da precaução, alertando para riscos possíveis à unicidade ecológica e sensibilidade das ilhas para o uso dessa substância, defendendo regras muito específicas de controlo e fiscalização.

Das audições, destacam-se ainda a apresentação de alternativas não químicas, a aplicação de um regime de exceções claras que restrinjam o uso a casos específicos.

Destaca-se ainda a aplicação de uma monitorização ambiental e sanitária obrigatória, que deve envolver análises regulares de água e solo nos locais onde ocorrer a aplicação e a ideia sempre presente de um plano de transição para reduzir gradualmente a utilização do glifosato, privilegiando as soluções biológicas.

Ficou ainda bem patente a argumentação de que a existência de autorização, ainda que regulada e para fins bem definidos do uso dessa substância pela União Europeia até 2033, não pode isentar a existência de riscos, nomeadamente exposições frequentes em áreas de densamente frequentadas por pessoas vulneráveis, como em escolas ou unidades de saúde.

Mas antes de avançar, gostaria de lembrar, tal como referi no início da minha intervenção, que essa petição surge na sequência da aprovação, em dezembro, de uma proposta do CHEGA com o apoio dos partidos que suportam este Governo, permitindo novamente o uso do glifosato em espaços públicos e que no debate daquela iniciativa, teve da parte desta bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma fervorosa argumentação no sentido da defesa da saúde pública e da qualidade ambiental e que se deve optar por uma atitude preventiva perante um químico com efeitos controversos.

Fomos relutantemente contra a proposta, pois esta contrariava o princípio da precaução e não servia o interesse dos Açores nem dos açorianos, sendo um retrocesso ambiental e de cedência à pressão de setores pouco preocupados com o bem comum.

E tal discussão na altura, teve pertinência e hoje volta a ser atual, pois as contradições entre a posição do Governo e a sua ideia de sustentabilidade e a votação que foi aquela

que se viu dos partidos que o suportam, foram, sem dúvida objeto de jogos partidários e não de defesa do ambiente e da imagem de uma Região sustentável e isso transmite incoerência e cedências perigosas, como se pode lembrar.

No momento em que o Governo apoia programas como o “Blue Azores” é a mesma Coligação que aprova a pesca na zona protegida da Caloura, enquanto diz proteger 30 % do mar açoriano...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Na vossa altura, também era da Biosfera e também se usava.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e CH.

O Orador: ... enquanto se defende a qualidade dos agroalimentos, — seja lá o que isso for — e, se incentiva a agricultura biológica como é que é possível, ...

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e CH.

O Orador: ... permitir-se a coligação votar favoravelmente uma exceção para um herbicida que a própria Organização Mundial da Saúde classifica como provável cancerígeno, quando se promove o programa “Abelha Amiga” e agora se autoriza substâncias que afetam o microbioma intestinal das próprias abelhas? Isso não é governação coerente, é sobrevivência política às custas da Saúde e do Ambiente.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: E sim, esta petição e a audição do seu primeiro peticionário e os pareceres recebidos permitiram saber e lembrou-nos, que na aprovação daquele diploma, em dezembro, não existiu base científica séria naquela decisão e lembrou-nos que foram

pedidos dez pareceres externos, oito deles que foram negativos, sendo de salientar que o que foi aprovado nem sequer correspondeu à proposta analisada nesses pareceres...

Deputada Andreia Cardoso (CH): Muito bem!

O Orador: ... foi uma versão alterada à última hora pelo CHEGA.

Esta aprovação foi contestada por esses peticionários e não só por estes. Médicos como o Pneumologista Doutor Dias Pereira, ou especialista em Saúde Pública, Dr. Gustavo Tato Borges, alertaram para risos reais...

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e CH.

O Orador: ... cancro de pele, do rim, do estômago, do fígado, do cólon e até danos cerebrais após exposições curtas. Tato Borges foi claro: “Estamos a autorizar uma substância que não devia ser permitida nem por precaução, nem por coerência política.” E relembro em tempo que qualquer uma destas opiniões me merece maior credibilidade do que a do Deputado do PPM que, participando no debate na altura, deu a entender que o vinho é que é um tóxico perigoso, tal não é corroborado pela Organização Mundial de Saúde, que não considera o vinho um provável causador de cancro, mas sim o glifosato.

E terminando, Sras. e Srs. Deputados, e, pelo bruar na sala é sinal de que a minha intervenção está a permitir os vossos apartes, entendo e entende este Grupo Parlamentar que a petição em análise pretende ser um apelo à lucidez, um pedido de coerência, de coragem e de responsabilidade desta Assembleia, um apelo para não sacrificarmos a saúde pública, a biodiversidade e a integridade ambiental dos Açores, um apelo para, no que toca à saúde pública e ao ambiente, quase nada pode ou deve ser negociado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça do que esta a dizer

O Orador: Da nossa parte, hoje como no passado, em coerência reafirmamos: sim à agricultura sustentável; sim à proteção dos nossos espaços públicos; sim à defesa de

uma Região que escolhe estar na vanguarda da proteção ambiental e da saúde pública, mesmo quando isso exija decisões exigentes.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, vamos considerar apreciada esta Petição n.º 13/XIII.

Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos e voltamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 29 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Miguel de Freitas Toste

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Os Serviços de Redação.